

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
CAMPUS DE MARÍLIA

SAMARA DOS SANTOS CARVALHO

**O MOVIMENTO BANDEIRANTE E AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO CONTEXTO
SOCIAL BRASILEIRO DO SÉCULO XX**

MARÍLIA

2014

SAMARA DOS SANTOS CARVALHO

**O MOVIMENTO BANDEIRANTE E AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO CONTEXTO
SOCIAL BRASILEIRO DO SÉCULO XX**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Câmpus de Marília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais (Área de Concentração: Cultura, Identidade e Memória).

Orientador: Prof. Dr. Andreas Hofbauer

Coorientadora: Prof.^a Dra. Larissa Maués Pelúcio Silva

MARÍLIA

2014

Carvalho, Samara dos Santos.

C331m O Movimento Bandeirante e as relações de gênero no contexto social brasileiro do século XX / Samara dos Santos Carvalho – Marília, 2014.

191 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2014.

Bibliografia: f. 176-187

Orientador: Andreas Hofbauer.

Co-orientadora: Larissa Maués Pelúcio Silva

1. Bandeirantes (Escotismo). 2. Escotismo. 3. Mulheres. 4. Brasil – Séc. XX. I. Título.

CDD 301.423

SAMARA DOS SANTOS CARVALHO

**O MOVIMENTO BANDEIRANTE E AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO CONTEXTO
SOCIAL BRASILEIRO DO SÉCULO XX**

DISSERTAÇÃO PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM CIÊNCIAS
SOCIAIS

BANCA EXAMINADORA

1º Examinador: _____

Prof. Dr. Andreas Hofbauer – orientador (UNESP/Marília)

2º Examinador: _____

Prof. Dr. Paulo Eduardo Teixeira (UNESP/Marília)

3º Examinador: _____

Prof. Dr. Adalson de Oliveira Nascimento (UFMG)

SUPLENTE

1º Examinador: _____

Prof. Dr. Jefferson Rodrigues Barbosa (UNESP/Marília)

Marília, 07 de fevereiro de 2014.

Dedico este trabalho aos meus pais, Eduardo e Jandira que nunca tiveram a oportunidade de chegar à universidade.

Essa é uma pequena forma de demonstrar minha gratidão a vocês pelo empenho e afeto de toda uma vida.

“Resistindo na boca da noite um gosto de sol”

(Clube da Esquina, 1972).

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meu agradecimento a todas as pessoas que de alguma maneira contribuíram para a realização deste trabalho.

Agradeço primeiramente a meus pais Eduardo e Jandira Carvalho pela e dedicação de toda uma vida à minha educação e felicidade, sempre apoiando e respeitando as minhas escolhas, mesmo que não concordassem com elas.

Aos orientadores Andreas Hofbauer e Larissa Pelúcio por toda a dedicação e apoio durante a realização desta pesquisa.

Aos membros da banca de qualificação e defesa Paulo Eduardo Teixeira e Jefferson Barbosa Rodrigues pela amizade e carinho em todos estes anos de convivência desde a graduação.

Ao Prof. Dr. Adalson de Oliveira Nascimento por aceitar prontamente o convite em participar da banca e deslocar-se a um lugar tão longe.

Ao CNPq por disponibilizar o auxílio financeiro para a realização desta pesquisa, envolvendo também meu sustento nesses últimos anos.

Aos funcionários da Seção de Pós-Graduação por todo o apoio e comprometimento com os alunos.

À todos os funcionários e membros da Equipe Técnica do Escritório Estadual – Região de São Paulo da FBB, em particular Daniella Avino e Luciana Silvestre por todo carinho e disposição nas inúmeras vezes que precisei do auxílio de vocês.

À todos os funcionários e a Equipe Técnica do Escritório Nacional da FBB no Rio de Janeiro que me receberam de braços abertos durante a pesquisa de campo. Em especial à pesquisadora e bandeirante Dra. Lúcia Maria Santos Rodrigues e à Luiza Calmon pela imensa ajuda e interesse pela pesquisa.

Ao Núcleo Bandeirante Itatiaia por me receber em sua sede com tanto carinho e atenção.

Os amigos, como foram importantes! Sem o apoio de vocês não teria tido o ânimo necessário para realizar esse trabalho.

Agradeço inicialmente à Aline Maciel, Jerônimo Dantas, Sara Puttini, e Marcela Machado e pela amizade desde a época da graduação e por terem acompanhado desde o processo seletivo todas as angústias e alegrias que envolveram esse trabalho.

Aos amigos de república: Nattany Ribeiro, Renata Zago, André Rodrigues (*in memoriam*) e Eduardo Tognoli, por terem me proporcionado tantos momentos de carinho, amizade e respeito. Levarei sempre na memória a família que formamos em Marília.

Às minhas queridas amigas (Maloca Querida) que desde a infância fazem a minha vida mais alegre e feliz. As bandeirantes: Daniela Henriques Rodrigues, Mayra de Jesus Fernandes, Talita Helena Alves de Brito, Xenda de França Amici; não bandeirantes: Camilla de Souza Gato e Joyce Cristina Santos de Souza.

Aos/às amigos/as de Santos: Adriana da Silva, Drielle Fernandes, Gisele Polimeno, Ígor Marrecos, Leonardo Machado, Leandro Matheus, Nathany Santana, Stéphanie Corrêa e Thadeu Almeida, que me deram tanto apoio e carinho durante esses últimos anos.

Aos colegas de trabalho, funcionários e professores da E.E. Antônio Ablas Filho que sempre me ajudaram a conciliar as obrigações em sala de aula com as atividades acadêmicas.

Aos amigos da Pós-Graduação com quem tanto aprendi Aparecida Amorim, Sandra Mara Pereira, Carlos Spinelli, Mirian Zanelli, Rachel D'Amico, Danielle Ribeiro, Vanessa Lanza, Vanessa Goto, Elen Silva, Juliana Laet, Cinthia Falchi e Cíntia Xavier.

À Sônia Oliveira Santos, Natália Araújo e Karen Almeida Carneiro por terem me ajudado com a formação e revisão do texto final.

Às novas e não menos importantes amizades seladas no retorno à Marília: Ana Carolina Oliveira, André Tondato, Dayana Prado, Larissa Ladalardo (Batão), Marta da Mata. Como foi bom contar com a alegria e bom humor de vocês!

Muito obrigada!

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo compreender a trajetória do Guidismo no Brasil. O Guidismo foi idealizado por Robert Baden-Powell em 1909 na Inglaterra e pode ser compreendido como a vertente feminina do Movimento Escoteiro, cuja participação no período era permitida apenas aos meninos. No Brasil, o Guidismo recebe o nome de Movimento Bandeirante. A distinção entre o termo Guidismo e Movimento Bandeirante é intencional, uma vez que é defendida a ideia de que a escolha do termo está atrelada ao pensamento social compartilhado pela elite republicana. Mais especificamente no Rio de Janeiro, contexto em que a instituição chega ao Brasil, no ano de 1919, por intermédio da enfermeira Jerônima Mesquita, que é uma das lideranças do movimento sufragista feminino nas décadas seguintes. Mediante uma compreensão acerca dos valores que balizavam a instituição, pretende-se investigar qual concepção de mulher que o Movimento Bandeirante propagou às suas filiadas no decorrer do século XX, mais precisamente entre sua implementação no início da década de 1920, até o período de 1969-1974 referente ao processo de Reestruturação Institucional que tinha como objetivo reformular a metodologia bandeirante à realidade social e cultura da juventude no período. Embora o Projeto de Reestruturação Institucional tenha sido idealizado com o intuito de reformular a proposta educativa do Movimento Bandeirante no país, sob a perspectiva de possibilitar aos jovens uma formação voltada à realidade social brasileira e coerente às transformações sociais e políticas do período, a referente pesquisa conclui que as mudanças realizadas pelo Projeto foram pouco expressivas. Tendo em vista os objetivos e as particularidades que envolvem o objeto, utiliza-se como referencial metodológico a observação participante em acampamento e atividades promovidas pelo Movimento Bandeirante e a análise de publicações internas como estatutos, manuais de metodologia, revistas e fotografias.

Palavras-chave: Movimento Bandeirante; Guidismo; Movimento Escoteiro; gênero; Brasil e século XX.

ABSTRACT

This research aims to understand the trajectory of Guidismo in Brazil. The Guidismo was conceived by Robert Baden-Powell in England in 1909 and can be understood as the feminine aspect of the Scout Movement, in which, at the period, only boys were allowed to participate. In Brazil, the Guidismo is called Bandeirante Movement. The distinction between the terms Guidismo and Bandeirante Movement is intentional, since it is argued in this research that the choice of the term is linked to the social thought shared by the republican elite. More specifically in Rio de Janeiro, in relation with the context in which the institution comes to Brazil, in 1919, through the nurse Jeronima Mosque, which is one of the leaders of the female suffrage movement in the following decades. Through an understanding of the values that marked out the institution, our aim is to investigate which idea of woman the Bandeirante Movement spread to their affiliated during the twentieth century, more precisely between its implementation in the early 1920s to the period of 1969-1974, which can be related to the Institutional Restructuring process that intended to reshape the bandeirantes' methods to the social and cultural reality of the youth in the period. Although the Institutional Restructuring Project has been designed in order to reshape the educacional proposal of the Movimento Bandeirante in the country, by the perspective of enabling the youth a formation oriented to the Brazilian social reality and coherent to the social and political transformations of the period, the referring research concludes that the changes made by the Project were least expressive. In view of the objectives and characteristics that involve the object of this research, the methodological framework is based on participant observation in the camp and in the activities promoted by the Bandeirante Movement and analysis of internal publications such as statutes, methodology manuals, magazines and photographs.

Keywords: Movimento Bandeirante; Girl Guides Movement, Boys Scouts Movement; gender; Brazil and twentieth century.

LISTA DE IMAGENS

FIGURA 1 - A arte de explorar do escoteiro	17
FIGURA 2 - A bandeirante é econômica	18
FIGURA 3 - Retrato de Robert Baden-Powell	57
FIGURA 4 - Retrato dos meninos da Boy's Brigade em 1905 – Inglaterra	67
FIGURA 5 - Retrato de Ernest Thompson Seton e os rapazes da Woodcraft <i>Indians</i>	68
FIGURA 6 - Retrato de Baden-Powell e os primeiros escoteiros – Acampamento experimental na Ilha de Brownsea	70
FIGURA 7 - Retrato de Miss Agnes Baden-Powell, Lady Olave Baden-Powell e Lord Robert Baden-Powell – 1926	76
FIGURA 8 - Túmulo de Olave e Robert Baden-Powell	78
FIGURA 9 - As primeiras bandeirantes a fazerem a promessa no país.....	93
FIGURA 10 - Saudação Bandeirante.....	101
FIGURA 11 - A evolução dos broches da promessa no decorrer do século XX	105
FIGURA 12 - Capa “Revista Fon-Fon” sobre o Movimento Bandeirante - Exemplar de 16 de junho de 1956.....	114
FIGURA 13 - Quadro de Pedro Bruno “A pátria” – As filhas e esposa de Benjamim Constant costurando a bandeira da República	123
FIGURA 14 – Quem tem medo de política?	160

LISTA DE MAPAS

MAPA 01 - Distribuição do Bandeirantismo por Estados no Brasil na atualidade	55
MAPA 02 - Territórios sob o controle de países europeus antes de 1914	62
MAPA 03 - Região do conflito entre os bôeres e ingleses.....	64

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – População feminina brasileira discriminada por unidades da Federação em que o Bandeirantismo atua e por faixa de idade	150
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
------------------------	-----------

CAPÍTULO I A INVESTIGAÇÃO A PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS QUE NORTEARAM O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	28
1.1 Considerações sobre a contribuição da Teoria da Prática.....	29
1.2 A categoria de gênero e sua interface com outros marcadores da diferença	38
1.3 A experiência no campo: do acampamento aos arquivos	42
1.4 Considerações sobre os procedimentos analíticos acerca do material institucional.....	48

CAPÍTULO II - A GÊNESE DO GUIDISMO: A TRAJETÓRIA DE VIDA DE BADEN-POWELL E A PROPOSITURA DE UM MOVIMENTO PARA A JUVENTUDE.....	51
2.1 A organização institucional do Guidismo e Escotismo	52
2.2 Aspectos sobre a trajetória de vida de Baden-Powell: de militar a chefe mundial dos Escoteiros e Girl Guides	56
2.3 Origem e desenvolvimento do Escotismo e Guidismo na Inglaterra	66
2.4 As bases morais do Escotismo.....	79
2.5 As discussões acadêmicas sobre o Escotismo: compreensão da obra de Baden-Powell sob uma perspectiva educacional.....	83

CAPÍTULO III - “DEUS SALVE AS BANDEIRANTES”: ASPECTOS SOBRE A REPRESENTAÇÃO DE GÊNERO NO BRASIL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX	90
3.1 A chegada do Guidismo no Brasil do início do século XX.....	91
3.2 - Bandeirantismo: problematizando o mito	94
3.3 A simbologia do Movimento Bandeirante e suas representações de gênero	99

3.3.1 A influência religiosa Católica: a mulher como esteio do lar.....	102
3.3.2 A influência higienista e cientificista: a mãe como a maior aliada do saber Médico	111
3.3.3 A questão da disciplina subinscrita no Movimento Bandeirante	121
3.4 O Movimento Bandeirante e a representação de um <i>habitus</i> de classe	132

CAPITULO IV - “A REVOLUÇÃO BRANCA DAS BANDEIRANTES”:

CONSIDERAÇÕES SOBRE A REESTRUTURAÇÃO INSTITUCIONAL

(1969-1974)	140
-------------------	-----

4.1 Os aspectos histórico-sociais da década de 1960 e a influência dessas transformações no comportamento da juventude no Movimento Bandeirante	141
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

4.2 A Reestruturação Institucional da FBB: suas finalidades e procedimentos	146
-----------------------------------------------------------------------------------	-----

4.2.1 A caracterização do problema: aspectos preliminares levantados pela Equipe Técnica de Educação	148
------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

4.2.2 Reflexões e mudanças no programa: a Promessa, a Lei e a simbologia bandeirante	152
--------------------------------------------------------------------------------------------	-----

4.2.3 A questão religiosa no Bandeirantismo e a permanência da proeminência do Catolicismo	155
--------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

4.2.4 O Bandeirantismo e a realidade social brasileira: tentativas de aproximações	157
------------------------------------------------------------------------------------------	-----

4.2.5 Sexualidade e feminilidade no Bandeirantismo: a permanência de uma ‘essência’ feminina	163
----------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

CONSIDERAÇÕES FINAIS	172
----------------------------	-----

REFERÊNCIAS	176
-------------------	-----

FONTES DOCUMENTAIS	184
--------------------------	-----

ANEXO A – Provas promessa- Adestramento	188
-----------------------------------------------	-----

ANEXO B – Provas para a Segunda Classe Bandeirante	189
----------------------------------------------------------	-----

ANEXO C – Provas para a Primeira Classe Bndeirante.....	191
---------------------------------------------------------	-----

INTRODUÇÃO

O que conta, na realidade é a construção do objeto e a eficácia de um método de pensar, nunca se manifestam tão bem como na sua capacidade de constituir objetos socialmente insignificantes em objetos científicos, ou, o que é o mesmo, na sua capacidade de reconstituir cientificamente os grandes objetos socialmente, apreendendo-os de um ângulo imprevisto. (BOURDIEU, 2011, p. 20).

Propor-se a escrever sobre um tema com o qual temos uma estreita proximidade é uma tarefa que se apresenta de maneira delicada a qualquer pesquisador. Quando aliada a essa dificuldade temos a ausência de debates que problematizam o tema – seja pela academia, sociedade civil e até mesmo pelos próprios membros da instituição em análise – o processo de realização de uma pesquisa torna-se ainda mais dificultoso.

O sociólogo Antônio Sérgio Guimarães (2004) faz uma pertinente consideração acerca da utilização metodológica de categorias abstratas e puramente analíticas pelas ciências humanas para compreender o modo de vida ou pensamento social, tais como foram vivenciados por seus atores. O autor chama atenção para o fato de que tais noções, inteiramente conceituais, são comumente tecidas a partir de significados históricos precisos, que muitas vezes são utilizados, seja para fins teóricos ou políticos, de forma generalizada, para além do seu referencial temporal. Essa prática está sujeita a duas condições:

Ao fazer isso, expomo-nos seja ao anacronismo histórico (ao risco de imputar indevidamente sentidos e significados aos sujeitos passados), seja ao estruturalismo mais árido (isto é, ao risco de privar a análise social da compreensão do significado cultural dos seus objetos); mas, não fazê-lo, nos expõe igualmente, pois podemos pretender ser meros reconstrutores mentais de épocas mortas, como se isso fosse possível, como se não estivéssemos todos muito bem fincados em nossos atualíssimos interesses. (GUIMARÃES, 2004, p.10).

O primeiro desafio que surge a essa pesquisa consiste na minha proximidade com o Movimento Bandeirante, que teve um papel significativo em minha formação pessoal, aliado à tarefa de analisar de forma crítica mediante o debate proposto pelos Estudos Feministas; a trajetória da instituição, que perpassa considerável fração do século XX sob a luz do pensamento social do período, sem recair no erro de estabelecer uma leitura anacrônica que possa imputar, aos sujeitos envolvidos, significados impróprios, sem respeitar os desdobramentos e as emergências próprias do seu referencial temporal.

Através do pressuposto defendido pelo próprio grupo, de que o Movimento Bandeirante é uma instituição – cuja própria definição de *movimento* remete-se ao fato de que

sua atuação está relacionada às transformações e demandas sociais – este trabalho tem como objetivo compreender como se estabeleceram as relações de gênero na instituição¹, mais especificamente entre o período de implementação do Bandeirantismo no Brasil em 1919 e, posteriormente, em seu período de reestruturação institucional que ocorreu entre os anos de 1969 a 1974. A partir daí, busca-se discutir qual representação de gênero foi construída pela instituição e repassada às meninas e mulheres que participaram do movimento.

A origem do Guidismo² está intimamente ligada ao surgimento do Escotismo. Ambos os movimentos foram idealizados pelo mesmo fundador como uma proposta de coeducação voltada à juventude inglesa no início do século XX e, em um breve período de tempo, se espalhou por todo o mundo. Para Baden-Powell, o Guidismo e o Escotismo devem ser compreendidos como dois movimentos irmãos, em que cada um, através de seu próprio método educativo, tem por objetivo atender às necessidades específicas de cada gênero, contribuindo para o desenvolvimento e a formação de moças e rapazes. (BADEN-POWELL, 1955, p. 10 *apud* NASCIMENTO, 2008, p. 73)³.

Segundo Jorge Carvalho do Nascimento (2008, p.14), autor cujo trabalho consiste em uma das grandes referências sobre o Movimento Escoteiro no país, afirma que “como prática social, o Escotismo foi muito pouco estudado pela historiografia brasileira e menos ainda como prática educacional”. Quando ampliamos essa carência de discussões acadêmicas ao Movimento Bandeirante, nas palavras do próprio autor, como prática social, este quadro se agrava ainda mais⁴. Assim como na academia, a popularidade do Movimento Escoteiro em relação Movimento Bandeirante pelo senso comum é visivelmente disforme.

A realização dessa pesquisa tem o pressuposto de posicionar-se diante a uma tendência: a tentativa de trazer à tona o debate sobre uma instituição que, mesmo tendo uma

¹ Analiso o Movimento Bandeirante a partir das relações de gênero, por caracterizar que as representações sociais atribuídas aos sexos são relacionais. Nesse contexto, embora a instituição fosse composta restritamente por mulheres, não se pode deixar de caracterizar este aspecto relacional, principalmente se for levado em consideração a estreita relação com o Movimento Escoteiro.

² Desde o início dos meus estudos sobre o Movimento Bandeirante, julgo necessário estabelecer uma distinção no que diz respeito à nomenclatura, em sua origem na Inglaterra e sua apropriação no Brasil. Os motivos que justificam essa postura teórica serão discutidos com mais detalhes no terceiro capítulo (3.2.). Adianto previamente que o termo “Movimento Bandeirante” é caracterizado nessa pesquisa como uma expressão que só tem significância em nosso contexto histórico-social, e que por isso não deve ser utilizado em outros contextos para além do Brasil. Nessa perspectiva, ao me referir ao movimento em sua origem, antes de sua chegada ao Brasil, utilizarei o termo “Guidismo”, apropriação do termo original “Girl Guides”. A partir da contextualização e problematização do movimento no Brasil, utilizarei o termo “Movimento Bandeirante”.

³ BADEN-POWELL, Robert. *O livro de Baden-Powell (Girl Guiding)*: para fadas, bandeirantes, guias e chefes. Rio de Janeiro: FBB, 1955, p. 10.

⁴ O único trabalho acadêmico sobre o Movimento Bandeirante na área de Ciências Sociais foi realizado por Maria Inez Motta em 1988, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Museu Nacional-UFRJ, sob a orientação de Gilberto Velho com o título “*Bandeirantismo no Brasil: Um estudo de caso sobre mulher e modernidade*”.

considerável repercussão histórico-social, raramente foi caracterizada como um pertinente objeto de interesse das Ciências Sociais. Somada a este fato, defendo a condição de subjacência do Movimento Bandeirante em comparação ao Movimento Escoteiro⁵, no que diz respeito à visibilidade social e popularidade desses movimentos, que a meu ver, são decorrentes das representações de gênero distintamente associadas entre estas instituições.

Possivelmente, se tal questionamento for realizado, ocorrerá a afirmativa de que a popularidade do Escotismo em relação ao Bandeirantismo, é decorrente do fato de que o primeiro tenha sido implementado nas escolas públicas do país nas décadas de 1910 e 1920, como apontam os trabalhos de Adalson Nascimento (2004a) e Rosa Fátima Souza (2000). Todavia, volto a defender que a popularidade do Escotismo não se vincula ao seu caráter educacional, dado ao fato que não há um conhecimento generalizado entre as pessoas de que o Escotismo fez parte do currículo das escolas primárias no referido período.

Não defendo que haja uma desigualdade de importância entre ambos os movimentos, pelo contrário: a prerrogativa do fundador Baden-Powell era de que ambas as instituições deveriam proporcionar uma formação não formal a meninos e meninas de forma igualitária. Entretanto, o Escotismo, caracterizado essencialmente como um movimento masculino, traz em si as influências da construção de uma representação de masculinidade, que está atrelada ao desbravamento, virilidade e, principalmente, a atuação no espaço público, contato e domínio da natureza, o que lhe confere notoriedade.

⁵ Tomo esse posicionamento a partir da análise da relação entre ambos os movimentos no Brasil, não generalizando essa análise para as manifestações desses movimentos em outros países em seus distintos contextos socioculturais.

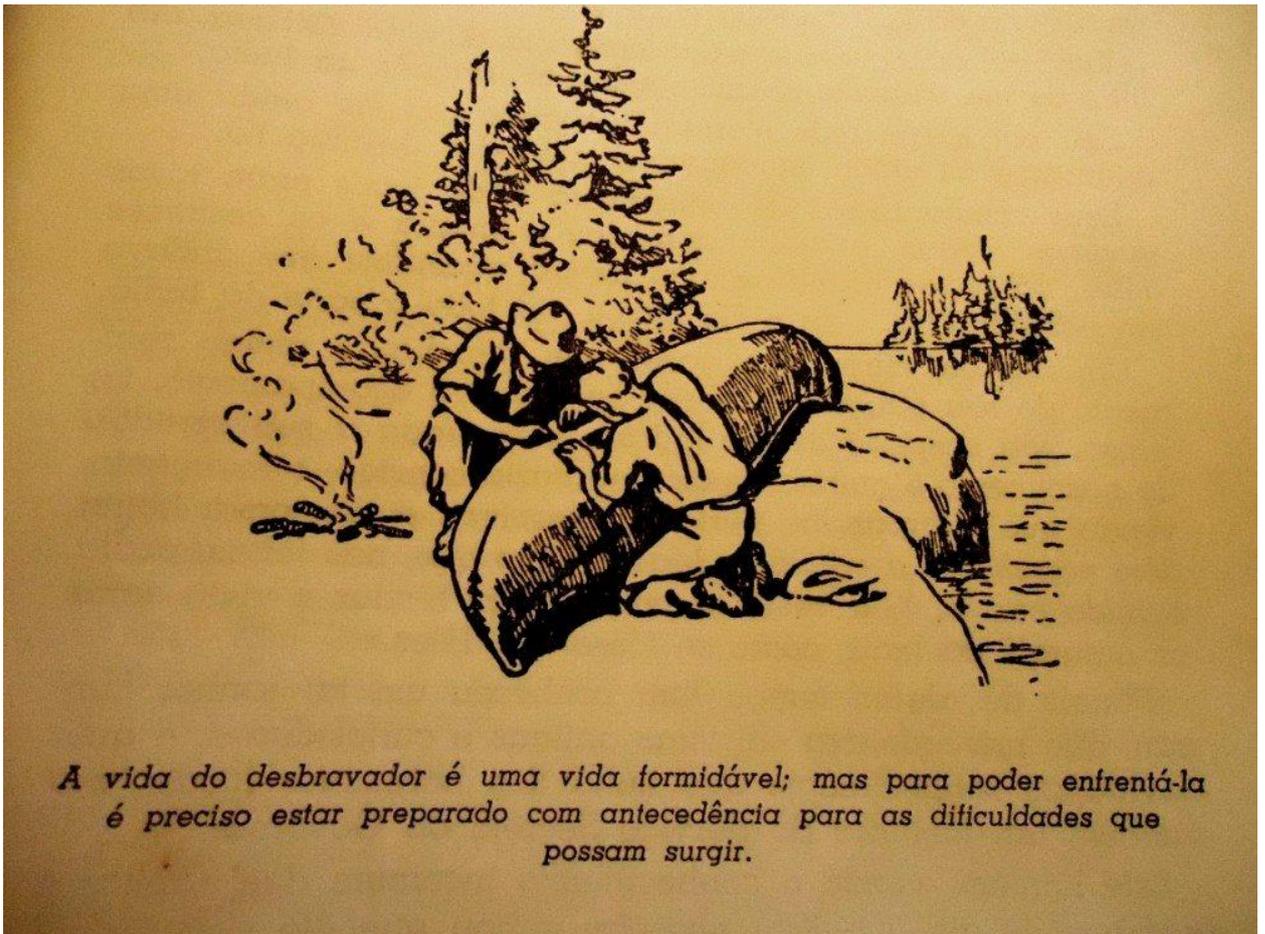


FIGURA 1- Ilustração “A arte de explorar do escoteiro”⁶

Em contrapartida, o Bandeirantismo, caracterizado essencialmente como feminino, traz a construção de uma representação de feminilidade que está atrelada à delicadeza, solidariedade e pureza, que são elementos associados ao ato de cuidar; ações que são ligadas à esfera do privado e, conseqüentemente, acarretam em uma “invisibilidade” social. Para que tal afirmação tenha mais clareza, basta pensar na identificação primária, que comumente se faz de ambos os movimentos: o escoteiro é rapidamente associado à imagem do menino uniformizado que acampa e vivencia atividades ao ar livre, enquanto a bandeirante é associada à imagem da menina que vende biscoitos de porta em porta com o intuito de arrecadar fundos para o grupo ou ação solidária⁷.

⁶ Disponível em: Baden-Powell, Robert. *Escotismo para rapazes*. São Paulo: Fraternidade Mundial. 1961, p. 29. Acesso em 15 dez. 2013.

⁷ A imagem compartilhada no país da bandeirante vendendo biscoito é decorrente veiculação midiática de filmes e desenhos e de um hábito comum praticado entre as *girls scouts* nos Estados Unidos que raramente foi praticado no Brasil.



FIGURA 02 - “A bandeirante é econômica”⁸

Para ratificar tal afirmação, acho pertinente citar o trabalho de Nilson Tomé (2006)⁹: o autor discute os aspectos do Escotismo como movimento de educação não formal. Ele considera – de forma equivocada e sem nenhum comprometimento com o recorte temporal em que estabelece suas afirmações – que o Movimento Bandeirante “hoje, praticamente não existe mais com este nome; em muitos locais, agora são denominadas simplesmente como escoteiras”. Se um pesquisador que se dispõe a discutir e citar o assunto, não compreende que o Escotismo e o Bandeirantismo se tratam de instituições distintas, este fato pode demonstrar efetivamente o desconhecimento acerca do Bandeirantismo por leigos, bem como sua organização institucional voltada para as mulheres.

Outra questão pertinente é que raramente a apropriação do método educacional proposto por Baden-Powell em outros contextos socioculturais é discutido nos trabalhos mais recentes sobre o tema. Partindo da suposta eficácia dessa adequação, não há como

⁸ Disponível em FBB. *Bandeirantes*, Rio de Janeiro, 1943. Acesso em 15 dez. 2013.

⁹ THOMÉ, Nilson. Movimento Escoteiro: Projeto Educativo Extraescolar. Revista HISTEDBR on line. Campinas, n. 23, p. 171-194, set. /2006.

desvencilhar o fato de que o surgimento do Escotismo no Brasil e, estendendo a análise ao Guidismo, instituição que este trabalho propõe-se a compreender, está atrelado aos valores compartilhado pelo estrato social em que esses movimentos tomaram notoriedade e repercussão: a elite. Sendo assim, julgo necessário estabelecer uma relação entre os aspectos ideológicos difundidos por Baden-Powell e o pensamento social compartilhado pela elite no país, mais precisamente no primeiro quarto do século XX.

Um apontamento correspondente a essa questão pode ser verificado em uma pesquisa realizada sobre o Movimento Escoteiro por Max Eduardo Brunner Souza (2010). O sociólogo aponta que a forma com que os escoteiros compreendem o próprio movimento vai ao encontro da análise realizada por Norbert Elias¹⁰ sobre a alta sociedade alemã na obra “*Os Alemães*”. Para Souza (2010, p. 26) “O Escotismo se constituiu, na visão de seus membros, como uma espécie de “establishment” – um grupo que se entende como a “melhor espécie de pessoas”, superiores – principalmente em termos de honra e moral perante o restante - o comum - da sociedade em seu entorno”.

A construção textual dessa pesquisa em primeira pessoa é resultante de um longo processo de reflexão não apenas do próprio exercício que compete à realização da investigação em si, como também de um duplo posicionamento - como mulher, na condição de pesquisadora e, ex-participante - que através do exercício de estranhar aquilo que lhe é familiar, tento, de forma singela aos limites deste trabalho, contribuir aos esforços de uma geração de autoras que buscam trazer à tona as vozes de mulheres que durante séculos foram silenciadas. (HARAWAY, 1995).

Dessa forma, para que se estabeleça a clareza necessária para a realização da pesquisa, optei por descrever detalhadamente na introdução a minha relação particular com o objetivo, no intuito de tentar, da maneira mais clara possível, contextualizar o meu próprio exercício de construção e desconstrução crítica sobre o Movimento Bandeirante e a difusão de seus valores.

O Movimento Bandeirante surge em minha vida tal como ocorre com a maioria das meninas que fizeram parte da instituição: através de um convite de uma amiga de escola. Aos oito anos de idade, iniciei minha trajetória na instituição fazendo parte do Distrito Santos¹¹,

¹⁰ ELIAS, Norbert. *Os alemães*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

¹¹ Atualmente, o termo “Distrito” foi substituído pelo termo “Núcleo”. O Distrito Santos foi fundado em 15 de novembro 1942, alguns dias depois da implementação do Movimento Bandeirante no Estado de São Paulo, que data de 19 de outubro de 1942. O Bandeirantismo demorou duas décadas para chegar à São Paulo em decorrência de divergências políticas com o governo Getulista no Estado Novo. (GORDINHO, 1992, p. 81). As atividades do Distrito Bandeirante Santos nunca foram interrompidas desde então. Na ocasião, como não existia a Região de São Paulo, que se caracteriza como uma organização de caráter estadual, o Distrito de Santos era

que leva o mesmo nome da cidade da qual pertence, no litoral do estado de São Paulo. Fiz parte da instituição durante dez anos, dos oito aos dezoito anos de idade, ininterruptamente. Afastei-me da instituição somente quando ingressei no ensino superior e, ainda durante alguns anos, de forma menos intensa, participei de acampamentos e outras atividades maiores, em escala nacional.

O desconforto em relação ao Movimento Bandeirante manifestou-se muito antes do primeiro contato que tive com as Ciências Sociais durante a graduação. Obviamente, o envolvimento com o curso despontou em mim um olhar cada vez mais crítico com a instituição. Entretanto, na minha adolescência já percebia certas características no Bandeirantismo que me incomodavam.

Não sou ingênua ao ponto considerar que alguns aspectos do meu próprio referencial de ser social contribuíram não apenas para o incômodo que tinha na época em que fiz parte da instituição, como também dos próprios elementos que me motivaram a eleger o Movimento Bandeirante o meu objeto de pesquisa desde o início da graduação.

Embora não houvesse nenhum tipo de exclusão aparente, bastava deslocar o olhar e observar que o perfil de uma menina negra e de origem operária que estudava em uma escola mantida por uma entidade sindical portuária¹² destoava do perfil majoritário das meninas que participavam do Bandeirantismo, composto por meninas brancas, estudantes de colégios tradicionais e filha de trabalhadores liberais. Não é à toa que todos os acampamentos que eu e

subordinado diretamente ao escritório Nacional, no Rio de Janeiro. Inicialmente só faziam parte do Bandeirantismo em Santos as meninas que estudassem em dois colégios católicos da cidade: São José e Stella Maris. De acordo com as atas da época, nota-se que os cargos direção do Distrito não eram eleitos, mas compostos através de convites feitos às senhoras da sociedade santista, que ocupavam a Presidência e, que por sua vez, escolhiam suas auxiliares.

¹² O posicionamento e autodeclaração de raça no Brasil é um tema complexo. Contrariamente ao que ocorre em outros países, que tiveram um grande fluxo migratório de negros, como nos Estados Unidos, a determinação racial é centralizada na origem, na linhagem. Já no Brasil, as determinações da origem racial estão atreladas ao fenótipo, o que traz uma grande variação de termos utilizados para a autodeclaração, como pode ser observado no Censo Demográfico de 1977, em que a declaração do critério cor/raça foi aberta à população, sem uma categorização prévia (SCHUWARCZ 1998). Sendo assim, a categorização de pessoas mestiças, como no meu caso, viária muito conforme os lugares transitados. A minha autodeclaração como uma pessoa negra, que constantemente é questionada devido aos meus traços “finos” é um posicionamento político, que vê no uso do termo “raça” uma estratégia de combate ao racismo, uma vez que caracterizo que a ideia de raça “baliza as diferenças sociais e os processos discriminatórios no país” (SILVA, 2010, p.12). O culto à mestiçagem perpetua o entrave entre o lugar e o não lugar ocupado por negras/os, que traz diversos problemas no combate ao “racismo do tipo velado”, que mascara o preconceito e o internaliza, como também nubla as estratégias de reivindicações de políticas de reconhecimento. Sobre o assunto, destacam-se os trabalhos de GUIMARÃES (1999; 2002; 2004) e MUNANGA (2004; 2008). Além da questão racial, a minha condição de filha de operário é envolvida por um cenário proletário muito particular. Na cidade de Santos, ser estivador na segunda metade do século XX – anterior às transformações ocorridas na gestão de trabalho a partir do final dos anos 1990 – é uma posição de *status*, pois além de ser um trabalhador reconhecido por uma renda superior se comparada aos demais operários, o sindicato na cidade detinha de outras instituições como hospital e escola que eram referências de qualidade. É possível que as particularidades acerca do estivador possam ter contribuído para que as filhas de operários deste segmento possam ter participado da instituição.

as outras meninas de origem operária tivemos a oportunidade de ir, foram devido aos esforços conjuntos dos meus pais e das próprias bandeirantes em promover inúmeras campanhas financeiras para angariação de verbas e a solicitação de bolsas-auxílio ao escritório estadual e nacional da FBB.

O desconforto que eu tinha no período era recorrente à imposição de certo empreendedorismo que começou a pairar sobre a instituição em meados dos anos dois mil. Outro aspecto que me incomodava era o caráter apolítico da instituição. Mesmo após diversas reflexões sobre o tema que se iniciaram na instituição a partir da década de 1960, a política era caracterizada apenas sob uma perspectiva partidária e não como um exercício intrínseco à condição humana que, como tal, deve ser amplamente desenvolvido. A meu ver, embora a instituição defendesse a prerrogativa de estar sempre em movimento, o Bandeirantismo agia como um núcleo à parte do que estava acontecendo no mundo. As questões sociais que eram contempladas pela instituição eram sempre revestidas de um discurso assistencialista. Nunca se discutia a gênese dos problemas¹³.

Embora eu percebesse os resquícios de uma distinção proposta pelo método entre aquilo que era “essencialmente” masculino e feminino, sobretudo ao comparar as próprias atividades realizadas pelos escoteiros, e até mesmo entre as escoteiras, pois mesmo sendo meninas, estas estavam inseridas em uma instituição que tem sua trajetória atrelada à construção de uma representação de masculinidade, somente com as leituras sobre os estudos de gênero, aliada a uma leitura de antigos estatutos, documentos e livros institucionais, é que pude compreender de forma mais crítica, a construção de uma representação de gênero, que compreende a bandeirante como uma moça de caráter reto, pura, amável, sensível e sempre disposta a servir ao próximo¹⁴.

A questão que sempre norteou a minha relação como pesquisadora e ex-participante da instituição é compreender o hiato do Bandeirantismo de outrora, que tinha a religiosidade como o princípio norteador da instituição; o caráter elitista e estritamente feminino, que raramente permitia o acesso institucional às moças que não fossem das classes abastadas; com o Bandeirantismo que eu vivenciei na minha infância, que tinha um aspecto mais

¹³ Durante o período em que fiz parte da FBB participa de diversos projetos sociais, principalmente ligados a questões como saúde e ecologia. Estas estratégias são feitas de forma muito organizada e dialogam com outras instâncias. Todavia, a abordagem sempre se articula à ideia de “fazer sua parte; ser a diferença que você, bandeirante, quer ver no mundo”, mas a gênese das questões, as dinâmicas sociais nunca são questionadas e/ou problematizadas. Para consulta visite o site oficial da instituição: <<http://www.bandeirantes.org.br>>

¹⁴ O princípio de “servir ao próximo” é um dos pilares da formação moral no Movimento Bandeirante e a internalização dessa prática é sempre trabalhada na formação das crianças e jovens.

“democrático” no que diz respeito ao acesso, que reúne crianças de ambos os sexos¹⁵ e pertencentes a outros segmentos sociais. Os resquícios de um movimento elitista, cuja representação de gênero é ancorada no ideal de meninas e mulheres de caráter reto, tementes a Deus e zelosas filhas, mães e donas de casa, ainda persistiam, embora passassem despercebidos e não questionados entre seus membros. Mas no plano cotidiano, estes elementos que estreitavam o acesso já não eram tão vívidos como no período que restringe a análise dessa pesquisa.

Não posso dizer, sob o ponto de vista burocrático, que a imposição religiosa e a restrição da participação gerada pelo alto custo dos materiais e a das atividades desenvolvidas podem ser caracterizadas como um impedimento concreto à participação de crianças que não se enquadram nos preceitos morais, que foram determinados no início do século XX e no perfil financeiro. Houve uma mudança de postura no Movimento Bandeirante que permitia o acesso de crianças e jovens de outros segmentos, que fugissem do padrão típico da instituição: meninas brancas e católicas pertencentes às famílias de grande poder aquisitivo. É possível perceber uma mudança de propositura por parte da FBB a partir dos anos 1970, período em que corresponde à reestruturação metodológica que ocorre na instituição entre os anos de 1969 a 1974, que será discutida de forma mais enfática no quarto capítulo.

Caracterizo dois momentos como o ponto de partida do meu despertar crítico com relação ao Movimento Bandeirante sobre o tipo de formação que ele havia me proporcionado durante a infância e adolescência. O primeiro foi em certa ocasião que as/os bandeirantes faziam um mutirão de organização da biblioteca do Distrito. Ao folhear alguns livros, encontrei em um exemplar um folheto informativo da década de 1960 que orientava as coordenadoras que mantivessem suas bandeirantes longe dos perigos da revolução comunista e dos conflitos gerados pelo Regime Militar no país. O conteúdo do folheto alegava ainda que era necessário manter a característica apolítica do movimento¹⁶.

¹⁵ A partir da reformulação institucional entre os anos 1969 a 1974, é permitida a adesão de meninos. A partir do estatuto da FBB de 2004, a instituição é denominada como Federação de Bandeirantes do Brasil. A presença expressiva de meninos e rapazes ocorre efetivamente nos final dos anos noventa. Mesmo operando em caráter estatutário como instituição de coeducação destinada a meninos e meninas, há ainda grupos em que se mantém a forma estritamente feminina. Na maioria das vezes, esses grupos se organizam conjuntamente com o Movimento Escoteiro, preservando a forma “pura”, em que meninos são escoteiros e meninas são bandeirantes. Mesmo após a abertura ao público masculino, a parcela feminina ainda é expressivamente maior.

¹⁶ Infelizmente, após esse episódio, não tive a oportunidade de ter acesso aos folhetos novamente, que certamente, consistiria em uma potencial fonte para esta pesquisa.

O outro momento foi durante minha adolescência, tempo em que eu fazia parte do Clã¹⁷ “Martin Luther King”, que como o próprio termo clã se remete, trazia toda uma referência de tradição e respeito com o nome escolhido. Nós, as meninas que faziam parte do clã, questionávamos se Martin Luther King nos representava como pessoas e, principalmente a nossa cultura. Em momento algum queríamos desprestigiar a trajetória do líder pacifista, pelo contrário: apenas discutíamos o porquê de que deveríamos manter um nome apenas por respeitar uma tradição, sendo que tínhamos no Brasil muitos outros símbolos de resistência política.

Obviamente, que essa iniciativa causou diversas discussões no Distrito. O que me chamou atenção nesse episódio não foi o fato de discordarem dessa iniciativa, pois muitos dos nomes sugeridos por nós eram impróprios às pretensões do movimento, mas a forma com que fomos repreendidas pelo simples fato de questionarmos e de estarmos pensando efetivamente sobre a dimensão e representatividade que o Bandeirantismo tinha em nossas vidas. Nossa ação nesse episódio, foi simplesmente reduzida a uma mera expressão de desrespeito à tradição do Clã. A partir destes acontecimentos, me questionei em que medida eu compartilhava os valores que a instituição propagava. Nunca aceitei o fato de que o simples exercício de pensar a respeito do movimento e sobre a forma com que ele se posicionava no mundo pudesse ser repreendido.

Durante a graduação, desenvolvi um trabalho de iniciação científica sobre um grupo de mulheres que fizeram parte do Movimento Bandeirante na cidade de Assis-SP entre as décadas de 1960 e 1970¹⁸. Mediante a técnica de história oral e partindo de um próprio pressuposto da instituição que caracterizava o Bandeirantismo como um movimento que objetivava proporcionar uma participação mais ativa da mulher na sociedade e, conseqüentemente, uma emancipação feminina (FBB, 2008, p. 58), busquei compreender o que era ser menina/mulher bandeirante e, tendo em vista o referido pressuposto da instituição, constatar sob a perspectiva destas mulheres se a instituição foi capaz de proporcionar essa emancipação.

Com base nos relatos dessas mulheres e de seus acervos particulares, que continham fotos, acessórios e anotações; aliados às fontes institucionais e uma bibliografia específica sobre estudos de gênero, foi possível compreender que no aspecto individual, o Movimento

¹⁷ Clã é o termo utilizado para designar o grupo de guias que consiste no último estágio que o bandeirante passa antes de iniciar suas atividades como membro adulto no movimento, período em que passa a fazer parte do grupo de coordenadores que são responsáveis pela formação das crianças na instituição.

¹⁸ CARVALHO, Samara dos Santos. *A Federação das Bandeirantes no limiar dos anos sessenta: uma proposta de emancipação da mulher*. 2013. 84 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP, Marília, 2013.

Bandeirante conseguiu proporcionar uma emancipação. Para essas mulheres, a vivência na instituição proporcionou uma série de experiências que comumente não seriam vivenciadas pelas meninas e mulheres do período, tais como: presidirem e organizarem uma instituição exclusivamente feminina¹⁹ e a participação em acampamentos, viagens e atividades sociais e voluntárias que normalmente não eram realizadas por essa parcela feminina pertencente à elite²⁰.

Entretanto, quando questionadas sobre uma emancipação feminina de caráter coletivo, sob uma perspectiva política, as entrevistadas dizem que o movimento não foi capaz de realizá-lo. Não apenas por sua atuação reduzida, se for levado em conta o número de membros e o perfil restritivo de mulheres que faziam parte da instituição, mas também pelo fato de que, segundo a opinião dessas ex-bandeirantes, as mulheres conseguiram conquistar o espaço público, mas paralelamente a essa conquista, perderam o respeito. Para essas mulheres, ao passo que as conquistas do movimento feminista²¹ foram libertadoras, por outro lado aprisionou as mulheres, fazendo com que perdessem sua “essência” feminina.

Essa “essência” feminina defendida pelas entrevistadas compreende a maternidade e as tarefas domésticas, bem como a delicadeza e feminilidade como atributos naturais da mulher, ligados às particularidades do sexo biológico. A referida emancipação da mulher entendida pelas entrevistadas como a conquista de direitos civis e políticos e também de uma liberação sexual, foi citada como a principal causa da crise da instituição familiar burguesa.

Frente a estas transformações, o Bandeirantismo é diversas vezes citado como uma instituição que permite a emancipação feminina com limites, ou seja, possibilitando que a mulher conquiste seu espaço no mundo do trabalho, mas sem deixar de exercer as funções de manutenção do lar.

¹⁹ É válido ressaltar que o recorte temporal a ser discutido, tanto anteriormente na monografia como nessa dissertação, diz respeito ao período em que o Movimento Bandeirante era exclusivamente voltado a meninas e mulheres.

²⁰ De acordo com o já referido trabalho de Maria Inez Motta (1988), embora a instituição estivesse pautada em valores morais tidos como conservadores, as moças que pertenciam ao movimento no período de 1945 a 1960, recorte temporal o qual a pesquisa se baseou, o viam como moderno e ousado se comparado com as instituições de educação feminina no período.

²¹ Durante as entrevistas, foi perguntado para as depoentes o que elas caracterizavam como movimento feminista e quais as suas características. A partir das respostas, percebe-se que a menção feita ao feminismo restringe-se àquilo que é caracterizado, para fins analíticos, como feminismo liberal, ou seja, às organizações de mulheres ligadas à luta de direitos civis e políticos. Embora o movimento feminista reúna – mesmo tendo em vista sua fragmentação – múltiplas manifestações e pretensões diversas (PINTO, 2003), as organizações feministas foram associadas pelas depoentes apenas às conquistas ligadas à ampliação da participação feminina no espaço público, como, por exemplo, ampliação da participação no mercado de trabalho, a disputa a cargos eletivos e no desempenho de tarefas para além do serviço doméstico. Não houve em suas falas a associação das lutas femininas à crítica da subordinação feminina como produto de uma visão naturalizada do mundo através de um esquema binário entre os gêneros que implicam em dispositivos hierarquizantes. (PISCITELLI, 2004; SWAIN, 2008).

Compreender o Movimento Bandeirante na atualidade consistiria em desenvolver outra pesquisa, pois as questões que envolvem a instituição vão além das discussões sobre as relações de gênero que embora ainda sejam centrais, estão imersas em outras discussões como: que sujeito político o Movimento Bandeirante busca formar, a questão do protagonismo juvenil e a concepção de cidadania compartilhada e difundida na instituição, que estão atreladas a um complexo discurso que dialoga com questões políticas mais abrangentes e que certamente seriam inviáveis de serem discutidas em uma dissertação de mestrado.

Dada à abrangência de questões que envolvem o Bandeirantismo na atualidade, a pesquisa propõe-se a analisá-lo em sua fase estritamente feminina. Ao caracterizar o movimento, sob a própria prerrogativa da Federação como uma instituição cuja ação dialoga efetivamente com as demandas sociais, sua representação de feminilidade é algo relacional que se associa a uma representação de masculinidade - o que pode ser percebida de forma mais estreita com a própria dinâmica do Movimento Escoteiro com que tem uma origem em comum.

O referencial metodológico nessa pesquisa deveria não apenas contemplar as emergências e particularidades do objetivo como também a própria relação de proximidade que tenho como o mesmo. Dessa forma, ao invés de traçar o caminho mais previsível em uma pesquisa, que consiste em estabelecer o referencial teórico de forma concisa anteriormente à realização da pesquisa de campo, optei por realizar o trabalho de campo concomitantemente à construção do referencial metodológico, sem ir a campo com uma postura rígida, engendrada pelo referencial teórico. Essa postura possibilitou que o próprio objeto, aos poucos, fosse trazendo as respostas e, a partir daí, busquei discuti-lo sob a luz das referências encontradas no campo.

Com base nas discussões levantadas, a pesquisa foi iniciada com a prerrogativa de se caracterizar como uma observação participante. Mas a minha própria experiência de longos anos com o grupo obrigou-me a repensar a maneira de como lidar com o método de observação participante cunhado por Malinowski (1978[1922]), em sua clássica pesquisa realizada nas Ilhas Trobriand, que consiste no contato direto com o grupo a ser investigado, familiarizando-se com seus costumes e atividades²².

²² Segundo Eriksen (2010), um equívoco comum é caracterizar o *trabalho de campo* como uma “invenção” de Malinowski. Para Eriksen, pesquisas etnográficas eram comuns antes dele e essas seguiam padrões metodológicos rigorosos. O que é original na obra do antropólogo polonês é a inovação na forma de realizar o trabalho de campo, uma forma específica que consiste na *observação participante*, baseada no convívio com o grupo a ser pesquisado.

Entretanto, um problema emerge dessa prerrogativa: o Movimento Bandeirante não consistia em um grupo desconhecido, cuja pesquisa implicasse em um convívio intenso com a instituição. Na verdade, conforme fui realizando o trabalho de campo, em algumas reuniões e acampamentos, percebi que embora o trabalho de campo ainda seja considerado “parcialmente”²³ uma observação participante, o objetivo não era familiarizar-se com o Movimento Bandeirante e todos os aspectos simbólicos que envolvem a instituição, mas sim encontrar o já mencionado hiato entre o Bandeirantismo de ontem com o de agora. Ademais, mesmo que eu ficasse horas a fio realizando um trabalho etnográfico com o grupo, esse trabalho jamais teria a riqueza de impressões, detalhes e inquietações que o vínculo que tive outrora com a instituição me permitiu.

Sendo assim, somente o trabalho de campo não possibilitaria compreender os questionamentos previamente levantados. A intensa consulta ao arquivo do escritório estadual da Federação de Bandeirantes do Brasil em São Paulo e o escritório nacional no Rio de Janeiro foram imprescindíveis para compreender o “movimento” dentro do próprio movimento.

Tanto a participação nas atividades como a própria investigação realizada no acervo foi norteadas por um afastamento proposital do objeto de estudo. Não busquei a ingênua neutralidade científica, pois sob todos os aspectos levantados até o presente momento, buscar a neutralidade nesse trabalho seria algo impossível como também incoerente ao meu posicionamento com pesquisadora. Procurei, nas palavras de Gilberto Velho (1978), observar o “exótico no familiar”, ou seja, superar o meu mapa pré-construído acerca daquela realidade.

Sob a noção *praxiológica* de Pierre Bourdieu (2011) e Sherry B. Ortner (2006), que será amplamente discutida ao decorrer do trabalho, tentei compreender o exercício da pesquisa sob uma perspectiva de pensar o real, no caso aqui compreendido não apenas a relação estreita com o objeto, mas com o próprio conhecimento que tenho acerca desse, como algo relacional, pois “se é verdade que o real é relacional, pode acontecer que eu nada saiba de uma instituição acerca da qual eu julgo saber tudo, porque ela nada é fora das suas relações com o todo”. (BOURDIEU, 2011, p. 31).

Em suma, busquei na introdução mapear os passos que nortearam a construção e desenvolvimento dessa pesquisa. No primeiro capítulo, apresentarei o referencial teórico-

²³ Considero o trabalho de campo “parcialmente” como uma observação participante por dois motivos. O primeiro, por se tratar de uma pesquisa histórica, a observação foi estabelecida como uma forma de auxiliar na análise documental, que se estabelece como a fonte central da pesquisa. O segundo motivo consiste no fato de eu considerar que mesmo que fosse realizado um trabalho etnográfico sobre o Bandeirantismo, jamais esse exercício seria equivalente em tempo e experiência em relação aos anos em que fiz parte da instituição e pude experimentá-lo em sua totalidade.

metodológico que envolve esse estudo e a partir daí, traçar quais as estratégias que nortearão as análises realizadas na investigação.

No segundo capítulo, será apresentada a gênese do Movimento Bandeirante e a sua estreita relação com o Movimento Escoteiro. Digo gênese, porque busco compreender o surgimento de ambos os movimentos relacionados ao contexto social do período a partir da figura de seu fundador Baden-Powell e como sua trajetória de vida está intimamente ligada aos preceitos morais difundidos na instituição.

No terceiro capítulo, serão discutidos os principais fundamentos e valores compartilhados pelo Movimento Bandeirante. Tentarei compreender as relações de gênero através de elementos como a influência religiosa, do processo de higienização da família e da disciplina e conservadorismo que estão intimamente ligados à propositura de formação moral e educacional de meninas/mulheres brancas, letradas e da elite, que corroboram para a formação de um *habitus* de classe compartilhado entre as participantes da instituição.

Finalmente, no quarto capítulo tentarei compreender as transformações institucionais ocorridas no Movimento Bandeirante, mais precisamente entre os anos de 1969 a 1974, buscando caracterizar a influência de alguns fatos com as diferentes vertentes do movimento feminista que questionavam a subordinação da mulher a partir das relações entre os gêneros, as transformações ocorridas na Igreja a partir do Concílio Vaticano II e as revoluções estudantis e culturais que ocorriam nos Estados Unidos e na Europa. Com essas discussões, me empenharei em compreender se a reestruturação metodológica pode ser caracterizada como uma possibilidade de transformação da estrutura social que envolve esse grupo de mulheres.

CAPÍTULO I

A INVESTIGAÇÃO A PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS QUE NORTEARAM O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Ao iniciar as primeiras leituras e esquematização das problemáticas que envolvem essa pesquisa, surgiu a preocupação sobre qual referencial metodológico deveria orientar minhas reflexões. Quando realizei a pesquisa referente à monografia durante a graduação, também sobre o Movimento Bandeirante, o que mais me instigava era a discussão sobre a relevância da subjetividade do(a) pesquisador(a) na pesquisa sociológica.

Essa problemática, somada à discussão proposta pela técnica da história oral, defendia um tipo de análise na perspectiva histórica que nas palavras de Walter Benjamin se propusesse a “escovar a história contrapelos”, ou seja, Benjamin critica os historiadores que contam apenas as histórias dos vencedores, entendidas aqui, a luta de classes da classe dirigente. (LÖWY, 2005, p. 73) ¹.

Ao me deparar com o Movimento Bandeirante – não mais sob uma perspectiva da memória vivida, mas sobre a sua origem, organização e dinâmica institucional – percebi que a problemática central não residia apenas em uma questão de defesa do uso da “subjetividade do(a) pesquisador(a) nas ciências sociais”, (QUEIROZ, 1991). Esse posicionamento já estava estabelecido. O impasse se calcava sobre de que maneira eu, como pesquisadora, deveria direcionar meu olhar ao Bandeirantismo uma vez que as influências da experiência (BRAH, 2006), vivenciada durante a minha infância e adolescência, era algo inquestionável e impossível de neutralizar meu olhar.

A vivência no Movimento Bandeirante desperta dois pontos centrais na pesquisa: o primeiro reside em como me posicionar de forma crítica sem que todo o meu esforço em trazer à tona este objeto, tão invisibilizado pela academia, transforme-se em um roteiro previsível, em que as práticas sociais presentes na instituição sejam apenas vistas como opressoras.

O segundo consiste em demonstrar que este grupo de meninas/mulheres não deve ser compreendido apenas por um panorama de vitimização como membros de uma organização cuja formação educacional está estritamente engendrada em uma perspectiva de gênero, que somente reproduz a construção dos papéis sociais naturalizados em torno da matriz genital/biológica. (SWAIN, 2008, p. 01). Devido à sua abrangência e atuação institucional, a

¹ LÖWY, Michel. *Walter Benjamin: aviso de incêndio – uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 73.

compreensão do Bandeirantismo necessita de uma análise sofisticada que leve em consideração a sua importância como uma organização educacional não formal feminina, que proporcionava a diversas meninas e mulheres experiências dificilmente vivenciadas pela maioria pertencente ao mesmo estrato social, cuja atuação na maioria das vezes restringia-se às atividades domésticas e religiosas.

Mais especificamente no caso do Movimento Bandeirante, a ideia de vítima pode implicar em uma leitura impiedosa, pois não possibilita uma reação ao *status quo*; uma possibilidade de transformação da estrutura², o que não condiz com uma instituição dirigida por e para mulheres. Desta forma, estabelecer uma leitura que compreendesse o Bandeirantismo de uma forma mais sofisticada era necessário. Afinal, torna-se problemático caracterizar o Movimento Bandeirante apenas como passivo às mudanças que ocorrem no social, sendo que um dos pilares que norteiam a instituição é proporcionar às meninas e mulheres “uma participação mais ativa na sociedade”. (FBB, 2008, p. 58).

Com base nessas questões, a perspectiva analítica norteada pela ideia de agenciamento é uma via pertinente para compreender os matizes que engendram a instituição. Nessa perspectiva, serão discutidas as contribuições da Teoria da Prática, mais precisamente através das questões problematizadas por Pierre Bourdieu e Sherry B. Ortner, cujas reflexões acerca das desigualdades pautadas no gênero são centrais em suas obras.

1.1 Considerações sobre a contribuição da Teoria da Prática

O que me deprime quando leio certos trabalhos sociológicos é que pessoas que professam objetivar o mundo social sejam tão pouco capazes de objetivar a si mesmas e não vejam que o que fala seu discurso de aparência científica não é o objeto, mas sim a relação delas com o objeto. (BOURDIEU, 2000, p. 21).

A princípio, desde a elaboração do projeto inicial referente a essa pesquisa, caracterizei a proximidade que disponho acerca do objeto como um aspecto favorável à investigação, pois assim permitiria que eu pudesse observar determinados elementos que poderiam passar despercebidos em uma análise realizada por um(a) pesquisador(a) que tivesse uma relação estranha às práticas do grupo. Entretanto, ao iniciar as atividades que envolvem o

² Compreendo com estrutura as disposições duráveis que organizam e orientam as práticas sociais. É válido ressaltar que o discurso de vitimização é utilizado com frequência, principalmente entre os autores pós-coloniais que veem nessa forma de expressão uma inversão dos discursos clássicos de opressão e têm conseguido impulsionar movimentos sociais de variadas plataformas de reivindicação.

trabalho de campo, foi possível perceber que esta proximidade entre mim e o Movimento Bandeirante, mais do que elucidar e contribuir para a realização dessa pesquisa, poderia nublificar aspectos que durante anos foram naturalizados em decorrência da participação na instituição.

Esta percepção sobre o grupo que poderia ser nublada está intimamente ligada ao vínculo subjetivo que construí com o movimento. Negar as emoções que me ligam ao Bandeirantismo é negar as experiências que contribuíram para que eu tenha me tornado a pessoa que sou no presente. Partindo dessa constatação, a primeira solução que veio à mente foi tentar estabelecer uma postura neutra, mais distanciada possível da instituição, o que vai contra a postura metodológica que fosse mais próxima daquela que sempre almejei exercer como pesquisadora. Mas, essa postura não permitiria defender o pressuposto de que a própria motivação para a realização dessa pesquisa, somada à forma com que compreendo o Movimento Bandeirante, é decorrente do lugar que me situo na estrutura social e que me faz compreender o mundo.

Destarte, cheguei à conclusão de que os aspectos metodológicos que envolvem essa pesquisa precisavam ter claramente estabelecidos dois aspectos: de que como pesquisadora e ex-participante, deveria estabelecer uma postura que não tendesse a um objetivismo árido, que compreendesse a instituição de forma rígida, como uma reprodução estrita à naturalização das representações de gênero cuja ação dos sujeitos que fizeram e ainda fazem parte do Movimento, incluído aqui minha trajetória, fosse apenas uma ação programada decorrente de uma coerção exterior que engessasse suas práticas.

Sob outra perspectiva, não poderia estabelecer uma análise que só levasse em consideração as minhas próprias experiências e das mulheres envolvidas, compreendendo o Movimento Bandeirante apenas como um fenômeno social a partir de um viés subjetivo apoiado em condutas individuais.

Tenho em mente que não há metodologia de pesquisa perfeita. Há, porém, caminhos analíticos que se prestam melhor que outros para articular os anseios e questões que se pretende responder. Nessa perspectiva, busquei estabelecer um ponto de mediação entre o objetivismo e subjetivismo. Uma leitura que não desprezasse a necessidade de um posicionamento mais “objetivo”, uma vez que se trata de uma análise, como também que não negasse as minhas próprias experiências, buscando uma abordagem que fosse capaz de compreender o Movimento Bandeirante como uma instituição cuja atuação dialoga com aspectos da estrutura social.

De acordo com a antropóloga americana Sherry B. Ortner (2006), a teoria da prática surge no final da década de 1970 sob um cenário em que os paradigmas explicativos das Ciências Sociais no período balizavam-se entre a antropologia simbólica de Clifford Geertz, a economia política marxista, cujo principal representante era Eric Wolf, e o estruturalismo francês de Claude Lévi-Strauss. Para a autora, estas correntes, diferentes entre si, representavam um grande avanço para além do funcionalismo, anteriormente hegemônico. Embora partissem de referenciais distintos estas tendências tinham algo em comum: “tratava-se essencialmente de teorias da coerção. O comportamento humano era plasmado, moldado, ordenado, definido, etc., por forças e formações sociais e culturais externas: cultura, estrutura mental e capitalismo”. (ORTNER, 2006, p. 20).

Nesse período, cientistas sociais dedicaram-se a problematizar uma teoria puramente baseada na coerção, que não considerava a agência humana, tampouco os processos que produzem e reproduzem essas coerções. Diante dessas reflexões, a teoria da prática assume o desafio de questionar e superar esta abordagem coercitiva das instituições sobre os indivíduos. Segundo a autora, três trabalhos, produzidos entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, consistem em um relevante processo de ruptura entre a oposição estrutura/agência: *Esboço de uma teoria da prática* (1978) de Pierre Bourdieu, *Problemas centrais na teoria social: ação, estrutura e contradições na análise social* (1979) de Anthony Giddens e *Metáforas históricas e realidades míticas* (1981) de Marshal Sahlins³.

Esses autores, cada um a sua maneira, problematizaram e conceituaram articulações entre as práticas dos atores sociais “na vida concreta” e as grandes “estruturas” e “sistemas” que exercem coerção sobre essas práticas e que, ao mesmo tempo e, em última instância, podem ser transformadas por elas” (*Ibid.*, *loc. cit*). Entre os autores mencionados, apresentarei algumas das ideias centrais de Pierre Bourdieu e a forma com que esse autor busca compreender a já salientada oposição estrutura/agência.

A perspectiva praxiológica do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002), que tem como problemática teórica central em sua obra “a questão da mediação entre o agente social e a sociedade” (ORTIZ, 1983, p. 08), foi eleita como referencial metodológico porque além de restringir sua análise à questão do agenciamento, também tem como uma das principais preocupações a postura e a atuação do pesquisador, trazendo elementos pertinentes aos anseios deste trabalho.

³ No original, *Esquisse d'une théorie de la pratique* (1978) de Pierre Bourdieu; *Central problems in social theory: action, structure, and contradiction in social analysis* (1979) de Anthony Giddens; *Historical Metaphors and mythical realities: structure in the early history of de sandwich Island Kingdom* (1981) de Marshal Sahlins.

Embora as contribuições de Pierre Bourdieu sejam evidentes, sobretudo na leitura que faz em relação à questão de classe, somente a abordagem desse autor não elucida a questão analítica central desse trabalho que propõe compreender as relações de gênero no Movimento Bandeirante.

Dado este fato, as contribuições de Sherry Ortner complementam as ideias centrais de Bourdieu, uma vez que seu trabalho dedicava-se “a uma arena mais particular de poder – a de gênero”. (ORTNER, 2006, p. 24). Com base nessas questões, apresentarei as ideias centrais de Pierre Bourdieu, bem como os impasses de sua análise para a referida pesquisa e, posteriormente as contribuições de Sherry Ortner sobre a relação entre gênero e poder.

De acordo com Bourdieu, o problema dos métodos epistemológicos reside em uma leitura que oscila entre os tipos de conhecimento: o objetivista e a fenomenologia, que são polares e antagônicos. Enquanto o objetivismo constrói as relações objetivas que estruturam as práticas individuais, a fenomenologia parte da experiência primeira do indivíduo. (ORTIZ, 1983, p. 08).

O esquema teórico de Bourdieu, que visa estabelecer uma articulação dialética entre o agente social e a estrutura, pode ser pensado a partir da superação de uma leitura polarmente engessada entre estes dois aspectos, que sob o ponto de vista sociológico podem ser expressos na obra de clássicos como Émile Durkheim (1858-1917) e Max Weber (1864-1920).

Em *As regras do método sociológico*, Durkheim apresenta os pressupostos que devem nortear a realização da pesquisa sociológica. Influenciado pelas ciências naturais, o método de investigação científica proposta pelo autor compreendia que em todas as sociedades, os seres humanos desempenham tarefas e cumprem deveres que estão previamente definidos, fora de si e de seus atos, no direito e nos costumes. Essas normas são recebidas através da educação, que tem como objetivo passar às gerações futuras um conjunto de saberes e normas aprendidos no decorrer da história da humanidade. Essas regras são pensadas como anteriores e exteriores aos seres humanos, pois são caracterizadas como fenômenos que existem indiferentes da nossa vontade; são dotados de uma força imperativa e coercitiva em virtude da qual se impõem ao indivíduo.

Nessa perspectiva, Durkheim estabelece que tendo em vista as proposições do método sociológico, o pesquisador deveria ocupar-se em observar, descrever e comparar as coisas. Mas ao invés disso, o mesmo contenta-se em tomar consciência de suas ideias, em analisá-las e combiná-las, o que acarreta não em uma ciência da realidade, e sim numa análise

ideológica. Não cabe, deste modo, ao pesquisador compreender as causas dos fenômenos, pois isto não é positivo, logo não é tarefa da ciência.

Para Max Weber, o mundo objetivo consiste em uma rede de intersubjetividade, enquanto resultado da ação dirigida para o “outro” em que esta atinge resultado na medida em que o “outro” compartilha comigo o mesmo mundo social em que tais ações se desenrolam (Ibid., 1983, p. 12). A teoria sociológica proposta por Max Weber apresenta diversas divergências com o método positivista, seu único ponto de convergência é a relação com a ideia de ausência de juízo de valor nas Ciências Sociais. Para o autor, os pontos de vista dotados de juízo de valor são os elementos iniciais que determinam o início da pesquisa. São estes valores que evidenciam as problemáticas e os questionamentos a serem respondidos. Para Weber, o elemento “pessoal” é o que verdadeiramente confere valor a uma obra científica. (WEBER, 1989, p. 98).

À primeira vista, ao estabelecer uma crítica ao conhecimento objetivista, pode-se estabelecer uma proximidade à dimensão subjetiva da análise fenomenológica empregada por Weber em relação à abordagem proposta Bourdieu. Entretanto, a aproximação do conhecimento praxiológico se distingue do conhecimento fenomenológico, uma vez que Bourdieu não pretende apenas rejeitar o objetivismo como é feito por Weber, mas também superá-lo. O conhecimento praxiológico de Bourdieu traz à análise sociológica a questão do poder, que emerge como um dos elementos centrais de sua obra e propositura metodológica.

O elemento central para a compreensão praxiológica é a noção de *agente*. O agente (sujeito) na concepção objetivista não tem poder de transformação efetiva, uma vez que os fatos sociais são exteriores à ação dos indivíduos. Embora reconheça as contribuições da fenomenologia, Bourdieu não compartilha inteiramente desta perspectiva e propõe questões que vão além desse referencial teórico. Para Weber, as ações humanas são sempre dotadas de sentidos. Para Bourdieu as ações sociais são realizadas pelos indivíduos, mas para que estas ocorram existe uma série de fatores que esbarram nas estruturas.

A propositura epistemológica de Bourdieu tem sua análise engendrada à noção de *habitus*, oriunda da escolástica e já mencionada na obra de Norbet Elias, que é reinterpretada como forma de superar a polaridade entre o paradigma objetivista e fenomenológico. O conceito de *habitus* é definido pelo autor como:

Sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade da projeção consciente deste fim ou do domínio das operações

para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizada de um maestro (BOURDIEU, 1972 *Apud.* Ortiz, 1983, p. 15)⁴.

A produção do *habitus* ocorre a partir do movimento dialético entre interiorização da exterioridade e da exteriorização da interioridade. Essa noção é central na compreensão da teoria da ação proposta por Bourdieu, porque estabelece que as práticas humanas não necessariamente sejam produtos restritos da intencionalidade, como sugere Weber, pois para Bourdieu as ações humanas são conduzidas pelas disposições adquiridas e internalizadas pelos sujeitos. Para Renato Ortiz (1983, p. 15): “o *habitus* tende, portanto, a conformar e orientar a ação, mas na medida em que é produto das relações sociais ele tende a assegurar a reprodução dessas mesmas relações objetivas que o engendram”.

Segundo Bourdieu, as ações sociais são produtos da mobilização dos indivíduos, mas as chances de realizá-las se encontram objetivamente estruturadas no interior da sociedade global. Essa leitura, embora compreenda que o sujeito é produto da estrutura, concebe o mesmo como agente capaz de transformá-la. A teoria da prática permite compreender o indivíduo como agente da transformação social. O autor ainda ressalta que é necessário entender que o *habitus* não é uma regra fixa, mas um princípio gerador de comportamentos, gostos e atitudes, que estão sujeitos a transformações e improvisações, de acordo com as estruturas oferecidas e pelas disposições incorporadas pelos agentes.

Além da noção de *habitus*, o conhecimento praxiológico reside na compreensão do conceito de campo e capital. O campo pode ser caracterizado como “o espaço em que as posições dos agentes se encontram a priori fixadas”. (Ibid., 1983, p. 19). O campo é definido como um lócus onde se trava uma disputa, relações de poder entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão. Para Bourdieu (2009), “a noção de campo demonstra que tanto o universo em que os agentes encontram-se inseridos como também as instituições produzem e reproduzem seus saberes, seu capital. Esse universo de reprodução obedece a leis próprias e específicas, que caracteriza sua relativa autonomia”. Esta relação de autonomia relativa é mediada pela associação com microcosmo, que é dotado de leis e de disposições de capital peculiar e pela esfera macrocósmica, cujas imposições nem sempre são superadas (SENA, 2010, p. 58). Sobre a noção de campo, Bourdieu (2009, p.37) salienta que:

⁴ BOURDIEU, Pierre. *Esboço de uma teoria da prática*, [s.d.], 1972.

O campo constitui a "face da exteriorização da interioridade". O campo é como um cenário; uma "esfera da vida social" que se autonomizou progressivamente através da história em torno de relações sociais. Cada campo é um "campo de forças" caracterizado por uma "distribuição desigual de recursos" e, por isso uma "relação de forças entre dominantes e dominados"; "campo de lutas" onde os agentes se confrontam para conservar ou transformar essa relação de forças.

A esses recursos distribuídos de forma desigual Bourdieu denomina de capital. Esse pode ser compreendido como o *quantum* social que determina a posição que um agente ocupa no campo. Esse *quantum* é caracterizado pelo autor como "capital social". Bourdieu destaca ainda a existência do "capital econômico" e "capital cultural". O capital cultural pode existir em três formas: no estado incorporado, ou seja, sobre formas de disposições duráveis do organismo; no estado objetivado sob a forma de bens culturais e ainda no estado institucionalizado⁵. (BOURDIEU, 1998, p. 74).

No caso de uma instituição como o Movimento Bandeirante é imprescindível destacar que as meninas/mulheres que participaram da instituição, dispunham de um conjunto de capitais herdados de outros segmentos que podem ser definidos como elementos que contribuíram para o seu deslocamento no campo, como também para uma resistência das suas disposições às estruturas, para "[...] tentar modificar as estruturas em razão de suas disposições, para conformá-las às suas disposições". (Bourdieu, 2004, p. 29 *apud* SENA, 2010, p. 59)⁶.

A princípio, ao estabelecer os aspectos metodológicos que norteariam a pesquisa, o Movimento Bandeirante emergiu como o "campo" e, a partir daí, pensei que bastava estabelecer as formas com que ocorrem as disposições das distintas formas de capital encontradas no interior da instituição, que certamente já compreenderia a noção de *habitus* que envolve o objeto.

Contudo, ao caracterizar que a questão central que distingue o Movimento Bandeirante e todo o conjunto de normas pensadas para esse segmento, se comparado ao Escotismo, são as relações de gênero que caracterizam o campo. Não há como compreender a instituição de forma isolada da estrutura, pois o gênero está atrelado a outros mecanismos de diferenciação social, como classe, raça/etnia e também à questão geracional, que faz com que o Bandeirantismo apresente características que determinam uma posição relacional destas

⁵ No campo, ocorrem disputas em torno do capital específico. Os agentes procuram ou acumular o capital que vigora ou estabelecem "estratégia subversiva" ao questionar, desafiar a validade do capital, podendo procurar substituí-lo por outro.

⁶ Bourdieu, P. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia do campo científico*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

mulheres se comparada a outras diversas formas de organização feminina, como também em relação à própria estrutura.

A noção de campo é, em certo sentido, uma estenografia conceitual de um modo de construção do objeto que vai comandar – ou orientar – todas as opções práticas da pesquisa. Ela funciona como um sinal que lembra o que há que fazer, a saber, verificar que o objeto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial das suas propriedades. Por meio dela, torna-se presente o primeiro preceito do método [...] é preciso pensar *relacionalmente*. (BOURDIEU, 2011, p. 27).

Com base nas discussões apresentadas, a noção de praxiologia de Bourdieu traz considerável contribuição para estabelecer as estratégias que envolvem essa pesquisa. Entretanto, a noção de *habitus* empregada pelo sociólogo é alvo de crítica de muitos autores, até mesmo de Sherry Ortner (2006) por compreendê-la como “uma estrutura profundamente internalizada, fortemente controladora e, em grande medida inacessível à consciência”. (Ibid., p. 27). Contrária à análise feita por Sherry Ortner, compreendo que o esquema teórico proposto pelo sociólogo francês não estabelece esta coerção de forma intransponível ao ser social, pelo contrário, apenas constata efetivamente a força com que a estrutura exerce sobre o indivíduo.

O elemento que caracterizo como mais importante na crítica realizada por Ortner à obra de Bourdieu diz respeito à questão do poder e a força com que opera na reprodução social, pois as formas de dominação são muitas vezes impregnadas por ambiguidades, contradições e lacunas, pois estas sempre coexistem com outras dinâmicas de resistência ao poder.

Uma primeira leitura superficial sobre o Movimento Bandeirante pode trazer, a princípio, uma opinião imediatista, ao observar o objeto apenas sob uma perspectiva de dominação, em relação à reprodução de normas de condutas do Escotismo somada a uma segmentação de gênero, disciplina e influência religiosa. Entretanto, é necessário estabelecer certo cuidado ao atribuir tais significações às dinâmicas do movimento, pois a adesão institucional, além de ser voluntária, possibilitou a este grupo de meninas/mulheres ter acesso a outras atividades e ciclos de sociabilidade que fossem além do espaço escolar; atividades que certamente seriam proibidas às meninas/mulheres da elite no período. (CARVALHO, 2013, p. 70).

De acordo com Bourdieu, o capital social pode ser apreendido no campo através de dois polos opostos: os dos dominantes e os dos dominados. (ORTIZ, 1983, p. 21). A princípio

a discussão realizada nessa pesquisa poderia apenas estabelecer, de forma rígida, uma análise sobre o *quantum* social que cada bandeirante exprime no interior da instituição. Destacar estas hierarquizações não é uma tarefa aparentemente fácil.

Acerca da questão do capital cultural, o que mais chama a atenção ao deparar-se com o Bandeirantismo— estendo aqui esta característica ao Escotismo— é que as relações de dominação presentes em ambos os movimentos e as estratégias utilizadas por esses grupos para diferenciar-se dos demais indivíduos não se fundamentam apenas no interior de ambas as instituições, mas sobre os dispositivos utilizados para determinar as diferenciações como elementos mais evidentes em relação a quem participa ou não de um ou outro movimento, adotando, desta forma, uma postura relacional entre quem é ou não bandeirante/escoteiro. Assim, as relações tecidas no interior do Bandeirantismo, mais do que formas de hierarquização – ratifica-se, mais uma vez, que essas, embora muito difíceis de detectar, não são negadas – são, antes de tudo, formas de distinção.

O conceito de *distinção* é um dos elementos centrais para a compreensão entre a relação de *habitus* e capital. Para o autor, o *habitus* se expressa através do estilo de vida proveniente de um capital cultural herdado, incorporado desde a infância, constituindo-se como uma disposição interiorizada, que através do consumo e reprodução de elementos simbólicos da cultura dominante estabelece critérios de distinção entre os estratos sociais, pois:

[...] Gerado num tipo determinado de condições materiais de existência, esse sistema de esquemas geradores, inseparavelmente éticos e estéticos, exprime, segundo sua lógica, a necessidade dessas condições em sistemas de preferência, cujas oposições reproduzem, sob uma forma transfigurada e muitas vezes irreconhecível, as diferenças ligadas à posição na estrutura de distribuição dos instrumentos de apropriação, assim transmutadas em distinções simbólicas. (BOURDIEU, 1976, *apud*, ORTIZ, 1983, p. 83) ⁷.

Embora o conceito de distinção na obra de Bourdieu seja comumente utilizado em discussões que envolvem a estética do gosto e do estilo de vida, sua utilização traz pertinentes elementos para discuti-lo sob outras perspectivas que não se limitam a tais questões. A participação em um grupo ou instituição restrita, como o Bandeirantismo, cria normas de condutas e comportamentos que são internalizados e estabelecem elementos simbólicos que operam como marcadores de diferenciação entre aquelas que fazem ou não parte da

⁷ BOURDIU, P; SAINT-MARTIN, M. “Goûts de classe et style de vie”. *Acters de la Recherche es Sciences Sociales*, n. 5, outubro 1976, p. 18-43. Traduzido por Paula Montero.

instituição. A utilização de acessórios como os uniformes, broches e distintivos, atrelados às formas de conduta e moral feminina propagada pela instituição, exprimem de maneira mais ilustrativa os elementos que engendram essas práticas.

No decorrer do texto, discutirei os aspectos que organizam as relações de gênero, sobretudo as normas e condutas que constroem a representação da bandeirante como um exemplo de honra, caráter reto e solidariedade – elementos centrais para compreender que tipo de representação de gênero foi disseminado pela instituição e de que forma elas internalizam-se nas práticas e condutas deste grupo de meninas/mulheres. A seguir, será discutido com mais detalhes as perspectivas teóricas que envolvem a análise de gênero argumentada nesse trabalho.

1.2 A categoria de gênero e sua interface com outros marcadores da diferença

Desde o início da idealização dessa pesquisa, sempre busquei discutir a categoria de gênero aliada a outros marcadores da diferença, como classe e raça. Ao iniciar as primeiras leituras e análises do material institucional estabeleci que esse recorte poderia ser inadequado, pois o Movimento Bandeirante foi, pelo menos em sua origem, um movimento de meninas/mulheres brancas e da elite que dispunham de um vasto capital cultural. Problematizar esses marcadores de um grupo feminino em posição de privilégio na estrutura social, no qual a participação de meninas/mulheres mestiças, negras e pobres era quase inexistente – sobretudo em um país como o Brasil onde os marcadores de diferença atuam de força implacável – a princípio parecia uma tarefa muito difícil de realizar.

O que emergia nessa leitura, não era a impossibilidade de discutir tais aspectos na pesquisa e sim a percepção de como estes marcadores tidos como hegemônicos, mesmo em relação ao feminino, não são problematizados, pois não são caracterizados relacionalmente com seus marcadores opostos. Justamente por não serem caracterizados como construtos sociais, são vistos como dominantes e, como tal, não precisam ser discutidos. Sobre essa questão, a antropóloga Avtar Brah (2006, p. 345) faz uma pertinente consideração, ao afirmar que:

É importante salientar que tanto negros como brancos experimentam seu gênero, classe e sexualidade através da “raça”. A racialização da subjetividade branca não é muitas vezes manifestamente clara para os grupos brancos, porque “branco” é um significante de dominância, mas isso não torna o processo de racialização menos

significativo. É necessário, portanto, analisar que nos constroem como, digamos “mulher branca” ou “mulher negra”, como “homem branco” ou “homem negro”. Tal desconstrução é necessária se quisermos decifrar como e por que os significados dessas palavras mudam de simples descrições a categorias hierarquicamente organizadas em certas circunstâncias econômicas, políticas e culturais.

Nessa perspectiva, não apenas a raça como também os marcadores de classe e gênero devem ser problematizados como construções, a partir de formas descritivas de expressão da diferença. Destarte, tanto a distinção entre o que é caracterizado como masculino e feminino aliada à predominância da branquitude⁸ e o posicionamento privilegiado de elite, são elementos que devem ser questionados e não caracterizados como previamente dados e naturalmente atrelados à organização institucional da Federação das Bandeirantes do Brasil.

Dada às limitações que envolvem esse trabalho, buscarei destacar de forma objetiva as relações pautadas na classe e na raça a partir da categoria de gênero, uma vez que compreendo que a discussão acerca desses marcadores necessita de esforços e de uma complexa análise teórica que foge às pretensões dessa pesquisa.

A fertilidade dos trabalhos que se propõem a problematizar as desigualdades sociais existentes entre os homens e mulheres e as formas de subordinação feminina, através dos Estudos Feministas, contrastam com a dificultosa trajetória que a categoria analítica de gênero percorreu ao ganhar espaço, não apenas na academia como também nas discussões que penetram o campo jurídico e a sociedade civil como um todo. Entretanto, lamentavelmente, a repercussão desses estudos na realidade não significa que as manifestações de subordinação sinalizadas pelo gênero estejam próximas de serem erradicadas.

A emergência dos Estudos Feministas estabelece não somente a compreensão das formas sociais de subordinação feminina, caracterizada como algo universal, mas também de esforços a fim de superá-las. Mais do que isso, os Estudos Feministas propõem uma guinada epistemológica, uma vez que compreendem a produção do conhecimento científico como um campo de manifestação de uma forma de poder, ao estabelecerem que o saber teórico e a eleição de determinados sujeitos aptos a manipulá-lo implica também em um sistema de dominação.

⁸ É interessante destacar que entre dois notórios dicionários de língua portuguesa, encontra-se o verbete “negritude”. Em contrapartida, não há menção ao verbete “branquitude”, justamente por ser algo não caracterizado como necessário a uma tomada de consciência e reivindicação por ser caracterizado como hegemônico.

Herdeira do paradigma Iluminista, a concepção de universalidade atribuída ao sujeito da história foi representada pela categoria homem. Pensava-se que a utilização de tal categoria ao ser evocada era capaz de abarcar todas as nuances que envolvem o humano. Não apenas as mulheres não eram representadas nesta categorização – todos os sujeitos, inclusive os homens, que fugiam do estereótipo branco, ocidental e cristão, sobretudo mulheres e crianças⁹, não eram representados neste discurso da universalidade.

A subordinação feminina é consenso entre as diversas correntes do pensamento feminista, ao passo que também questionam o caráter natural dessa situação. É defendida a ideia de que esta subordinação, pensada como universal, é decorrente do modo com que o ideário do que é ser mulher é construído socialmente. Esse pressuposto é fundamental para a ação política proposta pelos Estudos Feministas¹⁰, uma vez que a subordinação feminina é compreendida como um construto social e, conseqüentemente, por ser algo construído, é passível de modificação. Nessa perspectiva, alterando a maneira como as mulheres são percebidas nas diferentes realidades em que estão inseridas, seria possível mudar o espaço social por elas ocupado.

Dispostas a transformarem essa realidade, a partir da década de 1960, período que é caracterizado para fins didáticos como segunda onda do feminismo, diversas vertentes do feminismo se mobilizaram na tentativa de criarem um sujeito coletivo - *mulheres* - a fim de desenvolverem mecanismos e estratégias capazes de romper com o processo de subordinação feminina. Segundo Piscitelli (2002, p. 04), a categoria mulher tem raízes na ideia do feminismo radical segundo a qual, para além de outros atenuantes como as questões de classe e raça, as mulheres são oprimidas pelo fato de serem mulheres.

Somada a essas questões, Avtar Bhar (2006, p. 341) salienta que os problemas que afetam as mulheres não podem ser analisados de forma isolada ao contexto de desigualdade nacional e internacional, pois o “gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo nossa localização dentro das relações globais de poder [...] que se realizam através de miríade de processos econômicos, políticos e ideológicos”.

O reconhecimento político das mulheres como coletividade ancora-se na ideia de que o que as une ultrapassa em muito as diferenças entre elas. (PISCITELLI, 2002, p. 04). A

⁹ Chamo atenção para as crianças por serem sujeitos de extrema importância no desenvolvimento e expansão, tanto do Movimento Escoteiro e Bandeirante em todo o mundo. Ver: ARIÈS, Phillipe. *História social da criança e da família*. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981; CASEY, James. *A história da família*. São Paulo: Ática, 1992; GOODE, William J. *A família*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1970.

¹⁰ Entre as autoras pós-coloniais, o termo “estudo” é utilizado para referenciar um diálogo estreito e orgânico com os movimentos sociais. Contrapõe-se ao termo “teoria” que se remete à institucionalização do saber.

universalidade “mulher”, entendida aqui a mulher de forma empírica, é pensada como aglutinadora, uma vez que é caracterizada como algo capaz de representar de forma unânime todas as pluralidades que envolvem a categoria “mulher”. Assim, a utilização do sujeito político, mulheres, nublava diversas outras formas de subordinação e repressão. De acordo com Dagmar Meyer (2004, p.14):

Diante da emergência de diversos confrontos e debates, as feministas depararam-se com o desafio de demonstrar que não são características anatômicas e fisiológicas, em sentido estrito, ou tampouco as desvantagens socioeconômicas, tomadas de forma isolada, que definem as diferenças existentes entre homens e mulheres.

Muitas feministas passariam a argumentar que:

São os modos pelos quais determinadas características femininas e masculinas são representadas como mais ou menos valorizadas, as formas pelas quais se distingue feminino de masculino, aquilo que se torna possível pensar e dizer sobre mulheres e homens que vai constituir o que é escrito no corpo e definido como masculinidade e feminilidade, em uma dada cultura, em um determinado momento histórico.

Segundo Brah (2006, p. 341) é uma máxima na teoria e na prática feminista que “mulher” não é categoria unitária. Entretanto, isso não quer dizer que a própria categoria careça de sentido. “O “signo” mulher tem sua própria especificidade constituída dentro e através de configurações historicamente específicas das relações de gênero”

O conceito de gênero foi emprestado da psicologia nos anos 60, quando as feministas observaram que o termo era utilizado em detrimento do termo sexo para designar-se às palavras. (FAUSTO-STARLING, 2001/2002). A emergência da utilização da categoria gênero buscava reforçar a ideia de que as diferenças constatadas nos comportamentos de homens e mulheres não eram dependentes do “sexo” como um determinante biológico, e sim eram definidas pelo “gênero” e, portanto, ligadas à cultura. (PEDRO, 2005, p. 08).

Nessa perspectiva, o objetivo principal do feminismo e, estendo aqui os Estudos Feministas, tem sido mudar e trazer ferramentas analíticas para pensar e mudar as relações sociais imbricadas no gênero, rompendo com posicionamentos que pensam a desigualdade entre os sexos como resultantes de diferenças inatas caracterizadas a partir do sexo biológico, de forma determinista atribuindo à mulher uma função secundária e desigual na estrutura social, decorrente de um posicionamento “essencializador” que vê a mulher como resultado de suas capacidades biológicas, atreladas à maternidade e ao cuidar.

Obviamente, os feminismos¹¹ não pretendem ignorar as particularidade do sexo biológico e a capacidade genitora das mulheres, apenas buscam desvencilhar a ideia de uma “essência” feminina oriunda de sua composição biológica, fazendo deste atributo um mecanismo que ratifique as desigualdades e hierarquizações construídas em torno destes mecanismos para a manutenção de uma ideologia de subalternidade do feminino. Somada à hierarquização de gênero, não se pode deixar de atentar-se ao fato que “as relações de poder entre homens e mulheres são vistas como a principal dinâmica de opressão das mulheres, levando, às vezes, quase à exclusão de outros determinantes como classe e raça”. (BRAH, 2006, p. 343).

No decorrer do trabalho, buscarei demonstrar o quanto as normas, valores e ensinamentos passados pelo Bandeirantismo podem ao reafirmar o princípio de uma “essência” de uma natureza feminina – através de práticas que enfatizem a delicadeza e a pureza de palavras e ações, o ato de cuidar e de a servidão ao próximo – contribuir para uma concepção disforme entre os gêneros, que caracterize a menina/mulher de forma frágil e, conseqüentemente, reafirmam a construção de gênero de forma desigual e hierarquizada. Essas formas de diferenciação que aparecem de maneira singela, a longo prazo podem fazer grande diferença.

Na próxima sessão buscarei, de forma breve, narrar as experiências do trabalho de campo, que envolvem a ida a um acampamento e as visitas realizadas ao acervo do escritório estadual (Região de São Paulo) e nacional na Federação de Bandeirantes do Brasil (Rio de Janeiro). Expor esses elementos é importante na medida em que permite demonstrar com mais clareza as experiências vivenciadas na instituição, bem como suas impressões e a forma com que direcionei o recorte e a seleção dos materiais utilizados na pesquisa.

1.3 A experiência em campo: do acampamento aos arquivos

De acordo com Fraya Frehse (2005) e Olívia M. G. da Cunha (2005) é necessário demonstrar a importância em investigações cujos impasses residem, “quando o campo é o arquivo”, em pesquisas nas quais o enfoque antropológico consiste em trazer à tona questões

¹¹ A cientista social britânica, Avtar Bhah (2006, p 331), chama atenção para os perigos do essencialismo, isto é, “uma noção de essência última que transcenderia limites históricos e culturais”. Dadas às multiplicidades de organização e eixos de reivindicação dos movimentos feministas, optei por mencioná-lo no plural. Neste caso específico, refiro-me à produção feminista acadêmica contemporânea, cuja noção de gênero é central para pensar as representações sociais expressas aos indivíduos a partir do sexo biológico.

que envolvem experiências e fenômenos de tempos passados. Esses não podem ser retratados em uma etnografia aos moldes clássicos, como o trabalho empreendido por Malinowski sobre os trobriandeses (MALINOWSKI, 1978 [1922]), buscando compreender os hábitos de culturas de uma sociedade em seu tempo presente.

Embora haja essas particularidades neste cenário diversificado, uma vez que se trata de um campo bem específico, “o campo como arquivo” possibilita estabelecer semelhanças com a noção de “campo” em seu sentido clássico na antropologia, “a de um cenário físico no qual o antropólogo realiza, frente a frente com os sujeitos que estuda a observação participante das práticas culturais cujos significados lhe interessa aprender”. (FREHSE, 2005, p. 132).

Ao estabelecer as questões que organizavam a pesquisa, inicialmente busquei fazer uma análise do Movimento Bandeirante sob uma perspectiva contemporânea, visitando os grupos e buscando compreender a dinâmica da instituição na atualidade. Entretanto, ao sistematizar as questões que norteariam a análise, acentuou-se a necessidade de realizar uma análise historiográfica pautada efetivamente em entender o Bandeirantismo em sua gênese e organização institucional.

Essa necessidade ficou nublada por um dado momento, pois devido à pesquisa realizada durante a graduação com mulheres que fizeram parte do Movimento Bandeirante na cidade de Assis/SP na década de 1960, presumi que a abordagem histórica realizada nessa pesquisa traria os elementos necessários para entender o Bandeirantismo na atualidade. Entretanto, isso foi um grande equívoco, pois a análise empreendida naquele trabalho buscava discutir o Movimento sob a perspectiva da memória, tendo como referencial compreendê-lo a partir da subjetividade destas mulheres, deslocando o foco da análise a uma perspectiva intimista e não institucional.

Dessa forma, embora tenha sido realizado um trabalho de enfoque histórico, não foi possível compreender a abrangência da trajetória da instituição, sua gênese e empreendimento, mas sim a sua importância e significação no plano subjetivo daquelas que o vivenciaram. Somada a essa questão, é relevante destacar que a ausência de trabalhos sobre o tema exige uma discussão que priorize a análise institucional buscando destacar os elementos que organizam e estruturam o Movimento Bandeirante e sua trajetória no Brasil desde o início do século XX.

Mesmo tendo a dimensão que permanecia a carência de uma pesquisa histórica sobre a instituição, optei por realizar algumas visitas a Núcleos Bandeirantes e participar de

atividades que pudesse me deixar próxima das atividades empreendidas pelo movimento. Nessa perspectiva destacarei, de forma breve, algumas das impressões e experiências vivenciadas durante a realização do trabalho de campo.

No primeiro semestre de 2012 realizei uma visita a uma atividade bandeirante realizada no Núcleo Bandeirante Itatiaia, localizado na capital de São Paulo. Esse grupo traz elementos interessantes para pensar o Bandeirantismo porque além de manter a participação estritamente à meninas/mulheres, suas atividades são realizadas no mesmo espaço onde funciona um Grupo Escoteiro. Na ocasião, percebi que devido ao tempo reduzido dos programas de pós-graduação em nível de mestrado, sob uma média de 24 a 30 meses, realizar o trabalho etnográfico sobre um objeto pouco investigado constituía-se em um empreendimento denso que certamente comprometeria a qualidade da pesquisa.

Após a consciência de que o mais plausível era restringir a pesquisa a uma análise histórica, que envolvesse temas de interesse da antropologia, como por exemplo, as relações de gênero, intensifiquei o exercício da pesquisa em realizar o trabalho de campo focado nos arquivos institucionais, tendo sempre como norteador da análise temáticas relacionadas às representações de gênero na instituição.

Em um primeiro momento, visitei “o arquivo” da sede da Federação de Bandeirantes em São Paulo – refiro-me a esse local entre aspas porque o mesmo não está organizado sob a forma de arquivo. O material institucional, composto por fotos, recortes de jornal, livros e periódicos estão reunidos em uma sala sem nenhuma catalogação prévia, o que evidentemente dificultou a pesquisa.

Em um segundo momento, participei de um treinamento denominado como “Módulo de Competência Básica” (MOCOBA), que é um tipo de curso disponível aos coordenadores¹², tanto aos que já são bandeirantes como aos que são recém-ingressos na instituição. O treinamento é indispensável para aquele que pretende participar de acampamentos ou atividades para além do espaço do grupo que pertence.

Após realizar o curso, em junho de 2012 participei durante quatro dias de um acampamento nacional (FLICTS)¹³. A condição para poder ir ao acampamento era que eu

¹² Coordenador é o adulto com mais de 21 anos que é responsável por dirigir grupos de crianças (ramos) - que são divididos por faixa etária.

¹³ Esse acampamento, que acontece desde 1997, recebeu o nome de Flicts a partir da obra homônima de Ziraldo (2009), na qual se trabalha a ideia de união das cores: amarelo, azul, verde e vermelho, e por simbolizarem elementos da natureza, como o sol, a água, matas e o fogo representam as divisões em faixa etária do Movimento, na forma de ramos. São eles: A ciranda, que reúne crianças de 6 a 9 anos, B1 (Bandeirante I) que reúne crianças de 9 a 12 anos, B2 (Bandeirante II), composto por adolescentes de 12 a 15 anos e o Clã, que é formado por adolescentes de 15 a 21, mas que possui uma subdivisão – GA (Guia auxiliar) que consiste em

fosse como participante e não apenas como observadora. Assim, escolhi participar como ajudante na loja, espaço que é montado nos acampamentos para vender itens bandeirantes como broches, camisetas, distintivos entre outros materiais institucionais. Ali teria a possibilidade de conversar com os bandeirantes como também gozar de maior disponibilidade de tempo, pois o horário de funcionamento da loja era restrito.

Dessa experiência, foi possível estabelecer dois pontos de ruptura. O primeiro consiste no fato que ao integrar-me com outros bandeirantes, percebi que estava realmente preparada para pensar o Movimento Bandeirante como objeto de pesquisa. Apesar da relação de amizade com aquelas pessoas e de compreender as práticas e os rituais que envolvem a vivência na instituição, foi possível sentir um processo de ruptura com a experiência vivenciada naquele instante e também com as experiências que vivenciei outrora na instituição. O segundo ponto foi em relação à nostalgia contida na fala das mulheres que participam do Bandeirantismo anteriormente às décadas de 1990 e 2000. Não se tratava apenas de uma nostalgia em estabelecer as experiências e práticas vivenciadas anteriormente como melhores ou mais profundas do que as vivenciadas pelas(os) bandeirantes de hoje, pois isso reside de forma evidente até mesmo entre as(os) que se distanciam das(os) bandeirantes atuais em uma mínima fração de tempo. Mais do que isso, aquelas mulheres, ao evocarem a diferença, situavam-na de uma maneira muito específica, como um processo que foi ocorrendo e se transformando com o passar dos anos.

A participação no acampamento não apenas deixou evidente que era preciso consultar documentos para poder perceber o momento de ruptura, como também possibilitou que eu percebesse que as portas da instituição, tanto em escala estadual como nacional, estariam sempre abertas, não apenas por ser uma pesquisadora interessada em compreender as práticas institucionais, mas sobretudo por ter sido bandeirante.

É nesse momento que a máxima “uma vez bandeirante, sempre bandeirante” fez sentido, pois percebi que o trânsito no interior da instituição jamais seria tão estreito a outros pesquisadores. Embora as problemáticas expostas sobre o bandeirantismo e as relações de gênero não fossem vistas entre as mulheres dirigentes como relevantes a uma pesquisa, a desaprovação não se sustentava a ponto de questionarem minha presença.

Não é defendido o pressuposto que basta ter vivenciado uma experiência para que essa ganhe a legitimidade de verdade absoluta, mas destaca-se que a “experiência é o lugar da formação do sujeito”. (BRAH, 2006, p. 360), pois:

período de “estágio” no qual os guias passam a realizar atividades com as crianças da Ciranda e B1, como uma forma de preparação para a fase de coordenadores.

A experiência como um lugar de contestação: um espaço discursivo onde posições de sujeito e subjetividades diferentes e diferenciais são inscritas, reiteradas ou repudiadas. É essencial então enfrentar a questão de que matizes ideológicas ou campos de significação e representação estão em jogo na formação de sujeitos diferentes, e quais são os processos econômicos, políticos e culturais que inscrevem experiências historicamente variáveis. (Ibid., 2006, p. 361).

Embora eu não tenha o objetivo de desqualificar meu próprio posicionamento de pesquisadora e nem queira superestimar minha vivência no Bandeirantismo, na experiência do campo em questão, o elemento que dava veracidade aos meus questionamentos não era a posição de pesquisadora, mas a de bandeirante. Esse papel sustentava o argumento de que o Bandeirantismo que vivenciei na infância, seja por particularidades temporais, geográficas, econômicas e sociais era distinto daquele vivenciado por aquelas que apontaram minhas contestações como práticas infundadas.

Após essa atividade, reli as entrevistas realizadas para o trabalho de monografia e me atentei ao fato de que constantemente era feita referência a uma reestruturação metodológica ocorrida no final dos anos de 1960. A princípio não consegui compreender a dimensão desse fato. O grupo de pertencimento das mulheres em questão surgiu na década de 1960, e obviamente, em suas falas não foi possível perceber uma ruptura tão evidente entre o Bandeirantismo pré e pós-reestruturação institucional.

Posteriormente, no mês de julho do mesmo ano, visitei durante alguns dias a sede nacional da Federação de Bandeirantes do Brasil, no Rio de Janeiro. Nesse período obtive a vivência mais enriquecedora do trabalho de campo, pois tive contato com os materiais e os documentos raros sobre a história do Guidismo no Brasil.

Embora o arquivo não esteja catalogado, houve um processo de organização realizado por uma pesquisadora e bandeirante¹⁴. O critério utilizado foi por ordem de datas, desde a década de 1920 até a atualidade. Nessa ocasião, tive a oportunidade de consultar livros, cartas, documentos, recortes de jornais e exemplares de publicações periódicas da Federação. A partir do contato com este material que exprimia a linearidade temporal dos acontecimentos durante décadas, foi possível perceber as transformações ocorridas na instituição e o momento de ruptura, tão destacado durante o trabalho de campo e na pesquisa anterior, que compreende a reestruturação institucional ocorrida no final dos anos 1960.

¹⁴ A pesquisadora em questão é Dra. Lucia Maria Santos Rodrigues, professora aposentada da UFRJ, cuja ajuda foi fundamental durante a visita ao arquivo.

No período em que estive no Escritório Nacional da Federação de Bandeirantes do Brasil¹⁵ fui auxiliada por funcionários, o que não impediu o livre acesso aos arquivos. Tive a liberdade de ler e registrar tudo que julgasse relevante para a realização da pesquisa, fato primordial para que eu pudesse compreender, por intermédio do material, as transformações ocorridas pela instituição.

Sobre a organização do arquivo há uma questão pertinente que não pode ser desconsiderada: a seleção prévia do material disponibilizado pelo arquivo. Tive acesso a um material que foi previamente selecionado. Aquilo que é caracterizado como relevante para fazer parte ou não de um arquivo é em si um dado substancial que não pode ser descartado. Intencional ou não, não se pode desconsiderar que a consulta é orientada por um filtro pré-determinado, pois:

São muitos os motivos que levam determinados conjuntos de documentos pessoais e profissionais a se dividirem em coleções distintas abrigadas em instituições com perfis diversos. Todavia, uma dimensão política parece sempre constituir a dinâmica desses trânsitos, traslados e seccionamentos. Por serem registros consagrados da “história”, os acervos documentais, transformados em arquivos ou coleções, são elementos cobiçados por políticas de representação contemporâneas à sua institucionalização e posteriores ao seu processo de construção e sedimentação, por vezes aleatório, micro-histórico e pessoal. É no limiar dessas políticas que muitas vezes os arquivos estão inscritos. (CUNHA, 2005, p. 12).

A partir desse pressuposto e devido ao extenso número de fontes disponíveis, estabeleci como critério de filtragem materiais que abordassem aspectos relativos e pertinentes às questões de gênero. Nessa perspectiva, busquei reunir um material que não fizesse menção ao Bandeirantismo apenas como instituição de educação não formal, como também uma instituição presidida e organizada pra meninas/mulheres, que como tal estava atrelada a uma perspectiva de representação do feminino.

Questões, como o papel da mulher na sociedade brasileira, as diretrizes para a formação institucional, a influência religiosa e patriótica, imagens, recortes de jornais que possibilitassem o perfil e comportamento das meninas/mulheres bandeirantes do período entre os anos de 1919 e 1974, foram selecionados na tentativa de atenderem aos anseios desta pesquisa.

¹⁵ A sede nacional da Federação de Bandeirantes do Brasil situa-se na Avenida Marechal Câmara, 186 – 5º andar, no centro do Rio de Janeiro. Neste edifício, que é de propriedade da FBB, funcionam outras repartições públicas e escritórios particulares.

1.4 Considerações sobre os procedimentos analíticos acerca do material institucional

A análise histórica acerca da instituição foi realizada principalmente através da publicação do periódico “*Bandeirantes*”, pois a publicação deste exemplar perpassa considerável fração do século XX – de 1928 até a década de 1980 – operando como um canal informativo entre as participantes da instituição. É válido destacar que o jornal se estabelece como uma fonte histórica na medida em que busca relacionar os acontecimentos sociais do período e a organização do Bandeirantismo no Brasil¹⁶.

Como não há a possibilidade de dispor dos relatos das meninas/mulheres que participaram do Movimento no período, só é possível estabelecer uma compreensão mais abrangente da instituição mediante a contribuição dessas fontes. Somado à análise de *Bandeirantes*, utiliza-se também recortes de jornais de diversos veículos de comunicação¹⁷ do país que de alguma maneira noticiaram a ação da Federação das Bandeirantes do Brasil. Esses recortes possibilitam perceber a forma com que o Bandeirantismo era visto pela sociedade civil do período, uma vez que muitas das matérias publicadas no jornal eram escritas por comunicadores que não faziam parte da instituição.

Nessa perspectiva, o jornal “*Bandeirantes*” é caracterizado, com ressalvas, como uma expressão de imprensa feminina. Destaca-se como ressalva o fato de ser a veiculação desse noticiário, em partes, restrita apenas às meninas/mulheres que faziam parte da instituição. Assim, caso esse trabalho buscasse compreender um universo mais amplo, certamente tal publicação não consistiria em uma fonte plausível.

Por outro lado, para as pretensões dessa pesquisa, a veiculação de “*Bandeirantes*” nos permite compreender que tipo de ensinamentos e ideias eram compartilhados entre as integrantes da instituição, pois como jornal “arquitetava uma representação coletiva, que por sua vez, contribuiu para a existência de condutas coletivas”. (CAMPOS, 2009, p. 19).

A análise desses exemplares foi realizada com base nas discussões propostas por Dulcília H. S. Buitoni (1981), que realiza um pioneiro trabalho sobre a imprensa feminina no

¹⁶ A análise do material institucional foi realizada através de diversas fontes como fotos, atas, cartas e jornais. Entretanto, priorizei a utilização dos materiais que fossem acessíveis às bandeirantes de todas as idades, como por exemplo o jornal *Bandeirantes*. A ênfase em materiais como atas e cartas não contemplariam as intenções da pesquisa por se tratarem de fontes que circulam entre os membros adultos e dirigentes do grupos.

¹⁷ Entre os principais jornais que publicaram notícias sobre a Federação das Bandeirantes do Brasil, destacam-se: “O Jornal”, “Diário Carioca”, “Jornal da Noite”, “O Globo”, “Nação”, “Jornal do Comércio”, “O Estado de São Paulo”, “Folha de São Paulo”, “Gazeta de Notícias”, “Folha da Noite”, “Diário de Santos”, “Diário Popular”, “The New York Times” e as revistas: “O Cruzeiro”, “Fon-Fon”, “Revista da Semana”, “Revista as Walquírias” e “Revista Vida”.

Brasil, no qual busca compreender como foi feita a representação da mulher ao longo dos anos nesse tipo específico de imprensa. Para a autora,

A relação imprensa feminina/mulher implica questões mais abrangentes, como por exemplo, o papel social da mulher ou sua participação política [...] À primeira vista, receitas culinárias, conselhos de beleza, contos de amor e outros assuntos comuns à revista, seções e suplementos femininos do mundo inteiro são neutros. Porém, se sairmos da superfície, veremos que a imprensa feminina é mais “ideologizada” que a imprensa dedicada ao público em geral. Sob a aparência de neutralidade, a imprensa feminina veicula conteúdos muito fortes (BUITONI, 1981, p. 01).

Buitoni, baseando-se nas ideias de Éliseo Veron (1974), chama atenção para uma característica central na imprensa feminina, que se estende ao jornal *Bandeirantes*: sua periodicidade¹⁸. Em geral, o jornalismo informativo, o mais comum entre os textos do gênero, é diário e se concentra mais nas informações (notícias) geralmente curtas e objetivas, reunindo seções muito diversificadas. Em contrapartida, a imprensa feminina obedece a um intervalo maior entre suas publicações. “A periodicidade da imprensa feminina, que a faz distanciar-se do fato atual e o não uso da categoria informativa lhe dá um caráter mais ‘ideológico’”. (BUITONI, 1981, p. 02). Conforme indica Éliseo Verón:

Os semanários são uma espécie de “metalinguagem” cujo referente não é o fato em si mesmo (que é o caso da “notícia”), mas atualidade, enquanto discurso produzido pelos diários. Esta característica dos semanários torna-os, precisamente estratégicos para o estudo das ideologias. O que não quer dizer, de modo algum, que os semanários sejam mais “ideológicos” que os diários, e sim que simplesmente é provável que seja mais fácil para nós (dado o nível do discurso que contém) identificar operações ideológicas (VERÓN, 1974, p. 11 *apud* BUITONI, 1981, p.02)

¹⁹

A análise da imprensa feminina realizada por Dulcília Buitoni (1981, p. 04) detecta “o eterno feminino. Um chavão que tenta imobilizar, no tempo, as virtudes clássicas da mulher”. Essas representações enaltecem aspectos atribuídos às mulheres como características naturais e instintivas, que são concebidas como elementos que elevam a mulher. Para a autora, é nesse tipo de associação que repousa a falha; que desvincula a mulher de sua época e seu contexto, transformando-a num ser à parte, independente das circunstâncias concretas. Essa ideia defendida pela autora é recorrente na publicação de “*Bandeirantes*”, como no excerto a seguir:

¹⁸ Tendo em vista o longo período de circulação do jornal “*Bandeirantes*”, a análise dos exemplares indica que não há como estabelecer ao certo a periodicidade do jornal. Ao que tudo indica o período entre as publicações correspondiam em média há um mês.

¹⁹ VERÓN. Eliseo. Comunicación de masas y producción de ideología: acerca de La constitución Del discurso burgués em La prensa semanal. *Revista Latinoamericana de Sociología*. n. 1, Buenos Aires, Ed. Paidós, 1974.

Queridas meninas, tende orgulho do vosso título de Bandeirante! Erguei bem alta a vossa cabeça quando estais revestidas do vosso uniforme, pois quem diz “Bandeirante”, diz humor sempre alegre, trato ameno, caráter indefectível, reto, leal, verdadeiro, - e não pode haver nobreza que se compare à vossa [...] Pouco importa que a vida vos recompense vos traga a felicidade ou a desventura, ide avante, dê à sociedade em que viverdes seja ela qual for, o exemplo animador, o reconforto, e quando mais não seja, o prazer estético da irradiação de um caráter sem jaça, da realização viva de um ideal, da personificação do bem! (FBB, 1928, p. 02)²⁰.

O material selecionado, no universo de diversos exemplares, buscou destacar as publicações que mais evidenciam aspectos de uma construção de gênero, sobre aquilo que é compartilhado pela instituição como um comportamento feminino ideal a ser difundido às bandeirantes. Somado a essa escolha, tem-se o fato de que o próprio material arquivado pela instituição implica em uma escola realizada pela mesma, o que confere ao material um critério de dupla seleção: por parte da instituição e por parte da pesquisadora.

Em suma, busquei apresentar as experiências que permearam o trabalho de campo, elegendo a pesquisa em arquivo como uma pertinente via de realização desse tipo de análise em uma pesquisa antropológica, sobretudo quando se tem o propósito de estabelecer uma discussão de caráter histórico. No decorrer do trabalho, esse material selecionado será apresentado não com o objetivo de ilustrar e sim de trazer vivacidade e complexidade às questões abordadas.

²⁰ FBB, *Bandeirantes*, ano 1, n. 2, 1928, p. 02

CAPÍTULO II

A GÊNESE DO GUIDISMO: A TRAJETÓRIA DE VIDA DE BADEN-POWELL E A PROPOSITURA DE UM MOVIMENTO PARA A JUVENTUDE

É comum encontrar na área das Ciências Sociais, entre as pesquisas que discutam a atuação de uma instituição, movimento social ou fenômeno cultural, a contextualização histórica sobre a trajetória de tais objetos na forma de anexo. Esse procedimento pode ser justificado, muitas vezes, devido à acentuada frequência em que esses dados são apresentados entre os trabalhos que investigam esse tipo de objeto, como também por não ser os elementos centrais da análise a trajetória desses movimentos.

No entanto, nesse trabalho, optei por realizar um caminho distinto. Ao invés de tratar os dados referentes à origem e fundamentação do objeto a ser investigado como algo secundário, iniciarei as discussões dessa pesquisa a partir da contextualização acerca da gênese e da trajetória do Guidismo¹, desde o seu surgimento na Inglaterra em 1909 – como uma possibilidade de participação às meninas que não poderiam fazer parte do Escotismo, restrito aos meninos – até sua chegada ao Brasil dez anos mais tarde, em 1919, através de uma política expansionista do Guidismo para além da Inglaterra.

Ao desenvolver essa pesquisa, percebi que a contextualização social e histórica da trajetória do Guidismo é primordial para a discussão que pretendo levantar, uma vez que defendo o pressuposto de que as particularidades que a instituição consolidou no decorrer de sua trajetória no Brasil, fazem do Movimento Bandeirante uma manifestação do Guidismo distinta da ocorrida na Inglaterra.

Nesta perspectiva, iniciarei a problematização deste trabalho a partir da afirmação de que o Guidismo em sua manifestação brasileira denominada como Movimento Bandeirante é um fenômeno particular. Como indícios dessa afirmação, temos a própria nomenclatura adotada no Brasil, que sendo exclusivamente um fenômeno local, está intimamente ligada ao pensamento social do período de implementação do Guidismo no país, como será amplamente discutido no capítulo seguinte.

¹ Será utilizado o termo Guidismo relativo ao termo original em inglês, *Girl Guides*, para referir-se ao Movimento Bandeirante antes de sua implementação no Brasil. Julga-se estabelecer esta distinção para facilitar a exposição desta discussão, como também por compreender que a sugestão deste termo para designar o grupo das *Girl Guides* no Brasil, está intimamente atrelada ao pensamento social brasileiro compartilhado entre as elites no período de implementação da instituição no país.

Iniciaremos as discussões propostas nesse capítulo através de uma breve apresentação sobre a trajetória da vida de Baden-Powell. Pretendo discutir sua história não apenas privilegiando a discussão sob o enfoque de idealizador desses movimentos, mas como um militar inglês responsável por chefiar as missões militares no continente africano e na Índia que contribuíram para a expansão imperialista inglesa, buscando compreendê-lo sob a perspectiva histórica e política do contexto social ao qual se remete.

Embora a apresentação detalhada acerca da origem de ambos os movimentos seja, em certa medida, exaustiva, acredito ser necessária, principalmente pela ênfase dada especificamente ao Guidismo. Ao considerar a ausência de trabalhos sobre essa temática, a trajetória desse movimento que ora é erroneamente confundida com o Escotismo, ora é totalmente desconhecida pelas pessoas em geral, é uma questão determinante para a compreensão do objeto. Nessa perspectiva, essa pesquisa pode contribuir para a visibilidade social e um conhecimento efetivo acerca do Guidismo.

Por fim, apresento as principais discussões acadêmicas sobre o Escotismo no país e as distintas formas de compreensão do objeto por parte de seus autores. A leitura destes trabalhos foi fundamental para estabelecer uma distinção acerca do tipo de enfoque necessário à forma de discussão que a presente pesquisa visa estabelecer, uma vez que o universo desses trabalhos, predominantemente ligados à área da Educação, raramente discutem os aspectos característicos do Movimento Bandeirante.

2.1 A organização institucional do Guidismo e Escotismo

Antes de iniciar a discussão sobre a gênese e desenvolvimento do Guidismo, torna-se necessário estabelecer alguns esclarecimentos sobre a sua organização institucional, a fim de que, remetendo-se novamente à ideia de que o Guidismo no Brasil tem sua visibilidade nublada pela imagem do Movimento Escoteiro, não haja uma compreensão equivocada acerca da atuação de ambas as instituições.

O Movimento Escoteiro foi fundado em 1907, por Robert Stephenson Smith Baden-Powell, general aposentado de prestigiosa carreira no Exército Inglês. O Movimento Escoteiro, inicialmente criando para meninos e rapazes, está atualmente presente em 216 países e territórios, e conta com mais de 30 milhões de membros, jovens e adultos, meninos e

meninas. O órgão oficial que dirige o Escotismo em todo o mundo é *World Organization of de Scout Movement* (WOSM)².

No Brasil, o Escotismo inicia suas atividades em 1910 no Rio de Janeiro, mediante uma medida expansionista para além da Inglaterra, trazido por militares da Marinha Brasileira que souberam das atividades realizadas por Baden-Powell com os meninos ingleses. A entidade oficial que representa o Escotismo no Brasil é a União dos Escoteiros do Brasil, que segundo o site oficial da instituição³, atualmente conta com mais de 60 mil membros meninos e meninas, homens e mulheres, presentes em todos os estados da Federação.

O Movimento Escoteiro caracteriza-se como um movimento mundial, educacional, voluntariado, apartidário e sem fins lucrativos. Tem como propósito auxiliar o desenvolvimento do jovem por meio de um sistema de valores que prioriza a honra, baseado na Promessa e na Lei Escoteira e, através da prática do trabalho em equipe e da vida ao ar livre, fazer com que o jovem assuma seu próprio crescimento, tornando-se um exemplo de fraternidade lealdade, altruísmo, responsabilidade, respeito e disciplina.

Embora majoritárias, a WOSM, em escala mundial; e a UEB, em escala nacional, essas não são as únicas instituições que se caracterizam como organizadora do Movimento Escoteiro. Entre essas afiliações, destaca-se a *World Association of Girl Guides and Girls Scouts* (WAGGGS), fundada também por Baden-Powell, cujo objetivo inicial era atender às jovens do sexo feminino, cuja participação não era permitida no período de sua fundação na Inglaterra em 1909.

De acordo com Jorge Carvalho Nascimento (2008), desde a fundação do Escotismo até o ano de 1977, os documentos oficiais remetiam apenas à participação de meninos. A partir desse ano, foi admitido oficialmente o funcionamento de grupos mistos (de meninos e meninas), o que implicou na mudança de abordagem do documento, que passa a referir-se aos participantes pelo termo “jovens”. No Brasil, os grupos escoteiros mistos passam a funcionar a partir de 1982.

A WAGGGS foi criada em 1928 durante a 5ª Conferência Internacional da Hungria para substituir o Conselho Internacional, um órgão consultivo criado em 1919. Atualmente, conta com cerca de 10 milhões de guias/*guides* em 145 países em todas as regiões do mundo, caracterizando-se como o maior movimento voluntário dedicado à meninas e mulheres em todo o mundo.

² Disponível em <http://www.scout.org/en/around_the_world/countries>. Acesso em 13 jun. 2013.

³ Disponível em <<http://www.escoteiros.org.br>>. Acesso em 13 jun. 2013.

A WAGGGS está dividida em cinco regiões: África, Árabe, Ásia-Pacífico, Europa e o Hemisfério Ocidental. Além dessas regiões, a WAGGGS conta com quatro centros mundiais: *Nosso Chalet* na Suíça, *Sangam* na Índia, *Pax Lodge* no Reino Unido e *Nossa Cabaña* no México. Os centros mundiais são centros residenciais e de treinamento onde meninas e mulheres jovens desenvolvem habilidades de liderança através de programas e amizades internacionais⁴.

No Brasil, a WAGGGS tem como representante a Federação de Bandeirantes do Brasil (FBB), cuja atuação será discutida com mais fôlego no decorrer do trabalho. Atualmente, a FBB⁵ reúne cerca de sete mil membros em todo o país, crianças e jovens de ambos os sexos.

Hoje, a instituição é caracterizada como uma associação civil de âmbito nacional, beneficente, filantrópica, de educação não formal, cultural, de fim não econômico e não político-partidária. A instituição tem como finalidade proporcionar às crianças, aos adolescentes e jovens oportunidades para sua formação e desenvolvimento de caráter, exercício da cidadania, serviço em suas comunidades e estimular a amizade, expressada no texto de sua missão: “Ajudar crianças, adolescentes e jovens a desenvolverem seu potencial máximo como responsáveis cidadãos do mundo”.

⁴ Disponível em < <http://www.waggs.org>>. Acesso em 14 jun. 2013.

⁵ Embora as finalidades da instituição já tenham sido apresentadas na introdução, julgo que a reapresentação destas questões é importante para pontuar com mais veemência a distinta atuação da UEB e FBB. Ademais, é válido ressaltar novamente que no decorrer do século XX até a presente data, os estatutos da FBB apresentaram distintas denominações sobre sua finalidade institucional.



MAPA 01 – Distribuição do Bandeirantismo por Estados no Brasil na atualidade⁶.

Segundo Souza (2010), há ainda as instituições que são tidas como “não alinhadas”, em referência à WOSM e a WAGGGS. Entre as quais, as mais conhecidas no Brasil são a *World Organization of Independent Scouts* (WFIS) representada no país pela Associação Escoteira Baden-Powell (AEBP) e a *Non-Aligned (independent) Associations* (NON), representada pelo Clube dos Desbravadores⁷.

⁶ Fonte: FBB. *Chama acesa*: o livro do Bandeirante. Rio de Janeiro: Marca D'água, 2008, p. 125.

⁷ O Clube dos Desbravadores é vinculado à Igreja Adventista do Brasil.

2.2 Aspectos sobre a trajetória de vida de Baden-Powell: de militar a chefe mundial dos Escoteiros e *Girl Guides*

[...] Tive duas vidas: uma até ser Major General e me aposentar [...] A segunda vida quando me dediquei só ao escotismo e onde fui mais feliz. (FBB, 2008, p. 48).

Apresentar aspectos da vida de Baden-Powell, respeitando os elementos que o tornam homem de seu tempo de forma crítica, sem fazer menção à sua figura de forma heroica, ao molde de uma leitura historiográfica positivista, não é uma tarefa fácil, pois parte considerável das publicações a respeito da vida do fundador do Escotismo e Guidismo pertencem a ambas as instituições, que acabaram por transformar a figura de Baden-Powell em uma entidade épica.

Não busco estabelecer uma leitura sobre a vida de Baden-Powell tentando desmerecer sua trajetória ou desconsiderando as benfeitorias que ambos os movimentos propostos por ele fizeram na vida de milhões de jovens durante mais de um século de existência. Apenas considero que uma análise que busque compreender Baden-Powell como homem do seu tempo é necessária a fim de estabelecer uma discussão crítica, tanto sobre a trajetória de sua vida pessoal, como dos movimentos que propôs.

Dessa forma, busco através de um olhar sociológico, compreender Baden-Powell como um homem dotado de ideologias, crenças e de uma determinada visão de mundo. Esse pressuposto desconstrói uma visão heroica de sua trajetória pessoal, estabelecendo-o como uma pessoa imersa em princípios, cujas ações e visão de mundo estão atreladas a referenciais próprios do período e contexto social em que viveu.

Mais do que isso, esta leitura visa contribuir com a possibilidade de desmistificar a imagem idealizada de Baden-Powell, como também a desconstrução de autoimagem compartilhada entre seus membros, tanto da figura do escoteiro, como da instituição em si – de uma organização institucional gerida sob uma propositura de formação de seus membros através de uma concepção de caráter reto, honradez acima de qualquer suspeita e força – elementos engendrados sob a perspectiva construtiva de um modelo de masculinidade, que fazem com que os escotistas compreendam a si mesmo como “um grupo coeso, exemplo de conduta correta e distinta dos demais membros da sociedade no entorno”. (SOUZA, 2010, p.30).



FIGURA 3- Retrato de Robert Baden-Powell ⁸.

A trajetória de vida de Baden-Powell exprime de forma substancial os resquícios da Era Vitoriana e a influência do nacionalismo nos Estados europeus, em particular a Inglaterra do século XIX. O sentimento próprio do fenômeno nacionalista que estabelecia uma ligação estreita entre os indivíduos e a nação a qual pertenciam pode ser percebido na própria prerrogativa da criação do Escotismo na Inglaterra.

Metade da vida de Baden-Powell foi vivenciada em pleno reinado da Rainha Vitória (1819-1901) ⁹, que foi caracterizado como a maior regência da história da coroa do Reino Unido entre os anos de 1837 a 1901. Os sessenta e três anos da chamada *Era Vitoriana*,

⁸ Disponível em: <<http://gruposcoiteiroviscondedecayru.blogspot.com.br/2011/04/baden-powell.html>>. Acesso em 15 jul. 2013.

⁹ De acordo com relatos oficiais, ao ser coroada Vitória pediu a restrição o uso de seu primeiro nome de batismo Alexandrina, dado em homenagem ao Czar Alexander I, que nunca mais foi usado pela rainha.

expressão criada pelos historiados ingleses, foram marcados por fortes mudanças não apenas no cenário econômico e político, sobretudo pela expansão do Império Britânico, como também por suas transformações sociais e culturais. Nesse período, a Inglaterra passou por sua Segunda Revolução Industrial e expandiu sua malha ferroviária e seu império pelo mundo.

Dominando a tecnologia industrial e ferroviária do período, a Inglaterra pode expandir seus lucros ampliando malhas ferroviárias em várias partes do mundo. Esse processo de acumulação foi essencial para que futuramente a Inglaterra pudesse reunir tecnologia, armamento bélico e capital suficiente para expandir seu império a outras regiões do mundo.

Em outra esfera, houve uma crescente transformação fabril, sobretudo na indústria têxtil, que combinava a exploração do algodão nas colônias das Índias Ocidentais com o avanço tecnológico por meio da introdução de máquinas mais produtivas. O processo de maquinofatura implicou em um aumento expresso no número de trabalhadores desempregados. O montante desses trabalhadores vindos de contextos agrários, cuja dinâmica social era organizada a partir dos ofícios e dos costumes tradicionais, perdia lugar para o ritmo acelerado das fábricas e a vida miserável das grandes cidades.

Nesse contexto, eclodiram diversas organizações sindicais e movimentos de trabalhadores que reivindicavam melhores condições de trabalho. Entre esses movimentos, destacam-se o Movimento Ludista¹⁰ ocorrido entre os anos de 1811 e 1819 em Nottingham, e mais tardiamente, o Movimento Cartista¹¹ em Londres no final da década de 1830. Mais precisamente, o Movimento Cartista foi um dos grandes desafios no início do reinado vitoriano.

De acordo com Anka Muhlstein (1999), “a Era Vitoriana acabou se tornando um conceito para os historiadores, sociólogos e psicólogos, usado para exprimir uma época de grande moralismo na Europa”. Para a autora, muitos relacionam – com razão – a Era

¹⁰ O Movimento Ludista ou Ludismo é caracterizado como um movimento de resistência operária contra o uso de máquinas. A ação consistia em ataques às fábricas em que homens armados com o rosto pintado de preto invadiam as instalações das fábricas e quebravam as máquinas, por compreenderem que estas eram as grandes culpadas pelo crescente número de desemprego. Antes do ataque, o proprietário recebia uma carta anônima como forma de protesto assinada por Nelson Ludd, personagem inspirado na personagem Robin Hood, que dá o nome ao movimento.

¹¹ O Movimento Cartista ou Cartismo, que era mais organizado e centralizando em questões políticas. O movimento surgiu a partir da iniciativa da Associação dos Trabalhadores de Londres, através da divulgação da carta do povo (origem do termo Cartismo), redigida por William Lovett e enviada ao Parlamento inglês em 1838. O Movimento Cartista buscava a aprovação de uma reforma política que viabilizasse medidas que democratizassem o parlamento. Entre as medidas, destaca-se o sufrágio universal masculino para os maiores de 21 anos.

Vitoriana ao surgimento de estratégias de controle da sexualidade, principalmente na crítica à proliferação do ato sexual fora da santidade do lar, desligadas do ato de procriação¹².

A autora ressalta que as últimas décadas do Período Vitoriano conheceram, em toda a Europa Ocidental o apogeu de uma literatura médica ou moralizante, que se expande para o restante do mundo, cujo discurso era centralizado na restrição das práticas sexuais às relações conjugais. As práticas sexuais distintas das realizadas com o intuito da procriação foram colocadas no território do abjeto, como por exemplo, a masturbação e a homossexualidade, como também, no campo das indecências, o adultério, sobretudo o feminino. (MUHLSTEIN, 1999, p. 11).

Esses elementos resultam de um processo de higienização pública em um mundo que se transformava em um ritmo alucinante, inclusive quanto aos enfrentamentos de preconceitos e tabus sexuais. É em decorrência de tais transformações que os “vitorianos” se preocuparam em controlar a conduta dos indivíduos, seus desejos, gestos e sentimentos. A rainha Vitória, particularmente, teve um papel pouco expressivo nesse processo, mas acabou emprestando seu nome ao moralismo triunfante do século XIX. (Ibid., 1999, p. 11).

A alusão ao termo “Era Vitoriana” traduz as transformações de uma época de efervescência política e econômica. O reinado da rainha Vitória perpassou mais de meio século de mudanças nos padrões morais e culturais do Ocidente. Esses elementos podem ser claramente percebidos na forma com que Baden-Powell estabelece a conduta moral a ser seguida pelos escoteiros, como será discutida com mais ênfase na seção (2.4.) deste capítulo.

O criador do Movimento Bandeirante e Escoteiro nasceu em 22 de fevereiro de 1857 em Londres, ano em que o reinado da rainha Vitória, da dinastia Hanôver, completara vinte anos. Batizado como Robert Stephenson Smyth Powell, era o sexto filho de um professor de matemática de Oxford e reverendo da Igreja Anglicana, Baden Powell. Sua mãe, Henrietta Grace Smyth, de origem abastada e entusiasta das tradições vitorianas, era e filha de almirante inglês W.T. Smyth, também conceituado nas carreiras de médico, astrônomo e membro da

¹² Sobre o assunto, destaca-se o trabalho de Michel Foucault (2006), *História da Sexualidade I: A vontade de saber*, em que autor discute estas questões sob outros aspectos. Para Foucault, a hipótese mais conhecida é caracterizada como “hipótese repressiva”, que embora o autor se posicione de forma contrária, afirma que esta hipótese não pode ser ignorada, tendo em vista o grande número de adeptos. A hipótese de Foucault é que há, a partir do século XVIII, uma proliferação de discursos sobre o sexo. Alega, nesta perspectiva, que foi o próprio poder que incitou essa proliferação de discursos por meio da igreja, da escola, da família e do consultório médico. Essas instituições não visavam proibir ou reduzir a prática sexual, mas visavam o controle do indivíduo e da população.

*Royal Astronomical Society*¹³ e da *Royal Geographical Society*¹⁴. (NASCIMENTO, 2008, p. 30).

Já a família do reverendo Baden Powell era bem posicionada socialmente, mas de recursos financeiros modestos. O avô de Robert era engenheiro e construtor de pontes, e seu bisavô foi o projetista da primeira locomotiva construída na Inglaterra (Ibid., 2008, p. 30). O pai de Robert Powell veio a falecer quando esse tinha apenas três anos. Desta forma, a educação dos filhos ficou a cargo de Henrietta e do avô materno. Foi também após o falecimento do seu pai, reverendo Powell, que sua mãe tomou a iniciativa da família passar a utilizar o sobrenome Baden-Powell¹⁵, em homenagem ao seu falecido marido.

Através do perfil dos pais e avós de Robert Baden-Powell, percebe-se a influência de uma boa educação, voltada para as artes e ciência, o que era bem incomum à maioria das crianças no período, que em pleno processo de desenvolvimento fabril, estavam expostas a exaustivas jornadas de trabalho. Nesse contexto, a educação compulsória ainda não existia. (BOULANGER, 2000, p. 12).

A mudança de pensamento acerca da educação escolar que a estabelece como obrigatoriedade, é um elemento central não apenas para a compreensão do processo de modernização e desenvolvimento industrial do período, como também para compreender a trajetória de vida de Robert Baden-Powell, que viu nas inovadoras propostas educacionais do período uma influência para os futuros movimentos que viria posteriormente a consolidar, uma vez que,

No decorrer do século XIX, conteúdo e método de ensino fizeram parte do intenso debate sobre a questão política da educação popular e os meios para efetivá-la, entre eles, a melhor organização pedagógica para a escola primária. Em toda parte, difundiu-se a crença no poder da escola como fator de progresso, modernização e mudança social. A ideia de uma escola nova para a formação do homem novo articulou-se com as exigências do desenvolvimento industrial e o processo de urbanização [...] O fenômeno de âmbito mundial foi alimentado pela circulação de ideias e modelos gerados nos países ditos “civilizados” na época. (SOUZA, 2000, p. 11).

¹³ A *Royal Astronomical Society* é oriunda da *Astronomical Society of London*, que iniciou suas atividades em 1820 com o objetivo de apoiar pesquisas na área de astronomia. A mudança de nomenclatura ocorre em 1851, durante o reinado de Guilherme IV, que na ocasião foi declarada uma organização “real”. A participação das mulheres foi permitida a partir de 1915. Atualmente a entidade mantém suas atividades e faz parte da União Astronômica Internacional.

¹⁴ A *Royal Geographical Society* foi fundada em 1830, por intermédio do rei Guilherme IV. Sua criação reúne duas entidades: *Geographical Society of London for the advancement of geographical science* e *Association for Promoting the Discovery of the Interior Parts of Africa*, fundada em 1788 por Joseph Banks. Em 1859, a instituição recebeu o estatuto real dado pela Rainha Vitória.

¹⁵ Entre as publicações que discutem o Escotismo, a referência ao nome do pai de Robert Baden-Powell sem hífen (-) entre os dois sobrenomes. O hífen (-) passa a compor a grafia do sobrenome da família após a morte do pai, quando sua resolve homenageá-lo.

Nesse período, as escolas públicas da Inglaterra eram pagas e a família de Robert Baden-Powell não dispunha de condições financeiras para custear seus estudos. Em 1870, com os esforços de sua mãe e a intervenção do respeitado Duque de Malborough, Robert Baden-Powell consegue uma bolsa de estudos na tradicional escola de Charterhouse¹⁶ em Londres. Segundo os professores de Charterhouse, embora demonstrasse uma alta capacidade nos estudos, seu desempenho acadêmico não era muito satisfatório. De acordo com os relatos, o garoto era muito ativo e comunicativo, evidenciando grandes habilidades nas Artes Cênicas e desenho. Já nas disciplinas técnicas, como matemática e ciências, demonstrava-se pouco entusiasmado. (BOULANGER, 2000, p.18).

Aos 19 anos de idade, prestes a encerrar seus estudos em Charterhouse e reprovado nas universidades de Oxford e Christ Church, Robert tornava-se a grande preocupação da família, pois estava decidido em seguir a carreira de ator, que era desprestigiada no período e vista como indigna a um homem de boa formação (Ibid., 2000, p. 24). A carreira militar nunca havia sido pretendida por Baden-Powell, mesmo que na família de sua mãe houvesse tios e avó a lhe inspirar.

Certa manhã, ao ver um anúncio do serviço militar no jornal, Baden-Powell resolve inscrever-se para os testes, pois preenchiam os requisitos: o ingresso de jovens de 17 a 20 anos e nos testes, de um universo de oito assuntos propostos, o candidato poderia optar em ser avaliado em apenas quatro destes. Em 1876, após ser aprovado nos exames e receber o apoio financeiro de familiares e amigos, Baden-Powell recebe seu posto na Cavalaria do Exército Britânico, cujas despesas eram muito mais altas que os salários recebidos. (Ibid., 2000, p.26).

A trajetória de Baden-Powell no exército foi prestigiosa e repleta de honrarias. Em pleno período de expansão imperialista, o militar defendeu os interesses da Grã-Bretanha na conquista de territórios da Ásia, África e Oceania. A ação imperialista dos países europeus em conquistar e dominar territórios nesses continentes garantiu a expansão da grande indústria, que passava pela segunda revolução industrial, e dos grandes bancos, assegurando, desta forma, o controle de vastos mercados consumidores. Para o historiador Eric Hobsbawn,

A divisão do mundo entre um pequeno número de Estados foi a expressão mais espetacular da divisão do mundo entre fortes e fracos, “avançados” e “atrasados”. Foi também notavelmente nova. Entre 1876 a 1915, cerca de um quarto superfície

¹⁶ A Escola de Charterhouse, que ficava no coração de Londres, começou a funcionar em 1613. Em sua trajetória foi adquirindo respeitável reputação e era frequentada por alunos de famílias abastadas, que despendiam altas taxas para financiar a formação de seus filhos.

continental do globo foi distribuído ou redistribuído, como colônia entre meia dúzia de Estados. (HOBSBAWM, 1988, p. 91).

O autor ainda ressalta que a expansão imperialista não pode ser pensada apenas pelo viés econômico. Não se trata apenas de dinheiro, estão engendrados nas conquistas apelos políticos, emocionais, ideológicos, patrióticos e até mesmo raciais. Nesse período, as teorias de evolucionismo racial já eram evidentes e repercutiam na Europa como uma evidência, que sob o respaldo do discurso científico, legitimava a dominação de povos e territórios. A justificativa ideológica residia na doutrina da “missão civilizadora” da cultura europeia, pela qual caberia difundir seus hábitos, costumes e tradições aos povos ditos “atrasados” e “primitivos”.



MAPA 02- Territórios sob o controle de países europeus antes de 1914¹⁷.

¹⁷ Disponível em <<http://www.brasilecola.com.br>>: ALBUQUERQUE, Manoel Maurício. *Atlas Histórico Escolar*. Rio de Janeiro: FAE, 1991, p. 173. Acesso em 15 jun.2013.

Durante o processo de expansão imperialista, a Grã-Bretanha aumentou seu território em cerca de dez milhões de quilômetros quadrados. Suas colônias foram estabelecidas em territórios cruciais para o controle do acesso a várias regiões terrestres e marítimas consideradas vitais para os interesses do comércio marítimo britânico, que com o surgimento dos navios a vapor, podiam funcionar como postos de abastecimento de carvão.

A Índia era “a gema mais esplêndida da coroa imperial” (HOBBSAWMN, 1992, p. 104), sua importância econômica era central à expansão do império inglês – 60% das exportações de algodão do país eram destinadas à Índia e ao Extremo Oriente, sendo que, dessa fração, cerca de 40 a 45% das exportações eram destinadas ao abastecimento do mercado interno indiano. A balança de pagamento internacional da Grã-Bretanha dependia do superávit populacional indiano. (Ibid., 1992, p. 104).

Outra região de crucial importância aos interesses da Grã-Bretanha foi a região sul do continente africano. Camuflada pelo discurso missionário da missão civilizadora dos colonos europeus, por volta de 1870, a ação expansionista europeia, sobretudo a inglesa, que consistia na maior potência econômica e técnica no período, provocou uma divisão arbitrária da África em diversas colônias, com o intuito de explorar as recentes descobertas jazidas de ouro e diamante.

Imerso nesse cenário, a trajetória militar de Baden-Powell atingiu seu ápice na Guerra dos Bôeres, mais precisamente na batalha caracterizada como o “Cercos de Mafeking” na África do Sul. O interesse em colonizar a região que atualmente é caracterizada como a África do Sul, advém de muito antes da era Imperialista.

Em 1662, nas proximidades do Cabo da Boa Esperança, foi criada pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais um centro de abastecimento dos navios que viajavam para as Índias. Com o povoamento da região, colonos holandeses calvinistas que fugiam de perseguições religiosas fixaram-se na região e passaram a dedicar-se à agricultura e pecuária. Os descendentes desse grupo ficaram conhecidos como “bôeres”.

A Guerra dos Bôeres é caracterizada pela ocorrência de dois conflitos entre os colonos ingleses e holandeses, os chamados bôeres, contra o exército inglês, que pretendia apossar-se das recém-descobertas minas de ouro e diamante abundantes na região. O primeiro conflito iniciou-se no final do século XVIII e perdurou até o início do século XIX. O governo holandês, que tinha um poder econômico e político inferior à coroa inglesa, cedeu a colônia ao poder dos ingleses.

Descontentes com a decisão do governo holandês, cerca de dez mil bôeres migraram para a Região Norte e Leste, a partir de 1835, criando os estados de Orange, Natal e a

República do Transvaal. Com a retirada dos bôeres, os ingleses permaneceram ao Sul. Em meados da década de 1860, houve a descoberta das maiores jazidas de ouro e diamante até então conhecidas na região dos novos estados criados ao Norte e Leste. Com tal descoberta, os ingleses migraram para a região de Transvaal.



MAPA 03- Região do conflito entre os bôeres e ingleses¹⁸.

Entre os anos de 1800 e 1881, os ingleses tentaram dominar os estados de Transvaal e Orange, mas foram derrotados pelos bôeres. Mesmo com a resistência por parte dos bôeres, os ingleses insistiram, porém, em controlar as lucrativas regiões mineradoras. Como forma de controlar a exploração de ouro no local, os bôeres estipularam altas taxas à indústria do ouro.

Em 1889, o ministro britânico Chamberlay exige direitos iguais aos cidadãos britânicos nas repúblicas bôeres, sobretudo no que diz respeito aos ganhos obtidos com a extração de ouro. Em resposta às ameaças britânicas, o presidente bôer Paul Kruger, exige que os britânicos retirem imediatamente suas tropas da fronteira do Transvaal. Seria iniciada outra guerra contra os britânicos.

¹⁸ Disponível em <<http://www.brasilecola.com.br>>: ALBUQUERQUE, Manoel Maurício. *Atlas Histórico Escolar*. Rio de Janeiro: FAE, 1991, p. 175. Acesso em 15 jun. 2013.

Ao ser requisitado pelo governo inglês para chefiar o conflito contra os bôeres, Baden-Powell percebeu nessa operação a maior oportunidade em sua vida como militar. A tarefa que cabia ao militar inglês era de conhecer os aspectos geográficos do lugar, traçar estratégias e recrutar soldados e voluntários entre a população branca da região de Mafeking, cidade localizada ao Nordeste da Cidade do Cabo que em 1889, era esparsamente habitada por 7.500 africanos e 1.300 colonizadores brancos, para protegerem a fronteira Transvaal. (BOULANGER, 2000, p. 90).

A estratégia militar de Baden-Powell consistia em passar informações falsas aos inimigos sobre estabelecer um cerco (isolamento) que na verdade nunca existira, o que por sua vez ficou conhecido como o Cerco de Mafeking. Vencidos nessa emboscada militar, os bôeres rendem-se por meio do tratado de Vereeniging (maio de 1902), que extinguiu as repúblicas bôeres e colocou seus cidadãos sob o domínio do Império Britânico. Os bôeres foram obrigados a assinar um tratado de paz, e suas terras tornaram-se colônias britânicas, em que passaram a serem chamados de *afrikaners*.

Com base na leitura de autores que dedicam suas pesquisas à compreensão da vida de Robert Baden-Powell, como NASCIMENTO (2008), BOULANGER (2000), CYTRYNOWICZ; ZUQUIM (2002) são perceptíveis as inúmeras contribuições de sua vida militar para os interesses da Inglaterra, sobretudo em sua estratégia de expansionismo territorial através da invasão e exploração de colônias na África, Ásia e Índia. Tais autores destacam que devido à sua capacidade diplomática nesses conflitos, Baden-Powell era cotidianamente recrutado para mediar conflitos entre os colonos e a população local. Essa ação permitiu ao militar estabelecer um grande contato com a cultura e práticas nativas que foram utilizadas em seus manuais de sobrevivência.

Entretanto, não podemos compreender a história apenas pela perspectiva daqueles que a escrevem, dos vencedores. Os autores citados anteriormente, em suas publicações afirmam que no início do século XX, após mais de trinta anos no exército inglês, Baden-Powell começa a perceber as contradições e os aspectos racistas e disseminadores do Império Britânico, que até então, imerso sob um discurso nacionalista, o militar ainda não havia percebido.

Não cabe estabelecer uma leitura maniqueísta, pois na outra ponta do discurso, onde reside um exército imperialista e disseminador, residem também populações colonizadas e com poucos meios de resistência às investidas inglesas. Estabelecer um estudo mais profundo sobre os aspectos militares da Inglaterra no período caracterizado como imperialista não cabe nessa pesquisa. Dessa forma, é difícil expressar efetivamente o posicionamento de Baden-

Powell frente à política imperialista inglesa no período em que prestava serviços militares ao país. (BOULANGER, 2000).

O que importa efetivamente é que desapontado ou não, os aspectos nacionalistas compartilhados pelas potências europeias no período ressoaram de forma expressiva na vida de Baden-Powell. Uma grande expressividade dessa influência é o empenho do militar após sua aposentadoria em dedicar sua vida à proposição de um movimento para juventude e que buscasse inculcar nos jovens ideais de respeito, cidadania, obediência e proteção para com o império inglês.

2.3 Origem e desenvolvimento do Escotismo e Guidismo na Inglaterra

Antes de partir da Inglaterra com destino à África do Sul, Baden-Powell entregou a um grupo de editores os manuscritos do seu livro *Aids to Scouting*¹⁹. Quando o livro foi colocado à venda em 1889, em pleno período da batalha contra os bôeres, o nome de Baden-Powell já era conhecido entre os ingleses, o que possibilitou uma grande vendagem de exemplares. (Ibid., 2000, p. 91).

A ideia de publicar o livro *Aids to Scouting* é resultado da experiência de Baden-Powell com jovens, quando foi convidado pela *Boy's Brigade* para vistoriar algumas paradas. A *Boy's Brigade* foi criada por Willians Alexander Smith em 1883 na cidade de Glasgow. Rapidamente, a instituição expande-se por todo o Reino Unido e na década de 1890 torna-se uma instituição internacional. A instituição propunha atividades lúdicas para a juventude baseando-se em ensinamentos cristãos.

A ação da instituição é norteada pelo princípio de que a *Boy's Brigade* tem como objetivo contribuir para "O avanço do reino de Cristo entre os meninos e para a promoção de hábitos de obediência, reverência, disciplina, autorrespeito e tudo o que tende para uma verdadeira masculinidade cristã." (BOULANGER, 2000, p. 99). Em países que estendem a participação feminina na instituição, o termo "masculinidade" foi substituído, em outros contextos sociais, por exemplo, pelo termo "caráter". Este fato demonstra o quanto características como "honra", "honestidade" e "caráter" são empregadas como valores atribuídos ao mundo público, à conduta racional que se remete à masculinidade.

¹⁹ Não é possível citar referências mais precisas sobre o livro *Aids to Scouting*. Os dados desta publicação foram encontrados a partir do trabalho de Boulanger (2000) e Nascimento (2008). O conteúdo dessa obra pode ser encontrado em: Baden-Powell, Robert. *Escotismo para rapazes*. São Paulo: Fraternidade Mundial, 1961[1908].

Nessa perspectiva, a instituição foi desenvolvida para promover aspectos caracterizados como uma masculinidade cristã, por intermédio de estratégias disciplinares e a técnica de acampamentos militares, ginástica e principalmente pela educação religiosa. Tendo em vista a participação de Baden-Powell como vice-presidente da instituição a partir de 1903, é possível detectar algumas influências da estrutura organizacional da *Boy's Brigade* em certos aspectos da organização do Escotismo como, por exemplo, a divisão interna dos membros a partir da faixa etária.



FIGURA 4 – Retrato dos meninos da *Boy's Brigade* em 1905 - Inglaterra²⁰.

Durante a experiência com a *Boy's Brigade*, o militar concluiu que os exercícios eram mecânicos demais e afugentavam os meninos. Com base em suas experiências no exército, Baden-Powell decide publicar um folheto repleto de jogos e treinamentos que deveriam reforçar o “caráter” dos jovens. Devido ao caráter explicitamente religioso das Brigadas, as ideias de Baden-Powell não foram bem recepcionadas entre os líderes do movimento. (ZUQUIM, 2002, p. 49).

²⁰ Disponível em: < http://litherland-digital.co.uk/album_10/pages/34th_liverpool_coy_beebees.htm >. Acesso em 15 jul. 2013.

Em 1902, Baden-Powell encontra-se com Ernest Thompson Seton (1860-1946), criador da *Woodcraft Indians* ou *Liga dos índios Woodcraft*, uma instituição criada para a juventude americana que pode ser compreendida com precursora do Escotismo. Embora sua nomenclatura faça menção aos índios, a instituição destinava-se a jovens, não necessariamente indígenas. Posteriormente, a instituição substituiu a antiga nomenclatura da instituição por *Woodcraft League of America*. O programa, assim como a *Boy's Brigade*, expande-se a outros países e também às meninas.

A ideia de fundar a instituição começa quando um grupo de meninos, estudantes da escola local, depredou a propriedade de Ernest Thompson Seton em Cos Cob, Connecticut. Depois de ter sua propriedade vandalizada por diversas vezes, Seton visita a escola em que os meninos estudavam e ao invés de exigir uma punição por parte da direção, exige apenas que os meninos passassem o fim de semana na propriedade. Nesta ocasião, Seton contou-lhes histórias sobre os índios americanos e da natureza.



FIGURA 5- Retrato de Ernest Thompson Seton e os rapazes da *Woodcraft Indians*²¹.

A característica distintiva de seu programa educativo é que os meninos elegiam seus próprios líderes. A partir de sua experiência com os meninos da *Woodcraft Indians*, Ernest Thompson Seton escreve diversos artigos que posteriormente foram reunidos na forma de novela, publicada com o título *Dois meninos selvagens*, em 1903. A publicação de Seton não

²¹ Disponível em < <http://etsi.squarespace.com/history/> >. Acesso em 15 jul. 2013.

tinha o mesmo caráter formal dos manuais de adestramento, como o que ocorreu nos anos seguintes com o livro *Scouting for Boys*, publicado por Baden-Powell em 1908.

Em 1906, Seton viaja à Inglaterra com o intuito de apresentar suas ideias e atividades realizadas com os meninos da *Woodcrafts Indias* nos Estados Unidos. Nessa ocasião, Seton conhece Robert Baden-Powell e lhe sugere algumas formas de propor atividades mais dinâmicas aos jovens.

Segundo Judith Zuquim e Roney Cytrynowicz, grandes referências em pesquisa sobre o Escotismo:

Seton acreditava que muitos americanos estavam em ‘franco processo de degeneração, imersos em falsos ideais e frouxidão moral’ e culpava o crescimento urbano, a industrialização e as competições esportivas espetaculares, que transformavam a juventude em ‘um bando de fumadores de cigarros, com nervos débeis e vitalidade duvidosa’. Seton ficara famoso como escritor de história de animais e defendia a vida selvagem para escapar do utilitarismo da sociedade moderna. (ZUQUIM; CYTRYNOWICZ, 2002, p. 49).

Com base nas experiências de sua vida militar e da influência acerca das ideias e dos programas propostos pela *Boy's Brigade* e *Woodcrafts Indias*, em 1907, Baden-Powell publicou um folheto em que reunia lições de saúde, observação, disciplina, patriotismo. Esse folheto sugeria aos meninos que se organizassem na forma de unidades caracterizadas como *scouting*, seis ou mais meninos para organizarem uma patrulha sob o comando de um líder e, quatro ou mais para uma patrulha sob o comando de um adulto *Scoutmaster* (Ibid., 2002, p. 49)²².

A organização dos *scoutings*, embora tivesse como objetivo o adestramento de jovens para possíveis situações de perigo contra o Império Inglês, lembrando que nesse período as tensões ocasionadas pela partilha do mundo pelos países europeus era um perigo eminente, também buscava a formação dos meninos através de atividades lúdicas e do contato com a natureza.

No mesmo ano, Baden-Powell resolve colocar suas ideias em prática e organiza na Ilha de Brownsea, localizada no Canal da Mancha, um acampamento experimental que reúne 22 meninos e rapazes²³, com idades entre 10 e 17 anos, pobres e ricos, para aprenderem

²² Essa forma de organização proposta por Baden-Powell ainda vigora na atualidade como forma de organização dos grupos escoteiros. No Brasil, o grupo de seis meninos ou mais é caracterizado como patrulha. O conjunto de patrulhas, geralmente formado por quatro, é caracterizado como tropa. A tropa é supervisionada por um adulto caracterizado como chefe.

²³ Com base nas pesquisas inéditas do brasileiro Rubem Süffert (1990), o nome dos rapazes que participaram do acampamento experimental na Ilha de Brownsea: 1) Albert Blandorf, 2) Arthur Primmer, 3) Charles Christian

noções de primeiros socorros, observação e técnicas de segurança para a vida na cidade e na floresta. (NASCIMENTO, 2008, p. 35).

Esse evento é caracterizado como o marco de fundação do Escotismo em todo o mundo. No ano seguinte, Baden-Powell publica em seis fascículos o livro *Scouting for Boys* em que propunha um método de educação não formal a partir das experiências adquiridas em sua prática militar e das atividades realizadas no acampamento experimental em Brownsea. Em um breve período de tempo, o livro se populariza entre os jovens na Inglaterra.



FIGURA 6 – Retrato de Baden-Powell e os primeiros escoteiros - Acampamento experimental na Ilha de Brownsea ²⁴.

Sobre a repercussão dos manuais, é possível estabelecer uma analogia com a obra de Benedict Anderson (2008), “Comunidades Imaginadas”, onde o autor demonstra que é através do material impresso que a nação se converte numa comunidade sólida. Através da publicação de *Scouting for Boys* para além da Inglaterra que o Escotismo é pensado como uma

Simon Rodney, 4) Cedric Isham Curteis, 5) Ethelbert James Tarrant, 6) Geoge Bridge Harley, 7) Guest Rodney, 8) Herbert Barnes Emley, 9) Herbert Nathan Collingbourne, 10) Herbert Watts, 11) Humphrey Brunel Noble, 12) J. Alan Vivian, 13) James H. B. Rodney, 14) John Michael Evans-Lombre, 15) Marc Andrew Patrick Nobel, 16) Musgrave Casenov Wroughton, 17) Percy Arthur Medway, 18) Reginald Walter Giles, 19) Richard Grant, 20) Terrence Ewart Bonfield, 21) Thomas Brian Ashton Evans-Lombre, 22) Willian Francis Rodney.

²⁴ Disponível em <<http://www.pitangui.uepg.br/proad/escoteiros/index.php/82-artigos/138-acampamento-na-ilha-de-brownsea>>. Acesso 15 jul. 2013.

comunidade, uma organização que mesmo presente em contextos culturais distintos, faz com que o escoteiro se reconheça como pertencente a “nação escoteira”²⁵, um grupo sólido que comunga dos mesmos ideais, cujos laços se assemelham a uma grande família de extensões mundiais. Da mesma forma que os movimentos nacionalistas pensam na existência de um elo de unidade pela pátria, no Escotismo esse elo é caracterizado pela filiação ao movimento.

Sendo assim, compreendo que a publicação de *Scouting for Boys* em 1908 foi o elemento central que possibilitou a popularidade e o expansionismo das ideias de Baden-Powell que futuramente fariam do Escotismo e Guidismo, movimentos para além da Inglaterra. Ambos os movimentos são pensados e caracterizados por seus membros como comunidades imaginadas, compostas por jovens de localidades e culturas distintas, que vivenciam sob o lema e a promessa Escoteira/Bandeirante, uma concepção de unidade.

Nas suas notas de organização para a elaboração do livro “Escotismo para rapazes”, Baden-Powell afirmou que o método poderia ser estendido para o treinamento de meninas, embora não recomendasse a educação em conjunto, que pode ser entendida como a realização das reuniões. Nessa perspectiva,

As meninas deveriam possuir um programa que lhes fosse próprio, mantendo o propósito do desenvolvimento do caráter e da cidadania, mas com a maior parte das atividades priorizando as práticas femininas ao invés de concentrar-se ao ar livre. (NASCIMENTO, 2008, p.73)

Entretanto, há alguns pesquisadores da História do Escotismo, como também salienta Jorge Carvalho Nascimento, que discordam dessa questão ao afirmarem:

Ao contrário do que apregoa a história oficial, no início da elaboração de seu método educativo, Baden-Powell nunca afirmou que as meninas deveriam ter um movimento próprio. Ele insistia até para que os homens aprendessem tarefas tradicionalmente femininas, como costurar e cozinhar. (ZUQUIM; CYTRYNOWICZ, 1999, p. 125).

Mudando um pouco o foco da narrativa em questão, durante o trabalho de campo desenvolvido no decorrer da minha pesquisa na graduação, e, mais especificamente nesse trabalho, um fato que é recorrentemente, sobretudo entre as mulheres que tiveram a

²⁵ Esse tipo de expressão é muito utilizada em atividades escoteiras e até mesmo pelos escotistas para referirem-se ao movimento como geradora de laços de amizade e pertencimento sob a forma de unidade de princípios. Como exemplo, tem-se a afirmação de que o escoteiro é irmão dos demais escoteiros, independente da origem familiar e cultural. Os que os une são os laços da promessa.

possibilidade de vivenciar o movimento em seu período exclusivamente feminino. Em suas falas, há a perceptível defesa de um Bandeirantismo estritamente feminino, como também, a defesa de uma formação educativa separada entre os sexos. Essa defesa ocorre tanto como uma forma de preservação da “essência” dos ensinamentos de Baden-Powell como também uma forma mais eficaz de promover uma formação educativa.

Em virtude do número limitado de trabalho sobre tema, não há efetivamente como estabelecer uma leitura mais abrangente sobre a relação entre o movimento proposto por Baden-Powell e a extensão do seu método para as meninas, pois uma análise como essa demandaria uma compreensão do Guidismo em escala mundial e isto, é em certa medida, inviável, levando em consideração as particularidades dos contextos socioculturais das centenas de países em que a instituição atua.

A diversidade de contextos socioculturais em que o Escotismo está em atividade é um aspecto muito interessante que é pouco discutido pelos autores que se dispõem a estudar o assunto. Digo Escotismo por que os trabalhos sobre Guidismo no país são praticamente inexistentes. Não são discutidas as nuances que envolvem a adesão do Escotismo para além da Grã-Bretanha.

É correto afirmar que o surgimento do Escotismo em outros países está atrelado a um contexto nacionalista e de reforma educacional, em que a assimilação das ideias preconizadas por Baden-Powell ia ao encontro dos interesses econômicos e políticos do período. Entretanto, os aspectos socioculturais da incorporação destes movimentos são dotados de valores morais e raramente são problematizados pelos pesquisadores brasileiros, que se propõem a compreender tanto a trajetória de Baden-Powell como dos movimentos que veio a fundar.

Um aspecto muito importante sobre a origem do Escotismo é a relação entre particularismo e universalismo. Quando foi idealizado, Baden-Powell não tinha a intenção de expandir o Escotismo para além das fronteiras do Império Britânico, o que conferia ao Escotismo um caráter particularista, como, por exemplo, os aspectos religiosos pautados no Anglicanismo e a moral sexual influenciada pelo Era Vitoriana. Entretanto, conforme a própria atuação do Escotismo em escala mundial permite dizer, os ideais preconizados por ações militares ganharam notoriedade em outros contextos socioculturais.

Por outro lado, o Escotismo reúne em seus princípios uma atmosfera de particularismo, tendo em vista, sua origem, pode-se dizer que seu expansionismo só foi possível devida à sua universalidade, que por meio de uma certa plasticidade conseguiu

adequar a ideologia do movimento, pensado a partir de um contexto imperialista a outros contextos culturais, sobretudo entre os países periféricos colonizados.

Embora tal discussão fuja às pertencções desse trabalho, elas são interessantes na medida em que nos trazem elementos para pensar a relação entre o Escotismo e a produção de discursos e subjetividades a partir de um processo de “colonialidade do poder”, que consiste nos resquícios da dominação colonial que mesmo sendo “extinta” continua vívido a partir da internalização do discurso do colonizador, conforme nos aponta o antropólogo peruano Aníbal Quijano (2005).

Como já fora mencionado anteriormente, esse trabalho visa discutir a origem e desenvolvimento do Guidismo através de uma perspectiva dos estudos de gênero. Embora o levantamento bibliográfico da obra de Baden-Powell seja de grande importância para a compreensão de sua proposta educacional, a presente pesquisa não tem o intuito problematizar a historiografia oficial, tanto do Escotismo e Guidismo, e seus desdobramentos, e sim de que maneira o desenvolvimento de ambos os movimentos, sobretudo do Guidismo podem ser considerados como um pertinente recorte de problematização para os estudos feministas.

Dessa maneira, tendo em vista a pesquisa que foi desenvolvida, aliada aos meus próprios anos de experiência como membro da instituição, torna-se particularmente evidente que aspectos como a origem, o desenvolvimento e a implementação do Escotismo e do Guidismo, até mesmo pela própria cisão inicialmente apresentada por ambas as instituições, estão intimamente ligados a uma concepção sexista, que evidenciam a manutenção de papéis sociais atribuídos distintivamente a homens e mulheres²⁶.

Com base no livro *Chama acesa* (FBB, 2008), do mesmo modo que as ideias preconizadas por Baden-Powell fizeram enorme sucesso entre os rapazes, logo se popularizou entre as moças inglesas que, mesmo sem a colaboração dos adultos, leram os manuais, adaptaram os processos de adestramento e começaram a por em prática as atividades descritas, normalmente organizando-se sob a forma de patrulhas.

Em 1909, um grupo de meninas se apresentou a Baden-Powell trajadas com uniformes similares aos utilizados pelos rapazes escoteiros no *Crystal Palace*, em Londres, onde seria realizada uma demonstração técnica com a participação de aproximadamente 11 mil

²⁶ A distinção de um programa baseado na segregação entre os gêneros masculino e feminino pode ser percebida não apenas nos manuais de metodologia e atividades desenvolvidas pela instituição, mas também nas etapas de desenvolvimento a serem alcançadas pelas moças, que priorizavam o desempenho e habilidades de funções socialmente determinadas como femininas, entre elas destacam-se as especialidades de cozinheira, doceira e costureira.

escoteiros. Elas manifestaram a vontade de serem reconhecidas como escoteiras e o direito de participarem do Movimento Escoteiro assim como os rapazes. Baden-Powell aceitou a solicitação das moças dando-lhes a designação de guias²⁷. Tal evento é considerado o marco de fundação do Guidismo.

Neste período, tornava-se cada vez mais evidente as mudanças nos papéis sociais desempenhados pelas mulheres, que refletiam novas necessidades e transformações na educação feminina. Baden-Powell defendia o exercício de uma “Educação”²⁸ capaz de atender às novas necessidades de moças e mulheres. Na busca de proporcionar uma nova proposta pedagógica que atendesse às necessidades femininas, Baden-Powell sintetiza os objetivos do Guidismo pautados em uma perspectiva educativa que fosse além das atividades desenvolvidas no ambiente escolar, capaz de promover uma “Educação plena”, compreendida como uma formação moral de bases sólidas.

Todo seu método educativo era compatível com o modo com que Baden-Powell compreendia a trajetória histórica que a mulher vinha cumprindo, pois acreditava que:

As moças tinham compreendido no século XX que havia outras coisas a fazer no mundo, além de passar metade do tempo preparando os vestidos para exibi-los na outra metade; que podiam se divertir não apenas jogando tênis ou lendo romances. (NASCIMENTO, 2008, p. 76).

O Guidismo, segundo as palavras de seu idealizador, deveria ser compreendido como um programa que tinha como objetivo educar e não apenas instruir. Assim como os rapazes, as moças deveriam ser estimuladas a internalizarem os princípios da “pedagogia escoteira” por vontade própria, pois para ele o Guidismo contribuía para a educação geral da mulher em face do seu novo papel na sociedade. (BADEN-POWELL, 1955, p. 210 apud NASCIMENTO, 2008, p.76):

Está muito bem que uma moça saiba ler, escrever, contar e que tenha os conhecimentos exigidos a colegiais. Entretanto, estas são apenas as bases sobre as quais deverá edificar outros conhecimentos; se quisermos que uma jovem esteja tão apta a trabalhar no mundo seguir quanto seus irmãos, devemos dar-lhe as mesmas ocasiões de formar o caráter, de torna-se habilidosa, de disciplinar-se, de saber comportar-se. Só então poderemos esperar dela as mesmas possibilidades de ação que tem um rapaz.

²⁷ A escolha do termo guia por Baden-Powell para designar-se ao grupo de meninas que reivindicaram sua participação no Escotismo advém de um grupo de guias de montanhas formado por mulheres que Baden-Powell conheceu na fronteira no Noroeste da Índia, ao longo de suas missões com o Exército Inglês.

²⁸ O termo “Educação” em letra maiúscula será mantido conforme algumas publicações do autor sobre o assunto.

As primeiras companhias de guias foram registradas como membros do Escotismo Inglês ainda em 1909, mais precisamente em novembro. O processo de adesão feminina enfrentou algumas dificuldades frente aos obstáculos e preconceitos da época. As localidades onde eram realizadas as atividades femininas, normalmente funcionavam às portas fechadas, devido ao tumulto e as provocações do público, que frequentemente as ridicularizavam. (Ibid., 2008, p. 72).

A figura de Agnes Baden-Powell, irmã do idealizador do Escotismo, é fundamental na consolidação do Guidismo²⁹ na Inglaterra. Agnes, então com 50 anos, foi convidada por seu irmão para dirigir o Guidismo na Inglaterra, permanecendo como comissária chefe até o ano de 1916. Sua presença era essencial para o fortalecimento do movimento como também um respaldo tranquilizador às mães inglesas que confiavam suas filhas à participação em um grupo que desafiava a conduta imposta pela educação destinada às moças, pois naquele período, fortemente influenciado pela cultura vitoriana:

Não era bem visto uma garota correr, apressar-se ou praticar atividades típicas de meninos; esperava-se que elas dedicassem-se às tarefas domésticas. Além disso, a cultura vigente faria com que os rapazes passassem a achar o escotismo uma atividade leve e fraca se fosse permitido o ingresso de meninas. (BOULANGER, 2000, p.129).

Todavia, mesmo com toda sua dedicação e experiência, o trabalho de Agnes não obteve êxito frente aos grandes conflitos que se estabeleceram na cúpula do Guidismo. As mulheres tiveram inicialmente muita dificuldade para organizar o movimento na Inglaterra. Baden-Powell fazia a defesa da educação da mulher, afirmando que esta era mais responsável que o homem pela saúde da alma e do corpo das futuras gerações.

Baden-Powell, com base nessa forma de conceber a importância feminina no processo de socialização, defendia uma educação “racional das mulheres”³⁰. Tal posicionamento exprime de forma tácita aspectos da maneira com que as tarefas de manutenção da vida e

²⁹ Os principais autores que discutem a gênese e organização do Movimento Escoteiro, como por exemplo, Jorge Carvalho do Nascimento (2008), em seus escritos, referem-se ao Guidismo ainda na Inglaterra, antes de chegar ao Brasil como Bandeirantismo. Conforme já foi brevemente exposto na introdução e que será melhor discutido no próximo capítulo, não utilizo neste contexto o termo “bandeirante”. Desta forma, deixo claro que mantenho as citações na forma com que foram expostas pelos respectivos autores, mas substituo, conforme a ocorrência o termo Bandeirante por Guidismo.

³⁰ Sobre o termo educação “racional”, Baden-Powell refere-se a propositura de uma educação que não caracterizasse a mulher apenas ligada aos sentimentos, à passividade, à esfera dos cuidados domésticos, vistos pelo autor como tarefas que devia ser desempenhada por homens e mulheres. Esse posicionamento do autor se dá em relação a crítica que faz à influência dos romances na formação educacional e socialização das mulheres no início do século XX.

socialização das crianças eram direcionadas apenas às mulheres, uma vez que esses elementos eram atribuídos por sua conduta “naturalmente” caracterizada como emotiva e zelosa.

Dessa forma, quando Baden-Powell emprega uma educação mais “racional”, pode-se perceber neste discurso a defesa de uma educação distintiva, mas que se balizava a partir do pressuposto de uma “essência” feminina. Dessa forma, embora venha a romper com expressões, como a passividade e a fragilidade, que são caracterizadas como naturais ao gênero feminino, Baden-Powell afirma que mesmo considerando que o princípio organizacional do Guidismo e Escotismo era o mesmo direcionado às meninas e aos meninos, não recomendava a educação em conjunto, entendida, segundo Nascimento (2008), “a realização das reuniões ou instruções técnicas ou de ginásticas em turmas mistas”.

Dadas essas dificuldades, Baden-Powell elaborou novas estratégias para reorganizar o movimento das guias. Para isso, organizou um novo conselho executivo sob a liderança de Olave Baden-Powell, sua esposa, que já vinha auxiliando Agnes Baden-Powell a dirigir a instituição desde 1914.



FIGURA 7- Retrato de Miss Agnes Baden-Powell, Lady Olave Baden-Powell e Lord Robert Baden-Powell - 1926³¹.

³¹ Disponível em < <http://www.juliettegordonlowbirthplace.org/family-history/friends-and-relations/lord-robert-baden-powell/>>. Acesso em 15 jun. 2013.

Olave Saint-Clair Soames era uma jovem instruída que pertencia a uma família de abastada condição financeira. De acordo com fontes institucionais, Olave era inquieta quanto ao futuro que lhe aguardava: esperar o casamento e dedicar-se às funções de esposa, que eram recorrentes às moças instruídas das famílias aristocratas no período. Tentou a carreira de enfermeira, o que não lhe foi possível devido à falta de experiências na área como também a idade inapropriada para dedicar-se à profissão. Posteriormente, ainda com o intuito de realizar atividades para além do espaço doméstico, Olave Soames realizou atividades voluntárias cuidando de crianças doentes e abandonadas. (FBB, 2008, p. 52).

Em 1916, Olave Baden-Powell é nomeada Comissária Chefe das *Girl Guides* e nesse período, já se destacava por liderar o trabalho da instituição durante a Primeira Guerra Mundial, no auxílio ao tratamento junto aos doentes, feridos e refugiados. (Ibid., 2008, p. 54). A dedicação da esposa de Baden-Powell é central na expansão do Guidismo por todo o mundo, como no caso brasileiro em 1919, como será apresentado detalhadamente no próximo capítulo. Diante da expansão do Guidismo em outros continentes, em 1928 foi criada a *World Association of Girl Guides and Scouts* (WAGGGS), como sede em Londres, na Inglaterra.

A diferença de idade possibilitou à Lady Olave, a dedicar-se à missão de expandir o Guidismo em diversos países do mundo. A jovem conhece Baden-Powell a bordo de um cruzeiro marítimo em 1912. Nessa mesma ocasião, ambos iniciam um namoro e em outubro do mesmo ano casam-se, Baden-Powell com 55 anos e Olave Soames com apenas 23 anos. Baden-Powell morre em 08 de janeiro de 1941 em Niery no Quênia. Durante dois anos, Lady Olave permanece no Quênia organizando documentos e correspondências pessoais de seu esposo e, nesse período, cria um primeiro grupo de mulheres brancas e negras, algo incomum no país naquele período.

Ao retornar a Londres em 1943, vinda do Quênia, Olave é convidada a retornar ao Guidismo. Entre 1943 e 1970, visita mais de 100 países e propõe a expansão do Guidismo e a criação dos quatro centros mundiais. Olave Baden-Powell vem a falecer em 25 de julho de 1977. Foi sepultada ao lado de Robert Baden-Powell. Em homenagem ao casal, reconhecidos como os chefes mundiais do Escotismo e Guidismo, foi colocada uma lápide com seus nomes, com os símbolos mundiais de ambos os movimentos e com o desenho do sinal de pista: “Voltamos ao ponto da reunião”³².

³² Os sinais de pista são feitos no chão. Estes sinais não devem nunca ser feitos onde possam danificar uma propriedade. Os sinais de pista servem como códigos que servem como meio de comunicação entre os membros



FIGURA 8 – Túmulo de Olave e Robert Baden-Powell³³.

Até o momento, com base nas obras de autores como NASCIMENTO (2008), BOULANGER (2000), ZUQUIM e CYTRYNOWICZ (1999), procurei apresentar a origem e a trajetória Movimento Escoteiro e Guidismo, estabelecendo um diálogo com o contexto histórico-social em que ambos os Movimentos surgiram. Essa leitura permitirá uma melhor compreensão acerca do Guidismo em sua manifestação brasileira: Movimento Bandeirante, como também a forma com que as ideias de Baden-Powell foram compreendidas e incorporadas no país.

Para que seja possível apreender a forma com que os preceitos morais do Guidismo foram absorvidos e difundidos posteriormente no Brasil, sob a forma de Movimento Bandeirante, é necessário estabelecer algumas das principais ideias defendidas por Baden-Powell que são caracterizadas pelo autor como elementos primordiais para uma formação plena dos jovens no início do século XX. Tais aspectos serão apresentados na tentativa de discuti-los sob a luz do pensamento social e no contexto em que foram pensadas.

de uma patrulha ou grupo. Normalmente são utilizados em matas abertas e acampamentos, cujos símbolos são desenhados com pedras gravetos, folhas e outros elementos abundantes na natureza.

³³Disponível em: <<http://wikimapia.org/4889494/pt/T%C3%BAmulo-de-Robert-Stephenson-Smyth-Baden-Powel>> Acesso em 15 jul. 2013.

2.4 As bases morais do Escotismo

Para que se possa perceber a conduta que Baden-Powell julgava ser fundamental na vida dos jovens a fim de que esses pudessem vivenciar os ideais do Escotismo, é necessário não perder de vista – como já fora mencionado anteriormente – o cenário urbano que caracterizava a Europa na virada do século XIX para o século XX. Baden-Powell aconselhava a juventude a levar uma vida plena, afastada da atmosfera urbanizada da Inglaterra, que ele julgava nociva para a formação dos jovens. (RAPOSO, 2008, p.18).

Os ideais do Escotismo eram apresentados aos jovens³⁴ como um caminho para o sucesso. Esse caminho era classificado como uma jornada a ser descoberta, tendo em vista um objetivo a ser definido: a felicidade. A felicidade era para Baden-Powell o único sucesso verdadeiro que está ao alcance de qualquer pessoa. A verdadeira felicidade consiste em ser solidário e ativo, na busca da construção não apenas da felicidade individual, como também na do próximo, ao invés esperar passivamente que ela aconteça. Ressalta ainda que o prazer não deva ser confundido com a felicidade, visto que esta é um estado que fica sempre ao nosso lado e preenche toda a vida. (POWELL, 1922, *Apud* RAPOSO, 2007, p.19).

Todavia, no decorrer da jornada para o alcance da felicidade, poderiam surgir alguns obstáculos. Entre esses, destacam-se o vício do fumo, álcool e dos jogos de azar, “as mulheres”³⁵ e a irreligião. (Ibid., 2007, p. 18). Uma questão pertinente que surge no cerne deste discurso é a relação central estabelecida entre a ideal de “como vencer na vida”, aliada à felicidade e o sucesso, como elementos imprescindíveis na consolidação de uma “nação vigorosa” e de “uma cidadania consciente” em detrimento da degeneração moral decorrente da modernidade.

O consumo de álcool e fumo, aliado aos jogos de azar, é caracterizado como um mal da vida moderna. O perigo desse vício consiste no fato de que muitas vezes a iniciação de tasis práticas pode estar associada à tentação de uma boa camaradagem. Ou seja, é recorrente que o jovem comece a fumar, beber e jogar para se aceitar ou socializado no interior de um grupo. O uso da bebida alcoólica como uma fuga para os problemas cotidianos vai muito além

³⁴ Conforme os manuais escritos por Baden-Powell estas normas de conduta foram atribuídas aos meninos e rapazes, a quem inicialmente o Escotismo se destinaria. Desta forma, até mesmo para preservar a essência das ideias, os textos eram mantidos sobre a perspectiva de uma textualidade restrita ao gênero masculino.

³⁵ Esse termo refere-se às prostitutas e as mulheres que não se adequavam aos padrões higienistas e morais do período. Esses elementos serão discutidos com mais ênfase no próximo capítulo, item (3.3.2).

da dissolução de uma estrutura familiar ou de um ambiente de trabalho, pois segundo Baden-Powell, o beerrão solitário torna-se um imprestável e um perigo para o Estado. (BADEN-POWELL, *apud* RAPOSO, 2008, p. 20).

A influência do discurso médico como norma higienizadora das condutas sociais é um dos elementos centrais na busca do desenvolvimento do projeto nacionalista em voga na Europa a partir do final do século XIX. Para edificar os anseios da nação, é necessário a disciplinarização dos corpos, sob uma perspectiva de saúde e virilidade que venha a desenvolver indivíduos saudáveis aos interesses do Estado. (MISKOLCI, 2012).

Nessa perspectiva, a norma higiênica será discutida de forma mais detalhada no item (3.3.1), a partir das particularidades do contexto social brasileiro, em que o discurso da norma médica está atrelado de forma mais latente a uma política de Estado fomentada pelas elites que tinha como cerne a ideia de progresso aliada à eugenia e uma perspectiva de gênero – mais precisamente – sobre a subjetivação dos corpos das mulheres. (COSTA, 2004; MISKOLCI, 2012; STEPAN, 2005)³⁶. Nesta seção, que trata especificamente do Escotismo, será discutida a questão do discurso higienista voltado à virilidade masculina à educação física.

Outros hábitos como comer e dormir demasiadamente eram caracterizados como vícios, devido às experiências de Baden-Powell nas expedições militares na Costa Oeste da África, em que soldados com baixa aptidão física e excesso de peso prejudicavam o desempenho do grupo³⁷. O hábito de trabalhar demais também era criticado pelo idealizador do Escotismo, uma vez que, além de tornar o homem escravo do trabalho, pode fazer com que ele não dê a si mesmo a quantidade necessária de recreação e repouso. (BADEN-POWELL 2007 [1922], *apud* RAPOSO, 2008, p. 21).

Nesse contexto, a ginástica tinha a função de aprimorar a saúde do indivíduo. Além de respaldar o discurso salutar, baseado na ideia de gerar indivíduos sadios para o aprimoramento da prole e, conseqüentemente, do Estado, a ginástica contribuía para uma

³⁶ Embora os autores sejam brasileiros e suas obras reflitam aspectos do cotidiano das regras de higiene das cidades urbanizadas a partir do final do século XX, defendo que a discussão embasada em suas obras não se trata de uma leitura desconexa com os aspectos da Inglaterra Vitoriana, pois além desses autores estabelecerem suas análises focadas na vasta obra de Michel Foucault (2006; 2011) sobre o biopoder e a cidade disciplinar, a influência da higiene na construção do Nacionalismo é um fenômeno que ultrapassa à Europa e pode ser percebida de com certa centralidade em contextos latinos, como no Brasil.

³⁷ É válido ressaltar que todo o método de adestramento escoteiro empreendido por Baden-Powell foi pensando a partir de sua experiência militar no exército inglês, que no contexto em questão, era fortemente influenciado pela norma higienista. Durante o período em que tive um maior contato com o Escotismo, ficou evidente entre os escoteiros a internalização do discurso sobre a importância da saúde física, principalmente o controle ao excesso de peso e a prática de esportes, a fim de proporcionar maior agilidade e destreza. Dessa forma, o adestramento buscava sempre enfatizar a importância dos esforços e das habilidades individuais para o bom funcionamento de todo o grupo.

melhor adaptação ao trabalho industrial, elemento central no desenvolvimento econômico e ampliação das fronteiras neocoloniais da Inglaterra. Para Edvaldo Góes Júnior (2000), apenas a partir da década de 1980 é que a historiografia da educação física “considerou a prática da ginástica uma estratégia de dominação gerada pelas elites”.

Como seu método de educação era destinado ao jovem que se encontrava na fase da puberdade, a figura da mulher é considerada como um escolho para o alcance do sucesso. Estendem-se a isso, questões ligadas à puberdade, aos riscos ocasionados pelos impulsos decorrentes dos “instintos sexuais” e ao próprio sacramento do matrimônio. Afirma que diante das transformações somáticas que ocorrem com meninos e meninas durante a puberdade e o natural desejo sexual decorrente desse período, os jovens (nesse caso especificamente os meninos) devem manter um compromisso com a moral e o cavalheirismo. No contexto vitoriano, a concepção de masculinidade “requeria controle das paixões, autodisciplina e relação às pulsões sem regra e a educação do sentimento e do desejo também”. (STOLER, 1995, p. 130, *apud* MISKOLCI, 2012, p. 38)³⁸.

Entre os elementos que caracterizam o compromisso com a moral, destaca-se o combate à masturbação e à promiscuidade, vistas como desejos primitivos que põem em risco as leis morais e sociais. A masturbação é conceituada como uma forma de amor a si mesmo ou narcisismo, raiz do homossexualismo, que sem dúvida não é coisa que deva ser cultivada (Ibid., 2008, p. 22). A forma com que a masturbação e a sexualidade são tratadas por Baden-Powell em seus manuais propagados à juventude, exprime de forma pontual a postura de virilidade e disciplina que os homens deveriam assumir diante do bem maior da Nação, no caso aqui entendido as fronteiras do Império Inglês. O homossexual, nas palavras de Jurandir Costa (2004, p. 240) “era o anti-homem, desertor da obrigação de ser pai”.

Baden-Powell defende ainda como natural a ideia de castidade até o casamento, reafirmando ainda que a moralidade não deve ser afetada pelos impulsos naturais, sobretudo no que diz respeito à defesa da restrição do sexo ao casamento para fins reprodutivos (RAPOSO, 2008, p. 21).

A figura da mulher tem uma postura ambígua nos escritos de Baden-Powell, assim como no discurso positivista, particularmente no Brasil, que será discutida no próximo capítulo. A mulher higienizada, dotada de princípios fundamentais ao casamento, como a boa saúde e os cuidados com a prole é valorizada, enquanto a mulher mundana, ligada à prostituição e à margem dos anseios do projeto de Nação, é tratada como um empecilho à

³⁸ STOLER, Ana Laura. *Race and the Education of Disere: Foucault's History of Sexuality and the Colonial Order of things*. Durham/London: Duke University Press, 1995.

formação e sucesso na vida dos rapazes. (POWELL 2007 [1922], *apud* RAPOSO, 2008, p. 18). Neste contexto:

As prostitutas tornaram-se inimigas dos higienistas principalmente pelo papel que supostamente tinham na degradação física e moral do homem e, extensão, na destruição das crianças e da família. Contaminando os libertinos com suas doenças venéreas, induziam a produção de filhos doentes e votados à mortalidade precoce. Seduzindo os incautos com suas sensualidades depravadas, levavam a miséria e a infelicidade a famílias inteiras. Criminosas, nesse sentido, as prostitutas cometiam além do mais, outra falta higiênica, a de perverterem, com o exemplo degradado de suas vidas, a moral da mulher-mãe. (COSTA, 2004, p. 265).

A irreligião é outra problemática apontada como obstáculo à felicidade em um momento em que o ateísmo estaria impingindo os jovens (BADEN-POWELL, 2007 [1922], p. 23 *apud* RAPOSO, 2008, p. 23)³⁹. Baden-Powell afirmava que a religião é um elemento essencial para a felicidade (Ibid., 2007 [1922], p. 171 *apud* RAPOSO, p.24)⁴⁰. Respeitava a diversidade religiosa como uma referência a um mesmo Deus, julgando insignificante a discussão em torno da multiplicidade de credos, como também de orientações políticas. Ressalta a importância da religião na formação moral do jovem, sob a prerrogativa de que “a religião não é uma roupa de domingo, mas uma diretriz para cada hora do dia”.

Entre as publicações de Baden-Powell não é mencionada nenhuma referência a religiões politeístas ou orientais, como o Hinduísmo ou as religiões de matriz africana. Destaca-se que tais manifestações religiosas são de conhecimento do militar, pois as missões imperialistas que chefiou, na Índia e África Subsaariana são territórios em que as principais manifestações religiosas, hinduísmo e africanas, são politeístas. Embora não haja fontes mais detalhadas sobre o assunto, o princípio de liberdade religiosa defendida por Baden-Powell não priorizada outras manifestações religiosas para além do monoteísmo.

Os princípios morais do método de educação proposto pelo Escotismo eram fundamentados através da tríade: Deus (no singular), pátria e próximo cuja base era a prática da boa ação e, conseqüentemente, o auxílio a outrem:

Cumprir o dever para com Deus não consiste, unicamente, em inclinar-se em face de Sua infinita bondade, mas em executar sua vontade pela prática do amor a nossos semelhantes. E o curioso é que esta obrigação do serviço ao próximo através de boas ações é uma das coisas que os escoteiros executam com grande satisfação (Cf. BADEN-POWELL, 2000, p. 95).

³⁹ BADEN-POWELL, Robert. *Caminho para o sucesso*. Curitiba: Escritório Nacional da UEB, 2007. (Edição comemorativa do Escotismo – 1. Ed. 1922).

⁴⁰ Ibid., 2007, p. 171.

Para o fundador do Escotismo, o processo de formação do jovem ficaria comprometido caso esse não tivesse uma boa formação política. Expressava sua preocupação com a influência da retórica de oradores políticos e do uso competente das palavras pelos escritores, que, muitas vezes, defendiam opiniões extremas, como também por exercerem um grande poder de persuasão entre os jovens. Influenciado pelas ideias de Darwin, Baden-Powell compreendia que o grande problema da organização social no início do século XX, não era a revolução e sim a evolução. (NASCIMENTO, 2008, p.149).

A referência de Baden-Powell acerca do termo “evolução” caminha ao encontro das ideias higienistas que surgiram na Inglaterra em meados do século XIX. Sob o espectro do discurso da vigorosa Nação, as correntes políticas liberais da época, ligadas à elite, viam os problemas sociais não como resultantes de um sistema de exploração pautado sob uma perspectiva de classe, mas da composição da população em estágios desiguais no processo evolutivo que, sob sua natureza inferior, acarretaria em entrave ao progresso e desenvolvimento do Império. Ademais, “o Liberalismo promoveu o crescimento do Estado, quando atendeu às solicitações do movimento higienista para a construção de políticas públicas de saúde”. (GÓIS JUNIOR, 2000, p. 37).

Defensor do Liberalismo, Baden-Powell afirmava que o Estado não era capaz de solucionar os problemas da vida social. Em alguns aspectos, concordava com os princípios do Socialismo, quando esses procuravam eliminar a desgraça ameaçadora da civilização, em países com um grande contingente populacional, cuja população era exposta às condições de miséria em face dos problemas gerados pela organização social. (BADEN-POWELL, 2007, p. 149). Para o militar inglês, a solução para tais problemas estava na cooperação mútua entre os grupos sociais, proporcionando ajuda àqueles que estavam em situação mais fragilizada, oferecendo-lhes principalmente uma boa Educação, a fim de proporcionar-lhes uma formação profissional.

2.5 As discussões acadêmicas sobre o Escotismo: a compreensão da obra de Baden-Powell sob uma perspectiva educacional

As aspirações dos movimentos propostos por Baden-Powell são temas pouco discutidos pela academia no Brasil. Entre os trabalhos⁴¹ que discutem a temática, temos um número

⁴¹ Dadas às limitações temporais e analíticas que envolvem uma dissertação de mestrado, os trabalhos aqui citados foram lidos com certa antecedência. Dessa forma, somada à escolha dessas publicações, que obviamente

expressivamente maior de trabalhos sobre o Escotismo. No universo dessas publicações que discutem o Movimento Escoteiro, poucas fazem referência ao Bandeirantismo como uma instituição cuja compreensão da trajetória é pertinente à própria compreensão do Escotismo.

Esses trabalhos, em linhas gerais, analisam o Escotismo sob a perspectiva da educação, por considerarem o projeto de educação para a juventude proposto por Baden-Powell como uma Pedagogia Escoteira propriamente dita. Os autores que abordam a temática do Escotismo no Brasil, majoritariamente discutem-no a partir da renovação pedagógica no início do século XX, quando o movimento foi implementado nas escolas de educação básica como uma forma de proporcionar uma formação moral e cívica que atendessem às novas demandas da sociedade brasileira.

Entre as pesquisas que discutam o Escotismo no âmbito educacional, destaco os trabalhos de Jorge Carvalho do Nascimento (2008), Judith Zuquim e Roney Cytrinowicz (1999; 2002), Rosa Fátima de Souza (2000), Adalson de Oliveira Nascimento (2002; 2004a) e Bruno Martins Raposo (2008), que através de diferentes enfoques, contribuíram para uma discussão mais ampla e crítica acerca do Escotismo no Brasil.

No livro *A Escola de Baden-Powell: Cultura escoteira, associação voluntária e escotismo de estado no Brasil* (2008), o historiador Jorge Carvalho do Nascimento faz um detalhado estudo sobre o Escotismo, desde sua origem em 1907, até sua consolidação no Brasil, analisando a relação entre a instituição e seus aspectos educacionais até a década de 1950.

O autor estabelece uma leitura crítica debatendo o “Escotismo como associação voluntária”⁴², através de um diálogo entre o Escotismo e o Nacionalismo no Brasil. O autor destaca ainda a existência de uma “cultura escoteira”. Sob a influência do conceito de “cultura escolar”, o autor é o único, entre os pesquisadores analisados, que ressalta a dificuldade dos estados nacionais em adaptar a proposta do Escotismo às particularidades e necessidades locais sem desfigurá-lo.

Nessa perspectiva, Jorge Carvalho do Nascimento destaca que o Escotismo deve ser compreendido como uma cultura, que se ajustou a diferentes culturas infanto-juvenis como

não é aleatória, pois levei em consideração a contribuição desses autores para a realização dessa pesquisa, os trabalhos referenciados foram publicados antes de 2012. Desconheço a existência de outras pesquisas realizadas posteriormente a essa data.

⁴² Segundo Jorge Carvalho do Nascimento (2008), “associação voluntária” pode ser compreendida como uma associação de ideias em que a filiação ocorre espontaneamente. Ao longo da primeira metade do século XX, as associações voluntárias se caracterizaram por assumir um ascetismo moral pragmatista e um caráter ético que estimulava a difusão de regras morais como não beber, não fumar, manter a fidelidade matrimonial e o combate a jogos de azar. Eram associações que ofertavam aos indivíduos modelos de vida fundados em valores e práticas modernas, defendendo um respeito à lei, como instrumento de defesa das instituições.

uma cultura propriamente infanto-juvenil, que se afastou da cultura escolar e da cultura familiar. Outro dado importante sobre a referida publicação é que o autor critica veementemente a perspectiva de alguns estudiosos que compreendem o Escotismo como um movimento de militarização da infância.

Um trabalho que se estabelece como literatura fundamental à compreensão do Escotismo e Bandeirantismo⁴³ é a publicação dos historiadores Judith Zuquim e Roney Cytrynowicz (1999) *A construção de um projeto para a juventude: Uma história do Grupo Escoteiro e Distrito Bandeirante Avanhadava*. Como o título já evidencia, o livro apresenta a história do Grupo Escoteiro e Distrito Bandeirante Avanhadava que é ligada à colônia israelita em São Paulo.

Em decorrência dessa relação, o livro apresenta, com riqueza de detalhes, fontes e depoimentos, aspectos comuns a ambos os movimentos diretamente relacionados com os aspectos culturais e religiosos do Judaísmo. Esse trabalho é um importante referencial para que seja possível compreender os movimentos para além do catolicismo, religião oficial do Movimento Escoteiro e Bandeirante no Brasil.

Outro trabalhado dos pesquisadores Judith Zuquim e Roney Cytrynowicz que merece destaque, é o artigo intitulado: *Notas para uma história do Escotismo no Brasil: a "Psicologia Escoteira" e a teoria do caráter como pedagogia de civismo (1914-1937)* (2002), os autores estabelecem uma análise da introdução do Escotismo no Brasil por intermédio do ensino público, principalmente em São Paulo, constituindo, segundo os autores, "uma particular teoria do caráter afirmada como pedagogia de civismo".

Os dois pesquisadores estabelecem uma leitura crítica acerca da origem do Escotismo na Inglaterra, que visava combater aquilo que era caracterizado como uma fraqueza de caráter de crianças e jovens a fim de prepará-los para possíveis insurreições, devido ao contexto político do período, marcado por conflitos originados das disputas coloniais que culminaram na Primeira Guerra Mundial.

Os autores associam a origem do Escotismo no Brasil ao incentivo do movimento pela Liga da Defesa Nacional⁴⁴ e sua difusão à estreita associação ao ensino público em um

⁴³ A leitura do livro de Zuquim e Cytrynowicz (1999) pode ser compreendida como resultado de um tipo particular de associação entre o Escotismo e Bandeirantismo que é comum entre grupos oriundos de colônias específicas, mais corriqueiramente em São Paulo, como, neste exemplo, o Grupo Escoteiro e Distrito Bandeirante Avanhadava, um projeto para juventude ligado à Congregação Israelita Paulista (CIP). Esses grupos optaram por manter a forma genuína dos movimentos propostos por Baden-Powell em que os meninos são escoteiros e as meninas bandeirantes.

⁴⁴ A Liga da defesa nacional é uma associação cívica fundada no Rio de Janeiro em 1916 por um grupo de intelectuais. Através de uma postura nacionalista, compreendiam as forças armadas como uma escola de

período de reformas educacionais, onde o Escotismo foi caracterizado como um “movimento pedagógico”. Nesta leitura realizada pelos autores, o Escotismo representou uma “escola primária de civismo” nas décadas de 1920 e 1930 em que se discutiam novas estratégias capazes de fortalecer a nação e organizar o Estado.

Nessa perspectiva, Zuquim e Cytrynowicz discutem as estratégias utilizadas no período para que o Escotismo seja instrumentalizado como pedagogia e método de organização e desenvolvimento de crianças e jovens no interior de uma estrutura do Estado. Os autores afirmam que essa instrumentalização ressaltava os valores propagados pelo Escotismo como escola de valores e ideais cívicos que foram adequados tanto à estrutura política da década de 1920 como também após a década de 1930, com a instauração do Estado Novo, que transformou o Escotismo em uma instituição aliada à promoção de um nacionalismo. Para tal propositura, o Escotismo apropriou-se de referenciais teóricos da psicologia que vigoravam no período, o que culminou em uma “psicologia escoteira” específica.

Ainda na discussão do Movimento Escoteiro e sua relação com o ensino público nas primeiras décadas de 1920 e 1930, temos o *artigo A militarização da infância: Expressões do nacionalismo na cultura brasileira*, escrito pela pedagoga Rosa Fátima Souza (2000) que faz uma análise crítica acerca do movimento, caracterizando a implementação do Escotismo nas escolas primárias brasileiras em São Paulo como uma expressividade da influência do nacionalismo na formação das crianças.

Um aspecto interessante desse trabalho é a discussão realizada a partir do currículo, mais precisamente das disciplinas escolares e das práticas escolares de natureza cívico-pedagógica, em que a autora elege o Escotismo como uma manifestação desse processo, o que possibilita uma discussão mais abrangente, cujo contexto histórico-social é determinante à análise proposta.

Entre os aspectos centrais da discussão proposta por Rosa Fátima Souza, a autora destaca que a renovação pedagógica e a constituição de currículos modernos tão influentes no período, não alteraram, contudo, o caráter de distinção de classe próprio da educação burguesa, que consistia no ensino secundário da cultura geral para a formação das elites e o ensino primário voltado para a formação de trabalhadores.

A pesquisa do historiador Adalson de Oliveira Nascimento acerca do Escotismo em Minas Gerais resultou em um trabalho monográfico e uma dissertação de mestrado com os

formação cívica que contribuía para a construção do Estado brasileiro. Entre as conquistas da entidade, destaca-se o ato de fazer valer a obrigatoriedade do serviço militar.

títulos: *Sempre Alerta! O movimento escoteiro em Minas Gerais (1926-1930)* e *Sempre Alerta! O movimento escoteiro no Brasil e os projetos nacionalistas de educação infanto-juvenil (1910-1945)*, respectivamente. Esses trabalhos buscam compreender o Escotismo em Minas Gerais como um movimento atrelado à valorização da ideia de nação e Nacionalismo.

De acordo com o historiador, a receptividade do Escotismo no país deve-se ao apoio de políticos e intelectuais que visavam estabelecer uma política de Estado voltada às massas, com o intuito de exercer certo controle sobre elas. Dessa forma, o Escotismo era caracterizado como um pertinente referencial para a formação educacional, destacando a valorização das atividades propostas pelo movimento como inovadoras na formação moral de crianças e jovens.

Ainda entre os historiadores, encontramos o artigo de Nilson Thomé *Movimento Escoteiro: projeto educativo extraescolar*, publicado em 2006. Tendo em vista as pesquisas realizadas por esses autores citados anteriormente sobre o Escotismo, como também a experiência que adquiri sobre o tema a partir das práticas como bandeirante, o artigo de Thomé é problemático, pois estabelece conclusões genéricas que nublam a trajetória do Movimento Bandeirante, uma vez que não considera as particularidades dessa modalidade em relação ao Escotismo.

Ao estabelecer uma discussão sobre o Bandeirantismo, o autor caracteriza a instituição como um movimento extinto, o que não condiz com a realidade. Ademais, estabelece uma leitura anacrônica da instituição sobre aspectos referentes às discussões de gênero, sem referenciar às dinâmicas e transformações que ocorreram no movimento. Através da afirmação de que o Bandeirantismo é uma instituição cujas atividades foram extintas, o trabalho permite compreender que a leitura feita pelo autor acerca da instituição, assim como as referências utilizadas, não visualizam as transformações que ocorreram no movimento, como por exemplo, a adesão de meninos.

Por fim, entre os trabalhos que discutem o Escotismo sob a perspectiva pedagógica, temos o estudo de Bruno Martins Raposo - *Escotismo e educação integral em Juiz de Fora: o grupo Cayuás do Instituto Metodista Grambery (1927-1932)* - onde o autor investiga as contribuições do Escotismo na formação de crianças desse grupo educacional. Através das discussões propostas pela Pedagogia Nova, o Escotismo, no bojo das renovações educacionais propunha uma educação plena do aluno (moral, intelectual e física).

Um aspecto distintivo do trabalho, tendo em vista a formação do autor na área de Educação Física, está no enfoque dado à prática das disciplinas voltadas à ginástica e educação cívica, que são elementos centrais no método proposto por Baden-Powell. O autor

conclui que o Escotismo foi visto pelos pais dos alunos da instituição educacional em questão como um recurso adequado para a formação dos filhos da elite de Juiz de Fora, contribuindo, especialmente para a educação moral dos estudantes do Instituto Metodista Grambery.

Na área das Ciências Sociais, a dissertação de mestrado de Max Eduardo Brunner Souza, intitulada *Pensamento social conservador na modernidade brasileira contemporânea: Estudo de caso sobre o Movimento Escoteiro* (2010) discute, a partir da contribuição de autores consagrados da sociologia como Norbert Elias (2007), o contraste das referências bibliográficas com a análise empírica do pensamento social de um grupo de indivíduos conservadores imersos na modernidade brasileira: o Escotismo no Brasil.

Uma característica distinta dos demais trabalhos consiste no fato de o autor é o único que se posiciona claramente como um ex-escoteiro, apontando sua trajetória desde o período em que fazia parte da instituição até o momento em que se dispõe a pesquisar o Escotismo. Esse posicionamento metodológico, aliado à pesquisa empírica, possibilita uma compreensão mais específica a respeito da instituição. A pesquisa discute o Escotismo sob a perspectiva da modernidade tardia. Max Eduardo Souza aponta que ao mesmo tempo em que o Escotismo caracteriza-se como uma instituição cuja participação é voluntária, através da formação de uma identidade individual dentro da instituição, reafirma essa identidade a partir de preceitos e regras morais rígidas, as quais devem ser estritamente observadas entre seus membros. (SOUZA, 2010, p. 66).

Conforme mencionado durante a introdução, no que diz respeito ao Movimento Bandeirante, há apenas o trabalho de Maria Inez Fernandes Motta (1988) sob a orientação do antropólogo Gilberto Velho. A autora realiza um estudo de caso sobre mulher e modernidade atrelado aos aspectos históricos da formação da elite brasileira no Regime Republicano, tendo como referencial a atuação do Movimento Bandeirante no Brasil entre os anos de 1945 a 1960.

Através de um conjunto de entrevistas realizadas com mulheres que participaram do Bandeirantismo no período mencionado, a pesquisa possibilita ao leitor compreender a organização da instituição, que muito difere à forma com que é realizada atualmente. O trabalho permite uma leitura dos aspectos simbólicos do movimento como as insígnias, canções, orações e aspectos do adestramento, atrelados às questões como a disciplina, civismo e formação religiosa, aproximando-as do pensamento social compartilhado entre a insipiente elite brasileira.

Embora faça um trabalho muito interessante e com riquíssimas contribuições, no período em que a pesquisa foi realizada, não eram discutidas no meio acadêmico as

referências sobre os estudos de gênero, que certamente contribuiriam para uma discussão mais consistente sobre a questão da mulher na instituição.

CAPÍTULO III

“DEUS SALVE AS BANDEIRANTES”¹: ASPECTOS SOBRE A REPRESENTAÇÃO DE GÊNERO NO BRASIL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Se as “Guides” da Inglaterra, as “Girls Scouts” da América do Norte, as Eclairenses da França, as Pfadfinderinnen da Alemanha e as Bandeirantes do Brasil estiverem todas trabalhando cada uma para sua Pátria, mas sem nunca olharem além de suas fronteiras, poderão de fato fazer grande bem nos seus respectivos países, mas praticamente nada estão fazendo para o grande ideal de Paz do mundo, ideal que deve ser o objeto de nossos sonhos e pelo qual deveremos trabalhar e sofrer. (FBB, 1928, p. 1)².

O excerto acima, extraído de *Bandeirantes*, periódico de veiculação interna da instituição, explicita em um dos exemplares de 1928 (primeiro ano de publicação do jornal) o caráter internacional que o movimento das *Girls Guides* já havia conquistado nesse período. Por meio de uma atuação que preservasse as particularidades dos diversos contextos nacionais em que atuava, o Guidismo buscava manter seu ideal de proporcionar uma formação educacional plena às meninas e moças em todo o mundo, sem perder de vista a essência das ideias propostas por Baden-Powell na Inglaterra.

Nesse capítulo, serão discutidos os aspectos socioculturais do contexto em que o Guidismo foi implementado no Brasil a partir de 1919, atrelados a uma análise sobre as representações de gênero na instituição. Embora o Bandeirantismo tenha exprimido nesse período apenas os anseios de uma parcela reduzida de pessoas no país – meninas/mulheres brancas, de classe média e elite dos grandes centros urbanos do país, que dispunham de acesso à educação – a trajetória desse grupo é importante na medida em que possibilita compreender a ambição e o cotidiano de uma fração de brasileiras no período. Entretanto, é válido ressaltar que a ação restrita do grupo não representou as necessidades da maioria das mulheres brasileiras – pobres, mestiças, negras e imigrantes, que não dispunham de uma educação de qualidade e exerciam ofícios desvalorizados no mundo do trabalho.

¹ A expressão “Deus salve as bandeirantes” foi encontrada em diversas publicações, com o intuito de enfatizar os benefícios do movimento, como também de reafirmar a importância religiosa na formação moral de suas participantes.

² FBB. Uma escola de caráter. *Bandeirantes*. Rio de Janeiro: Companhia de Bandeirantes do Coração de Jesus, ano 1, n. 2, 1928.

p. 01. Ao citar as referências documentais da instituição, optei para uma melhor compreensão dos fatos, adequar a grafia à norma ortográfica utilizada atualmente, que muito difere da utilizada no período das publicações analisadas que vão da década de 1920 a 1970.

3.1 A chegada do Guidismo no Brasil do início do século XX

O início das atividades do Guidismo no Brasil dá-se através de uma carta escrita pela Lady Olave, esposa de Baden-Powell, que com o fim da Primeira Guerra Mundial foi trazida por intermédio de um amigo, Sr. Willian Barclay, que viajava a negócios de Londres ao Rio de Janeiro. Na referida carta, Olave Baden-Powell propunha a fundação do Movimento *Girl Guides* no Brasil, inicialmente foi entregue à May e Alexander Mackenzie e em seguida, de forma entusiasmada, foi repassada à família Lynch. (FBB, 2008, p. 58).

Após tomar conhecimento da carta, a família Lynch promove uma reunião em sua casa, no dia 30 de maio de 1919, com autoridades e senhoras interessadas no movimento das *Girls Guides* no Brasil. Entre as senhoras, estava May Mackenzie que havia participado do movimento na Inglaterra e por isso pôde apresentá-lo de forma mais detalhada aos presentes e também apoiar a implementação do no Brasil. Posteriormente a esta reunião foi criado o I Conselho Diretor da *Associação Girls Guides do Brasil*, que foi o primeiro nome da atual Federação de Bandeirantes do Brasil. (Ibid., 2008, p. 59).

Quando inaugurado no Brasil, o Guidismo já se firmava como um movimento de elite, visto que sua fundação foi fruto dos esforços de uma família pertencente à esse estrato social, isto é, família que possuía além de um considerável capital econômico e cultural, grande renome na alta sociedade carioca. Assim, as primeiras bandeirantes foram meninas que tinham uma relação próxima dessa família e detinham o mesmo padrão de vida econômico, social e cultural compartilhado entre a elite.

Entre os membros do conselho destaca-se a presença de Jerônima Mesquita (1880-1972), cunhada do senhor Lynch que trabalhou como enfermeira na Primeira Guerra e havia tido contato com o Escotismo na Europa. Sua participação foi central na fundação do Guidismo no Brasil³.

Por imposição de sua família, Jerônima casou-se com um primo aos 17 anos, com quem teve um filho e depois de dois anos separou-se e nunca mais voltou a casar-se. Retornou à Europa onde viveu a primeira década do século XX, presenciou as transformações ocorridas no continente: o crescimento de organizações feministas na Europa e as barbaridades da

³ Jerônima Mesquita nasceu em Leopoldina, Minas Gerais. Filha de barões, a fundadora do Guidismo no Brasil teve a oportunidade de compilar seus estudos secundários na França, o que possibilitou contato estreito com as manifestações feministas que eclodiram na Europa no início do século XX.

Primeira Guerra – evento que motivou seu alistamento voluntário como enfermeira da Cruz Vermelha na Suíça. (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000, p. 290).

Além de fundar oficialmente o Guidismo no Brasil, Jerônima foi integrante da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), como vice-presidente da organização. Participou também da fundação da Cruz Vermelha no Brasil e de outras obras sociais que lhe renderam muitas condecorações⁴. Jerônima dedicou toda sua vida às causas da mulher e, conseqüentemente, ao Guidismo que era apresentado às mulheres do período como uma proposta pioneira, tendo em vista o papel exercido socialmente pelas mulheres no período cujas principais tarefas empreendidas destinavam-se ao espaço doméstico e a tarefas assistencialistas. A trajetória da fundadora do Guidismo no país, somada ao fato de ser divorciada, é ímpar em um contexto em que raramente as mulheres exerciam posição de liderança para além do espaço doméstico. Outro traço interessante na vida de Jerônima é sua dedicação a causas voluntárias, o que é uma característica central dos movimentos fundados por Baden-Powell.

O dia 13 de agosto de 1919 é considerado o marco da fundação do Movimento Bandeirante no Brasil, pois nesta data foi realizada a promessa das 11 primeiras bandeirantes⁵ em uma cerimônia na casa de May Mackenzie, em Copacabana no Rio de Janeiro. Essas moças tinham entre 17 e 19 anos e foram responsáveis pela abertura e expansão do Bandeirantismo no Brasil.

⁴ Entre as condecorações e homenagens recebidas por Jerônima Mesquita, destacam-se a “Ordem Nacional do Mérito (Medalha das Rosas)” conferida pelo Presidente da República; a primeira “Estrela de Honra do Brasil”, a maior condecoração Bandeirante; e o “Tapir de Prata”, o maior distintivo escoteiro do Brasil. Participou de diversas entidades como “Associação Damas da Cruz Verde”, movimento que tinha como objetivo improvisar leitos e auxiliar as vítimas de epidemias no Rio de Janeiro. Após esta experiência, viabilizou a ação do projeto da maternidade Pró-Mater.

⁵ As primeiras bandeirantes a realizarem a promessa no Brasil foram: Clara Santos, Gasparina Santos, Ivonne Massat, Zaira Lisboa, Solange Ramos, Kate Bulhões de Carvalho, Phyllis Saville, Heloísa Graça Couto, Maria Elisa Silva Costa, Rosita Sampaio Bahiana e Edel Ramos.



FIGURA 9- As primeiras bandeirantes a fazerem a promessa no país⁶.

Em 1920 chega ao Brasil Miss Violet Atkinson Grimshaw, uma bandeirante inglesa que permaneceu por seis meses no país com o objetivo de auxiliar a implantação do Guidismo. Com o auxílio das *guides* brasileiras, Miss Violet adaptou manuais do inglês para o português, com o intuito de facilitar a adequação do método à realidade local. De acordo com Maria Inez Motta (1988), em 1922, o Bandeirantismo tinha 200 filiadas. Porém, entre os anos de 1922 e 1927, o Movimento Bandeirante praticamente encerrou suas atividades, pois a maioria das primeiras bandeirantes havia se casado e se afastado da instituição.

A partir de 1927 o movimento volta a crescer com a fundação da *Companhia do Sagrado Coração de Jesus*, e neste mesmo ano é fundado o referido jornal *Bandeirantes*, que passa a ser órgão oficial da FBB a partir de 1931. Com a filiação da FBB na WAGGGS, o efetivo apresenta um forte crescimento. De acordo com dados estatísticos apontados por Maria Inez Motta, em 1959, ano em que a instituição inaugura sua sede nacional no Rio de Janeiro, a FBB chegou a ter nove mil filiadas em todo o país⁷.

⁶ Disponível em: *Chama Acesa: O livro do bandeirante*. FBB, 2008, p. 60.

⁷ De acordo com a FBB (2008), a atual sede da FBB, situada na Avenida Marechal Câmara, foi inaugurada em 19 de março de 1959 e contou com a participação do então presidente da república, Juscelino Kubitschek. A construção foi possível a partir de uma campanha de doação de fundo de amplitude nacional que contou com a ajuda de bandeirantes, pais e alguns setores da sociedade que apoiavam o movimento.

A partir de 1969, ano em que a FBB passou por processo de reformulação institucional, o movimento sofreu uma grande queda de efetivo (de 15.838 em 1968 para 11.961 em 1969). Embora apresente uma melhora no ano seguinte, em 1970, a partir de 1971 o número de membros passa a decrescer gradativamente. Sem antecipar conclusões, a queda no número de membros está diretamente ligada ao referido processo de reformulação institucional, que será discutido no próximo capítulo. De acordo com o jornal *Bandeirantes*:

No início da década de 1960, o Bandeirantismo atingiu o que, em termos quantitativos, foi até hoje seu ponto máximo de desenvolvimento: seu efetivo chegou a cerca de 20.000 membros. Mas, logo a seguir, pela primeira vez, desde a sua fundação, houve reversão da tendência expansionista: o efetivo diminuiu, em vez de crescer. (FBB, 1984, p. 04) ⁸.

Em 1922, o movimento das *Girls Guides* no Brasil recebe o nome de Movimento Bandeirante. Esse termo é escolhido partir de uma solicitação feita por Jerônima Mesquita ao pedagogo Jonathas Serrano, uma das grandes referências da Pedagogia Nova no Brasil. Segundo os documentos oficiais, o pedagogo sugeriu à instituição o nome “Bandeirante” ao buscar na história do Brasil um termo que fizesse referência a ideia de pioneirismo.

Dessa forma, a nomenclatura escolhida estaria adequada à ideia original de Baden-Powell, uma vez que a expressão *guides* significa “aqueles que abrem caminhos para outros”. (FBB, 2008, p. 60). A escolha do termo “Bandeirante” está intimamente ligada às influências do Positivismo e da Escola Nova, o que evidencia que tal expressão ia ao encontro de algumas das principais correntes intelectuais do início do século XX, pois aspira simbolicamente o ideal de progresso, fortemente defendido pela insipiente elite republicana.

3.2 Bandeirantismo: problematizando o mito.

Diferentemente da forma com que a referente nomenclatura foi adotada, difundida e, em certa medida, até mesmo naturalizada entre os membros, neste trabalho parte-se do princípio de que a escolha do termo não apenas simboliza a ideia de desbravamento e pioneirismo – que são características atribuídas aos homens – como também não atende aos anseios de um movimento estritamente feminino.

⁸ FBB. *Bandeirantes*, ano 57, n. 03, maio/junho. Rio de Janeiro: FBB, 1984.

Embora o mito⁹ construído em torno da figura do bandeirante posteriormente tenha caído por terra, muito em decorrência da influência da História Nova (BURKE, 1992; LE GOFF, 1993), observei durante todas as atividades que envolveram o trabalho de campo, que entre as mulheres participantes do movimento há mais tempo, raramente estes elementos são discutidos ou até mesmo mencionados como um episódio bastante criticado pelos historiadores brasileiros. (VASCOCELOS, 1999; VOLPATO, 1995)¹⁰.

A conotação heroica do sertanista paulista foi iniciada pela historiografia produzida no final do século XIX, tornando-se alentada no início do século XX. Com o Regime Republicano, os cafeicultores paulistas perceberam ao serem impulsionados pelo crescente desenvolvimento econômico, que não havia mais como manter o protecionismo assegurado pelo governo imperial. A fomentação de um governo republicano como uma possibilidade real de ascensão ao poder consistia em um risco às oligarquias agrárias. (PACHECO NETO, 2002, p. 36; VOLPATO, 1985, p. 119).

Após a Proclamação da República, os dirigentes cafeicultores, que visavam expandir seu poder de mando, iniciaram um processo de urdir na população a ideia de legitimação desse poder, sob a prerrogativa de uma aptidão hereditária, sugerida como uma manifestação provinda da ancestralidade bandeirante. Posteriormente, já na década de 1920, o governo Paulista investiu significativamente em projetos de pesquisa sobre o bandeirantismo através de incentivos e financiamentos, que proliferaram em inúmeros trabalhos sobre o tema. (PACHECO NETO, 2002, p. 37).

Entre a gama de trabalhos no período que discutem a temática do movimento das bandeiras, destaca-se o extenso trabalho *História Geral das Bandeiras Paulistas*, de Afonso Taunay¹¹, através da exaltação heroica da figura do bandeirante como responsável pelo desbravamento do Oeste:

⁹ Considerando que as visões e interpretações da história da ação dos bandeirantes no Brasil não são, e nunca foram uniformes, dadas as limitações dessa pesquisa como também o tipo específico de abordagem que busco realizar – da ideologia defendida pela insipiente elite brasileira que surge com o Novo Regime – será dado enfoque à abordagem sobre os bandeirantes paulistas defendida entre os positivistas.

¹⁰ Durante o período em que fui bandeirante, participei de um acampamento que me lembro com riqueza de detalhes. Intitulado como “B2000: Desbravando o Brasil” (o título está relacionado à B2 – que significa bandeirante II – e compreende o ramo que reúne adolescentes entre 12 e 15 anos). Nessa ocasião, as divisões de grupos de atividades levavam o nome dos principais bandeirantes paulistas: Fernão Dias, Raposo Tavares e Borba Gato. Refletindo acerca da minha memória da atividade somada aos anos em que fiz parte da instituição, nunca presenciei qualquer tipo de manifestação que se opusesse ao termo “bandeirante”. Certamente o nome jamais seria alterado, porém, defendo que seria interesse uma reflexão acerca do termo sobre seus membros, afinal, é a nomenclatura que representa a instituição. Não apenas no Brasil como no exterior. Pôr-se a questionar e refletir não é somente um exercício realizado com o intuito de criticar, mas também exprime-se como uma ação educativa.

¹¹ TAUNAY, Afonso de E. *História geral das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Ideal, T VII, 1936.

_____. *História Geral das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, T IX, 1948.

Os cafeicultores paulistas viam-se como herdeiros de um legado ancestral de liderança, instrumentalizado na representação mítico/política do bandeirante, os cafeicultores paulistas buscaram a afirmação dos seus dirigentes, catapultando-os ao suposto nicho social que alojava os homens mais aptos a governar. (Ibid., 2000, p. 37).

A faceta do bandeirante como caçador e traficante de indígenas é também minimizada de forma visível na obra de intelectuais como Cassiano Ricardo, autor de *Marcha para Oeste*¹², que engendra uma concepção identitária do homem planáltico predominantemente representado na figura do desbravador heroico e cristão, em busca de ouro e pedras de estimado valor. É conferida ainda aos bandeirantes, pelo referido autor, a qualidade de arautos da democracia, de opositores do capitalismo mercantilista europeu e de responsáveis pela miscigenação racial no país¹³. Entretanto, é sabido dos inúmeros atos de violência sexual contra mulheres indígenas atribuídos aos sertanistas.

Era comum ao homem do sertão o uso de índias como concubinas. Esse concubinato era o alto nível da exploração, numa relação na qual a índia era aviltada, tanto em sua condição de mulher, como em sua condição de raça dominada. (VOLPATO, 1985, p. 73).

Segundo Manuel Pacheco Neto (2000), o abuso sexual de mulheres autóctones era um evento recorrente entre os bandeirantes. Na maioria das vezes, as índias nem eram tomadas como concubinas, uma vez que o concubinato é entendido como uma prática de convivência e conjunção carnal cotidiana. Ao dialogar com Luiza Volpato (1985), Pacheco Neto afirma que a referência ao *uso de índias como concubinas*, salientada pela autora, talvez fosse uma prática menos ultrajante que a curra ou estupro propriamente ditos, verificados principalmente nos ataques às reduções indígenas. Tais aspectos, além de não terem sido criticados pela Federação das Bandeirantes do Brasil, podem ser encontrados em algumas das publicações

_____. *História Geral das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, T XI, 1950.

_____. *História Geral das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Melhoramentos, T, I, II, III, 1951.

¹² RICARDO, Cassiano. *Marcha Para o Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil*. Rio de Janeiro: Olympo, 1942.

¹³ Para Cassiano Ricardo, o princípio da democracia brasileira estava na mistura bem sucedida entre as raças, baseada no amor e sentimentos religiosos. Essa concepção defendida pelo autor não estabelece nenhum tipo de crítica ou reivindicação contra as desigualdades existentes entre os brasileiros e afirma que tal “mistura bem sucedida entre as raças” é a democracia do homem cordial, fundada na ideia de ausência de preconceito de qualquer tipo. CARVALHO, A. Cassiano Ricardo. In. *Dicionário Crítico do Pensamento da direita: ideias, instituições e personagens*. SILVA, Francisco; MEDEIROS, Sabrina; VIANNA, Alexander. Rio de Janeiro: FAPERJ: Manuad, 2000.

sobre as bandeiras paulistas em exemplares da revista *Bandeirantes* da década de 1940, como demonstra o trecho a seguir:

Avante, paulistas! Exclamavam os capitães de bandeira. Sois raça que se vem formando na grandeza e para a grandeza. Os túmulos dos que precederam ficaram nas estradas com epitáfios de bravura. Se a morte vos colher sereis um epitáfio a mais naquele ossuário de vitórias que constituirá [...] E lá se iam os desbravadores, estranhando-se a esmo no mistério das matas virgens, seguindo o curso dos rios caudalosos, navegando em jangadas; transpondo cachoeiras beirando precipícios, sempre a lutar com o imprevisto, que às vezes se concretizava em ataque de animais bravios e encontro com selvagens antropófagos, ardilosos e cruéis [...] Nada os detinha, continuavam impávidos, obstinados, guiados pela audácia aventureira do espírito paulista, sustentados pela miragem das minas resplandcentes de gemas e metais preciosos. (FBB, 1943, p. 74, grifo nosso) ¹⁴.

O Movimento das Bandeiras tinha como objetivo principal o apresamento de índios visando o labor e o tráfico escravista para os engenhos canavieiros, que também pode ser compreendido como uma atividade mercantil do capitalismo, em sua fase de acumulação primitiva. Ainda nessa perspectiva, no que tange à miscigenação, a representação mítica das bandeiras engendrou a ideia de igualdade e democracia racial, que na realidade nunca existiram (PACHECO NETO, 2000, p. 33).

Ao equivocar-se sobre os interesses particulares de cafeicultores com os demais interesses da nação, a historiografia do período não apenas configurou-se a partir de elementos político-ideológicos, como também contribuiu de sobremaneira na propagação da figura do bandeirante como uma entidade mítico-legendária, herói épico de um contexto social rústico. O incentivo à pesquisa, que remonta a origem das bandeiras por parte dos cafeicultores paulistas parece ter obtido êxito, uma vez que a construção mítica/heroica/épica desses habitantes, responsáveis pelo desbravamento do Oeste, foi disseminada eficazmente nas instituições de ensino durante décadas do século XX. (Ibid., 2000, p. 40).

Diante das evidências sublinhadas por Volpato (1985) e Pacheco Neto (2000) – cujos trabalhos empenham-se em efetivamente compreender o passado do movimento das bandeiras no Sudeste brasileiro – fica evidente o quanto alguns autores, como Taunay (1936; 1948-1950) e Ricardo (1942), amplamente difundidos pela historiografia, tinham o intuito de omitir os aspectos negativos desse processo expansionista, transformando a saga dos bandeirantes em um episódio vitorioso da história nacional, repleta de feitos grandiosos e honrarias. Observa-se que o teor visionário e desbravador do termo foi deveras internalizado pela FBB, como demonstra o excerto abaixo:

¹⁴ CAMARGO, Maria Augusta S. Paulista há 400 anos. FBB. *Bandeirantes*. Rio de Janeiro: ed. FBB, 1943, p. 74.

De energia viril, rude em sua franqueza, era intratável em questões de honra [...] e defendia com severidade implacável a austeridade e o recesso de seu lar. Cioso de sua nobreza, de caráter impertérito, sua palavra tinha o valor de um juramento e as transações comerciais eram seladas com a postura de um fio de barba [...] Profundamente sincero e leal, detesta a hipocrisia e a lisonja; parcimonioso em suas amizades, é reservado com estranhos, mas tem requinte de delicadeza e sensibilidade para com seus amigos. Coração bom e generoso é de extrema prodigalidade e capaz de todas as dedicações e sacrifícios. Possui forte personalidade, é cumpridor de seus deveres e não foge à responsabilidade, assumindo sempre posição clara e decisiva. Que precioso tesouro moral a aumentar o já grande patrimônio transmitido à posteridade! Bandeirantes do século XX: mostrai-vos dignas dos vossos antepassados. (FBB, 1943, p. 76)¹⁵.

A adesão do termo *bandeirante* para representar o movimento das *Girls Guides* no Brasil é passível de muitas críticas e ambiguidades. Entre elas destaca-se a representação de um tipo de masculinidade, que repousa sobre a nomenclatura da instituição. Não são criticadas nesse trabalho as associações feitas ao termo que remete à ideia de desbravamento e liderança, mas à forma com que tais características são unilaterais, pois ancoram em uma ideia de invasão ao espaço de outrem. Esse “outro”, porém não é visto como o invadido; afinal, indígenas, mulheres e mestiços não se equivaliam à importância dada aos homens brancos – pioneiros do progresso.

Ademais, esse imaginário que cerca a figura do bandeirante implica em uma construção essencialista acerca daquilo que é socialmente compartilhado como masculino: expansivo, viril, desbravador que em uma visão relacional e binária dada aos gêneros, reafirma a postura secundária e passiva, dadas às mulheres. Outro traço, muito mais agressivo é a relação direta entre o movimento das bandeiras e a violência, sobretudo às mulheres indígenas e mestiças, que sob uma perspectiva social pautada sobre marcadores da diferença, como gênero e raça, são duplamente subjugadas.

Entretanto, essas críticas devem ser feitas mediante certas ressalvas. O olhar crítico que dirijo ao termo cunhado para representar o Guidismo no país é resultante do acesso a leituras, que são produtos de um vasto período de reflexão e discussão sobre a historiografia brasileira, e no momento me trazem elementos para pensar e estabelecer essas relações. Remetendo-se novamente àquilo que foi proposto na introdução desse trabalho – de não imputar aos sujeitos analisados - meninas/mulheres que participaram do Movimento Bandeirante entre os anos de 1919 e 1974 - considerações que vão além de seu referencial temporal – tenho a clareza de que o referencial de história e nação difundido no período,

¹⁵ Ibid., 1943, p. 76.

envolvido pela construção de um pensamento vanguardista atribuído ao Sudeste brasileiro, não disponibilizava àqueles sujeitos esse olhar sob a realidade.

Mais além, a adoção do termo “bandeirante”, ratifica a posição social e pensamento compartilhado tanto às mulheres que trouxeram o Guaidismo ao país como também àquelas que dispunham do acesso à instituição. O termo “bandeirante” traz em seu bojo a representação de um discurso da elite brasileira das primeiras décadas do século XX, que via no Movimento das Bandeiras um referencial de vanguarda e progresso dado à região Sudeste por também expressar o mito do herói, figura tão significativa nos projetos de construção de um ideário nacionalista.

Sem a intenção de realizar uma leitura anacrônica dos fatos, o termo “Bandeirante” pode ser caracterizado como um termo cabal para designar-se a uma instituição cujos valores e preceitos atendiam de forma tão precisa aos interesses da burguesia urbana do período, que percebia o Movimento Bandeirante como uma possibilidade de proporcionar às moças da elite uma educação não formal, que complementasse a formação dada pela escola, família e Igreja.

Para que se tenha uma compreensão mais substancial sobre a instituição, serão apresentados nas próximas seções os aspectos ideológicos e simbólicos que nortearam a Federação das Bandeirantes do Brasil no período que corresponde ao recorte temporal realizado na pesquisa.

3.3 A simbologia do Movimento Bandeirante e suas representações de gênero

Ambos os Movimentos criados por Baden-Powell possuem uma vasta simbologia representada por broches, distintivos, músicas, pela lei e promessa Bandeirante/Escoteira, que sinalizam o compromisso dos jovens com os ideais preconizados por ambas as instituições. Com o objetivo de demonstrar tais questões atreladas às discussões que envolvem esse trabalho, buscarei estabelecer um elo entre esses elementos, sobretudo a promessa, a fim de problematizar questões como a religiosidade, patriotismo e conservadorismo e a influência higienista, como aspectos centrais para se compreender a representação de gênero difundida pelo Bandeirantismo¹⁶.

¹⁶ Outro aspecto de destaque é a educação, que está intimamente ligada às problemáticas propostas. Entretanto, optei por não partir dela como mais uma questão a ser problematizada dada a abrangência do tema, que não cabe às pretensões deste trabalho, como também por ser este um dos assuntos mais problematizados quando se trata de pesquisas que discutem a obra de Baden-Powell.

Para tal propósito, torna-se necessário destacar a Promessa e a Lei Bandeirante como os elementos que orientam a conduta que a bandeirante deve respeitar e buscar desenvolver dentro e fora da instituição. Não é uma coincidência que assim como o decálogo que exprime a lei da Igreja, o Código Bandeirante é composto pelo conjunto de dez leis a serem seguidas:

Prometo, sob minha palavra de honra,
Ser leal a Deus e à minha Pátria,
Ajudar o próximo em todas as ocasiões,
Obedecer ao código das Bandeirantes.

- 1) O sentimento de honra da Bandeirante é sagrado.
- 2) A Bandeirante é leal e sincera.
- 3) A Bandeirante ajuda o próximo em todas as ocasiões.
- 4) A Bandeirante estima a todos e é irmã para as outras Bandeirantes.
- 5) A Bandeirante é cortes e delicada.
- 6) A Bandeirante vê Deus na criação, protege as plantas e os animais.
- 7) A Bandeirante obedece às ordens.
- 8) A Bandeirante enfrenta alegremente todas as dificuldades.
- 9) A Bandeirante é econômica.
- 10) A Bandeirante é pura em pensamentos, palavras e ações.

A promessa Bandeirante é composta por três itens: lealdade a Deus e à pátria, ajuda ao próximo e obediência ao Código (Leis). Tais itens são expressos por meio de uma saudação, um ato simbólico de reverência, que expressa o pertencimento ao Bandeirantismo¹⁷. A promessa é a forma com que a menina se integra ao grupo, como passa a fazer parte da “família bandeirante” devendo ser compreendida não como um compromisso particular com a instituição e sim uma afirmação pública. A finalidade da promessa Bandeirante pode ser compreendida através dos dois mandamentos que encerram toda a lei de Deus “Amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a nós mesmos”.

¹⁷ Na fase de aspirante, quando a menina/mulher se prepara para realizar a promessa, a saudação é feita com a mão direita no coração e também não se pode utilizar o broche da promessa, símbolo que representa que a bandeirante passou por este ritual.

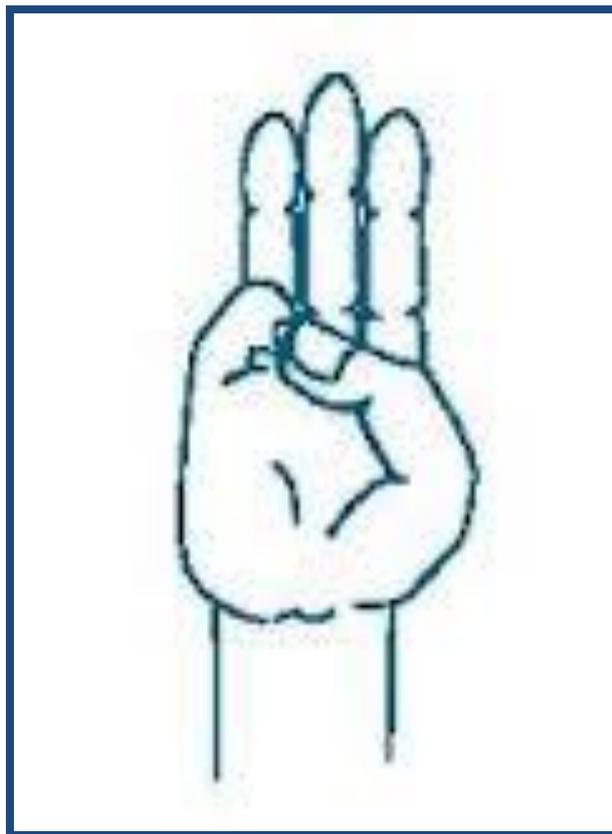


FIGURA 10 – Saudação Bandeirante¹⁸

Os manuais da FBB salientam que a simplicidade, tanto do Código como da promessa, é determinante para que as mesmas possam ser compreendidas pela menina desde a infância. Mas à medida que cresce e passa da adolescência à maturidade, essas palavras tomam um sentido mais profundo, tornando-se, nessa dimensão, um código ético para a vida adulta.

A promessa é um dom de si, uma disponibilidade para o serviço do outro. A promessa é a expressão concreta da decisão de viver as leis. Ela é simples, por isso é séria. Se ela tem valor, não as aparências que a envolvem. As palavras é que contam e elas exprimem o desejo de viver um ideal. Esse ideal é a Lei. Lei que dá vida ao grupo. Espírito é vida e a vida bandeirante deve ser viver a Lei. (FBB, 1966, p. 06)

¹⁸ Disponível em < <http://bandeirantismo.blogspot.com.br/2007/11/saudao-bandeirante-nosso-cumprimento.html> > Acesso em 24 dez.2013. A sudação bandeirante é realizada conforme a imagem, em que os três dedos rígidos representam os três itens da promessa: Deus, pátria e o próximo. O dedo polegar apoiado sobre o dedo mínimo representa a bandeirante mais forte ajudando a mais fraca. A saudação das fadas (meninas) e, atualmente dos magos (meninos) é semelhante à das demais bandeirantes, porém é realizada somente por dois dedos, pois sua promessa não inclui o código bandeirante. No período que correspondente à pesquisa era expressa segundo a seguinte máxima: “Ser amiga de meu Deus e minha pátria, obedecendo as leis da fada. Fazer todos os dias uma boa ação a alguém. (FBB, 2008, p. 141).

¹⁹ FBB. *O Espírito da Lei*. Rio de Janeiro: Ed. FBB, 1966, p. 06.

Desse modo, compreendendo a promessa como o elemento primordial que sela o pertencimento à instituição, estabelecendo a distinção entre ser e não ser bandeirante, buscarei discutir os elementos que respaldam a promessa, atrelando-os ao contexto social do país no período da implementação do Bandeirantismo no Brasil até a primeira metade do século XX.

3.3.1 A influência religiosa Católica: a mulher como esteio do lar

A influência religiosa é central para a compreensão dos valores atribuídos à conduta familiar e feminina que balizam a educação no Movimento Bandeirante. Segundo Baden-Powell (2000) “a religião não é uma roupa de domingo, mas uma diretriz para cada hora do dia”. Os princípios da pedagogia Escoteira e Bandeirante eram fundamentados através da tríade: Deus, pátria e próximo, cuja base era a prática da boa ação e consequentemente o auxílio a outrem, pois:

Cumprir o dever para com Deus não consiste, unicamente, em inclinar-se face à Sua infinita bondade, mas em executar sua vontade pela prática do amor a nossos semelhantes. E o curioso é que esta obrigação do serviço ao próximo através de boas ações é uma das coisas que os escoteiros executam com grande satisfação. (BADEN-POWELL, 2000, p. 95, *apud* NASCIMENTO, 2008, p. 144)²⁰.

Uma das características centrais no desenvolvimento do Guidismo e Escotismo é a adequação de seu método de educação a outros países, com devido respeito às características culturais e sociais do país em que ambos os movimentos são inseridos (MOTTA, 1988). Como foram desenvolvidos na Inglaterra, o Escotismo e Guidismo seguiam uma matriz religiosa anglicana.

No caso do Brasil, o Bandeirantismo vê no catolicismo um elemento de inquestionável importância na formação das jovens, muito mais preponderante e incisiva do que os aspectos religiosos cristãos, propostos inicialmente por Baden-Powell. Esse posicionamento é reafirmado pela FBB através da premissa que a maioria da população brasileira era católica e,

²⁰ Cf. BADEN-POWELL. *Guia do chefe escoteiro: Aids to Scoutmastership*. Tradução de Leo Borges Fortes. 5ª ed. Porto Alegre: Ed. Escoteira, UEB, 2000.

portanto, o catolicismo deveria ser adotado como a religião oficial do Guidismo no país. (FBB, 1947 *apud* MOTTA, 1988, p. 32)²¹. De acordo com Valéria Busin (2011, p. 02):

O Brasil é um país de ampla maioria cristã e, especificamente, de maioria católica. Historicamente, o Catolicismo chegou aqui em 1500, mesmo ano do descobrimento do Brasil. Por herança da colonização portuguesa, o Catolicismo foi a religião oficial do país desde a sua primeira Constituição, em 1824, até 1890, quando a liberdade religiosa foi instituída por decreto, o que passou a constar nas Constituições brasileiras a partir de 1891. Depois disso, pelo fato de já ter sido a religião oficial do país, o Catolicismo permaneceu sendo a religião mais aceita socialmente e a não adesão a ele trazia obstáculos à ascensão social. Atualmente, o Brasil é considerado o maior país católico do mundo em número absoluto de fiéis.

Para Baden-Powell, “todas” as filiações religiosas²² são bem-vindas e respeitadas no Escotismo/Guidismo, desde que aceitem a diretriz religiosa exposta por ambos os movimentos: amor a Deus e amor ao próximo, entendida pelo militar como um dos princípios comuns à maioria das religiões. (BADEN-POWELL, 1986, p.81 *apud* NASCIMENTO, 2008, p. 142)²³. Entretanto, ao analisar diversas publicações da FBB, é perceptível que as referências acerca da prática religiosa não são caracterizadas de forma ecumênica, tal prática é expressa como o elemento orientador da vida da bandeirante e não como um dos elementos transversais que perpassam sua a formação.

Os exames correspondentes aos estágios de formação²⁴ que a bandeirante deve percorrer em sua formação, por exemplo, o adestramento bandeirante, exame de aptidão de segunda e primeira classe, incluíam provas de religião. Para aquisição das insígnias havia requisitos como: o conhecer as parábolas bíblicas, a história dos santos católicos, as orações e a organização institucional da Igreja Católica. Outro elemento que exprime a influência católica no período é a presença do Guia Eclesiástico, função exercida por um padre.

O *livro de Orações da Bandeirante* (1961 [1955])²⁵ e o *Guia do assistente eclesiástico* (1967)²⁶, são duas publicações orientadas pela figura do Guia Eclesiástico que exprimem a influência do catolicismo na formação da bandeirante. É interessante pensar que a imagem do Guia Eclesiástico era a única figura de poder masculina na FBB, mas mesmo em

²¹ FBB. *O Bandeirantismo: finalidades, método e sua aplicação no Brasil*, Rio de Janeiro: Ed. FBB, 1947.

²² Mais uma vez vale destacar que as práticas religiosas defendidas por Baden-Powell são decorrentes de uma matriz religiosa monoteísta, enfatizando o Cristianismo.

²³ Cf. BADEN-POWELL, Robert. *Lições da escola da vida: autobiografia de Baden-Powell*. Brasília: Ed. Escoteira da UEB, 1986.

²⁴ Esses elementos serão retomados com mais clareza no subcapítulo 3.3.3., que discute a influência da disciplina na instituição.

²⁵ FBB. *O livro de Oração da bandeirante*. 3. ed. Rio de Janeiro: ed. FBB, 1961 [1955].

²⁶ FRANÇA, Padre Edgar. *Guia do assistente eclesiástico*. Rio de Janeiro: ed. FBB, 1967.

menor número, frente à maioria feminina, exercia grande poder entre as bandeirantes. Essas publicações reafirmavam o caráter estritamente católico do Bandeirantismo em diversas publicações, como a destacada a seguir:

O Movimento (Bandeirante) fundamentalmente cristão, não só de origem, mas principalmente de filosofia, considera efetivamente que o laicismo na Pedagogia Escoteira é um erro de compreensão do Espírito de Baden-Powell, ou uma ignorância de seu método. (FRANÇA, 1967)²⁷.

A já referida pesquisa realizada por Maria Inez Motta (1988), entre os anos de 1945 a 1960, aponta que ao analisar os documentos e manuais do período, não foi encontrado nenhum tipo de publicação que fizesse menção a outras práticas religiosas que não fosse o catolicismo. Esta contrariedade que afirma a liberdade de culto religioso, mas sem de fato possibilitar a expressão de outros credos religiosos na instituição, foi um dos temas centrais de debate sobre o Bandeirantismo na primeira metade do século XX.

Na década de 1950, o Grupo Escoteiro Avandava, composto por jovens da comunidade judaica de São Paulo, tinha sua parcela feminina filiada à Organização Paulista de Escoteiras (OPE). A Federação das Bandeirantes do Brasil (FBB) insistia na adesão das moças judias, já que praticamente todas as organizações femininas estavam ligadas à instituição, que obtivera em 1930 o reconhecimento internacional como entidade brasileira do representante do Guidismo no Brasil, junto à WAGGGES.

Eram muitas as barreiras que justificavam a relutância da adesão das moças judias à FBB. Os principais elementos que balizavam seu posicionamento eram a discordância dos conteúdos programáticos entre ambas as entidades e a questão financeira. A FBB em geral, era frequentada por moças das classes mais abastadas. Sobre a questão, destacam-se os elevados custos dos uniformes utilizados pelas bandeirantes que eram inacessíveis às moças e meninas de recursos modestos. (ZUQUIM: CYTRYNOWICZ, 1999, p. 125). De acordo com ambos os autores, para além da questão financeira,

Os obstáculos consistiam em disposições contidas nos estatutos e na organização da FBB, que eram incompatíveis com leis religiosas judaicas e com o princípio de imparcialidade religiosa estabelecido pelo Movimento Escoteiro criado por Baden-Powell. [...] Além disso, a FBB preconizava formalmente a tolerância religiosa, mas não igualdade de direitos. (Ibid., 1999, p. 125).

²⁷ Ibid., 1967.

Esse delicado episódio de imposição religiosa por parte da FBB às moças judias fere o princípio básico defendido pelo método pedagógico do Movimento Bandeirante e Escoteiro, que visa a não distinção entre classe, raça e religião para a participação dos jovens, reconhecendo o “comportamento moral (individual e social) e a capacidade pedagógica” como os únicos critérios para a nomeação de chefes e monitoras. (Ibid., 1999, 125).

A solução encontrada pela FBB para atender às especificidades das bandeirantes judias foi adequar os princípios religiosos dos programas ao judaísmo e também inserir um novo broche da promessa que substituía a cruz de malta (símbolo que remete ao catolicismo), pela estrela de Davi, adequando também a promessa bandeirante aos princípios israelitas.

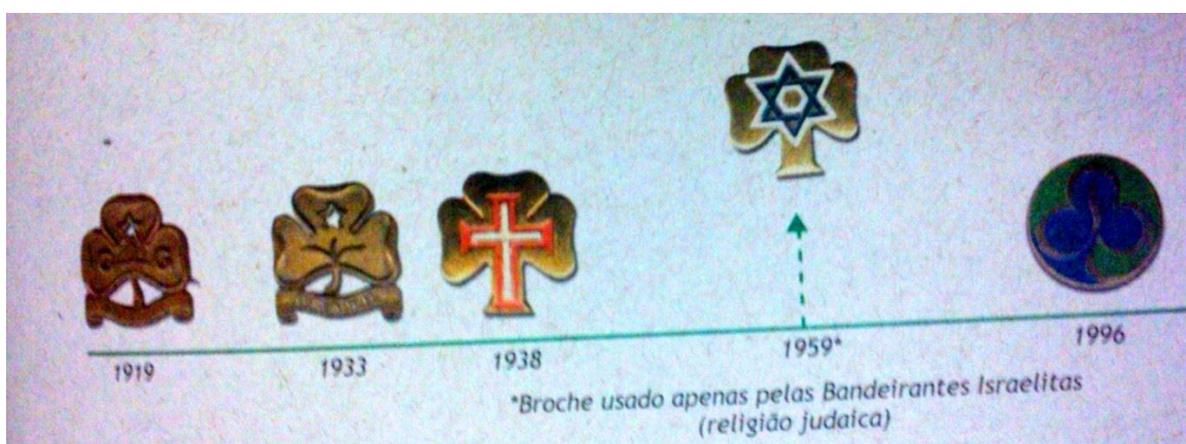


FIGURA 11- A evolução dos broches da promessa no decorrer do século XX ²⁸.

A tentativa de ruptura expressa pelas bandeirantes judias é um excelente exemplo para ilustrar a postura de aceitação e à menção efetiva a outros credos nos manuais da FBB. A partir da publicação do livro de *Primeira Classe*, em 1959, foi possível detectar pela primeira vez em uma obra interna a referência a outras expressões religiosas. A edição desse livro foi dividida em três exemplares distintos de acordo com a religião: católica, evangélica e judaica. A partir desse período, é possível destacar uma maior aceitação e abertura da FBB a outras religiões. (MOTTA, 1988, p. 37).

A adesão do catolicismo como religião oficial do Bandeirantismo no Brasil não pode ser caracterizada apenas como resultante de uma escolha orientada, visto que, é a religião de maioria absoluta da população. Mais do que uma expressão da filiação religiosa no país, a enfática posição religiosa pode ser caracterizada como uma estratégia de legitimidade do movimento à sociedade no período. Ratificando essa questão,

²⁸ Fonte: FBB. *Chama acesa: o livro do Bandeirante*. Rio de Janeiro: Marca D'água, 2008, p. 143.

É importante notar que apesar de todos os conflitos provocados pela estreita aliança entre o Bandeirantismo e a Igreja Católica, foi essa aliança quem legitimou, perante a sociedade brasileira, a existência e validade do Bandeirantismo no processo de educação das jovens brasileiras. Ao adaptar o movimento inglês para o Brasil, o Bandeirantismo vinculou-se à Igreja Católica obtendo assim a confiança da sociedade brasileira no sentido de que um movimento condizente com a moral católica. (MOTTA, 1988, p. 32-33, grifo do autor).

Nessa perspectiva, a influência do dogma católico é central para compreender a formação moral das mulheres pertencentes ao Bandeirantismo. Valendo-se da máxima de Tânia Navarro Swain (2008, p. 01) de que “muitas vezes foi repetida a ideia, de forma implícita ou explícita nos discursos fundadores de autoridade da teologia, filosofia e outros, que o homem tem um sexo, a mulher é um sexo”, o discurso religioso foi determinante na ideia de cristalização de uma associação do feminino ao sexo.

Desde o Antigo Testamento, o catolicismo vê o sexo como um mal, cuja prática só deve ser tolerada para fins de procriação. “O estudo da Escritura revela que boa parte dela foi feita contra o pano de fundo de uma cultura patriarcal, que via as mulheres e a sexualidade como perigosas e temíveis, embora necessárias para a continuação da vida” (RYAN, 1999, p. 110-111 *apud* BUSIN, 2011, p. 05) ²⁹.

A visão negativa da sexualidade pelo catolicismo tem forte influência da herança platônica, que colaborou para uma representação de dualismos hierarquizados, como por exemplo, a superioridade do celibato em contraposição ao ato sexual. A filosofia de Platão ainda reafirma através da duplicidade entre corpo e alma, a associação do homem ao pensamento, razão; e a mulher, por sua especificidade biológica de parir, ligada ao mundo físico, ao irracional. Esse esquema de raciocínio confere à mulher subordinação aos homens, uma vez que o mundo físico e a natureza devem ser dominados pela razão. (BUSIN, 2011, p. 05).

Esse princípio dualista influenciou significativamente as ideias de Agostinho, um dos autores cristão mais influente acerca de questões relacionadas ao sexo e à sexualidade. Para o filósofo, o amor conjugal era um princípio que deveria ser cumprido apenas pela sua finalidade natural de procriar. Desde o início da humanidade, exemplificado a partir de Adão e Eva, o sexo era remetido ao sentido de pecado. Nessa perspectiva, ao estabelecer o sexo

²⁹ RYAN, Penélope J. *Católico praticante: a busca de um catolicismo para o terceiro milênio*. São Paulo: Loyola, 1999.

para fins reprodutivos, toda forma de intervenção contraceptiva deveria ser moralmente condenada. (RYAN, 1999, p. 115-116 *apud* BUSIN, 2011, p. 06)³⁰.

Michel Foucault (2006) demonstra que, a partir da Contrarreforma no século XVI, a prática confessional, pelo princípio do discurso, vai buscar instaurar o controle dos corpos mediante a confissão dos desejos e intenções. Ao invés de ocorrer uma censura expressa sobre o sexo, a pastoral cristã instituiu uma técnica de “produção de discursos sobre o sexo – suscetíveis de funcionar e de serem efeitos de sua própria economia”. (FOUCAULT, 2006, p. 29).

O sexo passa de elemento banido a aspecto central à ordem do discurso. A produção do discurso sobre o tema extrapola os limites da sexualidade cristã para se tornar, entre o final do século XVIII e durante o século XIX, essencial para os mecanismos de poder, com a implantação do dispositivo da sexualidade. (BUSIN, 2011, p. 08). A organização familiar burguesa foi um dos elementos centrais que deram unidade a esses dispositivos, como a histerização do corpo da mulher, a sexualidade infantil e a regulação do sexo apenas para fins de procriação. (FOUCAULT, 2006, p. 25).

A grande aceitação social do Movimento Bandeirante entre a elite, muito se deve à forma indissociável em que a instituição caracteriza a formação religiosa e familiar como elementos centrais que orientam a socialização feminina. A bandeirante é aquela que representa a “pureza de espírito”, “o caráter reto”, atenta ao ato de cuidar do próximo sempre com um sorriso estampado no rosto, disposta conforme a oitava lei do código bandeirante a “enfrentar alegremente todas as dificuldades”.

Essa postura defendida pelo Bandeirantismo está atrelada a uma proposição de superioridade feminina, ancorada em uma influência católica que também pode ser conferida no cerne do discurso positivista. Segundo autoras como Evelyn Stevens (2000 [1977]), Zaíra Ary (2000) e Raquel Lima (2011), essa capacidade atribuída às mulheres tem influência do Marianismo: “corrente de pensamento que, a partir do século XVIII, defendia o culto da superioridade espiritual feminina, alegando que as mulheres seriam mais capazes de suportar o sofrimento, em nome da união da família”. (STEVENS, 2000, p. 90-101).

Essa ideia de superioridade feminina opera em uma ambiguidade de sentidos, pois ao passo que exalta a mulher como detentora de uma primazia espiritual e moral em relação aos homens e, assim, inibe a possibilidade de uma associação ao machismo. Por outro lado, reproduz o discurso do feminino relacionado à passividade e à emoção, ratificando o lugar da

³⁰ Ibid., 1999, p. 115-116.

subordinação feminina. Tais elementos são fortemente defendidos nas publicações da FBB, como demonstra o trecho a seguir:

Assim revestidas, assim ordenadas, assim “Bandeirantes”, sois, moralmente uma obra de arte; sois belas, de uma beleza muito superior àquela de um rosto perfeito: nesta a natureza trabalhou sozinha, vossa participação foi nula, aquela foi feita de vosso ideal e de vossos esforços, pacientemente, laboriosamente acumulados. Pouco importa que a vida vos recompense, vos traga a felicidade ou a desventura, ide avante, dê à sociedade que viverdes, seja ela qual for, o exemplo animador o reconforto, e quando mais não seja, o prazer estético da irradiação de um caráter sem jaça, de realização viva de um ideal, da personificação do bem. (FBB, 1927, p. 02)

³¹

Embora a Lei Escoteira, que foi adotada no início das atividades do movimento no país, faça referência à passividade, delicadeza e otimismo frente às adversidades – como em passagens que afirmam que: “É dever do escoteiro ser útil ao próximo; o escoteiro é delicado; o escoteiro está sempre alegre com tudo” (NASCIMENTO, 2008, p. 126) – durante todo o período que tive, tanto contato direto com ambos os movimentos, como também o acesso a alguns manuais, foi possível perceber que a postura incorporada pelo escoteiro é muito menos ligada à passividade como àquela incorporada pela bandeirante. Vale relembrar, como forma de fortalecer este argumento, os aspectos que destaquei no decorrer da introdução acerca da representação de gênero constituída em torno da imagem da bandeirante e do escoteiro.

A historiadora americana June Hahner (1978), ao analisar o fenômeno do Marianismo, destaca que o ideário de superioridade feminina é fundamentalmente presente no discurso positivista brasileiro. Para a autora:

O marianismo da América espanhola e lusitana assumiu uma forma característica e secular entre os positivistas brasileiros aí pelos fins do século XIX e começo do século XX [...] O pedestal em que se colocava a mulher foi um dos pilares do positivismo ortodoxo no Brasil. Os positivistas elevam a mulher por meio do que se poderia considerar como sendo a transfiguração do culto da Virgem. A feminilidade, vista como um todo, deveria ser adorada e salva de um mundo perverso. Para os positivistas a mulher era a base da família, a qual era a pedra fundamental da sociedade. A mulher formava o núcleo moral da sociedade, vivendo, sobretudo através dos sentimentos, diferentemente dos homens. Dela dependia a regeneração da sociedade. (HAHNER, 1978, p. 85-91).

Com base nas publicações analisadas, aliada à contribuição do trabalho realizado por Motta (1988), é possível perceber, que a partir do final da década de 1930 há por parte da

³¹ FBB. *Bandeirantes*, ano 1, n. 2, Rio de Janeiro: ed. FBB, jun.1927.

FBB uma ênfase maior nos aspectos da religiosidade Católica. Como exemplo, tem-se a mudança do broche da promessa em 1938 (conforme a figura 11, página 105). Desde a implementação do movimento no país, era utilizado pelas *guides* brasileiras o símbolo da organização mundial WAGGGES. A partir desse período, o símbolo passa a ser o trevo, que representa os três itens da promessa - Deus, pátria e o próximo - contendo no centro uma cruz de malta que representa o catolicismo.

Outro aspecto importante é a mudança da sexta lei do código bandeirante que anteriormente era expressa em: “A bandeirante não maltrata os animais e impede que os outros o façam” e, posteriormente, foi alterada para: “a bandeirante vê Deus na criação, protege as plantas e os animais”.

As reformas implementadas no Bandeirantismo estão intimamente ligadas às transformações socioeconômicas ocorridas no país naquele período. Acontecimentos como a Revolução de 1930 e o crescimento da indústria, foram significativos para o fortalecimento do processo de urbanização brasileira, sobretudo no Sudeste. Esse desenvolvimento, de caráter socioeconômico, foi acompanhado por uma mudança no comportamento dos grupos sociais emergentes, principalmente a classe média, que influenciada pelo crescente processo modernização, reflete o enfraquecimento do modelo familiar patriarcal originário do mundo rural. (AZZI, 1993, p. 101).

Essa modificação na configuração no âmbito familiar, influenciada pelas novas abordagens sobre o corpo e sexualidade (trazidas pela institucionalização do saber médico), aliadas às mudanças de percepção da dependência da mulher frente à autoridade do marido e as mobilizações do movimento feminista liberal³², principalmente em torno do sufrágio

³² Estabeleço como feminismo liberal umas das manifestações daquilo que é didaticamente caracterizado como primeira onda do feminismo no Brasil, que tem como principal foco de atuação a luta das mulheres por direitos políticos mediante o direito ao voto, que foi conquistado em 1934. A conquista deste direito em muito se deve às organizações políticas femininas desde o final do século XIX. Entre os movimentos destacam-se o Partido Republicano Feminino (PRP) fundado em 1910. Liderado pela professora Leolinda Daltro, foi a primeira organização partidária dirigida por mulheres no país em um momento em que as mulheres não dispunham de direitos políticos. Outra organização que merece destaque a atuação da Frente Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), fundada em 1922 por Bertha Lutz que também contava com a participação da fundadora do Guidismo no Brasil, Jerônima Mesquita. A atuação desta organização teve considerável repercussão no país em decorrência das estratégias e articulações realizadas por suas integrantes na esfera legislativa. (ver SOIHET, 2006). O feminismo liberal era composto majoritariamente por mulheres da classe média e elite, que dispunham de acesso à educação e vasto capital cultural. As principais críticas feitas ao feminismo liberal enfatizam que as demandas levantadas por este segmento restringiam-se às particularidades das mulheres das classes médias e elite. Reivindicavam direitos políticos a partir de negociações com as instituições burguesas sem criticar efetivamente o lugar de subordinação feminina em relação aos homens. Ademais não aglutinavam em suas lutas às necessidades das mulheres pobres e trabalhadoras Margareth Rago (1995/1996, p. 21) aponta que “as feministas liberais trabalhavam num alto nível de generalizações, fazendo das mulheres da elite e das camadas médias, que podiam ter acesso à cultura e à política. As responsáveis exclusivas pelo reerguimento moral da sociedade”.

feminino, possibilitou transmutações no comportamento das mulheres da classe média e elite³³. (PINTO, 2003, RAGO 1995/1996; HAHNER, 1981).

Frente a essas transformações que vinham ocorrendo acerca do papel tradicionalmente exercido pelas mulheres, há uma ampla reafirmação do discurso religioso católico sobre a crise moral da família, caracterizando a mulher, na sua condição de esteio das relações familiares, a responsável pela manutenção e organização do lar e do casamento. (AZZI, 1993, p. 104).

A partir das mobilizações em torno da questão religiosa no Bandeirantismo, em especial pelas bandeirantes judias, pode-se destacar um exemplo de certas “fissuras na estrutura” (ORTNER, 2006), na medida em que é possível perceber na prática dessas agentes, estratégias de negociação e articulação com disposições rígidas e fixas impostas pela instituição. (BOURDIEU, 2009). O embate empreendido pelas bandeirantes judias exprime uma forma de resistência frente à imposição de uma expressão religiosa dominante que reúne, a partir de uma maior legitimidade de suas crenças, um lugar de maior prestígio e destaque no “campo”, aqui compreendida as relações de gênero tecidas na Federação das Bandeirantes do Brasil.

Os embates em torno da questão religiosa estendem-se também à própria ala católica dentro da instituição. Parte considerável dos padres que atuavam no Bandeirantismo era originária de segmentos menos tradicionais da Igreja, como por exemplo, na “Ação Católica”³⁴, que defendia a participação e a responsabilidade da Igreja no processo de mudança social e política da sociedade. (MOTTA, 1988, p. 41-42).

A questão religiosa no Bandeirantismo é um pertinente exemplo para perceber as contradições que envolvem a instituição. Se o movimento era visto como ousado e inovador, uma vez que possibilitava às meninas e moças experimentarem outras formas de sociabilidade

³³ Devido às limitações desse trabalho, não serão discutidos com tanta ênfase os aspectos que envolvem o cotidiano das mulheres pobres e trabalhadoras tanto dos centros urbanos e do contexto rural, pois parto da prerrogativa que são muitas as particularidades que envolvem a trajetória desse expressivo grupo de mulheres. Tendo em vista que as mulheres que pertenciam ao Bandeirantismo eram majoritariamente pertencentes às camadas médias e elites, será dada maior ênfase às questões socioculturais vivenciadas por este extrato no período que corresponde ao recorte temporal desta pesquisa.

³⁴ Fundada em 1935, pelo Cardeal D. Sebastião Leme, a Ação Católica visava assegurar os interesses da Igreja junto às questões de decisão junto ao Estado. Segundo Maria Inez Motta (1988, p. 41), a ação Católica no Brasil foi implementada no país por forte imposição do Papa Pio XI, e através da adoção de um modelo italiano mais rígido, logo perdeu representatividade. Em 1950, a Ação Católica foi reorganizada por Dom Helder Câmara, segundo o modelo francês e belga que estabelecia uma postura mais aberta a outras organizações Católicas, como JUC e a JEC (Juventude das Universidades e das Escolas Secundárias). O grupo era dirigido por um grupo de padres jovens e progressistas que, na grande maioria, haviam se formado na Europa, onde a Igreja passava por reformas mais progressistas acerca do papel da Igreja na realidade social.

que não lhes eram permitidas no período, mantinha, porém, uma visão conservadora acerca dos papéis sociais que deveriam ser desempenhados pelas mulheres.

Sendo assim, embora as estratégias de resistência de alguns grupos no interior da FBB sejam de substancial importância – como a ação das bandeirantes judias e da ala católica mais progressista na instituição – não se pode perder de vista que a questão religiosa está atrelada a outras formas de “pacto” entre seus membros – como a disciplina, as normas de conduta e subjetivação dos corpos, que não foram superadas por essas estratégias e ações. Mesmo que tenha havido um empreendimento de modernização e ampliação da prática religiosa, a estrutura de organização do movimento estava solidificada em bases “tradicionais”.

Por ter maior prestígio e maior concentração de “capital” em sua manifestação “econômica”, “social” e “cultural”, a ala conservadora do Movimento Bandeirante impossibilitava que os setores mais progressistas pusessem por em prática as estratégias de transformação no interior da instituição. Somente no final dos anos 1960, sob a influência do Concílio Vaticano II, é que a FBB efetivamente se empenha em reformular a proposta do Bandeirantismo no país, não apenas em relação à prática religiosa, mas também em seu método educativo e organização institucional.

Devido ao elevado número de fontes institucionais e da complexidade das temáticas transversais que permeiam a análise realizada sobre o Bandeirantismo, optei por discutir tais elementos em subcapítulos, na tentativa de proporcionar uma melhor compreensão sobre as questões propostas. Nessa perspectiva, na subseção seguinte será discutida a influência do saber científico sobre a subjetivação dos corpos, e de que forma tais elementos estão fortemente ligados às representações de gênero difundidas pela Federação das Bandeirantes do Brasil.

3.3.2 A influência higienista e cientificista: a mãe como a maior aliada do saber médico

O “desejo da nação”, como salienta Richard Miskolci (2012)³⁵, demandava uma forma de modernidade autoritária no país, que sob a ameaça da degeneração da população buscava alcançar o progresso através de políticas higienistas e de branqueamento, fomentadas pelo incentivo à imigração europeia e ideias de civilidades importadas da Europa pela

³⁵ Richard Miskolci (2012, p. 35) denomina como desejo da nação “um projeto político autoritário conduzido por homens da elite visando criar uma população futura, branca e superior à da época, por meio de um ideal que hoje caracterizaríamos como reprodutivo, branco e heterossexual”.

inserção compulsória do Brasil na *Belle Époque* francesa. (CARVALHO, 1987, 1995; SEVCENKO, 1995).

A sociedade, idealizada mediante um modelo de modernização nacional, almejava um novo projeto de indivíduo, que associada à ideia de progresso e civilidade, contribuiria para a construção de uma nova ordem social. A herança de um Brasil agrário, com resquícios de um regime colonial marcado pela escravidão, personificava a miscigenação racial como o entrave para a modernização e desenvolvimento do país. A relação entre racismo e ciência é central na compreensão do projeto de nação fomentado pelas elites na passagem do século XIX ao século XX, pois:

O racismo chegou ao Brasil, na condição de ciência, nas últimas décadas do século passado; e o pressuposto determinista contido na ideia de raça aqui divulgada foi aceito pelos homens da ciência e incorporado ao discurso político. Também nesse nosso país tropical se manifestou a ‘vocação prática’ do racismo para planejar a nação um Brasil moderno, branqueado através do amplo incentivo à imigração europeia. Ideologias racistas como o darwinismo social, a antropossociologia (com sua ditadura do índice cefálico), a eugenia (enquanto proposta de “higiene das raças”), a antropologia criminal de Lombroso e Ferri, o rigor numérico da craniologia de Broca, dando respaldo antropológico às hierarquias raciais, até a década de 1920 tinham, para muitos o estatuto de ‘ciências’ e foram, desse modo, apropriadas por vários pensadores e cientistas brasileiros. (SEYFERTH, 1995, p. 179).

A autora ainda destaca que o ideário de raça no Brasil foi, contudo, “uma invenção peculiar”. Inspirada pelas várias vertentes deterministas raciais preconizadas por europeus e norte-americanos, respaldadas pela presunçosa visão da superioridade da civilização ocidental moderna, uma vez a mestiçagem e seus efeitos foi constituída como “o elemento central da interpretação orgânica da história do Brasil e das especulações acerca do futuro da nação”. (Ibid., 1995, p. 179).

Ancorada no discurso cientificista, que estabelecia critérios de hierarquização entre os grupos humanos, a questão racial começou a fazer parte do discurso de intelectuais e político a partir de meados do século XIX. O negro e o mestiço, sob o pressuposto de que seriam indivíduos incapazes de competir livremente no mercado de trabalho (GUIMARÃES 2002, 2004; SCHWARCZ, 1993, 1998), personificaram o “atraso” brasileiro frente ao progresso empreendido pelas nações europeias e americanas, predominantemente brancas. Aspectos como o processo escravista, a inacessibilidade à educação e as disparidades na distribuição de renda e de acesso ao poder, foram caracterizados como atenuantes de uma inferioridade

determinada pela miscigenação e racialização, negligenciado os fatores que, de fato, engendraram e sustentavam estas desigualdades.

A eugenia ligava-se ainda a outros marcadores de diferença para além da raça, como sexo e gênero. Nancy Leys Stepan (2005) destaca que a história frequentemente fazia alusão à relação entre eugenia e mulheres. Não obstante, consideraram essa relação passageira, sem determinar de fato um tema central. Essa omissão é surpreendente, segundo a autora, pois a novidade da eugenia como movimento social residia justamente no seu enfoque dado à reprodução humana como arena de atuação da ciência e das políticas sociais.

Os eugenistas preocupavam-se particularmente com as mulheres porque consideravam que a reprodução definia o papel social das mulheres, muito mais do que dos homens; além disso, as mulheres eram mais vulneráveis e socialmente dependentes dos homens, o que fazia com que a administração de suas vidas reprodutivo-hereditárias parecesse mais urgente e mais factível. Assim, as prescrições eugênicas recaíam diferentemente sobre os homens e as mulheres. (STEPAN, 2005, p. 18).

A eugenia, aliada a ideia de progresso promovida pelo positivismo, reafirma a ambiguidade acerca do discurso de superioridade feminina. A mulher é tida como um ser superior ao homem por sua força e possibilidade genitora de proporcionar filhos saudáveis à República. Ao mesmo tempo aspirava preocupações e cuidados por parte do saber médico, uma vez que a figura feminina era associada diretamente à fragilidade e dependência masculina, a imagem feminina consolidou-se como símbolo da República no país.

Sendo assim, a exaltação da superioridade feminina é equívoca, uma vez estava, de fato, centralizada na vida reprodutiva da mulher atrelando-a aos ideais eugênicos. O que estava em jogo não era o discurso de uma superioridade feminina, mas o reducionismo do gênero feminino ao seu sexo biológico.

De acordo com Richard Miskolci (2012, p. 24), o projeto político brasileiro pautado na ideia de raça³⁶, dependia do controle das relações sexuais. Os saberes hegemônicos

³⁶ É válido destacar a influência da teoria do branqueamento da raça e sua repercussão entre os intelectuais e políticos no Brasil e na Europa. Com base nas contribuições de Giralda Seyfert (1985), a teoria do branqueamento da raça, inspirada nas correntes deterministas europeias, foi elaborada pelo médico João Batista de Lacerda, considerado um dos primeiros antropólogos do país, no final do século XIX. A repercussão do discurso eugenista empreendido por Lacerda estendeu-se até a Primeira Guerra Mundial. A tese do branqueamento de raça foi apresentada pelo médico, sob a condição de diretor do Museu Nacional, no *I Congresso Universal de Raças* em Londres no ano de 1911. A teoria consiste em defender o branqueamento de raça através da mestiçagem. Em linhas gerais, a ideia de Lacerda propunha que a população brasileira buscasse branquear sua linhagem através de relações entre brancos e mestiços. Para o médico, se esse empreendimento obtivesse sucesso, em cem anos (em 2011) o Brasil seria um país de brancos e, conseqüentemente, almejaria o progresso. Outra questão de extrema importância levantada por Seyferth é de que, segundo Lacerda, as raças são

empenhavam-se em “identificar, classificar e criar meios de disciplinamento das uniões consideradas ‘indesejáveis’ segundo os valores da época”. Nessa perspectiva, o saber médico, fortemente influenciado pela medicina sanitarista, foi um imprescindível aliado dos ideais políticos em determinar uma moral sexual científica que preservasse a saúde e a higiene da coletividade.

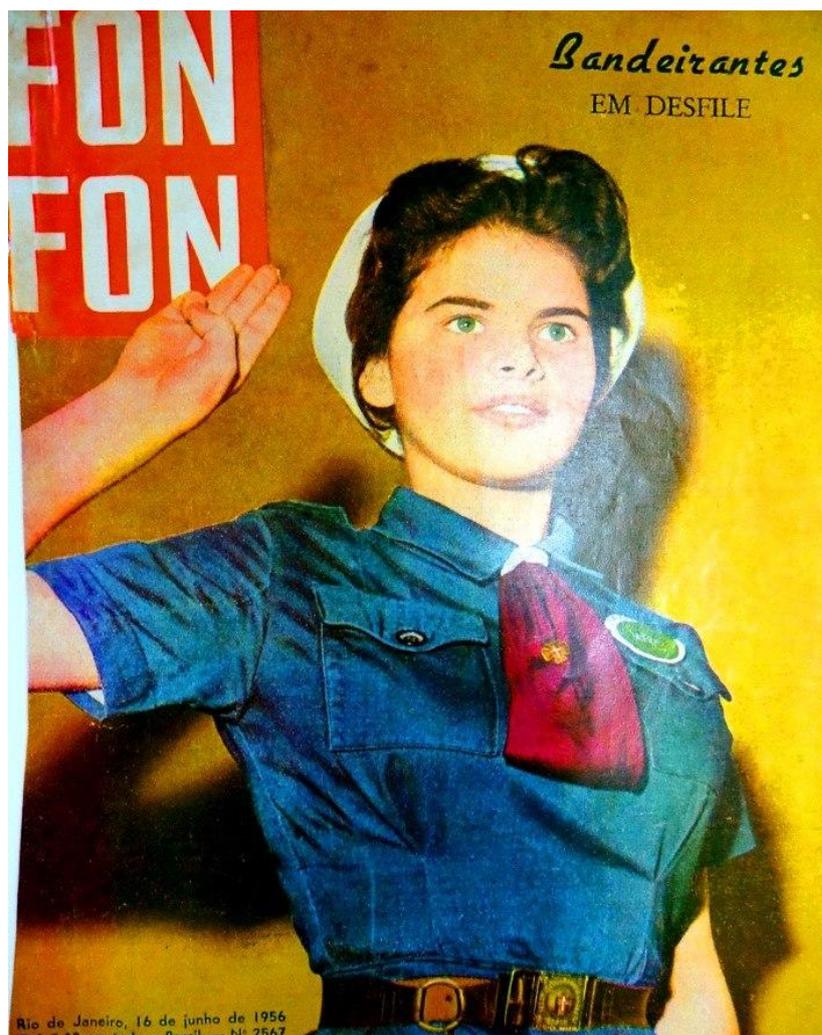


FIGURA 12 - Capa “Revista Fon -Fon” sobre o Movimento Bandeirante - Exemplar de 16 de junho de 1956³⁷.

todas iguais, entretanto, para o autor, algumas são “inferiores” por caracterizá-las como “mais atrasadas” ou “menos civilizadas”. A autora afirma que é sob essa lógica que a palavra “civilizar” passa a ser a grande justificativa da dominação colonialista, até mais do que “raça”, num contexto, no caso mais especificamente o do congresso, aparentemente neutro, cujo principal objetivo era a compreensão das questões raciais. (SEYFERTH, 1985, p. 84).

³⁷ Imagem consultada no Arquivo do Escritório da Federação de Bandeirantes do Brasil/RJ em junho de 2012. A imagem traz elementos que evidenciam a postura disciplinada da bandeirante e a representação de gênero difundida na instituição pelo Movimento: mulher, branca e higienizada.

O desejo de construção de uma Nação no Brasil estava associado à emergência de uma demanda de regulamentações modernas que respondesse às necessidades de uma sociedade que se urbanizava e se desenvolvia rapidamente. As amarras do Antigo Regime, monárquico e tradicional, eram um impasse ao projeto de modernização do país. O anseio nacionalista de progresso fundamentava-se no ideário de uma nação branca e higienizada que perpassava a ordem subjetiva e da sexualidade dos indivíduos.

No Brasil, a preocupação coletiva com a sexualidade emergia da intersecção de discursos políticos, científicos e literários sobre a nação brasileira que seguiam objetivos como o de branqueamento/civilização de nosso povo por meio de práticas claramente discriminatórias ou formas sutis de rejeição, disciplinamento e controle das relações íntimas, particularmente as afetivas e sexuais, conformadas ao ideal reprodutivo (portanto heterossexual), branco e viril. (MISKOLCI, 2012, p. 27).

Sob o ideário de civilizar o país a instituição familiar foi um dos principais alvos das políticas de controle da sexualidade e branqueamento da população. O casamento exerce, neste contexto, função primordial de subjetivação dos dispositivos de sexualidade (FOUCAULT, 2006). A figura da mulher exaltada pelo discurso positivista como um ser humano superior tem um papel central na organização e manutenção da família e, sobretudo é umas das principais aliadas na propagação da influência do saber médico no cotidiano das famílias.

De acordo com Jurandir Freire Costa (2004 [1974], p. 226), a higiene, em conformidade com sua função normalizadora e disciplinadora, não mudou a prática do casamento apenas sob a perspectiva da proibição àquilo que não condizia com a ordem política. Os valores patriarcais e religiosos não foram suprimidos, mas sim permutados por favores afetivos e sexuais. “A cada ato punitivo seguia-se um prêmio disciplinar de prazer”.

O discurso higienista criou normas rigorosas na escolha dos cônjuges, porém permitiam à população da elite e branca prazeres nunca antes experimentados (Ibid., 2004, p. 226). A sexualidade, centrada pela prerrogativa do amor romântico e o prazer conjugal, questão que era pouco relevante nas uniões conjugais até o século XIX, passou a ser o elemento ordenador na vida matrimonial.

A moral religiosa católica, que até então ordenava as relações afetivas do casal no período do Antigo Regime, condenava: em primeiro lugar, a sexualidade autônoma, que não buscava como fim, apenas a procriação; em segundo lugar, a sexualidade fora do matrimônio, que pretendia a satisfação sem responsabilidade; em terceiro lugar, a prática demasiada do sexo. O discurso higienizador desloca a problemática do sexo em outros aspectos, distinto

daquele defendido pela Igreja, que continuou a reprimir a irresponsabilidade e a gratuidade das relações sexuais, mas passou a valorizar a sexualidade do casal. (Ibid., 2004, p. 227).

A norma higiênica buscava sob a exaltação da afetividade do casal, a inibição do adultério para fins de conter a prostituição, e conseqüentemente, a proliferação de doenças. Estimulava o discurso sobre a vida sexual feminina e da busca pelo prazer como uma forma de inibir debilidades e problemas de saúde que pudessem comprometer a saúde dos filhos, que deveriam ser saldáveis e garantir o futuro do país.

Higienicamente, portanto, a ‘falta sexual’ no casamento não era o excesso, como na religião, mas a insuficiência. O casal medicalizado devia ser plenamente sexualizado. Do bom desempenho sexual dos cônjuges dependia a saúde dos filhos, a moralidade da família e o progresso populacional da nação. O direito individual de gozar tornou-se, para a higiene, uma obrigação cívica. Entretanto, a preocupação patriótica como o orgasmo familiar nada tinha de libertina. Na ordem médica ninguém gozava impunemente. A instigação ao prazer sexual era uma ponte, uma pura baldeação na viagem do casal ao país do ‘amor’. (Ibid., 2004, p. 229).

O amor foi defendido como um sentimento nobre, indispensável à vida conjugal. Mas, ao contrário do amor romântico, guiado por devaneios insensatos, o amor higiênico era pragmático. Estabelecia seu vínculo de forma indissolúvel à sexualidade e à procriação (SILVA, 2011, p.109). De fato, existia certa proximidade com o amor romântico, idealizado e candente, mas com certos limites, pois uma relação em que há amor sem sexo é apenas um delírio. A relação entre sexo e amor era fundamental, pois somente o sexo não permitiria ao Estado o controle da saúde da família por parte da fidelidade conjugal que asseguraria a proteção da prole.

Os motivos pelos quais o amor toma um lugar de expressiva centralidade no discurso médico podem ser justificados pelo fato de que o amor torna-se necessário à higiene porque era um dos poucos estandartes morais disponíveis para combater as amarras do patriarcado, resquício do Antigo Regime, que não estava de acordo com os anseios do projeto nacionalista brasileiro. Outro aspecto pertinente foi a utilização da promoção do amor romântico como estratégia de assegurar o padrão moral da vida familiar. “O amor tornou-se o substituto da ética religioso-patrimonial”. (COSTA, 2004, p. 232).

Ao analisar os periódicos e publicações internas da FBB, não encontrei nenhum artigo que discutisse a questão da sexualidade feminina. Possivelmente porque o material veiculado pela instituição era normalmente destinado ao público de todas as faixas etárias³⁸. Os aspectos

³⁸ Desde o início da pesquisa sobre o Movimento Bandeirante, ainda na graduação, a maior dificuldade encontrada foi trabalhar com a escassez de publicações acadêmicas sobre o assunto, pois trabalhar com as

que chegaram mais próximos a esta questão foram alguns artigos que discutiam a importância do casamento. Esses artigos eram em sua maioria escritos por padres que, assim como os higienistas, exaltavam a importância do amor romântico na união conjugal, mas sem fazer alusão à sexualidade e ao prazer feminino, como no excerto a seguir:

Casamento – lembra a casa, o lar, com os seus deveres, os seus encantos, as suas dores, mas também as suas alegrias incomparáveis. Quem casa, quer casa, diz o provérbio. Consórcio – sorte comum; esposo e esposa passam a ter, pela vida a fora, os mesmos sentimentos, numa tal igualdade de querer, que realizam a palavra divina – ‘dois numa só carne’. Matrimônio – aqui resplandece toda a beleza dessa união de duas almas afins, como se fossem ambas, duas metades que se fundissem para a feitura de um todo único, mas quantitativamente diferente – o filho. (SILVA, Padre A., 1944, p. 1714-175).

Ao passo que a sexualidade era um tema pouco explorado nos manuais produzidos pela FBB, a importância da amizade e do desempenho da função de mãe e esposa por parte da mulher (como elementos primordiais para o sucesso do casamento), mas do que um tema recorrentemente era também um ideal expresso entre as próprias finalidades do Bandeirantismo:

A F.B.B. tem por fim auxiliar a obra educativa da família e da escola por meio dos métodos criados por Baden-Powell. Artigo único – São fins da Federação:
 § 1º - Formar o caráter das jovens preparando-as para serem boas esposas, boas mães, boas donas de casa, honrando e contribuindo para a grandeza moral do Brasil.
 § 2º - Desenvolver nas meninas o espírito de iniciativa, hábitos de observação, alegria e sã consciência própria.
 § 3º - Promover o desenvolvimento físico.
 § 4º - Inculcar nas jovens os sentimentos de lealdade, de amor a Deus e de dedicação ao próximo. (FBB, 1945, p. 02).³⁹

Assim como o amor, que é abertamente enfatizado pela norma higiênica como componente fundamental para a manutenção do casamento, a amizade é também uma questão relevante às novas configurações que vinham ocorrendo na esfera doméstica e no casamento burguês. Em uma edição da revista *Bandeirantes* publicada em 1944, encontramos um artigo escrito pelo Padre A. Silva que também faz alusão à importância da amizade no casamento, pois:

publicações consiste em uma tarefa complexa porque no geral o material produzido pela FBB é direcionado a todos os ramos (secção por faixa etária). Apenas as publicações de caráter técnico e documentos fogem a esta característica.

³⁹ FBB, *Estatuto da Federação das Bandeirantes do Brasil*. Rio de Janeiro: FBB, 1945.

Enganam-se muito mal enganados os que pensam que basta o amor para a felicidade do matrimônio. Não, o amor aproxima, mas só amizade faz com que, durante a vida conjugal, se perdoem mutuamente os aborrecimentos, consequência inevitável da diferença dos caracteres, no tratado cotidiano. O amor é fogo, cujo natural é primeiro abrasar, depois esfriar e enfim extinguir-se; a amizade é o moderado calor que alimenta e prolonga, mesmo além da sepultura, o carinho, a dedicação, o amor conjugal. (SILVA, Padre A., 1944, p. 174-175)⁴⁰.

Para o historiador americano Christopher Lasch (1991), no século XX, entre as nações ocidentais o amor romântico deu lugar ao amor mais maduro e abrangente, que não se baseia apenas na atração física ou no casamento rentável financeiramente. A amizade, cuja relação com o amor é fundamental no discurso higiênico, reafirmava ainda mais a função exercida pela família de reduto impermeável frente à ferocidade e competitividade da sociedade capitalista.

Conforme já foi discutido nessa seção, as mulheres tem um papel fundamental no discurso positivista, mediante a ideia de uma suposta superioridade feminina. Esse discurso ganha ainda mais notoriedade ao eleger a mulher como aliada do saber médico, principalmente quando se trata da prevenção de enfermidade que possam surtir em ameaça para a saúde da família.

Nos artigos publicados pela FBB é notável a influência positivista, havendo sempre o cuidado em veicularem certas notícias de caráter científico. Em vários exemplares do periódico *Bandeirantes* na década de 1930, encontram-se artigos escritos pelo sanitarista Dr. Martinho da Rocha, nome de prestígio entre os médicos do Rio de Janeiro no período.

Embasado pela medicina higienista, sanitarista e pediatria, o aprendizado difundido às bandeirantes articula as contribuições da medicina com as práticas tidas como saudáveis que devem ser aprendidas pelas meninas e moças bandeirantes para que futuramente possam desempenhar da melhor maneira possível as atribuições de mães e esposas.

Para obter meninos sadios, cumpre orientar sua vida pelas modernas regras de higiene, sob as vistas de médico inteligente. Não é indispensável ocupar um pediatra. A puericultura previne moléstias; não visa curá-las. Admiro-me que pessoas leigas não tenham escrúpulos de dar, a cada passo, às crianças, purgativos e lavagens sem aquiescência médica, sabendo-se que em casos de apendicite, infecções intestinais, essas medidas, poderiam ser fatais. (FBB, 1932, p. 12-13)⁴¹.

⁴⁰ SILVA, Padre. A. O casamento. *Bandeirantes*, ano 16, Rio de Janeiro, FBB, p. 174-175, 1944.

⁴¹ FBB. O lar doméstico. *Bandeirantes*. Rio de Janeiro, FBB, ano 5, n. 1, p. 12-13, 1932.

Entre os artigos de Dr. Martinho da Rocha, destaca-se, o excerto a seguir, por sua conformidade ao caráter elitista que permeava a medicina sanitarista no período:

A família deve ter seu médico de confiança. Muito mais acerto será consultá-lo, ainda que por telefone, do que dar ouvidos à comadres, à vizinha, ao farmacêutico, etc. Admite-se transitoriamente uma medicação externa (banho, cataplasma, fomentação, sinapismo, etc.); mas dar à criança um remédio, sem ouvir seu médico, é um erro que a mãe moderna não deveria cometer. A administração do medicamento prescrito caberá à mãe. Não confiar esta mister à criada analfabeta, à vizinha curiosa ou à avó trêmula, incapaz de levar a cabo delicada tarefa [...] o papel da mãe no correr da enfermidade do menino é bem diverso do papel do médico: a esta compete reconhecer o mal e indicar os meios de dominá-lo. À mãe cabe executar o programa traçado e observar o que se passa, seja como acidente da marcha da moléstia, seja como efeito da medicação. (ROCHA, Dr. Martinho, FBB, 1932, p. 05-06).⁴²

Nessas publicações, a mãe é sempre relacionada como a guardiã do lar, responsável por zelar pela saúde e bem estar de toda a família, como uma aliada do saber da ação médica, que detém o conhecimento necessário para prevenção e manutenção da saúde familiar. Nas lições empregadas pelo Dr. Martinho da Rocha é percebido um lugar de classe (principalmente na menção feita à criada analfabeta) e de gênero (soma-se aqui a figura da mãe, avó e criada que ocupam lugares distintos na estrutura social), que estão intimamente ligados à própria conduta segregacionista da norma higiênica, como também vão ao encontro da postura propagada pelo bandeirantismo às meninas e moças socializadas na instituição: o papel da mulher burguesa, que de forma delicada e utilitariamente instruída tem a função de manutenção do lar.

De acordo com Miskolci (2012, p. 36), “ser branco e pobre era um oxímoro, por isso as classes populares eram vistas como ignorantes, imorais, e até ‘selvagens’”. As teorias e normas de higiene no espaço urbano e rural não buscavam contribuir para a melhora das condições de vida das classes subalternas, mas sim em edificar “um cordão entre elas e as classes altas”. O autor ainda destaca que:

Em outras palavras, é possível compreender as práticas higienizadoras como expressão indireta da recusa política de estender direitos políticos à massa, compreendida não como um ato político, antes como seu embrião a ser gestado segundo os valores de uma elite que, apenas no futuro, a transformaria em uma nação. (Ibid., 2012, p. 36).

⁴² ROCHA, Dr. Martinho. Como dar remédio ao filho doente? *Bandeirantes*. Rio de Janeiro, FBB, ano 5, n. 1, p. 05-06, 1932.

Segundo Costa (2004, p. 255), a reorganização da função social da mulher da passagem do antigo regime para o processo de higienização social operou em dois processos. Em um primeiro momento o processo de urbanização permitiu à mulher a participação no espaço urbano, desobrigando-a do confinamento do espaço doméstico. Posteriormente, reforçando a ‘estatização do indivíduo’ a norma higiênica realocou a mulher na ordem familiar, de forma convertida à importância do amor fiel na união conjugal e filial sob o respaldo do saber médico. Para o autor, “a mãe higiênica nasceu, portanto, de um duplo movimento histórico: por um lado, emancipação feminina do poder patriarcal; por outro ‘colonização’ da mulher pelo poder médico”.

Sendo assim a mãe higiênica, amante dos filhos e aliada do saber médico, reafirmou mais uma vez a sexualidade controlada empreendida às mulheres. Se de um lado a mulher deveria praticar o sexo com o intuito de manter a saúde e proporcionar uma prole saudável ao Estado, o discurso da mãe zelosa e cuidadosa reafirmava o papel da esposa restrita ao lar por seu destino biológico de procriar e ocupar-se da manutenção da família. Afinal, a representação do feminino pelo discurso higienista reduzia a mulher à suas particularidades biológicas, de forma determinista, enquanto corroborava para a fomentação do discurso de genitora em contraposição à prostituição e à mulher adúltera, vistas como ameaça à norma familiar e, conseqüentemente, uma cominação à saúde e ao progresso na Nação.

O ideal nacionalista, além do auxílio da norma médica e da exaltação da mulher como esteio da família, tinha também como aliadas a disciplina e o civismo. Tais elementos são fundamentais na compreensão do Escotismo e Bandeirantismo, seja pela própria influência da prática militar de Baden-Powell, como também da finalidade inicial dos *scouting* de formar cidadãos aptos a proteger o império inglês.

Quando se refere ao Movimento Bandeirante, essas questões apresentam-se de forma ainda mais delicada. Ao tratar-se de uma instituição feminina, a disciplina é vivenciada de forma muito mais tênue, pois não é percebida como tal, tendo em vista que o Bandeirantismo sempre teve como um das suas principais preocupações desvincular a imagem da instituição às práticas militares, como será discutido na próxima seção.

3.3.3 A questão da disciplina subscrita no Movimento Bandeirante

A bandeirante obedece prontamente, a seus pais, monitoras e chefes e outras pessoas a quem esteja subordinada. Cumpre as ordens recebidas com espírito de colaboração e alegremente. A sua obediência, para ser educativa, deve ser sem discussão, dando sua opinião após ter executado a ordem. Isso é disciplina. (FBB, 1947, p. 11 *apud* MOTTA, 1988, p. 81)⁴³.

Discutir sobre a questão da disciplina no Bandeirantismo, que logo se destaca como um dos elementos centrais para os leigos⁴⁴, que desconhecem as propostas da instituição, compreende uma tarefa muito dificultosa, justamente pela experiência que vivenciei na instituição. Ao realizar o exercício de lembrar-me das atividades realizadas, em um primeiro momento, esse não me traz memória de uma militarização ou disciplinarização muito marcante. A análise dos manuais e documentos mais antigos da FBB, correspondentes a um período em que não vivenciei o Bandeirantismo, trouxeram-me à tona outra forma de perceber a disciplina, mas ainda de maneira sutil, sem grandes exacerbações.

Ao refletir sobre o tema, sempre me vem à mente a questão da disciplina no Escotismo que, conforme as minhas lembranças e o contato que tive com diversos grupos, sempre foi muito mais marcante do que no Bandeirantismo⁴⁵. Segundo Miskolci (2012, p. 47), “há dois séculos, que o cidadão nacional se confunde frequentemente com o soldado e, durante o século XX, progressivamente também com outras identidades ‘masculinas’ como o trabalhador e o atleta”.

Seguindo o raciocínio do autor, somada às minhas experiências, aliar a questão da disciplina em relação ao Escotismo é algo muito mais evidente do que no Bandeirantismo, principalmente por se tratar de uma instituição balizada sob uma perspectiva de masculinidade atrelada aos resquícios de uma militarização, e de certo empenho, em fomentar um ideal de virilidade e de um heroísmo patriótico e nacionalista.

⁴³ FBB. *Segunda classe bandeirante*. Rio de Janeiro: FBB, 1947.

⁴⁴ Durante todo o processo de desenvolvimento dessa pesquisa, nas participações em congressos e simpósios na área das Ciências Sociais, corriqueiramente, ao expor a trajetória do Bandeirantismo e as questões que levanto, fui questionada à respeito da “militarização” do movimento. Porém esse questionamento não era feito a partir da exposição do objeto em si, e sim pela associação direta feita ao Escotismo, cuja visibilidade social está fortemente arraigada na perspectiva da militarização.

⁴⁵ A existência de uma disciplinarização rígida como a militar é veementemente negada entre os participantes do Escotismo. Discutir acerca de uma possível influência militar no Escotismo foge às pretensões desta pesquisa. Mas, além de partir do pressuposto de que exista, mesmo que de forma muito mais sutil do que nos anos iniciais no país, não se pode negar que a própria existência, tanto do Escotismo como do Bandeirantismo se devem ao empenho de Baden-Powell em por em prática seus conhecimentos adquiridos durante sua carreira militar para formação de jovens aptos à proteção do império inglês.

Com base nas leituras realizadas acerca da questão da disciplina (FOUCAULT, 2011) e sua estreita relação como o patriotismo (SILVA, MEDEIROS, VIANNA, 2000) na propositura de um projeto nacionalista (MISKOLCI, 2012; COSTA 2004), principalmente sobre a forma com que a mulher é representada pelo positivismo, de forma sublime e moralmente superior aos homens (CARVALHO, 1995), foi possível perceber que a disciplina (quando associada ao militarismo)⁴⁶, não é percebida entre as bandeirantes por ser esta uma característica associada aos homens⁴⁷. Entretanto, quando pensada no cotidiano da instituição, caracterizada sob a forma de regras de conduta, a disciplina é altamente valorizada como um elemento primordial à socialização e à vivência conforme os ensinamentos do Código de Leis Bandeirante.

Porém, a reflexão sobre o tema no Bandeirantismo levou-me a percepção de que a disciplina, contrariamente ao que é defendido pela instituição, efetivamente existe. Seja àquela associada ao militarismo ou às normas de conduta vivenciadas no cotidiano. O que, de fato, ocorre é uma leitura distinta acerca da disciplinarização conforme as representações de gênero que no caso do Movimento Bandeirante – como uma instituição voltada especificamente à formação educacional de mulheres – a disciplina atua de forma subscrita, sutil, como um mecanismo disciplinar cujo objetivo é a formação orientada pelas funções de organização e manutenção do lar que, estende-se nesse contexto ao Estado.

O projeto nacionalista buscava transformar o Brasil em um país higienizado, formado por cidadãos aptos a instaurar o progresso, entendido aqui os brasileiros brancos, das camadas médias e da elite. Era incutida aos homens e mulheres a ideia de desempenharem papéis distintos, respaldados às representações edificadas a cada gênero. Ao homem másculo e viril, personificado pela figura do soldado, cabia-lhes a proteção do Estado e desenvolvimento da pátria. Enquanto às mulheres, cabia-lhes a tarefa de dar respaldo a este projeto, empenhando-

⁴⁶ De acordo com as contribuições de FERRAZ (2000, p. 308), caracterizo como militarismo o poder da instituição militar ou parte dela sobre a sociedade civil, não restrita à atuação militar em si, mas todo o conjunto de ações, valores e princípios que refletem em outros setores da sociedade, como, por exemplo, instituições educacionais como o Bandeirantismo e Escotismo. Ferraz, Francisco C. A. et al. Militarismo. In. *Dicionário Crítico do Pensamento da Direita: ideias, instituições, e personagens*. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2000.

⁴⁷ Embora essa pesquisa tenha um enfoque histórico, a não associação do bandeirantismo a uma formação disciplinadora é ainda mais evidente na atualidade, principalmente pela forma distintiva como a instituição se organiza na atualidade, mais próxima à forma de ONG. Hoje, os traços de aproximação com o militarismo foram se afrouxados dando espaço a outras formas disciplinares, principalmente à sexualidade, sob um forte discurso médico de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis, como também à cidadania, através de um discurso ambientalista que estabelece normas de condutas e comportamento a questões ambientais e de participação política.

se na tarefa de manutenção do lar e socialização da família, Em relação ao papel da mulher na formação da República, José Murilo de Carvalho (1990, p. 93), salienta que⁴⁸:

Apesar da grande ênfase no papel feminino, apesar da declaração da superioridade da mulher sobre o homem, Comte acabava por lhe atribuir o papel tradicional de mãe e esposa, de guardiã do lar, pois era assim que a mulher garantia a reprodução da espécie e a saúde moral da humanidade. A política era tarefa menor que cabia aos homens. Não por acaso, as únicas mulheres que surgem no episódio da implantação da República, são as filhas de Benjamin Constant. Elas aparecem no papel clássico das mulheres: bordando a primeira bandeira republicana, idealizada pelos positivistas e desenhada por Décio Villares.



FIGURA 13- Quadro de Pedro Bruno “A pátria” – As filhas e esposa de Benjamim Constant costurando a bandeira da República⁴⁹.

Nessa perspectiva, a disciplina orientada no Movimento Bandeirante buscava a formação de meninas/mulheres aptas à manutenção das relações familiares. A subalternidade feminina, neste caso, não estava relacionada à figura da mulher submissa. Pelo contrário, a mulher almejada pelo Novo Regime havia se libertado às amarras patriarcais do Regime anterior. A mulher republicana era aliada da família e do Estado. Sua função subalternizava-se

⁴⁸ Embora José Murilo Carvalho destaque que a obra em questão seja de autoria de Décio Villares, a pintura “A pátria” foi criada pelo artista Pedro Bruno.

⁴⁹ Disponível em <http://museubenjaminconstant.blogspot.com.br/2012_10_01_archive.html>. Acesso em 13 jul. 2013.

por estar sempre nos bastidores dos acontecimentos. Educando-se, aprimorando-se para respaldar, através dos cuidados de mãe e esposa, orientados pelo saber médico, a trajetória de um projeto nacionalista personificado na figura masculina, branca e viril.

Se o Escotismo, e até mesmo o Guidismo, foram inicialmente idealizados com o intuito de formar jovens honrosos e aptos a proteger o Império Britânico, no Brasil a trajetória do Movimento Bandeirante permite afirmar que a instituição buscou corroborar para os ideais progressistas de tornar o país efetivamente em uma Nação. A centralidade da disciplina nestas instituições não é algo caracterizado de fora para dentro; de forma verticalmente hierarquizada. Trata-se de um pacto, orientado para o bom funcionamento e harmonia do grupo, como demonstra o excerto a seguir:

A disciplina tem um fim educativo, como tudo mais no bandeirantismo. O exercício da companhia, por exemplo, educa pelo desenvolvimento de qualidades de atenção, de controle pessoal, de obediência rápida. As diversidades de desenvolvimento o sentimento de independência. [...] A disciplina é ainda, para a bandeirante, uma questão de cortesia: todas se calam quando a chefe avisa pelo apito que tem algo a dizer e ouvem em silêncio. Onde não há disciplina, não pode haver educação democrática. Todos falam ao mesmo tempo e ninguém, por conseguinte é ouvido. A disciplina existe para que todos sejam ouvidos, e não para que ninguém fale. Essa distinção é muito importante e a chefe fará bem em se lembrar dela. [...] Desde que o objetivo da disciplina seja a educação, é preciso que as ordens sejam bem executadas, do contrário ele não é alcançado. Uma ordem dada e não cumprida, tem o efeito contrário, de deseducar. (FBB, 1946, p. 85)⁵⁰.

Se a disciplina surge em um contexto histórico específico, como salienta Michel Foucault (2011, p. 133), marcado pelo nascimento “de uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar suas sujeições, mas a formulação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente”, surge então, segundo o autor, uma “mecânica do poder” que vem a definir como se consegue obter domínio sobre os corpos alheios, não apenas para que esses façam o que quiserem, mas para que operem como se quer, com a eficácia que se determina.

Sobre a propositura de se produzir corpos dóceis, talvez o Movimento Bandeirante somada à sua atuação de formação de “boas mães e boas esposas, tementes a Deus e honrosas com a pátria”, expresse a eficácia da produção de corpos duplamente dóceis: seja pela disciplina, seja pela representação de gênero incutida em suas filiadas conforme os anseios nacionalistas do período:

⁵⁰ FBB. *Bandeirantes*, ano 18, p. 85, Rio de Janeiro: FBB, 1946.

Historicamente, o nacionalismo foi hostil ao feminismo, pois dependia de uma retórica da domesticidade em que as mulheres eram aceitas apenas como mães e cuidadoras dos cidadãos nacionais, compreendidos quase sempre como homens. Os heróis da nação eram ‘grandes homens’, de forma que o projeto nacional se revelava a um desejo masculino de domínio, luta e conquista em que, curiosamente, a nação, seu objeto era feminizada. (Miskolci, 2012, p. 46).

Com base na leitura dos manuais e publicações da Federação das Bandeirantes do Brasil, a disciplina na instituição é um dos elementos fundamentais na propositura de seu método de educação de “auxiliar a obra educativa da família e da escola por meio dos métodos criados por Baden-Powell, formando o caráter das jovens preparando-as para serem boas esposas, boas mães, boas donas de casa, honrando e contribuindo para a grandeza moral do Brasil”. (FBB, 1945, p. 02) ⁵¹.

Conforme essas informações, a disciplina incorporada à bandeirante não faz com que essas meninas/mulheres não se sintam colocadas em uma posição de subalternidade. Pelo contrário, faz com que se sintam produtoras e produtos da disciplina, para que sob o pressuposto de bem estar coletivo, possam agir em conformidade com o fato de que esperam, de forma ordenada, o mesmo comportamento de suas colegas, como na máxima sempre exclamada “uma vez bandeirante, sempre bandeirante! Uma por todas e todas por uma!”.

Foucault destaca a importância da disciplina no sistema capitalista como forma de potencializar o lucro obtido pela força de trabalho, que proporciona maior destreza e produtividade. Esses elementos estão articulados à norma higiênica, que aliada aos interesses do desenvolvimento capitalista possibilitou a execução do projeto nacionalista, tão desejado pelas elites. (MISKOLCI, 2012). A disciplina ainda exerce a função de “dignificar” aqueles que trabalham, de forma a excluir e categorizar todos(as) aqueles(as) que não se encaixam sob as condições ditadas pelo ritmo da fábrica.

Um dos elementos amplamente aprendidos no método bandeirante é a importância da vocação e dedicação empregadas nas tarefas diárias realizadas na instituição. A disciplina, no movimento, soma-se à influência religiosa, caracterizando o ofício do trabalho como uma forma de expressar obediência a Deus e ao progresso da Nação, conforme a Oração Bandeirante:

⁵¹ FBB. *Estatuto da Federação das Bandeirantes do Brasil*. Rio de Janeiro: FBB, 1945. Deixo claro, novamente que essa formação direcionada à educação para o lar é recorrente até os manuais da década de 1960. Não desconsidero que tais anseios ainda estejam presentes na instituição sobre outras facetas, como a “formação para a cidadania”, conforme o último estatuto da FBB de 2004.

Senhor,
 Fazei-me generosa e leal,
 Quero estar Semper Parata⁵² para vos servir como vós mereceis
 Para dar sem restrição,
 Para combater sem medo,
 Para trabalhar sem buscar descanso,
 Para despende de toda minha vida, servindo a Deus e a meu próximo
 Sem esperar outra recompensa
 Senão a consciência e alegria de estar cumprindo meu dever
 E fazendo a vossa vontade
 Assim seja.

Através de algumas publicações, percebe-se, ainda de forma mais evidente a relação entre trabalho e disciplina, como no o trecho a seguir:

A responsabilidade que exige a dignidade do trabalho pode resumir-se numa palavra amor. Sem amor não pode haver responsabilidade. Amor ao trabalho por vocação. Cada um de nós deve procurar o trabalho para o qual Deus nos dotou de aptidões [...] A primeira responsabilidade é trabalhar com alegria. O amor tudo suporta. Suporta a rotina, suporta as dificuldades, suporta o calor, suporta as irritações, suporta as exigências. É preciso levar para o nosso trabalho esse amor que vence todas as dificuldades; e elas surgem sempre, em qualquer atividade humana. A responsabilidade exige técnica. Aperfeiçoar-se nos novos métodos de trabalho para produzir melhor e mais, com menos esforços físicos. (FBB, 1949, p. 126)⁵³.

Foucault destaca em *Vigiar e punir* (2011) a importância da disciplina nas instituições escolares e a forma com que é empregada sobre mecanismos simbólicos que estabelecem um princípio de igualdade, através da utilização de agrupamentos em forma de filas e a utilização de uniformes. “As disciplinas, organizando as ‘celas’, os ‘lugares’ e as ‘fileiras’ criam espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos” (Ibid., 2011, p. 143). O autor destaca ainda que entre as principais operações engendradas pela disciplina destaca-se a configuração de multidões confusas em multiplicidades organizadas.

Nessa perspectiva, buscarei de forma breve apontar a forma com que o Bandeirantismo exprime a disciplina através de sua organização interna, de que forma as bandeirantes aprendem, desde os primeiros anos no Movimento, a desempenharem suas respectivas funções e a respeitarem a ordem e ensinamentos na instituição.

Por ser tratar de um recorte temporal restrito e de muitos anos atrás, não foi possível encontrar no arquivo da FBB os manuais correspondentes a esse período que pudessem trazer, de forma mais detalhada, aspectos da organização no Movimento Bandeirante. A exposição

⁵² Semper Parata é o lema das Girls Guides brasileiras. É um termo proveniente do latim que significa sempre alerta.

⁵³ FBB. Responsabilidade no Trabalho. *Bandeirantes*, ano 21, p. 126-127. Rio de Janeiro, 1949.

desses aspectos será feita através da leitura do *Plano de Reestruturação Institucional* (1969-1974) que, em algumas seções, faz menção a esses aspectos disciplinares e como foram sendo transformados após esse processo. E também através do trabalho de Maria Inez Motta (1988), que faz pertinentes citações destes elementos no referencial temporal referente a esta pesquisa.

Em geral, esses exercícios de aprimoramento foram repensados, no decorrer dos anos, para melhor se adequarem às demandas e necessidade recorrentes ao período de atuação dessas práticas. Mas como foram idealizados através dos ensinamentos de Baden-Powell, a gênese desses ensinamentos não se alteraram. Os dispositivos disciplinares reorganizam-se e aprimoram-se conforme as sujeições do referencial temporal e social a que se destinam.

O Bandeirantismo é organizado através de cargos e funções empregados tanto às crianças na fase de patrulhas como também entre as chefes⁵⁴. A presença da chefe é fundamental no aprendizado do método de educação Bandeirante. Estas divisões são compreendidas como um processo gradual de uma formação que se baseia no progresso das crianças na instituição. A respeito desta estratégia de organização seriada:

A colocação em ‘série’ das atividades sucessivas permite todo um investimento da duração do poder: possibilidade de um controle detalhado e de uma intervenção pontual (de diferenciação, de correção, de castigo, de eliminação) a cada momento do tempo; possibilidade de caracterizar, portanto de utilizar os indivíduos de acordo com o nível que tem nas séries que percorrem; possibilidade de acumular o tempo e a atividade, de encontrá-los totalizados e utilizáveis num resultado último que a capacidade final de um indivíduo. (FOUCAULT, 2011, p. 154).

Nas companhias, as meninas realizam atividades direcionadas à faixa etária em que se encontram. Os ensinamentos desenvolvidos pelo Bandeirantismo, baseados na Promessa e no Código Bandeirante, são os mesmos para todos os ramos, modificando-se apenas a abordagem e a abrangência dada conforme o processo de maturidade da criança. Em linhas gerais o propósito do Bandeirantismo é “formar o caráter da menina” (VILLAS-BOAS, 1946,

⁵⁴ Nesse período o Movimento Bandeirante era organizado em Distritos, composto por Companhias (atualmente denominados como grupos), formados por patrulhas (atualmente denominados por equipes). As companhias são grupos divididos por faixa etária (à divisão de faixa etária é caracterizada como ramo). As patrulhas eram divididas entre “fadas” (meninas de 06 a 10 anos de idade); “bandeirantes” (11 a 15anos) e “guias” (15 anos em diante). Atualmente, por ser misto, o grupo das fadas é denominado pelo termo ciranda que integra (meninos (magos) e meninas (fadas) de 6 a 9 anos. O grupo bandeirante foi dividido e dois ramos: b1 (bandeirante I) que reúne crianças de 9 a 12 anos e b2 (bandeirante II) que reúne crianças de 13 a 15 anos. O grupo de guias, o clã (conforme já foi mencionado na nota 16) é caracterizado como clã e é composto por jovens de 15 a 18 anos. Há ainda a fase de guia auxiliar GA que se caracteriza como um período de estágio (entre os 18 e 21 anos de idade), antes de o jovem passar a fazer parte do colegiado, grupo que reúne os adultos maiores de 21 anos no Movimento Bandeirante (FBB, 2008, p. 73). O termo chefe permaneceu na instituição até a reestruturação institucional ocorrida a partir de 1969. Atualmente é denominado como coordenador(a). Manterei o termo chefe ao invés de chefa em respeito á forma com que o termo é corriqueiramente mencionado nos manuais da FBB.

p. 10)⁵⁵, além de prepará-las para que futuramente possam atuar também como chefes repassando os ensinamentos de Baden-Powell.

Ademais, “sendo a disciplina um dos principais fatores para se obter o aperfeiçoamento, é indispensável que ela reine em todas as Companhias Bandeirantes. Cabe, pois, à chefe saber mantê-la” (FBB, 1932, 11). O exercício da chefia era uma posição comumente almejada entre as bandeirantes, pois ela exprime, para além da liderança, um vasto conhecimento sobre os ensinamentos de Baden-Powell e a organização do Movimento. Este princípio é caracterizado por Foucault (2011, p. 151) como “aprendizagem corporativa”, caracterizada por uma relação de dependência tanto individual e total em relação à figura do mestre, dado o conhecimento que esse dispõe sobre seus discípulos.

Na formação de patrulhas, que corresponde a subgrupos que compõe uma companhia, as meninas desempenham cargos e funções. A monitora é a aquela que lidera a patrulha e também desempenha a função de intercambiar questões de interesse das demais para a chefe da companhia. Geralmente esta tarefa é feita por uma menina que tenha mais experiência e tempo de vivência na instituição do que as demais. Há além da monitora, os cargos de sub-monitora, tesoureira, secretária, enfermeiro que são os mais importantes e ainda outros, como almoxarifado e costureira, desempenhados conforme a necessidade. O desempenho dos cargos, cuja eleição ocorre de forma democrática, e o exercício desses ocorrem em forma de rodízio. Tal método tem por objetivo o bem-estar de toda a patrulha como também proporcionar as bandeirantes o espírito de liderança e trabalho em equipe.

O funcionamento da patrulha em relação à companhia pode ser associado às novas demandas que a disciplina necessite atender, como o de “construir uma máquina cujo efeito será elevado ao máximo para articulação combinada das peças elementares de que ela se compõe. A disciplina não é mais simplesmente uma arte de repartir os corpos, de extrair e acumular o tempo desses, mas de compor forças para obter um aparelho eficiente.” (Ibid., 2011, p. 158).

Outro aspecto que exprime relações de disciplina na instituição é conquista de insígnias no decorrer da vivência no movimento. No período que compreende este recorte temporal, a bandeirante passava por três fases processuais de aprimoramento: adestramento (período de preparo que antecede a promessa), segunda e primeira classe⁵⁶. É interessante

⁵⁵ VILLAS-BOAS, Maria Julieta C. *O bandeirantismo: sua história e seu fim*. Rio de Janeiro: FBB, 1946.

⁵⁶ Atualmente estes estágios são caracterizados como aspirante, primeira e segunda etapa, de forma crescente, diferente da forma como era caracterizada no período, em que primeiro adquiria a segunda e depois a primeira classe. De acordo com Maria Julieta VILLAS-BOAS (1946), no período em questão a técnica de formação da bandeirante dividia-se em três estágios denominados como classe, tendo cada etapa um distintivo próprio. No

perceber a própria utilização do termo classe, que remete a uma estratificação dentro da organização. Além das insígnias de classe, há também as de especialidades, essas são distintivos representativos que a bandeirante é especialista em alguma tarefa. Em geral, as especialidades bandeirantes estavam associadas a habilidades relacionadas com a esfera doméstica ou de cuidados, como doceira, cozinheira, bordadeira, enfermeira, entre outras.

A entrega da conquista da insígnia, assim como o ritual da promessa é, em geral, realizada em cerimoniais, cujo objetivo é demonstrar às demais integrantes do grupo o êxito obtido pela bandeirante que tenha se destacado e conseguido almejar um distintivo conforme seu próprio esforço. Esse tipo de ritual “estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É por isso que, em todos os dispositivos de disciplina, o exame é altamente ritualizado”. (Ibid., 2011, p. 177).

Sobre tais aspectos, um dos elementos que mais evidencia esses dispositivos disciplinares é a utilização dos uniformes, no qual o Bandeirantismo exerce uma relação de ambiguidade no discurso de suas participantes. De acordo com Maria Inez Motta (1988), através dos depoimentos recolhidos entre mulheres que participaram do Movimento Bandeirante na cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 1945 e 1960, o uniforme é o elemento simbólico que melhor define o caráter elitista da instituição.

A utilização de três modalidades de uniforme no período - uniforme de campo, para os acampamentos; uniforme de reuniões (azul marinho), para as reuniões cotidianas; uniforme de gala (branco) destinado às cerimônias e solenidades - é constantemente destacada na fala das mulheres entrevistadas por Motta (1988). Para que a menina estivesse devidamente apresentável nas atividades, era comum possuir três exemplares de cada tipo de uniforme. Essa necessidade foi mencionada como uma das características elitista do movimento, devido ao alto custo de cada modalidade do uniforme.

Ainda sobre a questão do uniforme, por um lado, seu uso expressava um símbolo de distinção entre aquelas que eram ou não bandeirante. A afirmação realizada por Foucault (2011, p. 131) sobre a figura do soldado como “àquele que se reconhece de longe; que leva os sinais naturais de seu vigor e coragem as marcas também do seu orgulho”, muito se aproxima da representação simbólica construída sobre a importância do uniforme, que é caracterizado

período do adestramento a bandeirante aprende as leis, alguns nós e amarras e sinais de pista. Na segunda classe a bandeirante adquire noções de primeiros socorros, código Morse, 6 especialidades de observação da natureza. Na primeira classe a bandeirante está apta a conquistar as especialidades obrigatórias como primeiros socorros, enfermagem de crianças, costureira, entre outras. Neste estágio a menina chega ao auge da preparação técnica bandeirante. Constam de forma detalhada os itens necessários para a obtenção das insígnias de aspirante, segunda e primeira classe, conforme o anexo, página 181.

como o ‘cartão de visitas’ do Movimento, estabelecendo o primeiro contato que um(a) leigo(a) tem em relação à instituição:

As pessoas têm a tendência de julgar uma nação inteira pelo egoísmo de alguns indivíduos uma família toda pela má conduta de um dos seus membros; e uma organização inteira como a nossa por atos negligentes e descuidados de uma só pessoa. Com ou sem uniforme demonstre a todos que cortesia, delicadeza e outras qualidades fazem parte do Bandeirantismo. Para os ‘face-pálida’ você é o Bandeirantismo. (FBB, 1946, p. 76, grifo do autor).⁵⁷

Por outro lado, o uniforme é caracterizado tanto pela FBB como pelas próprias bandeirantes como algo que estabelece um princípio de unidade, o que impossibilita estabelecer distinção entre as próprias bandeirantes. Como aponta Motta (1988, p. 54):

O uniforme bandeirante é justificado na biografia produzida pelo Bandeirantismo (O Bandeirantismo. Sua história. Sua finalidade, 1948, p. 12-13) como um democrático nivelamento das meninas em conjunto. Assim, sendo o uso do uniforme obrigatório, todas as meninas apresentavam-se nas atividades bandeirantes como vestidas de forma idêntica, o que evitaria que o nível social/financeiro das bandeirantes se refletisse na forma de se vestir. De acordo com as entrevistas, esse objetivo era de certa forma, alcançado: o uso obrigatório do uniforme impedia que as meninas de nível social/financeiro inferior se sentissem ‘diminuídas’ perante as outras. (Grifo do autor).

A utilização do uniforme entre as bandeirantes estabelece, portanto, duas funções. A primeira reside na construção de um dispositivo distintivo em relação àquelas que não fazem parte do Bandeirantismo e, como tal, não compartilham dos mesmos ideais de obediência: a Deus, civismo e auxílio ao próximo, compreendidos como elementos que aloca a bandeirante em uma postura superior conforme seu caráter.

A segunda compreende, no interior da instituição, que o uniforme realiza a função de massificar, equalizar todas as bandeirantes, estabelecendo, desse modo, a igualdade, como dispositivo disciplinador, inibindo práticas difusas; imputando ao corpo esquemas de docilidade, exercendo sobre ele “uma coerção sem folga, de mantê-lo ao mesmo nível da mecânica – movimentos, gestos, atitude, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo”. (FOUCAULT, 2011, p. 132-133).

Em outras palavras, o uniforme reforça o sentimento de pertencimento às que estão fora das práticas institucionais, valendo-se como estratégia de estratificação e, para as que se

⁵⁷ FBB. Minha opinião sobre o uniforme. *Bandeirantes*, ano 18, p.76. Rio de Janeiro, 1946.

encontram inseridas sobre a lógica disciplinar, um mecanismo de igualdade, respaldado sobre o ideário de democracia.

Com base na leitura das publicações da Federação das Bandeirantes do Brasil, aliada às contribuições de Foucault (2011), é possível delinear que a dificuldade em perceber a influência disciplinar no Bandeirantismo resume a eficácia dos dispositivos disciplinares na instituição. O poder disciplinar é “aquele que se exerce tornando-se invisível, mas em compensação, impõe aos que submete um princípio de visibilidade obrigatória”.

Em geral, as publicações da FBB afirmam que a disciplina na instituição não é realizada de forma verticalizada através de um poder dirigido por superiores, mas é exercida com a anuência de todas. Isso porque a disciplina é posta em prática para o bem comum e o exame, que pode ser compreendido pelos ritos e cerimoniais, conquistas de insígnias e especialidades, são caracterizados como elementos que contribuem para uma melhora da qualidade das ações individuais, o que reflete na qualidade do desempenho do grupo.

A partir destas questões, percebe-se, de fato, a forma positiva em que os mecanismos disciplinares foram aplicados. A respeito da disciplina, Foucault (Ibid., 2011, p. 179) salienta que “é a técnica pela qual o poder, ao invés de emitir os sinais de seu poderio, ao invés de impor sua marca a seus súditos, capta-os num mecanismo de objetivação. No espaço que domina o poder disciplinar manifesta, para o essencial, seu poderio organizando os objetos”.

No decorrer dessas subseções busquei apresentar os aspectos simbólicos que envolvem as representações de gênero no Guaidismo no Brasil, atrelado ao pensamento social do período que remete-se o recorte temporal desta pesquisa. Por meio das questões levantadas, me propus a enfatizar o quanto a influência da religiosidade católica, da norma higienista e da disciplina estão intimamente ligadas ao pensamento de uma incipiente elite urbana, que emerge junto às novas práticas sociais do Novo Regime, baseadas na ideia de progresso e nacionalismo. Na próxima seção, buscarei, de forma breve, demonstrar os aspectos que edificam o *habitus* de classe vivenciado e difundido no Bandeirantismo desde sua fundação até a primeira metade do século XX.

3.4 O Movimento Bandeirante e a representação de um *habitus* de classe

As questões problematizadas nas subseções anteriores estavam intimamente ligadas a um projeto nacionalista fomentado pela ascendente elite brasileira. Conforme já fora apresentado no item (3.1) deste capítulo, o Movimento Bandeirante surge no início do século XX entre as camadas médias e a elite carioca e, como tal, expressava em seus objetivos, a manutenção dos interesses deste segmento de classe. Entretanto, como pude perceber, não apenas mediante a experiência que tive na instituição, como também através do exercício que envolve a pesquisa, houve por parte da Federação das Bandeirantes do Brasil um exaustivo esforço em encobrir os traços elitistas da instituição. Reafirmando, sempre que possível, que a participação no Movimento Bandeirante é aberta a todas, sem a distinção de credo, cor/raça e classe social.

Nos subitens (3.3.1) e (3.3.2) demonstrei, através da supremacia dos dogmas católicos e dos resquícios de uma política higienista de Estado que, de fato, a liberdade de credo e a possibilidade de participação de meninas negras e pardas foram praticamente inexistentes frente à hegemonia do catolicismo e branquitude na instituição⁵⁸.

Mesmo que o referencial empregado nessa investigação compreenda que as categorias de classe, gênero e raça, em muitos contextos operem de forma interdependente, como marcadores de exclusão social (BRAH, 2006), as questões levantadas nos subitens anteriores expressam em si, de forma articulada, marcadores reunidos a partir das relações de classe. Dessa forma, optei por discuti-las em uma seção à parte, justamente por caracterizar esses elementos não apenas como um marcador de diferença, mas como “uma subjetividade socializada”. (BOURDIEU, 1992, p. 101 *apud* SETTON, 2002, p. 63)⁵⁹.

Embora a FBB tenha durante o decorrer de suas atividades se esforçando veementemente para caracterizar que não há restrições enquanto o acesso e a participação, que em si já pode ser compreendido como uma forma de estabelecer uma distinção classe, na medida em que busca negar aquilo que se apresenta como óbvio, sua estratégia é falha. Os elementos simbólicos compartilhados e difundidos na instituição, além de demarcarem uma

⁵⁸ Na pesquisa realizada na graduação com senhoras que participaram do Distrito Bandeirante Assis nas décadas de 1960 e 1970 (CARVALHO, 2013), quando questionadas sobre o perfil das meninas que participaram da instituição, as entrevistadas afirmaram que não se lembram da presença de participantes que não fosse branca. Devida às particularidades da região Centro Oeste de São Paulo cuja imigração oriental é um traço evidentemente expressivo, as depoentes foram questionadas também sobre a presença de meninas/mulheres orientais, além das mestiças e negras, que, com base nos depoimentos, era também inexistente. Ademais, a prática do catolicismo era predominante entre as participantes.

⁵⁹ Pierre Bourdieu. *Pierre Bourdieu avec Lïc Wacquant; réponses*. Paris: Seuil, 1992.

posição de classe, estabelecem barreiras intransponíveis àquelas que não compartilham do mesmo “estilo de vida”.

Por se tratar de uma pesquisa cujo referencial teórico utilizado seja a noção de praxiologia empregada por Pierre Bourdieu (1983 [1978]), é necessário destacar que o conceito de classe do autor dialoga com aquele proposto por E. P. Thompson (1987)⁶⁰. Para o historiador inglês, por classe, entende-se:

Um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno *histórico*. Não vejo a classe como uma ‘estrutura’, nem mesmo como uma ‘categoria’, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. Ademais, a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. Como qualquer outra relação, é algo fluido que escapa à análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura. [...] A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam as identidades de seus interesses em si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma com que essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. (THOMPSON, 1987, p. 9-10, *grifo do autor*).

Tomando como referencial teórico as contribuições de Thompson (1987), o Bandeirantismo expressa os interesses de uma classe - burguesa - caracterizando-se como uma instituição que pudesse possibilitar às mulheres brancas, católicas e da elite, experiências que fosse além do espaço doméstico, da escola e da igreja. O Bandeirantismo propunha desse modo, anseios e conquistas que só eram compartilhadas e sentidas por mulheres desses segmentos.

Algumas práticas realizadas no espaço público, como caminhar sozinha e trabalhar (que em momento algum pude encontrar, entre as publicações, reivindicações desta natureza) já eram comuns às mulheres pobres, mestiças e negras e também às imigrantes, que desde as últimas décadas do século XIX ocupam-se nas frentes de trabalho, responsabilizam-se pela manutenção e sustento do lar. Entretanto, a conquista efetiva do espaço público nas esferas de

⁶⁰ Optei pela contribuição teórica do conceito de classe empregado por E. P. Thompson por dois motivos. O primeiro é pelo fato de que por ser uma pesquisa que utiliza as categorias de análise empreendidas por Bourdieu, considero interessante basear-me através da contribuição de autores que como Thompson, dialogue com as categorias empreendidas em sua obra. Segundo motivo, pelo fato de que a concepção de classe defendida pelo historiador inglês não ser uma categoria puramente abstrata e analítica. Caracterizada como um fenômeno histórico, a categoria de classe oferecida por Thompson vai ao encontro de umas das principais preocupações dessa pesquisa: não realizar uma leitura anacrônica que imputa aos sujeitos em questão demandas para além do referencial temporal.

poder, como a ocupação de cargos públicos e eletivos e dos espaços institucionalizado do saber - como as universidades - não havia ainda sido exercida pelas mulheres, em sentido plural.

Ademais, além da expressão de uma classe, o Bandeirantismo dá corpo a uma experiência de classe, vivenciada e propagada em termos culturais. O Movimento Bandeirante, envolto sob este referencial, vê-se na missão civilizadora de levar a consciência àquelas que, sob seus julgamentos, estão à margem dos valores e práticas sociais efetivamente valorativas, como demonstra o excerto a seguir:

Dar de comer, vestir, curar – não deixa o povo morrer – mas deixar de morrer não é viver. A finalidade do Bandeirantismo no meio operário é ensinar a viver. Se as classes mais bem nutridas e que se dizem bem educadas não sabem viver muito pior vivem as nossas meninas proletárias. À bandeirante que frequenta universidade, fala inglês ou discute problemas de psicanálise, o bandeirantismo ensina **a buscar** nas coisas simples a felicidade. À bandeirante que frequenta a fábrica, que ouve discutir preço do feijão ou tamanho do pão, o bandeirantismo ensina **a tirar** das coisas simples a felicidade. O fim é um só: educar o caráter. Somente os meios diferem. (FBB, 1946, p. 152, grifos do autor) ⁶¹.

Essa postura exercida pelo Bandeirantismo em relação às moças operárias estabelece aquilo que Rachel Soihet (2006) sinaliza como uma interpretação problemática sobre as necessidades engendradas por uma perspectiva de classe. Para autora, esse tipo de abordagem traz também a emergência de outros problemas, como a crença em uma vanguarda capaz de conscientizar de “fora para dentro”. Essa concepção recai na perspectiva de que uma vanguarda deve guiar a massa para que essa possa vir a conquistar sua consciência. Em outras palavras, reportando-se à crítica implacável do historiador Paul E. Thompson (1987), àqueles que se estabelecem como vanguarda e acreditam “saber mais do que a própria classe quais devem ser seus verdadeiros interesses”.

A presença de “distritos operários” no Bandeirantismo, antes do período que corresponde à reestruturação institucional nos anos sessenta, é um episódio até então desconhecido por mim até iniciar essa pesquisa, que ainda me traz certas incertezas, devido à falta de informações sobre o tema. A descoberta dessas “outras” modalidades de distritos bandeirantes foi possível através do trabalho de Maria Inez Motta (1988). De acordo com a autora, o Movimento Bandeirante como uma instituição de elite que defendia a participação

⁶¹ FBB. Bandeirantismo na classe operária. *Bandeirantes*, ano 18, p. 152. Rio de Janeiro, 1946.

livre, sem distinção de credo, cor/etnia ou raça, desenvolveu estratégias para que se mantivesse entre a alta sociedade, sem perder de vista sua faceta filantrópica.

Nos estatutos da FBB encontram-se passagens que afirmam que as meninas que formam uma companhia deveriam possuir o mesmo “nível cultural”. Nesse sentido, foi implementado um outro tipo de companhia, denominada: “Companhia de Bandeirantes Proletárias” ou “Companhias de Bandeirantes Operárias”. Motta destaca em seu trabalho que entre as entrevistadas, tais companhias foram diversas vezes citadas como “companhias de um nível não muito bom”, “companhias compostas por pessoas de um nível social mais baixo, com muita gente de cor”, deixando sempre claro que nas companhias frequentadas por meninas de elite o nível de aprendizagem e vivência do bandeirantismo era melhor. (MOTTA, 1988, p. 46-50).

A Federação das Bandeirantes do Brasil sempre enfatizou os esforços realizados em prol das meninas mais necessitadas, para que essas pudessem participar das atividades e acampamentos sem estabelecer nenhum tipo de distinção entre as bandeirantes. Entretanto, é perceptível que os mecanismos de distinção que operavam no interior do movimento não se expressavam pelo acesso, mas pela forma com que as meninas e mulheres da elite julgavam o estilo de vida das bandeirantes operárias, como no fragmento a seguir:

A menina proletária não tem a mínima noção de higiene ou de economia, não tem engenho para transformar um pedaço de pau em cabide, um chitão em cortina. Ela não sabe comer, não sabe se divertir [...] O nosso povo vive para passar o tempo, por isso não reage. Se luta é apenas para aumentar o ordenado, porque o preço das coisas subiu; quase nunca para melhorar suas condições de vida. Como vemos, o que falta ao nosso povo são escolas adequadas, escolas que ensinam menos teorias e mais prática; a garota sai das escolas sabendo multiplicação, história do Brasil, história da bomba atômica, poesia de Castro Alves, feitos de presidentes semi-eternos, no entanto, coser, plantar, cozinhar, arrumar uma casa, tomar banho escovar os dentes, comer; isto não se aprende nas escolas. A única diversão que nossas meninas tem é a dança no clube, o namoro e o cinema. É aí que a menina operária encontra com sua irmã da universidade: a diversão é a mesma. (FBB, 1946, p. 152)⁶².

Nesse trecho é perceptível a distinção feita entre as bandeirantes das companhias de elite e as bandeirantes do subúrbio. À primeira cabe a missão civilizadora de trazer o esclarecimento à “irmã” operária, que não dispõem de autonomia de sua própria vida. Há ainda, uma crítica feita ao sistema educacional público que ensina as moças operárias conteúdos como literatura e cultura geral. Estas modalidades de ensino são defendidas, como

⁶² Ibid., 1946, p. 152.

inúteis à realidade das bandeirantes do subúrbio, como se essas não pudessem dispor de uma formação humanística como àquela usufruída pelas moças da elite.

É sob a forma de oposição entre a competência – saber, a própria palavra o diz, que implica um poder – é a incompetência, entre o domínio prático e o domínio teórico, conhecimento dos princípios e dos discursos de acompanhamento, que eles sentem concretamente seu desapossamento. Dominados pelas máquinas a que eles servem e por aqueles que detêm os meios legítimos, isto é, *teóricos*, de dominá-los, eles reencontram a cultura (na fábrica como na escola, que ensina o respeito pelos saberes inúteis e desinteressados) como um princípio de ordem que não tem necessidade de demonstrar sua utilidade prática para ser justificado. (BOURDIEU, 1976, *apud* Ortiz, 1983, p. 100) ⁶³.

A relação que os membros das classes populares mantêm com a cultura dominante não é diferente daquela mantida com seu universo de trabalho. Excluídos da propriedade dos instrumentos de produção, a classe trabalhadora é também desapossada dos instrumentos de apropriação simbólica das máquinas que eles servem. Nessa perspectiva, para reafirmar o lugar de classe destas meninas e moças, na condição de subalternidade, afirma-se que a inadequação do ensino exprime-se pelo fato de não ensinar as tarefas destinadas normalmente a esta classe - trabalho doméstico e o ofício das fábricas, para que possam manter uma perpetuação das estratificações de classe.

É possível perceber uma distinção clara àquilo que Bourdieu (1976, *apud* Ortiz, 1983, p. 97) ⁶⁴ caracteriza como estilo de vida, que está representado por um conjunto de propriedades que cercam os indivíduos e os grupos, através de objetos de consumo e práticas que manifestam sua distinção em relação às classes populares. Os representantes da cultura dominante, através das distintas formas de capital adquirido (cultural, social e econômico), estabelecem-se como os possuidores da verdadeira distinção, ao firmarem seus gostos e estilo de vida como legítimos e dominantes:

A nossa menina da fábrica aprende a complicar a vida; ela também vai ao cinema, ela também quer imitar as falsas perfeições do cinema prefere comprar esmalte de unhas, batom e rouge a um bom sabonete; prefere um sapato de dois andares cheios de curva a um sólido sapato que possa durar mais e assim vai até chegar ao barracão onde mora (FBB, 1946, p. 152).

⁶³ , P. Goûts de classes ET styles de vie. Actes de La Recherche em Sciences Sociales, n. 5, out 1976, p. 18-43. In. ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: ática, 1983, p. 100.

⁶⁴ *Ibid.*, 1983, p. 97.

Além das companhias de elite e operárias, de acordo com Motta (1988, p. 56) foi possível descobrir através dos depoimentos realizados em sua pesquisa que havia no final da década de 1950, outra modalidade de companhia no Bandeirantismo denominada como “Joaninhas”. Esse grupo funcionava como um Movimento à parte, dispondo de outra nomenclatura e uniforme. As meninas que pertenciam a esta modalidade de Bandeirantismo moravam em favelas cuja condição de vida estava aquém daquela equivalente a de uma família operária.

O desconhecimento desse tipo de facção no interior do Bandeirantismo reforça o caráter elitista da instituição. O grupo das Joaninhas era organizado a partir da ação voluntária de bandeirantes dos grupos de elite que iam prestar serviços assistencialistas às meninas desfavorecidas, sem permitir que essas se tornem efetivamente bandeirantes.

Um dos principais elementos que legitimaram o Bandeirantismo no Brasil na primeira metade do século XX foi sua organização voltada à formação moral de meninas/mulheres para além do espaço escolar e doméstico. Caracterizando-se como um movimento de elite, era necessário para a própria manutenção de seu *habitus* de classe, um mecanismo que mantivesse sua estratégia assistencialista sem que, de fato, possibilitasse a inserção de menina menos favorecidas.

Embora algumas bandeirantes não dispusessem de recursos necessários para custear as atividades bandeirantes e dependessem do auxílio financeiro empregado pela instituição, estas meninas compartilhavam dos mesmos capitais, mesmo que, sob a forma adquirida (aquisição tardia), através do vínculo incorporado pela participação em distintos espaços de socialização, como por exemplo, a igreja, a escola as atividades de lazer.

Já as bandeirantes Joaninhas exprimiam um abismo de classe em relação às meninas que dispunham de capitais aprendidos tanto naturalmente, por seu lugar de origem, como também entre aquelas que os apreenderam de forma tardia. Em outras palavras, conforme os já referidos estatutos, as companhias bandeirantes deveriam ser formadas por meninas que dispusessem do mesmo nível cultural, entendido aqui como um *habitus* de classe.

Nessa seção empenhei-me em apresentar, aliada às discussões realizadas no decorrer do capítulo, os aspectos que reúnem um *habitus* de classe no Movimento Bandeirante, que ganhou notoriedade no país como um movimento de elite. No próximo capítulo, que encerra esse trabalho, discutirei os aspectos da reestruturação metodológica, que tinha como um dos elementos centrais popularizar o acesso e transformar o Bandeirantismo em um movimento

mais envolvido às questões sociais. A partir daí, buscarei compreender efetivamente se o Movimento Bandeirante possibilitou ou não a realização destas transformações.

CAPITULO IV

“A REVOLUÇÃO BRANCA DAS BANDEIRANTES”¹: CONSIDERAÇÕES SOBRE A REESTRUTURAÇÃO INSTITUCIONAL (1969-1974)

“O homem é um ser livre e criador. Ele é responsável por seu projeto de vida, por seu próprio crescimento. O homem é sujeito, é o agente desse processo de desenvolvimento. Uma vez admitido isto, não se tem o direito de impor ideias, normas e padrões de comportamento a ele.” Atento à renovação mundial dos padrões morais, sociais e religiosos, o bandeirantismo nacional decide escapar dos limites estreitos dos acampamentos ao ar livre. Ser bandeirante – moça ou rapaz – é, hoje, integrar-se num ousado e permanente exercício da liberdade total. É, sobretudo, ajudar a fazer explodir uma revolução em favor do homem. (NORONHA, 1968, p. 37)².

Em tempo de completar cinco décadas de atividades no país, a Federação das Bandeirantes do Brasil passa por um processo de reestruturação metodológica. No ano de 1967, foi realizado um Conselho Nacional que tinha como objetivo pesquisar e analisar o Movimento Bandeirante. Esse trabalho foi realizado por uma equipe técnica interdisciplinar que reunia membros da FBB como também pedagogos(as) e sociólogos(as) que apresentaram um diagnóstico sobre a instituição.

Esse diagnóstico prévio serviu de base para a realização do “Treino de Fortaleza”, evento que contou com cerca de 400 bandeirantes de todos os níveis e regiões do Brasil. O encontro serviu como uma forma de por em práticas as primeiras ações referentes à pesquisa preliminar. Nesse processo, foi adotado inicialmente para a direção da FBB o regime de “Colegiado”, que teve como elemento principal de mudança, a diminuição da idade média dos membros do Escritório Nacional. Nesse modelo experimental, a diretoria que passou a integrar o Colegiado mantinha ainda a faixa etária entre 40 e 50 anos. Entretanto, a Equipe Técnica de Estudos foi composta por membros entre 20 e 30 anos, que resultou em uma participação mais efetiva de jovens nos centros das decisões. (FBB, 1989, 06)³.

¹ NORONHA, Maria Luisa. *A revolução branca das bandeirantes*. Rio de Janeiro, Revista o Cruzeiro. 14 dez. 1968, p. 37-39. O termo “Revolução branca das bandeirantes” foi retirado do título de uma matéria veiculada pela revista O Cruzeiro. A matéria discute a reformulação institucional realizada pela FBB, caracterizando-a como uma “revolução branca” por seu caráter pacifista, sem conflito armado, ao propor um novo plano de ação institucional voltado a uma relação mais estreita com as mudanças sociais que vinham ocorrendo na sociedade brasileira.

² Ibid., 1968, p. 37.

³ FBB. *Bandeirantismo, uma jornada de 70 anos*. Bandeirantes, Rio de Janeiro, ano 53, n. 1, p. 2-8, jan/fev. 1989.

O trabalho em conjunto do Colegiado e da Equipe Técnica de Estudos⁴ cumpriu a finalidade de estabelecer estratégias que propusessem aprovação do projeto de reformulação do programa, que tinha como intuito assegurar o processo contínuo de estudos e estratégias que seriam testadas sob a finalidade de propiciar uma maior flexibilidade dentro do Programa Bandeirante, proporcionando, deste modo, maior autonomia e protagonismo das jovens na instituição e também, viabilizar uma maior integração com a comunidade. (Ibid., 1989, p. 06).

Com base nas publicações da FBB, a reestruturação institucional foi pensada como uma estratégia de transformação necessária à educação da juventude do período, que devido às mudanças sociais que ocorreram na década de 1960, não se identificavam mais com o método bandeirante em exercício, cujos princípios institucionais estavam em vigor desde sua implementação no país durante a década de 1920. Na seção seguinte, buscarei apontar alguns dos diversos acontecimentos ocorridos nos anos 1960 que contribuíram para impulsionar as mudanças ocorridas no Bandeirantismo.

4.1 Os aspectos histórico-sociais da década de 1960 e a influência dessas transformações no comportamento da juventude no Movimento Bandeirante

O contexto social após a Segunda Guerra Mundial é marcado por profundas e aceleradas mudanças no Ocidente. Nesse período, o mundo assiste à transformação acelerada da hegemonia econômica americana, intensificada durante os conflitos na Europa, e a ascensão de novas configurações na política internacional que impulsionaram a Guerra Fria. Sob esse contexto, emergiram novas tendências políticas e culturais que modificaram significativamente a forma com que os grupos sociais se relacionavam e compreendiam o mundo. (ADELMAN, 2004, p. 23).

No chamando terceiro mundo, ocorria uma grande onda de resistência à dominação colonial. A porta-voz dessas mudanças e da produção intelectual periférica desses países era a sua juventude, que por meio do acesso privilegiado às novas formas de “capital cultural” desenvolvidas no Ocidente, exprimiam os anseios por mudanças e a superação de antigas relações de poder. (Ibid., 2004, p. 24).

⁴ O Colegiado e Equipe Técnica de Estudos da FBB tiveram como representantes: Andréa Mandim, Maria Luiza de Vasconcellos, Therezinha Frame Vera David de Sanson.

Para o historiador inglês Eric Hobsbawm (2003, p. 314), tais modificações ocorridas no Ocidente impulsionaram aquilo que é caracterizado como uma “revolução cultural nos costumes”. O autor destaca ainda que “a melhor abordagem dessa revolução cultural é, portanto, através da família e da casa, isto é, através da estrutura de relações entre os sexos e as relações”. A cientista social Mirian Adelman (2004, p. 26), ao dialogar com o Hobsbawm, salienta que o historiador inglês percebe nesse contexto, “a culminação de uma revolução social e cultural na qual, junto com o surgimento de novos grupos de jovens que tomaram a dianteira no cenário político e cultural. Houve um declínio no poder social e nas formas históricas de organização das massas operárias”. A autora afirma que, embora essas transformações na dinâmica do capitalismo sejam de central importância, não se pode deixar de considerar que o mesmo processo de mudança trouxe à cena social e política, novos grupos que até então não eram ouvidos.

A dinâmica capitalista que ele (Hobsbawm) identifica como responsável pelas mudanças demográficas, sociais e econômicas nestas relações sociais também conduziu ao declínio de das instituições sociais como a família e a religião que formavam a base dos laços de sociabilidade da população trabalhadora, produzindo – segundo ele – profundas fissuras nas comunidades e uma verdadeira *sociedade anômica*, que deixou como legado o triunfo de uma nova forma de individualismo. [...] Do meu ponto de vista, estas novas formas de subjetividade, que na verdade emergiam de um contexto altamente politizado, devem ser entendidas a partir de uma outra perspectiva: aquela que resgata para os processos históricos a criatividade, a *reflexividade* e o caráter estruturante da cultura. (ADELMAN, 2004, p. 26).

Frente a esse intenso cenário de mudanças que mobilizou distintos pontos de vista sobre os mesmos fatos ocorridos, em relação ao objeto em questão, caracterizo, para além da revolução cultural no Ocidente, dois outros eventos que estão intimamente ligados às transformações ocorridas no Movimento Bandeirante: o Concílio Vaticano II com a sua proposta de abertura da Igreja e o movimento feminista, que via na descoberta da diferença feminina, enquanto diferença de gênero, a grande marca distintiva da “segunda onda” da produção intelectual feminista no final da década de 1960. (PIERUCCI, 2007, p. 30).

Concluído sobre o papado de Paulo VI, o Concílio Vaticano II representou um momento de importantes reformas na Igreja. Diferentemente dos Concílios anteriores, cujo objetivo centrava-se mais em definir aspectos morais e condenar heresias, o Concílio

Vaticano II⁵ teve como elemento norteador, estabelecer uma participação mais ativa da fé católica na sociedade, ao traçar estratégias em que a Igreja refletisse efetivamente sobre sua responsabilidade frente às transformações sociais no mundo contemporâneo.

Certamente, a missão própria confiada por Cristo à sua Igreja, não é o da ordem política, econômica ou social: o fim que lhes propôs é, com efeito, de ordem religiosa. Mas desta mesma missão religiosa deriva um encargo, uma luz e uma energia que podem servir para o estabelecimento e consolidação da comunidade humana segundo a lei divina. E também, quando for necessário, tendo em conta as circunstâncias de tempos e lugares, pode ela própria, e até deve, suscitar obras destinadas ao serviço de todos, sobretudo dos pobres, tais como obras criativas e outras semelhantes. (Cf. Pio XIII, 1956, p. 212 apud, *Constituição Pastoral do Concílio Vaticano II sobre a Igreja no mundo de hoje*, 2003, p. 55)⁶.

Nessa perspectiva, o Concílio não tinha a intenção de estabelecer novos paradigmas, mas buscava fundamentar as bases para uma ação pastoral distinta, criando outras possibilidades de interpretar e viver os dogmas católicos frente às demandas do mundo moderno, sem perder de vista o compromisso com a tradição. De acordo com Janice Albuquerque (2010, p. 54), além de representar um marco histórico da abertura católica à renovação e a uma maior liberdade e compromisso com os pobres, o Concílio Vaticano II permitiu que, fossem elaborados documentos que abordassem questões pertinentes à condição da mulher, sua sexualidade e relação familiar, elementos que contribuíram para a organização feminista no Brasil.

O feminismo que eclode na Europa e nos Estados Unidos entre as décadas de 1960 e 1970, está diretamente relacionado com toda a efervescência política e cultural que essas regiões do globo experimentaram na época. No Brasil, o cenário era visivelmente distinto. Essa particularidade do contexto social brasileiro permite questionar os limites da revolução cultural no país. Entretanto, embora não queira estabelecer um critério comparativo, justamente por compreender que tais mudanças foram mais intensas na Europa e nos Estados Unidos, saliento que, mesmo de uma maneira mais branda, não há como desconsiderar as influências de tais acontecimentos no Brasil.

⁵ Os concílios consistem em assembleias compostas por prelados católicos que tem como objetivo deliberar questões de doutrina eclesial. Convocado inicialmente pelo Papa XVIII no final do ano de 1961, o Concílio Vaticano II⁵ foi realizado durante quatro sessões entre os anos de 1962 e 1965 reunindo cerca de 2000 prelados. Teve como objetivo principal discutir as responsabilidades e ações da Igreja frente às novas demandas sociais do período. Os concílios são nomeados a partir do local em que foi realizado seguido do número de vezes em que ocorrera em um determinado local. O Concílio em questão recebe esse nome por ter sido realizado no Estado do Vaticano pela segunda vez.

⁶ GAUDIUM ET SPES: *Constituição Pastoral do Concílio Vaticano II sobre a Igreja no mundo de hoje*. 13 ed. São Paulo: Paulinas, 2003.

Na questão política, havia o enfrentamento violento de dois campos ideológicos díspares. De um lado encontrava-se a ala conservadora, representada por partidos liberais como a UDN (União Democrática Nacional), os grandes latifundiários, empresários e a classe média. De outro, encontrava-se a esquerda, que tinha como base política ação dos partidos nacionalistas como o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e os clandestinos ligados ao comunismo. O apoio da sociedade civil era dado pelo operariado urbano, organizações camponesas, intelectuais, estudantes e a ala mais progressista da Igreja Católica. Esses conflitos resultaram no Golpe Militar em 1964, um longo período marcado por cassações de direitos políticos, censura e prisões arbitrárias. (PINTO, 2003, p. 42).

Célia Regina Pinto (2003, p. 43) sublinha que, diferentemente daquele feminismo que despontou na Europa e Estados Unidos, envolvido por um clima de efervescência política e da revolução dos costumes, o feminismo no Brasil surge em um cenário de condições políticas específicas, que influenciaram substancialmente o desenvolvimento e a ação desse grupo no país. Outro fato importante lembrado pela autora é a ação anterior de grupos de mulheres das classes média e popular que não se organizavam em prol de lutas contra as opressões femininas, mas a partir da própria condição de mulher, defendendo a posição de donas-de-casa, esposa e mãe como formas de agir no mundo público através de organizações pastorais, pela anistia entre outros.

A respeito da particularidade política em que surge o feminismo brasileiro, Cynthia Andersen Sarti (2004, p. 36), afirma que:

Embora o feminismo comporte uma pluralidade de manifestações, ressaltar a particularidade da articulação feminista brasileira como o momento histórico e político no qual se desenvolveu é uma das formas de pensar o legado desse movimento social, que marcou uma época, diferenciou gerações de mulheres e modificou formas de pensar e viver. Causou impacto tanto no plano das instituições sociais e políticas, como nos costumes e hábitos cotidianos, ao ampliar definitivamente o espaço de atuação pública da mulher, com repercussão em toda a sociedade brasileira.

Não pretendo fazer uma análise profunda do feminismo brasileiro e suas múltiplas formas de ação. Embora seja um assunto fundamental aos estudos de gênero, nesta pesquisa não há como realizar uma discussão abrangente à altura da importância da mobilização dos diversos grupos de mulheres que compuseram o plural feminismo brasileiro. Uma leitura generalizante sobre a ação desses grupos poderia acarretar em considerações “essencialistas”

que comprometeriam não apenas a qualidade do trabalho como também a ação histórica dos grupos.

O intuito de trazer algumas das particularidades que envolvem o feminismo brasileiro é demonstrar como a ação de mulheres, em diferentes frentes e bandeiras, influenciou a Federação das Bandeirantes do Brasil a incitar mudanças em sua ação institucional e educativa. Acerca da pluralidade do feminismo, Adriana Piscitelli (2002, p. 02), afirma que:

O pensamento feminista, como expressão de ideias que resultem da interação entre desenvolvimentos teóricos e práticos do Movimento Feminista, está longe de constituir um todo unificado. No entanto, apesar de importantes diferenças presentes nas diversas vertentes desse pensamento, as abordagens desenvolvidas após finais da década de 1960 compartilhavam de algumas ideias centrais.

Em uma perspectiva política, as feministas alegavam que as mulheres ocupavam lugares sociais subordinados em relação aos homens. A subordinação feminina era pensada como algo variante e associada às particularidades históricas e culturais. Entretanto, embora apresente particularidades, a subordinação feminina era pensada como universal, na medida em que se apresentava como fato recorrente em diversas partes do mundo e contextos históricos. (Ibid., 2002, p. 02).

As diversas correntes do pensamento feminista afirmavam que existia, de fato, uma subordinação feminina. Mas, essa constatação não consistia em um fim em si mesmo, pois questionavam veementemente o caráter natural dessa sujeição. Defendiam o pressuposto de que a subordinação feminina era decorrente da forma como a mulher era construída socialmente. Logo era fundamental a ideia subjacente de que como algo construído, a subordinação feminina poderia ser superada. Portanto, “alterando as maneiras com que as mulheres são percebidas seria possível mudar o espaço social por elas ocupado”. (Ibid., 2002, p. 02).

Sob as particularidades de suas agendas mobilizações e formas de se organizarem, as feministas a partir de sofisticadas discussões teóricas procuravam explicar as causas históricas que fomentavam esta subordinação a fim de superá-la. As contribuições do feminismo no período não se resumem apenas às estratégias políticas empreendidas em tornos das diferenças que a categoria mulher agrega, somando-se a outros marcadores da diferença como classe e raça. A produção intelectual do movimento feminista foi de fundamental importância para trazer aos espaços públicos de saber, o conhecimento sobre as lutas femininas e as discussões mais recentes sobre os estudos de gênero.

Em linhas gerais, busquei de forma breve apresentar algumas das questões que impulsionaram as transformações ocorridas no Guidismo. Nas seções seguintes, discutirei de forma mais enfática os detalhes sobre o Plano de Reestruturação Institucional e de que formas esse projeto possibilitou mudanças reais na organização institucional e ação educativa do Bandeirantismo.

4. 2 A Reestruturação Institucional da FBB: seus finalidades e procedimentos

As discussões apresentadas nesta seção sobre as transformações ocorridas na Federação das Bandeirantes do Brasil terão como principal referencial o “Projeto de Reestruturação Institucional” (1968), elaborado a partir do Conselho Nacional realizado em 1967. Segundo o documento, o ano de 1967 foi marcado por uma atitude de revisão e mudança. Desde o início, havia a consciência de que o movimento “necessitava da colaboração de pessoas estranhas ao Bandeirantismo, para ajudarem a Instituição a achar seus pontos críticos, suas fontes de dificuldades”. (FBB, 1968, p. 02).

A partir dessa constatação, o Projeto de Reestruturação Institucional foi idealizado mediante o auxílio de pesquisadores da área da Educação, entre eles(as), Aldayr Brasil Barthy, Maria Aparecida Siqueira e Wilson Ferreira Hargreaves, que elaboraram o DB1, “Documento de Base Pedagógico” que serviu como uma das principais fontes de apoio à pesquisa institucional. Entre os principais elementos discutidos no Plano de Reestruturação, destacam-se:

- a) O estudo de publicações da FBB, tais como livros técnicos, material de divulgação, periódicos e especialmente a Revista Bandeirantes nos últimos cinco anos.
- b) Exame do arquivo, franqueado pelo Conselho Executivo Nacional, com atenção especial para a correspondência com as regiões⁷ e para os relatórios das atividades regionais e dos últimos Conselhos Nacionais.
- c) Entrevistas diversas, com pessoas direta ou indiretamente relacionadas com o Bandeirantismo, especialmente com a Bandeirante-Chefe, a Presidência e Chefes de todos os ramos e níveis (na sede nacional, durante o CN e durante o treino de julho no Ceará, principalmente).
- d) O trabalho de assessoria, durante um acampamento, à Região de São Paulo, que transmitiria às chefes da Região as perspectivas e preocupações desenvolvidas no Conselho Nacional.

⁷ As regiões são as subdivisões estaduais do Bandeirantismo no país.

- e) O trabalho de assessoria à Região de Guanabara, realizado em agosto, durante uma atividade do Ramo de Guias, coordenada por elementos treinados em julho no Ceará.
- f) O treino das chefes realizado em julho no Ceará em que as coordenações dos treinos dos diferentes ramos foram, por sua vez, treinadas e capacitadas para atividades de dinâmica de grupo.
- g) O exame sistemático dos possíveis pontos críticos da Instituição, desde sua primeira formulação, obtida na primeira fase do trabalho.
- h) Os resultados de duas pesquisas realizadas por intermédio de questionários: uma durante o CN (em duas fases) e outra com as chefes coordenadoras do treino de julho.
- i) Importam também neste trabalho vários meses de contato com parcelas diversas do Bandeirantismo no Brasil: Guias, Chefes de todos os ramos e níveis, cúpula regionais, nacional etc. (FBB, 1968, p. 02) ⁸.

Ao finalizar o projeto, a equipe de pesquisadores salienta que aquilo que foi proposto pelo plano de estudos é apenas uma parte da real reestruturação do Bandeirantismo no Brasil. “A reestruturação não se resume num PROJETO, ou em MEDIDAS PROPOSTAS, mas consiste num PROCESSO, contínuo e permanente de vontades, ações, intenções e esforços conscientes de mudança e aperfeiçoamento de uma Instituição educativa”. (Ibid., 1968, p. 02, *grifos da autora*).

Segundo Wilson Hagreaves (1968), autor que assina o relatório técnico sobre a FBB, a apresentação dos elementos problematizados e os possíveis “pontos de estrangulamento” conduziu à necessidade, por parte do Colegiado Nacional, em detectar certos aspectos tidos como delicados. Afirma que os temas abordados, ainda que familiares à equipe dirigente da FBB foram tratados de forma imprecisa. Questões como “Bandeirantismo e sexo”, “Bandeirantismo e feminilidade”, foram respondidas de forma superficial. Nessa perspectiva, o autor ainda destaca que:

O próprio Projeto de Reestruturação não pode ser limitado apenas a medidas de reorganização e modificação dos estatutos. As condições que motivaram a consciência de necessidade de mudança não são simplesmente de caráter formal, de divisão de atribuições. Observa-se que o êxito desse esforço de mudança depende de uma ‘reorganização’, mas também de alterações na política de ação, nos meios de execução, nos mecanismos de previsão e controle, na determinação de projetos, na fixação de objetivos e de linhas d trabalho adequadas às necessidades do Bandeirantismo atual e, especialmente, da vivência e participação de todos nessa etapa fundamental para os destinos do Bandeirantismo no Brasil. (Ibid., 1968, p. 04).

As mudanças empreendidas neste projeto necessitavam de uma nova configuração de Bandeirantismo. Valendo-se da máxima defendida pela própria FBB, de caracterizar-se como

⁸ FBB. *Projeto de Reestruturação Institucional*. Rio de Janeiro: FBB, 1968.

um “movimento”, por expressar a necessidade de uma instituição educativa, de dialogar efetivamente com as transformações da sociedade em que vive, era necessário que a instituição passasse por um processo de renovação, para que pudesse estar de acordo com as novas demandas educacionais e sociais do período⁹.

4.2.1 A caracterização do problema: aspectos preliminares levantados pela Equipe Técnica de Educação

A análise empreendida por Wilson Hagreaves problematiza os objetivos e as finalidades definidas pela FBB, caracterizando-as como demasiadamente vagas e amplas, podendo serem passíveis de interpretações equivocadas. A FBB estabelece como uma das suas principais finalidades: “desenvolver o espírito de responsabilidade e iniciativa, a observação, o espírito de auxílio ao próximo, formando-as assim para serem, no futuro, boas esposas, boas mães, cidadãs que contribuam para um nível moral elevando em sua comunidade” (FBB, 1960, p. 05 *apud* FBB, 1968, p 02)¹⁰. O documento salienta como um dos principais problemas contidos nessas finalidades a forma anacrônica com que se refere a questões como “cidadania”, “moral” e as representações sociais de “mãe e esposa” sem referenciá-las a um contexto histórico-social específico.

“Como determinar, de fato, se (as bandeirantes) são boas esposas, mães e cidadãs?” (FBB, 1986, p. 03). De que forma o Bandeirantismo pode assegurar tais elementos à formação de meninas/mulheres tendo em vista que entre as cinco décadas de atuação da instituição houve transformações significativas na sociedade brasileira¹¹, principalmente nos papéis sociais desempenhados pelas mulheres? Somada a essa questão, percebe-se que a FBB mensura o sucesso de suas finalidades a partir de uma concepção de mãe e esposa ancorada em representações de gênero, classe e raça (conforme já foi discutido no decorrer dos capítulos anteriores) restrita a um estrato social, como também não leva em conta as atribuições subjetivas dadas a essas representações sociais.

⁹ No período, a FBB era composta por 17 regiões. As regiões do Estado do Rio de Janeiro e da Guanabara foram primeiras em que experimentaram as mudanças.

¹⁰ FBB. *Curso intensivo por correspondência*: Conselheiras I. Rio de Janeiro: FBB, 1960.

¹¹ Entre as principais mudanças ocorridas no país citadas do documento destacam-se as mudanças políticas ocorridas entre 1919 e 1969, o processo de industrialização e urbanização, as novas tendências pedagógicas nos sistemas escolares, revolução tecnológica e de comunicação de massa e as mudanças no comportamento da juventude.

Outro aspecto importante levantado no documento é sobre o efetivo da instituição. Além da problemática dos altos índices de evasão, nos anos anteriores ao estudo, houve por parte da FBB, um amplo trabalho em prol da expansão do número de filiadas. Entretanto, ao consultar o quadro de membros no período em relação a períodos anteriores, percebe-se que o trabalho falhou, principalmente, quando se leva em consideração a proporção de bandeirantes em relação ao número absoluto da população feminina brasileira na década de 1960. Quando a relação é feita por Estados, de forma isola, a distorção é ainda maior, conforme a tabela a seguir:

TABELA 01 – População feminina brasileira discriminada por unidades da Federação em que o Bandeirantismo atua e por faixa de idade¹²

Unidade da Federação	População total estimada em 1966	População feminina aproximada total	População feminina 6/18 anos aproximada	População feminina 6/9 anos aproximada	População feminina 10/15 anos aproximada	População Feminina 16/18 anos aproximada
Amazonas	870.000	435.000	139.200	52.200	60.900	26.100
Pará	1.857.000	928.500	297.120	111.420	129.990	55.710
Maranhão	3.234.000	1.617.000	517.440	194.040	226.320	97.020
Piauí	1.397.000	698.500	223.520	83.820	97.790	41.910
Ceará	3.755.000	1.877.500	600.800	225.300	262.850	112.650
Rio Grande do Norte	1.274.000	637.000	203.840	76.440	89.180	38.220
NE (Sergipe/ Alagoas/ Paraíba)	4.425.000	2.212.500	703.000	265.500	309.750	132.750
Pernambuco	4.620.000	2.310.000	739.200	277.200	323.400	138.600
Bahia	6.750.000	3.375.000	1.080.000	405.000	472.500	202.500
Espírito Santo	1.427.000	713.500	228.320	35.620	99.990	42.810
Rio de Janeiro	4.259.000	2.129.500	681.440	255.540	298.130	127.770
Minas Gerais	11.189.000	5.594.500	1.790.240	671.340	783.230	335.670
Guanabara	3.977.000	1.988.500	636.320	233.620	27.390	119.310
São Paulo	15.845.000	7.922.500	2.535.200	950.700	1.109.150	475.350
Paraná	6.450.000	3.225.000	1.032.000	387.000	451.500	193.500
Santa Catarina	2.579.000	1.289.500	412.640	154.740	180.530	77.370
Rio Grande do Sul	6.340.000	3.170.000	1.014.400	330.400	443.800	190.200
Mato Grosso	1.254.000	627.000	200.640	75.240	87.780	37.620
TOTAL	81.502.000	40.751.000	13.040.320	4.890.120	5.705.140	2.445.060

¹² FBB. *Projeto de Reestruturação Institucional*. Rio de Janeiro: FBB, 1968, p. 06.

A pesquisa aponta que não há elementos que demonstrem de forma satisfatória, os dados que justifiquem a queda de efetivo na instituição, como também a distorção encontrada entre a razão do número absoluto de mulheres no país/estados e o número de bandeirantes. A evasão na instituição ocorre principalmente no ramo guia que reúne jovens de 15 a 18 anos. Além da dificuldade em atrair novos membros nessa faixa de idade, constatou-se que a metodologia aplicada pelo Movimento Bandeirante era retrógrada se comparada ao comportamento dos jovens do período. Havia, por parte da instituição, grandes exigências como o compromisso semanal com as reuniões, a grande demanda de tempo e disciplina. Outro aspecto mencionado foi o despreparo das chefes em realizar atividades adequadas e atualizadas.

O estudo revela interessantes questões em relação a critérios socioeconômicos. No período em que foi realizado o estudo, não havia, como não há até nos dias atuais, uma participação significativa do Bandeirantismo em áreas rurais. Quando foram encontrados grupos localizados no interior, esses existiam apenas nos centros urbanos. De acordo com as respostas dadas pelo Conselho Nacional, as causas que justificam a inexistência de grupos em área rural são as dificuldades no acesso a essas localidades e na comunicação com as áreas rurais. Contrapondo-se à problemática aparente, a frequência de atividades realizadas em área rural, principalmente os acampamentos, foi fortemente frisada pela FBB.

O movimento atingia, conforme já foi discutido, quase que exclusivamente a classe média e alta. Somada a esse perfil de classe, embora não conste no relatório, o efetivo é majoritariamente composto por meninas/mulheres brancas. Entre as questões levantadas pela pesquisa que possivelmente justificassem os motivos pelos quais o Bandeirantismo não atingia a juventude das classes baixas, destaca-se: “a falta de interesse em expandir-se a este público, ao não desenvolver atividades adequadas e atrativas a outros estratos sociais”. Os elementos citados foram “o alto custo dos materiais e das atividades realizadas e também a imagem pública da instituição que é corriqueiramente associada a um movimento de classe média e elite”. (FBB, 1968, p. 07).

A partir desses elementos, a missão da instituição, em levar sua mensagem educativa à juventude feminina brasileira sem nenhum tipo de restrição é questionável, pois sua atuação é restrita a uma pequena parcela da população. Conforme mencionado pela Equipe Técnica de Pesquisa¹³, a maioria da população brasileira na década de 1960 pertencia às classes baixas. Somada a esse dado, parte considerável da população vivia fora dos grandes centros urbanos.

¹³ Embora não tenha sido apresentado pelo DB1, o projeto de reestruturação foi realizado a partir de estudos prévios sobre as características da população brasileira no período. Desta forma, não foi possível apresentar nesta

Esses elementos demonstram que, se o Bandeirantismo buscava efetivamente uma participação mais ativa da mulher na sociedade brasileira (FBB, 2008, p. 58), a partir de um contato mais estreito com a realidade social, era necessário não apenas um plano de transformação gradual em relação à sua metodologia, mas principalmente, traçar estratégias a fim de superar o fato de que as ideias e os valores difundidos pela instituição eram compartilhados apenas por uma parcela restrita da população.

Um fato curioso é que, se no passado o Movimento Bandeirante surge como uma proposta educativa que possibilitasse às meninas/mulheres realizarem atividades para além do espaço doméstico e escolar, no final da década de 1960, a instituição perdia visivelmente seus membros para atividades sociais mais atrativas, como também para oportunidades de estudo, principalmente os cursos normais e a universidade.

Dadas às limitações que envolvem a pesquisa e o elevado número de questões levantadas pelo Plano de Reestruturação Institucional, priorizei a discussão sobre os aspectos que dialogam de forma mais estreita com as questões levantadas no decorrer dos capítulos anteriores. Na subseção seguinte, apresentarei de forma breve os principais pontos referentes às mudanças no programa e a simbologia do movimento.

4.2.2 Reflexões e mudanças no programa: a Promessa, a Lei e a simbologia bandeirante.

Durante o Conselho Nacional (1967), foi discutida a importância de reflexões sobre a Promessa, por ser esse ritual, a condição essencial para fazer parte do Bandeirantismo e a garantia da unidade de princípios a todos os grupos, em todo o mundo. Nessa ocasião, foi votada a necessidade de mudança na Promessa. A alteração do teor de seu texto já havia sido sugerida nos estudos preliminares sobre os estatutos. A mudança pretendia acrescentar ao texto vigente: “Prometo, sob minha palavra de honra, ser leal a Deus e à minha Pátria, ajudar o próximo em todas as ocasiões e obedecer ao código das Bandeirantes”, (FBB, 1945; 1955; 1961) o trecho: “farei o melhor possível”, assim como consta na Promessa Escoteira. A mudança buscava uma maior aproximação ao texto original inglês que continha a expressão “esforçar-me-ei sempre para”. (FBB, 1968, p. 05).

pesquisa os dados absolutos sobre as informações levantadas, principalmente sobre renda e densidade demográfica.

Em linhas gerais, essa mudança não causou uma transformação significativa nos fundamentos da promessa, até mesmo porque uma mudança brusca comprometeria os princípios defendidos pela instituição. A inclusão desse pequeno fragmento reforça o princípio do esforço individual, destacando a noção de que o compromisso selado com os ideais do movimento é firmado por vontade própria. A partir da mudança, a promessa bandeirante passa a ser expressa pela máxima:

Prometo, sob minha palavra de honra que farei o melhor possível para:
Ser leal a Deus e à minha Pátria,
Ajudar o próximo em todas as ocasiões
Obedecer ao Código Bandeirante. (FBB, 1975, p. 04).

Como norteador de princípios, as Leis sintetizam as regras de conduta que devem ser obedecidas pela bandeirante. Entretanto, no decorrer do Conselho Nacional foi discutida a necessidade de reformular o código, através da justificativa de que a “a lei acaba sendo um empecilho para atingir a essência; a chefe não vive o Código e não o transmite” (FBB, 1967 apud FBB, 1968, p. 06)¹⁴, devido à falta de elementos mais bem definidos. A partir dessa constatação, foi sugerida pela Equipe Técnica Pedagógica a reformulação do código, com a “atualização de seu sentido e suas perspectivas”. O documento destaca que essa mudança é mais complexa, por se tratar de uma entidade de caráter internacional que sintetiza seu princípio de unidade a partir do Código da Promessa.

Ao analisar a leitura dos documentos referentes ao Projeto de Reformulação Institucional e das publicações da FBB até a década de 1970, não encontrei nenhuma menção à mudança do código. Tenho o conhecimento de que foi realizada uma mudança a partir do contato que tive durante anos com a instituição. Mesmo estando ciente de que houve outros momentos de mudanças no Bandeirantismo, como nos anos de 1979 e 1988, sob a constante tentativa de readaptar os pontos mais vulneráveis do programa (GORDINHO, 1992, p. 25), não pude encontrar dados concretos sobre as mudanças realizadas com o Código. Atualmente, o Código da Federação de Bandeirantes do Brasil, é expresso através das seguintes sentenças:

¹⁴ FBB. Relatório do Conselho Nacional da Federação das Bandeirantes do Brasil. Rio de Janeiro: FBB, 1967.

Ser bandeirante,

- 1) É merecer confiança.
- 2) É ser leal e respeitar a verdade.
- 3) É servir ao próximo em todas as ocasiões.
- 4) É valorizar a estima e a amizade
- 5) É ser amável e cortês
- 6) É ver Deus na criação e preservar a natureza
- 7) É saber obedecer
- 8) É enfrentar alegremente todas as dificuldades
- 9) É usar os recursos com sabedoria
- 10) É agir, pensar e ser coerente com os valores éticos. (FBB, 2008, p. 27).

Não foi sugerido pelo projeto nenhum tipo de mudança nos aspectos simbólicos como as insígnias, distintivos e denominações “em virtude das alterações se processarem regularmente” (FBB, 1968, p. 06), com o intuito de adaptá-los às particularidades nacionais, sem descaracterizar a forma original. Em contrapartida, mesmo que os programas ajam de forma conjunta aos aspectos simbólicos e, assim como esses são constantemente reformulados, foi destacada pelo estudo a necessidade de mudança em virtude da “desatualização do programa”, como é discutido no seguinte trecho:

Poderíamos seguir o raciocínio semelhante ao utilizado na análise de ‘símbolos’. Realmente há alterações periódicas nos ‘programas’ dos diversos ramos. Foi possível constatar, entretanto, a necessidade de novas alterações. As diferentes referências críticas aos programas atuais durante o Conselho Nacional e a reorganização dos ramos são elementos a serem considerados. (FBB, 1968, p. 07).

Um dos elementos que sustentaram o pressuposto da necessidade de mudança nos programas foram os expressivos números referentes à redução do efetivo dos diversos ramos. O estudo considerou “a falta de metodologia apropriada” dos programas relativos às fadas e guias. Pois, foi constatado que “o programa de fadas é bom, o de bandeirantes é fraco e o de guias depende de formação de chefes para ser aplicado”. Ressaltou-se ainda que “o programa é adequado às necessidades do desenvolvimento do país, mas não é aplicado. A rigidez das chefes não possibilita maior criatividade. O programa se transforma em rotina, onde tudo se encontra pronto, sem que se perceba o significado das atividades”. (Ibid., 1968, p.07).

Diante da constatação de que os programas bandeirantes deveriam passar por um crítico processo de reformulação, foi sugerida a redefinição das provas, das etapas de classe, das atividades diversas, através de uma elaboração específica para cada ramo, a partir das

“dificuldades concretas encontradas no programa anterior e com a participação efetiva das chefias de diversos níveis”.

A pesquisa ressalta ainda que, em virtude da extensão da ação do Movimento Bandeirante, qualquer alteração para ser eficaz dependerá substancialmente da “comunicação eficiente das mudanças efetuadas, com prazos adequados para seu funcionamento, acompanhado de suas publicações” e da “capacitação específica das chefias para a aplicação de novos programas, através da supervisão, treinos, publicações, etc.”. A mudança de algumas nomenclaturas adotadas pela FBB foram um dos itens do programa que sofreram alterações a partir da pesquisa¹⁵. Na seção seguinte, serão apresentadas as discussões referentes à religião. Destaquei a religião como um dos temas discutidos pelo documento por ser um dos elementos de principal interesse da pesquisa, tendo em vista a importância da religião na formação moral das bandeirantes.

4.2.3 A questão religiosa no Bandeirantismo e a permanência da proeminência do catolicismo

A estreita relação entre o Bandeirantismo e a religião, fez com que diversas vezes, os ideais defendidos pela instituição fossem confundidos com os preceitos cristãos. Com o objetivo de formular um método educativo, Baden-Powell não deixa de estabelecer a religião como um dos seus pilares, defendendo o princípio de que “uma organização como a nossa trairia seu fim, se não desse aos seus membros o conhecimento da religião”. (BADEN-POWELL, 1942 *apud* FRAM, 1966, p. 10)¹⁶.

Com base nessa prerrogativa, os estatutos, documentos e as publicações da Federação das Bandeirantes do Brasil seguem a mesma orientação, definindo o catolicismo como sua religião oficial, mediante o pressuposto de que, “sendo o Brasil um país Católico, a religião das bandeirantes é a religião Romana Católica Apostólica. A Federação deseja que as bandeirantes pratiquem conscientemente sua Fé, conforme os mandamentos da Santa Igreja. Não são, porém, excluídas outras crenças”. (FBB, 1921 *apud* FBB, 1968, p. 01)¹⁷.

A prática de outras crenças não era, de fato, um impedimento se for levado em consideração apenas as publicações e documentos institucionais. Todavia, conforme discutido

¹⁵ Conforme discutido na nota de rodapé 136, na página 124.

¹⁶ Baden-Powell, Robert. *Le guide de Chef éclaireur*. Neuchâtel, Paris: Ed. Delacraux Niestlé, 1942.

¹⁷ FBB. *O livro de Regras e Organização*. Rio de Janeiro: FBB, 1921.

no capítulo anterior, no subitem (3.3.1), a organização do Bandeirantismo no Brasil, seus princípios educativos e atuação eram realizadas segundo os preceitos do catolicismo, restringindo a prática de outras crenças, como demonstra o fragmento a seguir:

A religião da FBB é a Católica Apostólica Romana. Nela o Brasil nasceu. Dela recebeu a civilização por seus missionários e até hoje a vida nacional é baseada na formação religiosa católica. Poderão, no entanto, ser admitidas nas companhias Bandeirantes de outras crenças religiosas. A Padroeira da FBB é Santa Joana D'Arc, considerada justamente como modelo da verdadeira bandeirante. Joana D'Arc simboliza a promessa, pela sua vida dedicada a Deus e à Pátria, pelo seu espírito de iniciativa, de coragem e de disciplina, pelo amor à família aliado a uma grande pureza. [...] As provas bandeirantes incluem provas de religião, determinadas pelo Assistente Eclesiástico do Conselho Central. Poderão ser admitidas nas companhias, pessoas de outras crenças religiosas, sem a obrigação de participarem do culto católico, nem passarem pelas as provas de religião, devendo, porém ter uma religião e segui-la com lealdade. (FBB, 1955 *apud* FBB, 1968, p. 01-02)¹⁸.

O plano de estudo destaca os problemas contidos na questão religiosa no Bandeirantismo. Sob a defesa de princípios como a liberdade religiosa, a caracterização básica católica (defendida por ser a religião oficial do país), a assistência religiosa a todos os credos e a defesa de uma formação religiosa ecumênica, o Conselho Nacional (1967) destaca alguns dos problemas em deslocar a importância do catolicismo na instituição.

Entre as justificativas, a pesquisa feita pela Equipe Técnica destaca que, nas entrevistas realizadas durante o Conselho, o Bandeirantismo foi associado a diversas vantagens como “a formação moral, movimento religioso, movimento apostólico, uma filosofia de vida”. (FBB, 1968, p. 3), demonstrando a satisfação que a instituição tinha em promover as crenças católicas. Acerca dessas questões, o plano de estudos questiona as líderes da FBB sobre as pretensões reais do movimento: “uma educação religiosa, uma formação espiritual ou uma prática de culto?”.

Questionadas a respeito das questões, as respostas dadas foram superficiais. Ao discutirem os aspectos religiosos apenas sobre a perspectiva do catolicismo, as dirigentes da FBB refletem sobre a problemática da religião no Bandeirantismo, apenas como um fato referente à formação religiosa das chefes, sem levar em consideração as próprias mudanças que vinham ocorrendo na Igreja após o Concílio Vaticano II. Ademais, não são pontuadas em nenhum momento as formas com que as jovens vivenciavam a religião, permanecendo, desta forma, uma abordagem da religião da mesma maneira como era feita pela instituição no início do século XX.

¹⁸ FBB. *Estatuto da Federação das Bandeirantes do Brasil*. Rio de Janeiro: FBB, 1945.

As lideranças da FBB indicaram como problema central a falta de formação e o despreparo das chefes em auxiliar na formação religiosa das bandeirantes, mesmo a católica. Foi sugerida pela Equipe Técnica de Estudos uma assessoria específica ligada aos assuntos religiosos, que deveria estabelecer estratégias de melhorar os objetivos da formação religiosa.

A partir da análise realizada pela Equipe, compreende-se que embora seja evidente que o Bandeirantismo não possibilitava formas concretas do conhecimento e vivência de outras práticas religiosas, não foi tomada nenhuma medida para sanar essas problemáticas. Pelo contrário, foi proposta a intensificação de especialistas e assessores que permitissem uma melhor formação religiosa pelas chefes das companhias, sob a prerrogativa de uma formação ecumênica, cujo objetivo era a formação espiritual da bandeirante. A partir das discussões contidas no documento, percebe-se que ao referir-se a uma formação religiosa ecumênica, a FBB incluiu nessa premissa a prática de religiões de matriz monoteísta como o cristianismo e o judaísmo. Não há, de fato, ao analisar o referido estudo e as demais publicações na instituição, a menção à necessidade de introduzir no programa Bandeirante, estratégias de uma formação religiosa efetivamente ecumênica, que possibilite o conhecimento de outras práticas religiosas, como as religiões de matriz africanas, que são tão importantes à formação cultural brasileira.

4.2.4 - O Bandeirantismo e a realidade social brasileira: tentativas de aproximações

O principal motivo que impulsionou a consciência de que o Movimento Bandeirante necessitava de mudanças foi em relação a promover efetivamente uma formação voltada para a realidade social. Embora o cerne da atuação do Bandeirantismo seja, teoricamente, uma vida em grupo, através de atividades voltadas à vida em comunidade, essas práticas ocorrem de forma “rotineira, retirando o conteúdo formativo e educador da ‘boa ação’”. (FBB, 1968, p. 23). Esses aspectos já haviam sido discutidos pela instituição em relatórios anteriores que expressavam o descontentamento com as práticas da instituição como no fragmento a seguir:

Agora, quanto à integração na comunidade, repete-se o mesmo caso que o da expansão. Houve participação em serviços feitos à comunidade, mas não se percebe, pelos relatórios, um real, um maior contato com a comunidade no nível da companhia e do distrito. Nossas companhias e distritos mantêm-se sempre isolados. [...] Nós que apregoamos a união entre os povos e que desconhecemos diferenças religiosas, raciais, etc., e que constatamos a necessidade do homem moderno

trabalhar em equipe, o bem que advém da troca de experiências e de conhecimentos, deixamos de lado ou ignoramos os problemas que tocam de perto às comunidades que vivemos. Como educar os nossos jovens para que pensem nos outros? Como fazê-los participar do problema de uma coletividade? Como preparar os nossos jovens para construírem um mundo de paz? Como dar às nossas comunidades esse cunho? (FBB, 1966 *apud* FBB, 1968, p. 23)¹⁹.

A constatação da incoerência do trabalho realizado pelo Movimento Bandeirante, que tem como um dos pilares de sua promessa a “ajuda ao próximo em todas as ocasiões”, aliada à reflexão sobre as finalidades da instituição, fez com que a problemática do movimento em atentar-se à realidade social brasileira, se firmasse como o elemento norteador do projeto reformador. Durante a fase do levantamento prévio dos itens que seriam discutidos no Conselho Nacional (1967), foram apresentadas as seguintes questões que viriam a balizar as discussões futuras sobre as transformações relativas à formação institucional:

- a) Sendo um movimento educativo que visa à formação para a vida, qual a atitude crítica a respeito “dessa vida”, seus valores e perspectivas?
- b) Qual a formação crítica diante dos problemas reais, diários e dos meios de comunicação com que se defronta a jovem?
- c) Qual a perspectiva educativa assumida face às necessidades de participação na escala de decisões e de reflexão sobre a realidade?
- d) Como se coloca o problema da função da mulher no mundo?
- e) Como se distribui a atenção dentro do Movimento no que se refere a lazer X preocupação com problemas reais e concretos? Supervalorização do lazer?
- f) Em que escala o Movimento possui uma perspectiva social que atenda aos anseios da juventude de hoje?
- g) Em que medida o Bandeirantismo é integrador da jovem na sociedade global que participa?
- h) Definido como movimento apolítico, o que se entende por apolítico? É possível um movimento educativo, de formação de jovens em uma sociedade política, ser apolítico? Apolítico é apatidário? O que representa civismo no Bandeirantismo?
- i) Em que medida o Movimento prepara a juventude para um mundo em mudanças e mesmo para desenvolver os agentes da mudança?
- j) Como o Bandeirantismo encara o processo de desenvolvimento econômico-social do Brasil de hoje? Qual sua perspectiva face ao desenvolvimento?
- k) Qual a formação desenvolvida pelo Bandeirantismo no sentido de capacitar as jovens para viver e ter opções, pessoais, profissionais, etc. na realidade brasileira e no mundo moderno?

Com base nos questionamentos previamente realizados, a Equipe Técnica de Educação traçou uma série de procedimentos que visavam sanar as problemáticas apresentadas. A perspectiva recreativa da instituição foi um dos pontos mais criticados pelo

¹⁹ FBB. Relatório da Bandeirante Chefe no Conselho Nacional. Rio de Janeiro: FBB, 1966.

documento. A forma com que as atividades eram realizadas na instituição estava muito mais voltada à prática do lazer do que efetivamente em proporcionar uma formação comprometida com os problemas sociais e cotidianos. O relatório ratifica que “isto não significa abandonar as formas de lazer desenvolvidas pelo Bandeirantismo, inclusive de grande valor educativo, mas simplesmente rever sua importância e prioridade”. (FBB, 1968, p. 26).

A reflexão sobre a posição da mulher na sociedade e as novas demandas que emergiram, como as transformações sociais e políticas acerca das representações sociais atribuídas às mulheres, foram mencionadas como imprescindíveis na proposta educativa da instituição. O Bandeirantismo, por sua função educativa, deve proporcionar instrumentos que possibilite às jovens bandeirantes ter uma postura crítica e consciente tanto em relação aos fatos que afligem sua vida particular como também em relação ao seu processo de integração na sociedade.

A respeito dessas questões, foi indicada à direção da FBB a proposta da instituição em estudar a realidade e as problemáticas sociais que atingem o país, como também estabelecer uma relação mais estreita com a sociedade buscando conhecer efetivamente seus problemas e anseios. O estudo salienta que dentro do movimento, o civismo deve ser visualizado como uma forma de participação na vida da comunidade do país. É necessário conhecer as problemáticas sociais como também se dedicar aos estudos da política, suas doutrinas e regimes. O projeto de reestruturação ressalta ainda que, em consideração à postura apolítica do Bandeirantismo, deve-se ter a clareza de que se declarar como tal, significa que a instituição não faz nenhum tipo de doutrinação e apologia partidária, mas que não deve deixar de discutir problemas políticos.

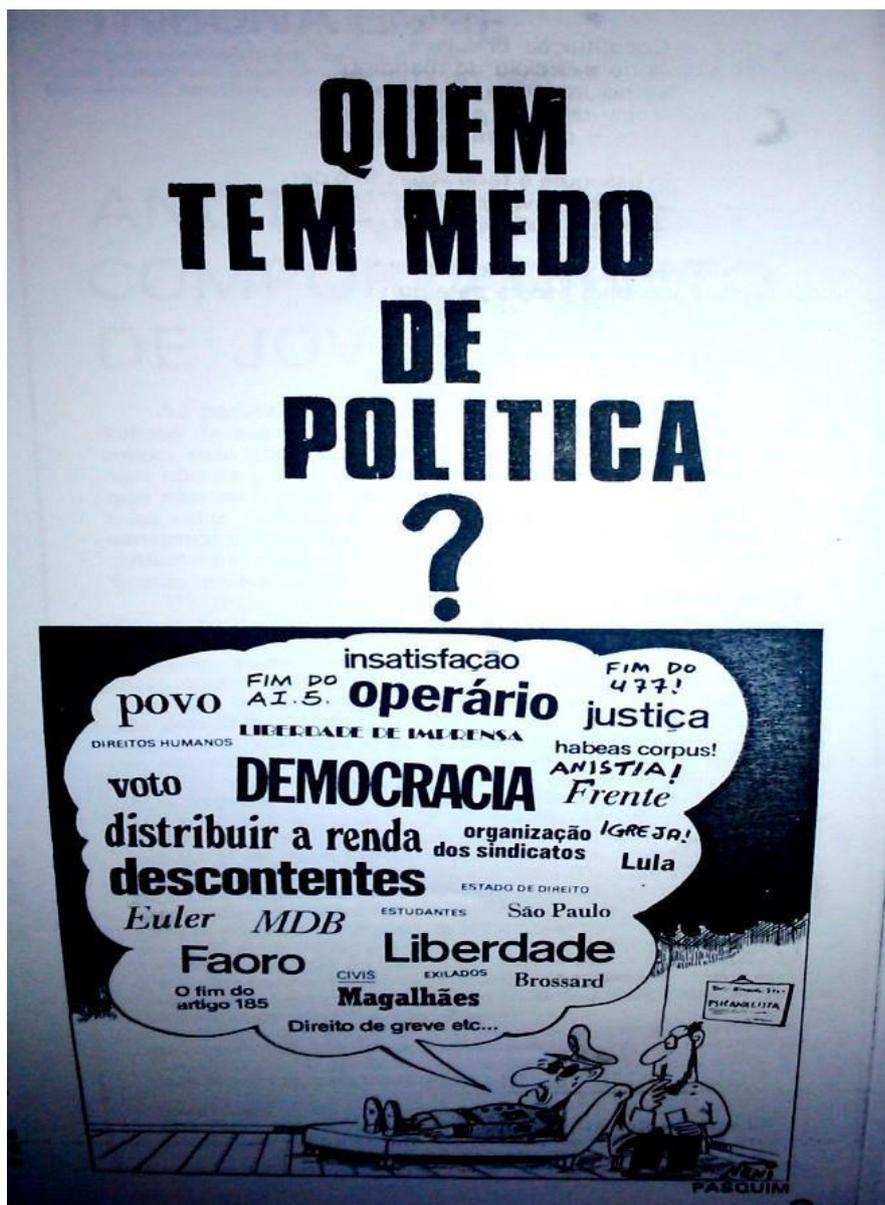


FIGURA 14 – Nani “Quem tem medo de política?”²⁰.

Entre as publicações do informativo *Bandeirantes*, entre o final da década de 1960 e início da década de 1970²¹, houve um esforço da FBB em discutir em seus artigos a contribuição de pensadores como Hegel, Marx, Nietzsche, Heidegger e Marcuse e a importância da leitura dessas obras na compreensão acerca da dimensão política do indivíduo. O Movimento Bandeirante comprometia-se, neste momento, em mediar e incentivar o acesso

²⁰ Disponível em FBB. A criança e a boa nova, *Bandeirantes*, Rio de Janeiro, 1978, p. 03. Acesso em 5 jan. 2014.

²¹ SANTANA FILHO, Valdomiro. Juventude e Existência. *Bandeirantes*. Rio de Janeiro: FBB, v. 3, 1974, p. 36-37; REIS, Maria Heloísa S. A dimensão política do Homem. *Bandeirantes*. Rio de Janeiro: FBB, 1977, p. 7; FBB. Faça o amor e não a guerra – Marcuse e a filosofia ‘hippie’. *Bandeirantes*. Rio de Janeiro: FBB, 1974, p. 36-37.

das jovens bandeirantes aos debates políticos que ocorriam no mundo. (SANTANA FILHO, 1976, p. 36-37).

A leitura do projeto e das publicações indicou que a Federação das Bandeirantes do Brasil empenhou-se em incutir nos jovens o conhecimento dos problemas sociais que afetavam o país e o mundo, através de uma postura mediadora e neutra. A discussão sobre a postura apertidária da instituição, que foi equivocadamente associada como apolítica, representa um grande avanço se comparado ao Bandeirantismo vivenciado na primeira metade do século XX. Com essa mudança de postura, a FBB poderia trazer contribuições à formação das jovens transformando-se em um espaço de debates.

Entretanto, tais discussões em torno do partidarismo, fizeram com que o Bandeirantismo compreendesse apenas a militância política e filiação partidária como detentoras de ideologias. Sob a defesa da necessidade de manter-se neutra às questões políticas do período, a FBB não leva em consideração que, tanto sua proposta educativa como a defesa de um posicionamento neutro, em um contexto sociopolítico tão conturbado no país (SKIDMORE 1988)²², estão atreladas a concepções ideológicas, conforme foi discutido nos capítulos anteriores.

Entre o final da década de 1960 e início da década de 1970, o Movimento Bandeirante defende veementemente o dever do Bandeirantismo em estabelecer laços mais estreitos com a comunidade, a partir da compreensão de suas necessidades. Mas em momento algum, suas publicações apontam objetivamente as estratégias que busca utilizar, como também não define quais os aspectos que julga problemáticos na sociedade brasileira. Por caracterizar seus ideais como “atemporais e modernos” (GORDINHO, 1992, p. 23), em nenhuma passagem do estudo foi levantada a discussão sobre que tipo de sujeito político o Bandeirantismo busca formar.

O Movimento Bandeirante no Brasil não escapou à onda transformadora. Procurando adaptar o Bandeirantismo ao espírito da época alguns acharam que era necessário fazer modificações nos elementos essenciais com a intenção de ampliar a atuação das bandeirantes no campo político-social. Essa modificação provocou aos poucos a perda de identidade do Movimento. (Ibid., 1992, p. 30-31)

²² É válido destacar que as discussões que impulsionaram a reestruturação foram pensadas em pleno Regime Militar, sobretudo no contexto de implementação do Ato Inconstitucional nº 5, que caracterizou um conturbado período de ditadura no país, ao cessar mandatos, suspender direitos políticos, intervir nos governos municipais e estaduais e, principalmente, fechar provisoriamente o Congresso Nacional instaurando um regime de perseguições, cassações e censura.

A onda de transformações na instituição causou a saída em massa de diversas filiadas, que não concordavam com as mudanças sugeridas. O setor mais progressista da instituição caracterizou o cisma como “um fato normal, porque toda reforma implica numa reação” (NORONHA, 1968, p. 38). Porém, a temporada de mudanças no Bandeirantismo não foi um processo ameno e de mudanças tão substanciais como pretendia o estudo preliminar. De acordo com Margarida Cintra Gordinho (1992, p. 30) “tão logo perceberam essa descaracterização, as dirigentes reviram e reformularam o movimento mais de acordo com sua forma original, enfatizando a sua visão pluralista do mundo”.

No decorrer deste texto, empenhei-me em demonstrar que a perspectiva “pluralista” defendida²³ pelo Movimento Bandeirante é equivocada. Desde sua origem, envolta sobre o discurso do acesso livre a todas às jovens, com a única condição de que manifestassem interesse em participar, a instituição organizou-se de forma a manter-se em um seguimento de classe específico. O processo de mudança ocorrido a partir do final da década de 1960 foi decorrente da necessidade de transformar o Bandeirantismo em uma opção de movimento atrativo à juventude do período.

No plano sociopolítico, embora as mudanças empreendidas reflitam aspectos positivos, a constatação de ser um movimento político, em linhas gerais, não possibilitou as mudanças que pretendia. Como uma instituição cujos princípios estão arraigados em aspectos ideológicos compartilhados pela elite, a proposta do Projeto Reestruturação Institucional apenas readaptou o programa às demandas sociais do período, sem de fato, buscar compreendê-las e transformá-las.

Obviamente que tais constatações levam em consideração as limitações da instituição e a sua restrita atuação, tendo em vista sua abrangência entre a classe média e alta. Refiro-me, desta forma, à formação que pretendia incutir em suas filiadas, principalmente no que tange à representação social de gênero difundida pela instituição, conforme será discutido na subseção seguinte. Assim como a prerrogativa de que o Bandeirantismo necessitava estabelecer uma relação mais estreita com a realidade social brasileira, a questão dos novos papéis sociais atribuídos às mulheres no período foi um dos principais pilares que motivou o projeto de reestruturação.

²³ Em algumas passagens do documento, encontra-se a expressão pluralista do Movimento Bandeirante. Essa referência é feita a partir da premissa central do movimento, desde sua origem, de que não há nenhuma restrição à participação, como também pela presença da instituição em diversos contextos socioculturais.

4.2.5 Sexualidade e feminilidade no Bandeirantismo: a permanência de uma ‘essência’ feminina

Desde o início das atividades do Movimento Bandeirante no país, a formação da mulher brasileira é citada como a principal finalidade da instituição, assim salienta o Estatuto de 1945, ao afirmar que “A FBB tem como finalidade formar o caráter das jovens preparando-as para serem boas mães, boas donas de casa, honrando e contribuindo para a grandeza moral do Brasil”. (FBB, 1945, p. 02).

Esse aspecto referente à finalidade do Bandeirantismo já havia sido questionado anteriormente no relatório por Wilson Hargreaves apresentado durante o Conselho Nacional em 1967. Durante o Conselho foi constatado que era necessária a atualização das finalidades defendidas pela instituição, ao considerar a importância do Bandeirantismo na “formação das jovens para desempenharem seu papel de mulher no mundo moderno e de educação para ter atitude crítica diante de problemas reais diários”. (FBB, 1967 *apud*, FBB, 1968, p. 39)²⁴.

O estudo realizado aponta a importância da abordagem da sexualidade pela FBB tendo em vista que, a formação empreendida abrange uma larga faixa etária, entre os 06 e 18 anos, o que faz com que durante esse período, a instituição tenha uma importante influência sob os desenvolvimentos físico, psíquico e social das jovens. Principalmente, na fase da adolescência em que a sexualidade ‘assume dimensão importante, não apenas pelos fenômenos de maturação fisiológica, mas também por sua dimensão social. (FBB, 1968, p. 39).

Durante as entrevistas realizadas pela Equipe Técnica Pedagógica aos membros da FBB, que tinham como objetivo a realização de um estudo prévio acerca da instituição, foram levantadas as seguintes perguntas sobre sexualidade: “Como se encara em um movimento educativo, a questão da educação sexual? Por que não é desenvolvida? Por que os grupos Bandeirantes são exclusivamente femininos? Como se encara a coeducação dos jovens de ambos os sexos?” (Ibid., 1968, p. 40).

A partir dessas questões, as dirigentes da FBB afirmaram que a “educação adequada às exigências de hoje” foi caracterizada como quase que inexistente no Bandeirantismo, porém necessária (FBB, 1968, p. 40). Outro aspecto dito quase como inexistente é o contato das bandeirantes com rapazes, que também foi definido como necessário. A falta de contato com rapazes é um dos motivos que justifica o elevado número de evasão entre as guias que se

²⁴ FBB. Relatório do Conselho Nacional da Federação das Bandeirantes do Brasil. Rio de Janeiro: FBB, 1967.

afastam do movimento em decorrência de relacionamentos afetivos e outras atividades socializadoras.

Nessa perspectiva, a integração dos rapazes ao Movimento torna-se uma necessidade, todavia, esbarrava em problemas internos, como o fato de que majoritariamente as chefes eram mulheres, o que segundo as entrevistadas, poderia dificultar a elaboração dos programas que até então eram destinados apenas às meninas.

Outro problema citado foi a “masculinidade das jovens”. Em uma primeira leitura, cogitei a possibilidade de o termo estar se referindo à homossexualidade. Entretanto, ao reler outras passagens do documento e de outras publicações, fica claro que o termo refere-se à forma estereotipada que muitas vezes foi atribuída à bandeirante por essa desempenhar tarefas normalmente relacionadas aos homens, como o acampamento e a utilização de material de campo e ferramentas.

Havia grande preocupação em não dar às nossas cerimônias – e nem mesmo aos nossos uniformes – um cunho militarizado ou masculinizado, pois não éramos e nem desejávamos dar a impressão de que fôssemos uma organização subordinada à tutela militar ou ligada a entidades voltadas ao feminismo exacerbado, como proposta de liberação da mulher. Cultivávamos isso sim, a disciplina e uma sólida noção da importância da mulher na sociedade, cabendo a ela o dever de ocupar com dignidade o seu lugar, no pleno gozo de seus direitos essenciais, florescendo como um ser humano igual ao homem, investido das mesmas responsabilidades. (GORDINHO, 1992, p. 16).

Acerca das discussões levantadas sobre a questão da sexualidade no Bandeirantismo, o Conselho Nacional pronuncia-se afirmando que:

O Bandeirantismo deve propiciar a convivência mista para possibilitar uma educação sexual natural e como meio de se preparar a jovem para a vida em sociedade. Há desvantagens de ser um grupo feminino isolado (sugestão de inicia contato com os escoteiros). A educação sexual consistiria em formação e informação; deve-se definir o papel do chefe nessa educação. Deve-se levar em conta as dificuldades e barreiras para tratar do assunto, especialmente no que se refere a tabu, aceitação da família e formação do chefe. Nunca houve preocupação de preparação do chefe para a educação sexual, faltando-lhe essa formação. As bandeirantes são marcadas nas diversas regiões com determinados modelos de comportamento. (FBB, 1967 apud FBB, 1968, p. 41)²⁵.

Com base nos problemas levantados pelo Conselho Nacional, a Equipe Técnica Pedagógica estabelece algumas estratégias e ações para solucionar as questões relativas à sexualidade no Movimento Bandeirante, entre elas,

²⁵ FBB. Relatório do Conselho Nacional da Federação das Bandeirantes do Brasil. Rio de Janeiro: FBB, 1967.

- a) Deve-se incluir educação sexual na formação de chefes e para saber fazê-lo devem-se consultar pessoas entendidas.
- b) Devem-se incentivar as atividades mistas.
- c) O bandeirantismo deve desenvolver os aspectos femininos.
- d) Nos problemas mais sérios, procurar pessoas competentes para atender de modo certo a menina.
- e) Colocar bibliografia sobre o assunto na revista bandeirante.
- f) Incluir educação sexual na formação de chefes.
- g) Estudar a possibilidade de coeducação no Bandeirantismo.
- h) Incentivar atividades com rapazes.
- i) Atentar para que haja feminilidade no Bandeirantismo (aparência, serviços domésticos, etc.).
- j) Preocupar-se com bibliografias e publicações relacionadas com o assunto
- k) Recorrer a pessoas competentes e tentar aconselhamento nos casos excepcionais. (FBB, 1968, 41-42).

Durante o Conselho Nacional (1967), aspectos como “incluir educação sexual na formação dos chefes” e “incentivar atividades com rapazes e atentar para que haja feminilidade dentro do Bandeirantismo” foram aprovados com unanimidade, em que 95,8% das bandeirantes presentes afirmaram “concordar plenamente” com as proposições enquanto 4,2% alegam “concordar bastante”.

Na intenção de obter mais contribuições sobre a temática da sexualidade, durante o treino realizado no Ceará, foram novamente, expostas para as bandeirantes as questões apresentadas anteriormente. A partir desse evento, foram incluídas outras sugestões: “[...] é necessário orientar as meninas para uma boa formação, para convívio com rapazes, para evitar desajustes sexuais, orientação nas atividades”. Outro aspecto bastante frisado é que a orientação sexual “deve ser feita individualmente; é orientação e formação, não incluir entre provas”.

A amplitude dada à temática da sexualidade é, sem dúvida, reflexo das transformações ocorridas no comportamento sexual da juventude a partir dos anos de 1960. A respeito deste período, cuja perspectiva generalizante a outros contextos socioculturais já foi questionada no início desse capítulo, o historiador inglês Eric Hobsbawm (2003, p. 327) “o recém-ampliado campo de comportamento publicamente aceitável, incluindo o sexual, na certa, aumentou a experimentação e a frequência de comportamento, até então considerado inaceitável ou desviante, e sem dúvida aumentou sua visibilidade”.

Anteriormente a essas transformações, a sexualidade era uma questão inexistente no programa bandeirante. Aspectos ligados à afetividade, como o casamento, eram discutidos à luz dos princípios católicos. Mesmo sob a forte influência da norma higienista que, conforme discutida no capítulo anterior, incitava a prática sexual do casal como forma de inibição do

adultério para fins de conter a prostituição e, conseqüentemente, a proliferação de doenças, gerando indivíduos sadios ao Estado (FREIRE, 2004; MISKOLCI, 2012), o Bandeirantismo não possibilitava esse tipo de abordagem em seu método educativo.

As influências da norma higienista eram mais recorrentes em questões ligadas à maternidade e cuidado de enfermidades. Percebe-se ainda que o saber médico exercia ainda, forte influência nas publicações da instituição. Quando encontradas no documento referências sobre a necessidade de abordar a temática da sexualidade entre as bandeirantes, é sempre recomendável que se procure a orientação especializada de uma “pessoa competente”. (FBB, 1968, p. 42).

Quando ambos os movimento idealizados por Baden-Powell surgiram, ainda na Inglaterra, “refletiu a concepção dominante da necessidade de segregação sexual, no processo educativo, de forma a melhor atender às condições específicas de cada sexo e melhor formar os educandos, dentro dos critérios do ideal masculino e feminino” (FBB, 1968, p. 53). O Escotismo, dessa maneira atendeu as aspirações masculinas, enquanto o Guidismo as femininas, “com as devidas adaptações e separadamente. (p. 53, *grifo da autora*)”.

A preocupação de educar separadamente os sexos condizia inicialmente com a forma com que funcionavam as instituições escolares no período da implementação de ambos os movimentos na Inglaterra como também no Brasil. Contudo, a pesquisa institucional afirma que dadas às novas dinâmicas educacionais e as relações entre os sexos, principalmente entre os jovens, “a preocupação em educar separadamente cada sexo, no sentido de acentuar as distinções, e as caracterizações específicas, evitando os contatos era uma forma de eliminar o problema para melhor resolvê-lo”. (FURTER, 1967 *apud*, FBB, 1968, p. 53)²⁶.

Atualmente [...] a existência de escolas mistas a maior liberdade de movimento e de ação dos jovens, a frequência de contatos formais e informais de jovens de ambos os sexos, são realidades diárias e experiências de vida das jovens atuais, bandeirantes ou não. O caráter “fechado” dos grupos bandeirantes, não parece compreensível às jovens nessas circunstâncias, que os encaram como ‘apego à tradição’, ‘sem qualquer vantagem’, etc. [...] Portanto, para os educadores trata-se de inventar locais propícios, situações e locais de encontro. [...] Fazendo isso, estará colaborando de forma importante no ajustamento das jovens sob sua orientação. (FBB, 1968, p. 54-55).

A integração dos rapazes é imposta ao Movimento Bandeirante como uma necessidade à manutenção da própria instituição. Dado o fato de que o maior índice de evasão ocorria entre as guias, que correspondem ao último estágio antes de integrar-se à chefia, a falta de um

²⁶ FURTER, Pierre. *Juventude e tempo presente*. São Paulo: Paz e Terra, 1967.

número expressivo dessas jovens poderia comprometer o futuro da instituição, na medida em que faltariam chefes para socializar as fadas e bandeirantes, como também possíveis lideranças em cargos técnicos e diretivos. Ademais, o contato com rapazes era visto como uma possibilidade de evitar “desvios sexuais”, como a homossexualidade que nem chega a ser mencionada na seção que discute a sexualidade.

A sexualidade é discutida nos documentos somente por uma perspectiva heterossexual e naturalizante das relações de gênero²⁷. Embora as publicações da FBB destaquem as transformações ocorridas nas representações sociais atribuídas às mulheres a partir da contribuição da revolução cultural e dos movimentos feministas, o Bandeirantismo defende em seu programa a permanência dos aspectos que preservem a feminilidade na instituição, associada à aparência e principalmente ao desempenho de tarefas domésticas.

Mesmo que a integração masculina seja um ponto discutido nos documentos, não é mencionado em nenhum momento que as mesmas atribuições dadas às meninas, como os cuidados com o lar e a puericultura devam manter-se nos programas e serem transmitidos aos rapazes. A respeito das distintas atribuições dadas aos sexos, o documento discute no subitem “feminilidade”, os desafios do Bandeirantismo frente às mudanças ocorrida no comportamento feminino no período.

Inicialmente, o estudo caracteriza o Movimento Bandeirante como inovador, através de sua proposta educativa de possibilitar às meninas a vivência e a realização de atividades que são socialmente atribuídas aos homens. Conseqüentemente, essa postura implica na repercussão do estereótipo de que a bandeirante é masculinizada, o que podem prejudicar a missão educativa da instituição. A partir da necessidade de questionar esses elementos, o documento traz uma interessante discussão de gênero, sem obviamente, utilizar esse termo. A pesquisa discute o comportamento de homens e mulheres como produto de uma atribuição social ao sexo. (FURTER, 1967 *apud* FBB, 1968, p. 51)²⁸:

Ser sexuado não é somente possuir uma técnica erótica e ser mestre nessa técnica, é elaborar um pessoal de ser no mundo como homem ou mulher. Ora, em nossa sociedade – onde os papéis sociais são tão móveis e tão rapidamente mutáveis – os adolescentes são quase sempre deixados entregues a si próprios para, unicamente através de suas experiências, descobrirem os ideais que poderão orientar sua procura. Deste modo, a puberdade que – enquanto fenômeno biológico coloca

²⁷ Destaco mais uma vez, conforme já foi feito no decorrer do trabalho, que a categoria de gênero ganha popularidade e representatividade nas discussões acadêmicas e na sociedade civil a partir dos anos 1980. A contribuição dos movimentos feministas a partir do final da década de 1960 é fundamental para a repercussão das discussões que questionam a associação indissolúvel até então realizada entre aspectos biológicos às representações sociais atribuídas principalmente às mulheres.

²⁸ FURTER, Pierre. *Juventude e tempo presente*. São Paulo: Paz e Terra, 1967.

poucos problemas morais, excetuando-se o caos de *sic* malformação – com aprendizagem de um comportamento sexual, obriga os adolescentes a se interrogarem a propósito das suas atitudes íntimas.

Dialogando com Pierre Furter (1967), Wilson Hargreaves (FBB, 1968, p. 51) aponta que as determinações dos papéis sexuais não consistem em um enquadramento rigidamente a partir de condicionantes biológicos absolutos. “Esses gestos, atitudes e comportamentos femininos são socialmente definidos e atribuídos pelos grupos humanos das diferentes fases de sua história”. Com base nesse princípio, o documento salienta a necessidade da FBB ter claramente definido “o sentido e o papel da mulher na sociedade brasileira de hoje, dinamicamente em virtude do acelerado processo de mudanças pelos quais passam esses padrões no mundo moderno. O que é ser mulher, ‘comportamento feminino’, feminilidade”.

Embora o documento enfatize que os papéis sociais atribuídos aos sexos estão atrelados a significações culturais e históricas (PEDRO, 2008, p. 05), ele não os caracteriza como elementos passíveis de desconstrução. Esse aspecto implica em uma reflexão sobre a naturalização de certas práticas sociais atribuídas às mulheres, principalmente àquelas atreladas à manutenção do lar e socialização dos filhos, que são pensadas como de responsabilidade exclusiva das mulheres, dada sua capacidade genitora.

Seguindo essa lógica, tais atribuições como as funções de manutenção do lar, a feminilidade que é associada aos “cuidados com a aparência e atitudes” (FBB, 1968, p. 52), deveriam ser caracterizadas como construções sociais, possibilitando, dessa forma, estabelecer uma postura crítica à formação empreendida pelo Bandeirantismo, que balizou sua ação educativa a incutir nas meninas uma formação adequada ao desempenho das funções de mães e esposa. Conforme salienta o próprio documento, esses princípios, não condizem mais com as novas funções desempenhadas pela mulher no período.

Tanto plano de Reestruturação Institucional como as demais publicações da FBB no período, referem-se à “mulher” de forma generalizante, como se buscassem demonstrar a abrangência do Bandeirantismo às mulheres de diversos segmentos de classe e raça. Contudo, conforme busquei frisar durante todo o trabalho, a mulher a quem o Bandeirantismo se referia era pertencente à elite e as camadas médias dos centros urbanos, como também eram predominantemente brancas.

É defendida a ideia de que, como movimento educativo de jovens, face às novas dinâmicas do “modo de ser no mundo como mulher, as jovens bandeirantes devem ser

incentivadas ao desenvolvimento de atitudes e comportamentos que facilitem esse ajustamento”. (Ibid., 1968, p. 52). De outra maneira:

O Bandeirantismo poderá falhar sob dois ângulos por não auxiliar a jovem a encontrar as formas adequadas de adaptação ao papel de mulher e por estimular situações que facilitem essa adaptação ao papel de mulher e por estimular situações que não facilitam essa adaptação (ausência de motivação para cuidados com aparência, desleixo em atitudes, gestos, cuidados pessoais, atividades que exijam força física, acampamentos, a maior parte provocadas pelo fato de serem grupos exclusivamente femininos). Para atender a esse objetivo, o Bandeirantismo deve, portanto: a) Incentivar as atividades que desenvolvam gestos, atitudes e comportamentos femininos; b) Acompanhar o desenvolvimento dos grupos e observar, no desempenho das diferentes atividades, o comportamento sexual das jovens; c) orientar (devidamente assessorado) as jovens cujo comportamento reflita dificuldade ou ambiguidade na seleção das atividades adequadas ao seu papel feminino. (Ibid., 1968, p. 52).

A leitura do projeto, mesmo ao caracterizar os papéis desempenhados por homens e mulheres como representações sociais e culturais (PISCITELLI, 2002, p. 02), defende a manutenção das atividades tipicamente desenvolvidas por mulheres, por compreender o feminino a partir de uma essência. As discussões propostas pelo Conselho Nacional (1967) e pelo Projeto de Reestruturação Institucional sublinham que as dirigentes da FBB percebem a necessidade de conferir outras atribuições às mulheres, permitindo-lhes desempenhar tarefas tipicamente masculinas, mas que não deixem de lado a execução de atividades femininas, assim como a necessidade de manter os atributos que lhes são conferidos a partir de sua essência.

Desse modo, mesmo que a relação entre os gêneros seja pensada a partir da perspectiva cultural e social, tal leitura não consegue desvencilhar a mulher à sua essência biológica (NICHOLSON, 2000, p. 10), uma das principais metas defendidas por parte das organizações feministas a partir do final dos anos 1960.

Ao comparar as publicações da FBB desde sua fundação em 1919, até a década de 1950, com aquelas posteriores às discussões metodológicas realizadas entre os anos de 1969 e 1974, são perceptíveis as consideráveis mudanças na forma com que o Movimento compreende o papel da mulher na sociedade. A partir desse processo, é feita por parte da FBB, a defesa explícita da igualdade de direitos entre os sexos. Ao propor discussões sobre a situação da mulher no período em questão, a instituição alega que as novas representações sociais, que permitem às mulheres desempenharem tarefas para além do espaço doméstico,

como a liderança política, o trabalho e a educação, implicam em novas configurações de família e relacionamentos.

Uma leitura interessante sobre esse aspecto é que, diferentemente daquilo que era defendido nas décadas anteriores, como a conquista de direitos e as novas práticas femininas eram a causa da crise da instituição familiar. Nesse período, a crise familiar e outros problemas associados à esfera da afetividade são caracterizados como de responsabilidade de homens e mulheres. Por outro lado, a leitura pautada na ideia de igualdade inviabiliza outras discussões. Não há de fato, por parte do Bandeirantismo, uma defesa à luta política das mulheres. Em suas publicações, chega-se até a questionar, efetivamente, até a existência de uma opressão à mulher, como salienta a seguinte publicação:

Estamos sempre falando em liberar a mulher e em mulher oprimida. O que realmente queremos dizer com essa palavra liberação? Liberar será adotar os valores de uma sociedade patriarcal, isto é, masculina? Ou será antes de tudo descobrir nesta nossa sociedade ocidental, os verdadeiros valores da mulher? O homem e a mulher, antes de serem macho ou fêmea, são seres humanos, e seres humanos cujo objetivo aqui na terra é de se desenvolverem como pessoas. Portanto, antes de opormos a emancipação feminina à masculina, temos que nos perguntar o que queremos com essa emancipação e verificar se a opressão da mulher realmente existe. (FBB, 1976, p.03)²⁹.

Embora muitas vezes não seja utilizada entre as publicações, a categoria “feminista”, é vista pela instituição, sobretudo como uma mobilização em torno da inversão de papéis, a partir de uma masculinização da mulher. As reivindicações feministas são vistas como práticas que nublam as conquistas das mulheres e a sobrepujamento da opressão de gênero, pois a chave para a superação da opressão da mulher está na conquista do conhecimento de si mesma, como destaca ainda o mesmo artigo:

A mulher, ao começar a perceber a opressão em que vivia e tentar sua emancipação, em vez de primeiro procurar conhecer a si mesma e assim se realizar como pessoa, passa a procurar e a viver os valores ditos masculinos, tão exaltados em nossa sociedade e toma o homem como seu modelo, o que a meu ver é totalmente errado. A emancipação e a liberação da mulher só virão quando ela se conhecer a si mesma. Só assim, ao se voltar para o seu interior é que poderá escolher os valores que ajudarão a se realizar como pessoa, como indivíduo. Nesse encontro consigo mesma, ela verificará que precisa do homem para se realizar como mulher. Mas então é conscientemente que ela irá procurar esse companheiro, não mais como aquele chefe, o dono, ou cabeça, mas aquele ser humano que a completará e a libertará. (Ibid., 1976, 04).

²⁹ FERNANDES, Edelvira G. A liberação da mulher, *Bandeirantes*, Rio de Janeiro, 1976.

A opressão feminina não é caracterizada como resultado de uma relação hierarquizada entre os gêneros a partir de uma construção social (PISCITELLI, 2002, p. 02). Pelo contrário, é vista como culpa estritamente feminina que, por não ter um conhecimento de si mesma – o que caracteriza uma afirmação delicada tendo em vista seu teor generalizante – é responsável pela sua própria subalternização. A redenção consiste não apenas na tomada de conhecimento de si mesma, mas pelo encontro do homem, a quem lhe “completará e a libertará”. Essa proposição retoma mais uma vez uma essência feminina a partir do binarismo – homem e mulher – que reafirma o discurso da heteronormatividade.

Com as mudanças institucionais e as novas demandas sociais, as questões relativas às representações de gênero tornam-se ainda mais complexas. Enquanto há a compreensão de que as relações entre os gêneros são representações sociais que, como tais, estão passíveis de transformações, em outra ponta do discurso, reafirma-se a todo instante que tais valores e atribuições são “inerentes a cada sexo” (FBB, 1976, p. 04). O Movimento Bandeirante, desde sua implementação no início do século XX edificou, através da representação da bandeirante como a menina/mulher disciplinada, honrosa e detentora de um caráter reto, um modelo de conduta, moralidade e a idealização generalizante de um eterno feminino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desse trabalho, busquei analisar o desenvolvimento do Guidismo no Brasil desde sua implementação em 1919 até o início da década de 1970, período em que a instituição caracteriza-se como estritamente feminina. A partir das contribuições dos estudos de gênero, esforcei-me para compreender qual o tipo de representação de mulher que o Movimento Bandeirante buscou inculcar em suas filiadas. Esse objetivo emerge como uma possibilidade de entender como tal postura influenciou a vida de milhares de mulheres, inclusive a minha, que ajudaram a compor a história do movimento no país.

Tratando-se de uma pesquisa de abordagem histórica, tentei durante todo o processo da pesquisa não realizar uma leitura anacrônica dos fatos, que imputasse aos sujeitos envolvidos reflexões e demandas para além do seu referencial temporal (GUIMARÃES, 2004). Com base nessa preocupação, as atividades que envolveram o trabalho de campo foram realizadas em dois momentos. O primeiro consistiu em um breve retorno às atividades da instituição, através da participação em um acampamento e de um treino de formação voltado aos coordenadores. O segundo foi referente à visita ao arquivo da FBB no Escritório “Estadual” e “Nacional”, localizados em São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente.

Em todas as fases do trabalho de campo, refleti sobre de que maneira estava efetivamente preparada para realizar um estudo crítico sobre a instituição, tendo em vista a relação afetiva que teci com a mesma durante anos. Sob um exercício constante de reflexão, esforcei-me para que o meu vínculo emocional com o Bandeirantismo não falasse mais alto e compromettesse a qualidade da pesquisa. Nos últimos cinco anos que estive envolvida com a tarefa de compreender o Movimento Bandeirante, estabelecer essa linha tênue entre o envolvimento emocional e o profissional não foi um processo fácil.

No trabalho que corresponde à minha monografia, a principal dificuldade que tive foi conciliar as discussões propostas tanto com o meu envolvimento afetivo como também o das ex-participantes do “Distrito Assis”, que expuseram suas vidas e memórias para que eu pudesse compreender o que era ser mulher e bandeirante no passado. Para isto, tomei como referencial as contribuições teóricas de Florestan Fernandes (1960), Michel Löwy (1995) e Maria Isaura P. Queiróz (1991), que abordam a subjetividade do sujeito na pesquisa sociológica. A realização dessa pesquisa foi de substancial importância para que eu pudesse, aos poucos, estabelecer uma postura mais crítica em relação ao Movimento Bandeirante e,

concomitantemente a esse processo, amadurecer as discussões metodológicas que deram suporte à investigação, possibilitando, desta forma, compreender os aspectos institucionais à luz das contribuições teóricas das Ciências Sociais.

Embora não buscasse realizar uma leitura neutra, defendendo o pressuposto de que uma leitura como essa é insuficiente, principalmente em uma pesquisa cujo envolvimento e a experiência adquirida na própria instituição consistem no ponto de partida da investigação, percebia que, de certa forma, essa postura de neutralidade poderia trazer algumas contribuições, de modo a complementar os anseios metodológicos da pesquisa. A partir dessas questões, manteve a preocupação de que era necessário estabelecer, mesmo com muitas ressalvas, um posicionamento teórico mais “objetivo” em relação ao Bandeirantismo.

Tendo em vista que a proximidade que tinha com o Movimento Bandeirante era o principal desafio da pesquisa, a contribuição teórica do sociólogo francês Pierre Bourdieu (2009) foi fundamental para nortear as análises da pesquisa. A partir da mediação entre uma postura “objetivista” e “fenomenológica”, Bourdieu estabelece a praxiologia como uma possível saída epistemológica para as problemáticas que surgem na investigação, a partir desses dois pólos. O autor caracteriza a “noção de prática” não como a negação do objetivismo e da fenomenologia, mas como uma forma de propor uma terceira via, mediando esses dois extremos.

Essa leitura foi imprescindível para que eu pudesse realizar uma análise “objetiva” sobre o Bandeirantismo que não o compreendesse apenas de forma rígida, como uma instituição que somente reproduziu as hierarquizações sociais estabelecidas através de marcadores da diferença como gênero, classe e raça (BRAH, 2006).

Por meio de uma análise “fenomenológica”, sob um olhar mais minucioso, foi possível perceber que o Bandeirantismo possibilitou, através de seu método educativo, que as mulheres do período pudessem vivenciar experiências e desempenhar papéis sociais que certamente seriam inviabilizados, caso não tivessem participado do movimento. Somadas às contribuições teóricas de Bourdieu, as discussões sobre o agenciamento proposta por Sherry Ortner complementam as ideias centrais do sociólogo francês, uma vez que seu trabalho dedicava-se “a uma arena mais particular de poder - a de gênero”. (ORTNER, 2006, p. 24).

A noção de *habitus* foi fundamental para compreender a ação das mulheres envolvidas com o Bandeirantismo no Brasil. Aspectos como a religiosidade católica, a norma higienista e a disciplina foram caracterizadas como elementos fundamentais para pensar não apenas a representação de gênero difundida pela instituição, como também os próprios anseios de uma burguesia insipiente no país a partir do Novo Regime. Essa leitura permitiu traçar aspectos

característicos de um *habitus* de classe que foi compartilhado pela instituição como uma estratégia distintiva, que compreendesse a bandeirante como uma menina/mulher obediente às normas de condutas específicas, detentora de um caráter reto e de uma pureza de espírito, de forma a associá-la, assim como o paradigma positivista, ao ideário de uma superioridade feminina.

O Projeto de Reestruturação Institucional (1969-1964) foi pensado como uma estratégia de superação de tais elementos, que foram caracterizados pela FBB como necessários às novas demandas sociais e representações de gênero atribuídas à mulher. Todavia, embora a idealização do projeto de reestruturação tenha sido realizada como uma forma de modernizar o Bandeirantismo - tornando-o mais condizente com os novos papéis sociais desempenhados pelas mulheres, como também ampliar o acesso às camadas mais populares e promover uma participação mais estreita da instituição com a sociedade - estas estratégias não foram, de fato, realizadas, permanecendo, desta forma, a estrutura elitista da instituição.

Voltando à questão inicial, que indaga qual representação de gênero foi propagada pelo Movimento Bandeirante no decorrer do século XX, essa pesquisa concluiu que a instituição construiu uma representação de mulher associada aos anseios da insipiente elite do início do século XX: branca heterossexual e católica, pertencente ao estrato mais elevados da pirâmide social que dispunha de uma boa educação. A partir de seu método educativo, a instituição fez da imagem da bandeirante a construção da “essência” de um eterno feminino que, mesmo sendo o resultado consciente de uma representação social e culturalmente construída, não desassociou a mulher à sua natureza biológica. A bandeirante foi aquela que, com pureza de pensamentos, solidariedade e espírito ativo, mobilizou-se em prol de uma participação mais ativa da mulher na sociedade, sem perder de vista sua feminilidade.

Nessa perspectiva, o Movimento Bandeirante teve um importante papel como instituição de educação não formal feminina, na medida em que possibilitou que essas mulheres realizassem tarefas para além do espaço doméstico e que, certamente, lhes proporcionou experiências que dificilmente seriam vivenciadas fora da instituição. Outra questão importante é que como entidade estritamente feminina, o Movimento Bandeirante deixa uma pertinente contribuição à história das mulheres, ainda tão negligenciada pelas Ciências Humanas. Somada a essas questões, a presente pesquisa buscou contribuir para uma maior visibilidade dessa instituição educativa proposta por Robert Baden-Powell ainda no início do século XX.

A partir das discussões propostas, foi possível perceber que as questões que envolvem o Movimento Bandeirante não se encerram em uma pesquisa histórica, como a que busquei realizar no decorrer dessa dissertação. Ainda hoje, o Bandeirantismo realiza um importante trabalho educativo voltado à educação de meninos e meninas. Valendo-se da máxima de que os movimentos empreendidos por Baden-Powell são caracterizados como tal por estarem em constante *movimento*, a Federação de Bandeirantes do Brasil e sua estreita caracterização como uma organização não governamental-ONG reúne, em sua forma de institucionalização atual, pertinentes questões relativas à contemporaneidade, como a influência de uma perspectiva educacional neoliberal e o discurso empreendedor e proativo incutido em seu método educativo, destinado às crianças e jovens.

Sob um exacerbado discurso individualista explicitado em falas como “seja você mesmo a mudança que quer ver no mundo”, a pergunta que emerge na atualidade é que sujeito político o Bandeirantismo busca formar na contemporaneidade? Será que em sua organização atual o Movimento Bandeirante foi capaz de efetivamente popularizar e ampliar o acesso à instituição? Essas são apenas algumas perguntas que anseiam por respostas.

Concluo esse estudo como uma dupla sensação. Em primeiro lugar, de ter contribuído para trazer novas discussões aos estudos femininas, como também de levar à academia uma pequena discussão sobre a importante trajetória de uma instituição que foi pouco contemplada pelas Ciências Humanas. Em segundo lugar, com uma positiva insatisfação de querer continuar pesquisando o tema, por compreender que ainda há muitos aspectos sobre a ação do Movimento Bandeirante, tanto no passado como no presente, que carecem de problematizações e investigação.

REFERÊNCIAS

- ADELMAN, Mirian. **A voz e a escuta**: Encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea. Tese (Doutorado em Ciências Humanas)–Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, Florianópolis, 2004.
- ALBUQUERQUE, Janice Marie S. **A mulher na Igreja da América Latina depois do Concílio Vaticano II**. In Paralellus, Recife, ano 1, n. 2, p. 53-77, jul./dez. 2010.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARIÈS, Phillipe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- ARY, Zaíra. **Masculino e feminino no imaginário Católico**: da Ação Católica à Teoria da Libertação. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2000.
- AZZI, Riolando. Família, Mulher e Sexualidade na Igreja do Brasil (1930-1964). In: MARCÍLIO, Maria Luiza (Org.). **Família, Mulher, Sexualidade e Igreja na História do Brasil**. São Paulo: Ed. Loyola, 1993.
- BOULANGER, Antônio. **O Chapelão**: história da vida de Baden-Powell. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.
- _____. **Esboço de uma teoria da prática**. In: ORTIZ, Renato. Pierre Bourdieu: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.
- _____. **Escritos de educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- _____. **O campo econômico**: a dimensão simbólica da dominação. Campinas, SP: Papirus, 2000.
- _____. **O poder simbólico**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2011.
- _____. **O senso prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade, diferenciação**. In Cadernos PAGU, Campinas, v. 26, p. 329-376, jan. 2006.
- BUITONI, Dulcília H. S. **Mulher de papel**: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira. São Paulo: Loyola, 1981.
- BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

BUZIN, Valéria M. **Religião, sexualidades e gênero**. In Revista Rever, São Paulo, ano 11, n. 1, p. 105-124, jan./jun. 2011.

CAMPOS, Raquel D. **Mulheres e crianças na imprensa paulista 1920-1940: educação e história**. São Paulo: UNESP, 2009.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas: O imaginário Da República no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Samara dos Santos. **A Federação das Bandeirantes no limiar dos anos sessenta: uma proposta de emancipação da mulher?** 2013. 84 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Marília, 2013.

CASEY, James. **A história da família**. São Paulo: Ática, 1992.

CONSÍLIO VATICANO II: **gaudium et spes**. Constituição Pastoral, 1994. 13. ed. São Paulo: Paulinas, 2003.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

CUNHA, Olívia M. G. **Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografia dos/nos arquivos**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 36, p. 7-32, jul./dez. 2005.

ELIAS, Norbert. **Os alemães**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

ERICKSEN, Thomas H.; NIELSEN, Finn S. **História da Antropologia**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

FAUSTO-STARLING, Anne. **Dualismo em duelo**. Cadernos PAGU, Campinas, v. 17/18, p. 9-79, 2001/2002.

FERNANDES, Florestan. **A História de vida na investigação sociológica: seleção dos sujeitos e suas implicações**. In: FERNANDES, F. Ensaios de sociologia geral aplicada. São Paulo: Livraria Pioneira, 1960. p. 251-269.

FERNANDES, Heloísa R. **Sintoma Social Dominante e Moralização Infantil: um estudo sobre a educação moral em Émile Durkheim**. São Paulo: EDUSP: Ed. Escuta, 1994.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

_____. **Vigiar em punir**. 39. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

FREHSE, Fraya. **Os informantes que jornais e revistas revelam: uma etnografia da civilidade nas ruas do passado**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 36, p. 131 -156, jul./dez. 2005.

GÓES JÚNIOR, Edvaldo. **Os higienistas e a educação física: a história dos seus ideais**. 2000. 183 p. Dissertação (Mestrado em Educação Física)–Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2000.

GOODE, William J. **A família**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1970.

GUIMARÃES, Antônio S. A. **Classes, raças e democracias**. São Paulo: FUSP - Ed 34, 2002.

_____. **Preconceito de cor e racismo no Brasil**. Revista de Antropologia, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 9-43, 2004.

_____. **Racismo e Anti-racismo no Brasil**. São Paulo FUSP - Ed. 34, 1999.

HAHNER, June. **A mulher no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **A mulher Brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. Cadernos PAGU, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos Extremos**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **A era dos Impérios: 1875-1914**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LASCH, Christopher. **Refúgio num mundo sem coração – A família: santuário ou instituição sitiada**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1991.

LE GOFF, Jacques (Dir.). **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LEITE, Míriam L. M. **A mulher das camadas médias entra no mercado de trabalho**. In: MARCÍLIO, Maria Luiza. (Org). **Família, Mulher, Sexualidade e Igreja na História do Brasil**. São Paulo: Ed. Loyola, 1993.

LIMA, Raquel S. S. **“Ela é um modelo de esposa”**: Representações viçosenses sobre a vida conjugal de Santa Rita. Revista Rever, São Paulo, ano 11, n. 1, p. 125-138, jan./jun. 2011.

LÖWY, Michel. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 1978. (Os Pensadores: Bronislaw Malinowski).

MATOS, Maria Izilda S. de. **Estudos de gênero: Percursos e possibilidades na historiografia contemporânea**. Cadernos PAGU, p. 67-75, 1998.

MEYER, Dagmar. **TEORIAS E POLÍTICAS DE GÊNERO**: fragmentos históricos e desafios atuais. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, DF, v. 57, n. 1, p. 13-18, jan./fev. 2004.

MISKOLCI, Richard. **O desejo da Nação**. São Paulo: [s.n], 2012.

MOTTA, Maria Inez F. **Bandeirantismo no Brasil**: um estudo de caso sobre mulher e modernidade. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)–Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 1988.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Cadernos (programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira), Rio de Janeiro, n. 5, p. 15-34, 2004.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MUHLSTEIN, Anka. **Vitória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

NASCIMENTO, Adalson de Oliveira. **Educação e civismo: Movimento Escoteiro em Minas Gerais (1926-1930)**. Revista Brasileira de História de Educação, Campinas, n. 7, p. 43-73. jan./jun. 2004a.

_____. **Sempre Alerta! O movimento Escoteiro em Minas Gerais (1926-1930)**. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História)–Faculdade de filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte, 2002.

_____. **Sempre Alerta! O Movimento Escoteiro no Brasil e os projetos nacionalistas de educação infanto-juvenil (1910-1945)**. 2004. Dissertação (Mestrado em História)–Faculdade de filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte, 2004b.

NASCIMENTO, Jorge C. **A escola de Baden-Powell**: cultura escoteira, associação voluntária e escotismo de Estado no Brasil. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis. v. 8, n. 2, p. 9-39, 2000.

ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu**: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

ORTNER, Sherry. **Uma atualização da Teoria da Prática**. Conferência pronunciada na 25ª Reunião Brasileira de Antropologia, Goiânia-BR, 2006.

PACHECO NETO, Manuel. **Palmilhando o Brasil Colonial: A motricidade de bandeirantes, índios e jesuítas no século XVII.** Dissertação (Mestrado em História)–Programa de Pós-Graduação em História, UFMS, Cuiabá, 2002.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

PIERUCCI, Antônio F. **Do feminismo igualitarista ao feminismo diferencialista e depois.** In: BRABO, Tânia Suely A. M. (Org.). *Gênero e Educação: lutas do passado, conquistas do presente e perspectivas futuras.* São Paulo: Ed. Ícone, 2007. p. 30-44.

PIMENTEL, Sílvia. **A mulher e a Constituinte: uma contribuição ao debate.** São Paulo: Cortez/ EDUC, 1987.

PINTO, Célia Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Zivaldo Alves. **Flicts.** São Paulo: Melhoramentos, 2009.

PISCITELLI, Adriana. **Recriando a (categoria) mulher?** In: ALGRANTI, Leila (Org.). *A Prática feminista e o conceito de gênero.* Campinas: IFCH-UNICAMP, 2002.

PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Raquel. **A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero.** Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria de gênero na pesquisa histórica.** HISTÓRIA, São Paulo, v. 24, n. 1, p.77-98, 2005.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva.** São Paulo: T A Queiroz, 1991.

RAGO, Margareth. **Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós) modernidade no Brasil.** Cadernos AEL, n. 3/4, p. 11-43, 1995/1996.

RAPOSO, Bruno Martins. **Escotismo e educação integral em Juiz de Fora: O Grupo Cayuás do Instituto Metodista Grambery (1927-1932).** Dissertação (Mestrado em Educação)–Programa de Pós-Graduação em Educação, UFJF, Juiz de Fora, 2008.

RICARDO, Cassiano. **Marcha Para o Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil.** Rio de Janeiro: Olympo, 1942.

SAHLINS, Marshal. **Metáforas históricas e realidades míticas: estruturas nos primórdios da história do reino das Ilhas Sandwich.** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

SARTI, Cynthia Andersen. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória.** Estudos feministas, Florianópolis, ano 12, v. 2, p. 35-50, maio 2004.

SCHWARCZ, Lilia M. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade.** In: NOVAIS, Fernando A. História da Vida Privada. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4. p. 173-243.

_____. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHUMAHER, Shuma; BRAZIL, Érico Vital. **Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SCOTT, Joan. **História das Mulheres.** In: BURKE, P. (Org.). A escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

SILVA, Cleusa Gomes. **Modernizando o casamento: a leitura do casamento no discurso médico e na escrita literária feminina no Brasil Moderno (1900-1940).** 2001. 142 f. Dissertação (Mestrado em História)–IFCH, UNICAMP, Campinas, 2001.

SILVA, Francisco; MEDEIROS, Sabrina; VIANNA, Alexander. **Dicionário crítico do pensamento da direita: ideias, instituições e personagens.** Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2000.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República.** 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SENA, Fabiana Aguiar de Castro. **Violência Simbólica em instituições escolares sua repercussão na formação do habitus de homossexuais masculinos.** 2010. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Programa de Pós-Graduação em Educação, UEM, Maringá, 2010.

SETTON, Maria da Graça J. **A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 20, p. 60-70, 2002.

SEYFERTH, Giralda. **A Antropologia e a Teoria do Branqueamento da Raça no Brasil.** Revista do Museu Paulista, 1985.

_____. **A Invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos.** In: Anuário Antropológico/93. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

SOIHET, Rachel. **História das mulheres e história de gênero.** Um depoimento. Cadernos PAGU, Campinas, v. 11, p. 77-87, 1998.

_____. **O feminismo tático de Bertha Lutz.** Florianópolis: Mulheres, 2006.

SOUZA, Max Eduardo B. **Pensamento social conservador na modernidade brasileira contemporânea: Estudo de caso sobre o Movimento Escoteiro.** 2010. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociologia)–Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2010.

SOUZA, Rosa Fátima de. **A militarização da infância: Expressões do nacionalismo na cultura brasileira.** Cadernos Cedes, ano 20, n. 52, nov.2000.

STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia: Raça, gênero e nação na América Latina.** Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005.

STÜFFERT, Rubem. **Compreendendo os fundamentos do Escotismo.** [S. d]: Escoteira, 1990.

STEVENS, Evelyn P. **Marianismo: La otra cara del machismo em Latino-America.** In: PESCATOLO, Ann (Comp.). *Hembra y macho en Latino-America Ensaio.* México: Ed. Diana, 1977.

SWAIN, Tania N. **Quem tem medo de Foucault? Feminismo, corpo e sexualidade.** 2008. Disponível em: <<http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/art05.html>>.

TAUNAY, Affonso de E. **História geral das Bandeiras Paulistas.** São Paulo: Ideal, T VII, 1936.

_____. **História Geral das Bandeiras Paulistas.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, T IX, 1948.

_____. **História Geral das Bandeiras Paulistas.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, T XI, 1950.

_____. **História Geral das Bandeiras Paulistas.** São Paulo: Melhoramentos, T, I, II, III, 1951.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 2. v.

THOMÉ, Nilson. **Movimento Escoteiro: Projeto Educativo Extraescolar.** Revista HISTEDBR On Line, Campinas, n. 23, p. 171-194, set. 2006.

UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL – UEB. Site Oficial. <<http://www.escoteiros.org.br>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

TINDADE, Etelvina M. C. **A educação moral das mulheres segundo os preceitos católicos no início do século XX.** In: Anais da XXV Reunião da SBPH. Rio de Janeiro, 2005.

VASCONCELOS, Cláudio Alves de. **A questão indígena na Província de Mato Grosso: conflito, trama e continuidade.** Campo Grande: UFMS, 1999.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES E. de O. **A aventura sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VOLPATO, Luíza. **Entradas e Bandeiras.** São Paulo: Global, 1985.

WEBER, Max. **A objetividade e o conhecimento nas Ciências Sociais.** In: Sociologia: Max Weber. COHN, Gabriel (Org.). São Paulo: Ática, 1989, p. 79-127.

WORLD ASSOCIATION OF THE SCOUT MOVEMENT – WOSM. Site oficial <http://www.scout.org/en/around_the_wold/countries>. Acesso em: 13 jun. 2013.

ZUQUIM, Judith; CYTRYNOWICZ, Roney. **60 anos de Escotismo e Judaísmo (1938-1998)**: a construção de um projeto para a juventude. Uma história do Grupo Escoteiro e Distrito Bandeirante Avanhandava. São Paulo: Congregação Israelita Paulista, 1999.

_____. **Notas para uma história do Escotismo no Brasil**: A “Psicologia Escoteira” e a Teoria do Caráter como pedagogia do civismo (1914-1937). Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 35, p. 43-58, jul. 2002.

WORLD ASSOCIATION OF GIRLS GUIDES AND GIRLS SCOUTS –WAGGGS. Site oficial: <<http://www.waggs.org>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

FONTES DOCUMENTAIS

BADEN-POWELL, Robert. **Escotismo para rapazes**. São Paulo: Fraternidade mundial, 1961.

_____. **O livro de Baden-Powell (Girl Guiding)**: para fadas, bandeirantes, guias e chefes. Rio de Janeiro: FBB, 1955.

BELKISS, Maria Carneiro. **A mulher na Guerra**. Bandeirantes. Rio de Janeiro, p. 161- 164. 1945.

CAMARGO, Maria Augusta S. **Paulista há 400 anos**. Bandeirantes, Rio de Janeiro, p. 73-78, 1943.

FEDERAÇÃO DAS BANDEIRANTES DO BRASIL. **Audiência do Presidente Getúlio Vargas à FBB**. Bandeirantes, Rio de Janeiro, p. 276-278, 1944.

_____. **Bandeirantes**. Rio de Janeiro, ano 28, 1946.

_____. **Bandeirantes**, Rio de Janeiro, ano 57, n. 3, maio/jun. 1984.

_____. **Bandeirantismo na classe operária**. Bandeirantes, Rio de Janeiro, p. 152, 1946.

_____. **Bandeirantismo, uma jornada de 70 anos**. Bandeirantes, Rio de Janeiro, ano 63, n. 01, p. 2-8, jan./fev. 1989.

_____. **Uma escola de caráter**. Bandeirantes, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, 1928.

_____. **Chama Acesa: o Livro do Bandeirante**. Rio de Janeiro: Grafitto, 2008.

_____. **Drills da Federação das Bandeirantes – GIRLS GUIDES**. Rio de Janeiro: FBB, 1921.

_____. **Documentos básicos de educação**. Rio de Janeiro: FBB, 1976.

_____. **Do processo de Santa Joana D'Arc**. Bandeirantes, Rio de Janeiro, p. 383-391, 1945.

_____. **Faça amor e não a guerra: Marcuse e a filosofia hippie**. Bandeirantes, Rio de Janeiro, p. 36, 1974.

_____. **Estatuto da Federação das Bandeirantes do Brasil**. Rio de Janeiro: FBB, 1945.

_____. **Estatuto da Federação das Bandeirantes do Brasil**. Rio de Janeiro: FBB, 1955.

_____. **Estatuto da Federação das Bandeirantes do Brasil**. Rio de Janeiro: FBB, 1961.

- _____. **Estatuto da Federação das Bandeirantes do Brasil.** Rio de Janeiro: FBB, 1975.
- _____. **Estatuto da Federação de Bandeirantes do Brasil,** Rio de Janeiro: FBB, 2004.
- _____. **Leis sobre o trabalho feminino.** Bandeirantes, Rio de Janeiro, p. 225-228, 1936.
- _____. **Livro de orações da bandeirante.** 3. ed. Rio de Janeiro: FBB, 1961.
- _____. **Minha opinião sobre o uniforme.** Bandeirantes, Rio de Janeiro, ano 18, 1946.
- _____. **O Bandeirantismo: finalidades, método e sua aplicação no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. FBB, 1947.
- _____. **O Espírito da Lei.** Rio de Janeiro: FBB, 1966.
- _____. **O lar doméstico.** Bandeirantes, Rio de Janeiro, p. 12-13, 1932.
- _____. **O Visconde da Taunay.** Bandeirantes, Rio de Janeiro, 1943.
- _____. **Patriotismo.** Bandeirantes, Rio de Janeiro, p. 148, 1949.
- _____. **Problemas de chefe: Sua companhia é disciplinada?** Bandeirantes, Rio de Janeiro, p. 85, 1946-1947.
- _____. **Responsabilidade no Trabalho.** Bandeirantes, Rio de Janeiro, ano 21, 1949.
- _____. **Responsabilidade política.** Bandeirantes, Rio de Janeiro, p. 196, 1949.
- _____. **Projeto de Reestruturação Institucional.** Rio de Janeiro: FBB, 1968.
- _____. **Quem somos.** Disponível em: <<http://www.bandeirantesp.org.br/quem-somos/bandeirantismo-internacional.asp>>. Acesso em: 13 jun. 2013.
- FERNANDES, Edelvira G. **A liberação da mulher.** Bandeirantes, Rio de Janeiro, 1976.
- _____. **Divórcio: sim ou não?** Bandeirantes, Rio de Janeiro, v. 1, p. 4-6, 1975.
- FERNANDES, Edna. **Uma escola de caráter.** Bandeirantes, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, jun. 1927.
- FRAM, Threzinha. **Os princípios do Bandeirantismo e a educação moderna.** Rio de Janeiro FBB, 1966.
- FRANÇA, Padre Edgar. **Guia do Assistente.** Rio de Janeiro: FBB, 1967.
- _____. **Mulheres bandeirantes.** Bandeirantes, Rio de Janeiro, n. 167, p. 21-22, mar. 1945.
- _____. **Porque o assistente eclesiástico.** Bandeirantes, Rio de Janeiro, p. 204-205, 1949.

GILBRET, Lilian M. **O que falta às moças de hoje.** Bandeirantes, Rio de Janeiro, p. 84, 1946-1947.

GORDINHO, Margarida Cintra. **Ser Bandeirante:** memória da região de São Paulo. São Paulo: Marca D'Água, 1992.

KLOMPÉ, Margareth. **Contribuição da mulher à civilização moderna:** Resumo da Conferência realizada no Congresso Mundial da Juventude Feminina Católica – Roma/1960. Bandeirantes, Rio de Janeiro, p. 61-66, 1961.

LOBO, A. M. **A religião na vida da bandeirante.** Bandeirantes, Rio de Janeiro, p. 222-223, 1944.

_____. **A situação das moças na América latina:** Adaptação de uma palestra de Elena Medeiros de Gonzales. Bandeirantes, Rio de Janeiro, p. 30-31, 1946.

MANDIM, Andréa. **Como vivenciar a dimensão política nas atividades bandeirantes.** Bandeirantes, Rio de Janeiro, v. 5, p. 4, 1976.

ORSINI, Maria Guiomar. **Educação Física.** Bandeirantes, Rio de Janeiro, p. 95-97, 1940.

PINTO, Lia Roquete. **Um pouco de burocracia.** Bandeirantes, Rio de Janeiro, p. 21-24, 1948.

_____. **Responsabilidade social.** Bandeirantes, Rio de Janeiro, p. 106, 1949.

REIS, Maria Heloísa S. **A dimensão política do Homem.** Bandeirantes, Rio de Janeiro, 1977.

ROCHA, Dr. Martinho. **Como dar remédio ao filho doente?** Bandeirantes, Rio de Janeiro, p. 5-6, 1932.

SILVA, Padre. A. **O casamento.** Bandeirantes, Rio de Janeiro, p. 174-175, 1944.

SANTANA FILHO, Valdomiro. **Juventude e existência.** Bandeirantes, Rio de Janeiro, v. 3, p. 36-37, 1974.

VILLAS-BOAS, Maria Julieta C. **Bandeirantismo:** sua história e seu fim. 2. ed. Rio de Janeiro: FBB, 1946.

ANEXOS

ANEXO A – Provas para a promessa – Adestramento¹

- 1) Promessa: – Código – Lemas – Boa Ação – Saudação.
- 2) Civismo: Bandeira – Hino Nacional.
- 3) Natureza: Plantas.
- 4) Serviço em casa: Fazer, diariamente, ao menos um serviço para a casa.
- 5) Religião: Saber batizar – Responder à Missa seguindo o Livro de Orações – Conhecer três parábolas ou três milagres.
- 6) Cozinha: Preparar um bife e um ovo e lavar o material usado.
- 7) Disciplina: Exercício de chamada.
- 8) Higiene: Conhecer as seis regras de higiene – Fazer uma excursão.
- 9) Habilidades: saber dar quatro nós – Chulear a bainha da gravata do uniforme.
- 10) Observação: Conhecer os sinais de pista.
- 11) Socorros: Tratar de ferimentos leves: cortes, arranhões e queimaduras.
- 12) Responsabilidade: Ser pontual – Só faltar às atividades por motivo justo, avisando previamente – participar de quatro reuniões seguidas, no mínimo.

¹ FBB. *Livro de Adestramento*. Rio de Janeiro: FBB, 1955.

ANEXO B – Provas para a Segunda Classe Bandeirante²

Provas de Inteligência

1) Religião:

- a) Saber contar, em linhas gerais, a vida de Nosso Senhor (Nascimento e Infância – Vida Pública – Paixão – Morte – Ressurreição e Ascensão).
- b) Entre os milagres de Nosso Senhor conhecer pelo menos cinco sabendo narrá-los ou dramatizá-los.
- c) Conhecer cinco parábolas do Evangelho, narrá-las ou dramatizá-las.
- d) Conhecer cinco sentenças ou frases de Nosso Senhor e saber explicar o sentido.
- e) Saber batizar em caso de necessidade.
- f) Saber responder às cerimônias do Batismo.
- g) Saber preparar o quarto para a comunhão de doente e extrema unção.

2) Explicar mais minuciosamente a Lei Bandeirante.

3) Saber o histórico e o hino da Bandeira e o hino Bandeirante.

4) Conhecer o alfabeto Morse³ ou Semáfora⁴.

5) Observar seis diferentes espécies de pássaros, plantas ou animais.

6) No jogo do Kim⁵, depois de observar 24 objetos durante um minuto, lembrar-se pelo menos de 16.

Provas de Habilidade Manual:

1) Fazer sete nós, usando-os com desembaraço.

² FBB. *Segunda Classe Bandeirante*. Rio de Janeiro: FBB, 1952.

³ O Código Morse é um método de educação à distância criado por Samuel Finley Breese Morse, em 1836. Sua eficácia consiste em sua simplicidade, pois todas as combinações são realizadas a partir de dois sinais: pontos (.) e traços (_). O Código Morse pode ser utilizado para enviar mensagens a certa distância, através de sons curtos (pontos) e longos (traços) com um apito, ou com feixes de luz rápidos (ponto) e demorados (traços). (FBB, 2008, p. 320- 321).

⁴ A semáfora é um sistema visual de sinalização cujos diferentes códigos são realizados através da posição entre duas bandeiras coloridas. Normalmente as bandeiras costumam ser quadradas e são divididas por um risco na diagonal, formando dois triângulos, um de cada cor, geralmente com as combinações de cores branco e vermelho, vermelho amarelo, preto e amarelo. Cada uma das posições entre as bandeirolas representa um caractere, podendo ser uma letra ou um numeral. (Ibid., 2008, p320-321).

⁵ O Jogo do Kim tem como objetivo trabalhar desenvolvimento dos sentidos. O nome do jogo remete-se ao menino Kim Ball O'Hara. Filho de um sargento irlandês no regimento militar na Índia, o pequeno Kim ganhou notoriedade ao realizar jogos de adivinhações entre as crianças hindus. Ao perceber suas habilidades, o Serviço Secreto do Governo integrou o rapaz ao grupo militar e inventou um tipo de adestramento que recebera o nome de Kim. Esse exercício consistia em distinguir, através do tato, pedras preciosas de diferentes espécies e valores. (Ibid., 2008, p. 167-168).

- 2) Improvisar um fogão ao ar livre; acender fogo com dois fósforos.
- 3) Desmanchar e fazer corretamente uma cama.
- 4) Fazer uma sacola de Bandeirante ou uma bandeirola de semáforo ou qualquer objeto útil para a Companhia.

Provas de Serviço ao Próximo:

- 1) Saber tratar ferimentos leves.
- 2) Estancar hemorragias.
- 3) Desengasgar uma pessoa.
- 4) Tirar um corpo estranho dos olhos.
- 5) Imobilizar uma fratura ou uma luxação.

Provas de Desenvolvimento Físico:

- 1) Praticar as regras de higiene.
- 2) Fazer cinco exercícios de ginástica bandeirante.
- 3) Andar 100 metros com um peso equilibrado na cabeça ou andar em passo escoteiro por 1 Km.

ANEXO C – Provas para a Primeira Classe Bandeirante⁶

- 1) Bandeirantismo: Histórico, fins, método e organização.
- 2) Civismo: Conhecer o histórico da cidade. Conhecer as bandeiras históricas da descoberta e do Império.
- 3) Família: Responsabilizar-se por um serviço em casa.
- 4) Religião: Conhecer a organização da Igreja. Saber a estrutura dos sacramentos.
- 5) Cozinha: Providenciar e preparar uma refeição em sua casa para quatro pessoas.
- 6) Disciplina: Fazer diariamente os cinco exercícios de ginástica.
- 7) Higiene: Fazer uma excursão a pé de quatro Km no mínimo.
- 8) Habilidade: Cortar por um molde e coser um das seguintes peças: uniforme, vestido, saia ou blusa.
- 9) Natureza: Cuidar de uma horta, jardim ou plantas de casa ou cuidar de um pássaro ou cuidar de animal.
- 10) Observação: Dar informações úteis a uma pessoa.
- 11) Primeiros Socorros: Imobilizar um membro fraturado. Saber a posição das artérias e estancar hemorragias. Improvisar maca. Saber das primeiras providências em casos de envenenamento. Saber agir em dois dos seguintes acidentes: encontrando uma pessoa envolvida, afogando-se, choque elétrico, envenenamento por gás. Ter a especialidade de Higiene Infantil.
- 12) Responsabilidade: Fazer um serviço para a companhia num dos seguintes casos: excursão, acampamento, boa-ação, serviço.
- 13) Orientação: Saber indicar um caminho dentro do seu bairro traçando um mapa.
- 14) Avaliação: saber avaliar distância (1 Km), altura (10 m) e peso (5 Kg).
- 15) Economia: Ganhar com seu trabalho no mínimo Cr\$ 50,00.

⁶ FBB. *Segunda Classe Bandeirante* (edição Católica). Rio de Janeiro: FBB, 1953.